

Helio de Castro Lima Rodrigues

**AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO NORTE DO ESPÍRITO
SANTO: UMA ANÁLISE À LUZ DO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política
da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Freire Vieira

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rodrigues, Helio de Castro Lima
A agroecologia no território norte do Espírito
Santo : uma análise à luz do Desenvolvimento
Territorial Sustentável / Helio de Castro Lima
Rodrigues ; orientador, Paulo Henrique Freire
Vieira, 2017.
283 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Agroecologia. 3.
Desenvolvimento Territorial Sustentável. 4.
Campe sinato. 5. Sociologia Rural. I. Vieira, Paulo
Henrique Freire. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política. III. Título.

Helio de Castro Lima Rodrigues

**AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO NORTE DO ESPÍRITO
SANTO: UMA ANÁLISE À LUZ DO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Sociologia Política, e foi aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, ____ de _____ de 2017.

Prof. xxx, Dr. Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Paulo Henrique Freire Vieira, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. xxxx, Dr.
Membro
Universidade xxxx

Prof. xxxx, Dr.
Membro
Universidade xxxx

Prof. xxxx, Dr.
Membro
Universidade xxxx

Ao meu Pai "*in memoriam*".
À minha filha, Maria Clara.

AGRADECIMENTOS

Mesmo correndo o risco de deixar para traz muitas pessoas e colegas que contribuíram para a conclusão deste trabalho, gostaria de expressar minha profunda gratidão neste pequeno espaço.

Agradeço ao meu orientador, Paulo Freire Vieira pelo aprendizado e o cuidado em deixar-me “livre”, junto as minhas ideias para trilhar os caminhos tortuosos da academia. Minha admiração pelo seu trabalho, desde minha primeira vinda para Ibiraquera, desnudou a possibilidade da ação (com)ciência.

Agradeço a todos os agricultores agroecológicos que tive a oportunidade e o prazer em compartilhar meus momentos de pesquisa de campo. Aos nobres ensinamentos sobre o valor que as “coisas simples da vida” possuem em nossas vidas. A alegria imensurável em palpar nosso “chão”, o escutar dos pássaros e o balançar dos ventos nas árvores carregadas de frutas, o apanhar da “manga” ao entardecer sob a linda paisagem bucólica, quintal de suas moradas. Enfim, ao mostrar-me com entusiasmo e amor as sutilezas dispersas no “batidão” pesado dos seus cotidianos. Em especial, agradeço aos agricultores que com gentileza me acolheram em suas moradas durante a etapa de pesquisa de campo. Ao Pedro Paulo, Gilmar, a Dona Deja, a Dona Jessi, enfim, todos que me abriram as portas de suas moradas e compartilhar parte de suas histórias de vida para me acolherem com todo o amor e carinho. Muito Agradecido.

Agradeço ao amigo Demétrius pelas conversas filosóficas e aprendizados sobre sua militância nos Movimentos Sociais do campo. Agradeço, também a gentileza em me acolher em sua morada durante parte do trabalho de campo.

Agradeço a Alma, pela amizade e carinho e sua nobre gentileza ao me hospedar em sua morada, junto com sua linda família, durante a etapa das disciplinas na Universidade. Sem este apoio acredito que ficaria muito mais difícil dar continuidade ao mestrado.

Agradeço à minha família, pelo apoio e carinho. Em especial a minha mãe e ao meu irmão Renato. Sem o apoio dele jamais teria trilhado o caminho do mestrado, pois sem os benefícios de ter um irmão que trabalha na aviação, jamais iria poder realizar as etapas de disciplinas, morando tão longe da Universidade. Foram milhares de quilômetros voados para concluir o trabalho.

Gratidão especial a Mel, pelo seu amor, paciência e companhia. Pelo apoio e revisão minuciosa ao manuscrito.

Gratidão a minha filha Maria Clara, a Maricota, que torna o meu dia-a-dia mais leve e me faz reviver a criança que ainda existe dentro de mim, entranhada em minha memória.

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro.

*Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão
Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel
Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra propícia estação
E fecundar o chão*

Milton Nascimento

RESUMO

A dissertação focaliza a experiência do assim chamado Movimento Agroecológico do Território Norte do Estado do Espírito Santo, à luz do enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). Os conceitos de habilidade social e empreendedorismo institucional foram incorporados a este enfoque visando aprofundar a compreensão do papel-chave que vem sendo desempenhado por algumas lideranças deste movimento na crítica da hegemonia alcançada pelo modelo de modernização agrícola em detrimento de práticas agroecológicas ancoradas territorialmente. Os resultados da pesquisa confirmam a existência de uma dinâmica de desenvolvimento agroecológico ainda embrionária, da qual participam grupos heterogêneos em conflito. Eles estão organizados em duas coalizões sociopolíticas distintas: por um lado, os defensores da assim chamada *agricultura orgânica* e, por outro, os adeptos do *modelo agroecológico strito sensu*. A argumentação desenvolvida coloca em destaque que a atuação dos empreendedores institucionais, avaliada por meio do conceito de *habilidade social*, tem se mostrado decisiva na conformação desta dinâmica ao longo do tempo e mais especificamente no fomento de processos cooperativos na coalizão agroecológica. Mesmo levando-se em conta os obstáculos e as incertezas que cercam o fortalecimento gradual deste movimento no atual contexto de evolução da política de desenvolvimento rural no Brasil, conclui-se que esta experiência vem enriquecer o potencial transformador embutido na rede brasileira e latino-americana de *sistemas agroalimentares localizados* e baseados no enfoque de *desenvolvimento territorial sustentável*.

Palavras-chave: Agroecologia. Desenvolvimento Territorial Sustentável. Campesinato.

ABSTRACT

The dissertation focuses on the experience of the so-called Agroecological Movement of the Northern Territory of the State of Espírito Santo, in light of the Sustainable Territorial Development (DTS) approach. The concepts of social skills and institutional entrepreneurship were incorporated into this approach in order to deepen the understanding of the key role played by some of the leaders of this movement in the critique of the hegemony reached by the agricultural modernization model in detriment of territorially anchored agroecological practices. The results of the research confirm the existence of an embryonic agroecological development dynamic, involving heterogeneous groups in conflict. They are organized in two distinct sociopolitical coalitions: on the one hand, the proponents of so-called organic agriculture and, on the other hand, the adherents of the agroecological model *strito sensu*. The argument developed emphasizes that the performance of institutional entrepreneurs, evaluated through the concept of social skill, has been decisive in the conformation of this dynamics over time and more specifically in the promotion of cooperative processes in the agroecological coalition. Even taking into account the obstacles and uncertainties surrounding the gradual strengthening of this movement in the current context of the evolution of rural development policy in Brazil, it is concluded that this experience enriches the transformative potential embedded in the Brazilian and Latin American network of agro-food systems located and based on the sustainable territorial development approach.

Keywords: Agroecology. Sustainable Territorial Development. Peasantry.

LISTA DE FIGURA

Figura 1- Mapa do Espírito Santo com destaque do território norte capixaba, foco do estudo.	42
Figura 2 - Esquema sobre as dimensões de análise	43
Figura 3 - Representação das estruturas elementares da reciprocidade.	76
Figura 4 - Esquema teórico do enfoque analítico.....	81
Figura 5 - Mapa das divisões regionais do Espírito Santo	132
Figura 6 - Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) em bilhões de reais entre os anos 2009-2014	150
Figura 7 - Participação Relativa (%) das Atividades Agrícolas no Valor Bruto da Produção Agropecuária do Espírito Santo, em 2014.....	151
Figura 8 - Participação (%) no valor de produção agrícola de 2014 Municípios e microrregiões.....	152
Figura 9 - Exportações do agronegócio capixaba (mil R\$) em 2015 ..	157
Figura 10 - Comercialização de agrotóxicos por área plantada (kg/ha) e incidência de intoxicações – Brasil, 2007 a 2013.....	160
Figura 11 - Comercialização de agrotóxicos por área plantada (kg/ha) e incidência de intoxicações – Espírito Santo, 2007 a 2013	161
Figura 12 - Farmácia Homeopática do Agricultor	201
Figura 13 - Feira permanente dos produtores agroecológicos.....	211
Figura 14 - Rede Agrovida – Nova Venécia	213
Figura 15 - visita dos agricultores APAC	215
Figura 16 - Troca de saberes e de sementes junto aos agricultores da APAC	216
Figura 17 - Esquema de Organização do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA	220
Figura 18 - Composição inicial da Articulação Capixaba de Agroecologia	236
Figura 19 - Composição atual da ACA	243
Figura 20 - Interações entre os atores sociais no território norte capixaba	245

LISTA DE TABELA

Tabela 1- lista das Instituições entrevistadas.....	44
Tabela 2- Resumo do enfoque teórico/analítico	81
Tabela 3 - Números de Certificação por Auditoria, de conformidade Orgânica apoiada pelo projeto SEBRAE	169
Tabela 4 - Número de Certificações por auditoria e por Organismo de Controle Social concedida aos produtores agroecológicos da Região Centro-Serrana e Região Norte	181

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Transformações no território norte e os principais vetores de mudança	144
Quadro 2 - Trajetória de construção da Agroecologia no Estado capixaba.....	171
Quadro 3 - Síntese da trajetória que levou ao fortalecimento da Agroecologia no norte do Espírito Santo	179
Quadro 4 - Quadro comparativo elencando os principais acontecimentos entre a região Centro-Sul e Norte capixaba.....	189

LISTA DE SIGLAS

ACA – Articulação Capixaba de Agroecologia

AECO – Associação de Agronegócio Certificado Orgânico

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

APAC – Associação dos Pequenos Agricultores do Córrego da Pratinha

APSAD – VIDA – Associação de Produtores Santamarienses em Defesa da Vida

AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Tecnologia Alternativa

APTA-ES – Associação de Programas em Tecnologias Alternativas

AVA – Associação Veneciana de Agroecologia – Universo Orgânico

BRASILBIO – Associação Brasileira de Orgânicos

CAI – Complexo Agroindustrial

CEFA – Centro Familiar de Formação em Alternância

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CIER – Centro Integrado de Escolas Rurais

CIMA – Centro Irradiador de Manejo Agroecológico

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CNPOrg – Conselho Nacional de Produção Orgânica

CPOrg – Conselhos Estaduais de Produção Orgânica

CPT – Comissões Pastorais da Terra

CTA – Centro de Tecnologia Alternativa

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável

EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa

EFA – Escola Familiar Agrícola

ENA – Encontro Nacional de Agroecologia

ENCAPER – Empresa Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FUNRURAL – Fundo de Assistência Rural

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements

INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INRA – Institut National de la Recherche Agronomique

MAC – Movimento Agroecológico Capixaba

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NMD - Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento

NSE – Nova Sociologia Econômica

OCS – Organização de Controle Social

ONG – Organização Não-Governamental

OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCB – Partido Comunista do Brasil

PEDEAG – Planejamento Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba

PIB – Produto Interno Bruto

PLANAPO – Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PTA – Projeto de Tecnologias Alternativas

PTB – Partido dos Trabalhadores Brasileiro

RACEFFAES – Regional dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

SISOrg – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica

SNB – Sociedade Nacional Brasileira

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SPG – Sistema Participativo de Garantia

SRB – Sociedade Brasileira Rural

SUPRA – Superintendência da Política Agrária

TA – Tecnologias Alternativas

UDN – União Democrática Nacional

UDR – União Democrática Ruralista

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	29
1.1. Questões Norteadoras e Hipóteses	38
1.2. Objetivos	40
1.3. Procedimentos Metodológicos	41
1.4. Estrutura da Dissertação.....	46
2. DELINEANDO UM ENFOQUE ANALÍTICO	49
2.1. Desenvolvimento Territorial e Ecodesenvolvimento	49
2.2. Agroecologia: um conceito sistêmico-complexo	55
2.3. Interação social, habilidade social e empreendedorismo institucional: contribuições para a abordagem territorial do desenvolvimento	60
2.4. Agricultura familiar e campesinato: categorias centrais para a compreensão do mundo rural	66
3. O CAMPO DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA À AGROECOLOGIA	85
3.1. Abordagem sócio-histórica na compreensão do campo do desenvolvimento rural brasileiro.....	85
3.2. Desenvolvimento rural no Brasil: a trajetória da Modernização Agrícola.....	88
3.2.1. O período pré-ditadura militar	88
3.2.2. O período da ditadura militar	94
3.3. A Agricultura Familiar e seus desdobramentos políticos.....	100
3.4. A inserção da dimensão socioecológica na problemática do desenvolvimento rural.....	108
3.5. Das Tecnologias Alternativas à estruturação do campo específico da agroecologia	110
3.6. A convencionalização da agricultura orgânica e suas implicações para o movimento agroecológico	119

4. CARACTERIZAÇÃO PANORÂMICA DA TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	131
4.1. Apontamentos iniciais.....	131
4.2. A região de São Mateus no cenário da dinamização socioeconômica da região norte.....	136
4.3 Síntese da caracterização da trajetória de desenvolvimento no território norte capixaba.....	140
4.3. Expressões da política de modernização agrícola.....	146
4.4. A face “oculta” da modernização agrícola: o uso intensivo dos agrotóxicos.....	159
4.5. Gênese de uma dinâmica alternativa de desenvolvimento rural: a agroecologia.....	162
4.6. O processo de fortalecimento da dinâmica de desenvolvimento agroecológico no norte do ES	173
4.7 – O processo de certificação e a diferenciação interna do Movimento Agroecológico Capixaba	181
5. O MOVIMENTO SOCIAL DA AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO	191
5.1. As Inovações Sociais e as Práticas Agroecológicas dos Camponeses	193
5.2. Mapeamento dos Principais Atores Coletivos do Movimento Agroecológico.....	209
5.2.1. Associação Veneciana de Agroecologia – Universo Orgânico	210
5.2.2. Associação dos Pequenos Agricultores do Córrego da Pratinha (APAC).....	214
5.2.3. O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).....	217
5.2.4. Associação de Programas em Tecnologias Alternativas – APTA-ES.....	223
5.2.5. Regional dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo - RACEFFAES	228

5.2.6. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)	230
5.3. Atores em Movimento: os espaços de interação do Movimento Agroecológico do Território Norte capixaba	234
5.4. Algumas considerações sobre os empreendedores institucionais	246
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	253
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	257
ANEXOS	271

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno do desenvolvimento tem sido tratado num vasto e controvertido campo de debates onde coexistem diferentes visões-de-mundo e projetos de sociedade. Nas políticas direcionadas ao meio rural brasileiro, em especial, é possível identificar duas principais concepções deste fenômeno. A primeira delas, fundamentada pelas noções hegemônicas que delimitam a noção de desenvolvimento a partir da hipertrofia da dimensão do crescimento econômico ilimitado (VIEIRA, 2006). Deste ponto de vista, os processos produtivos estão integrados, em sua maioria, às grandes cadeias mercadológicas globalizadas. Os produtos são considerados *commodities* e refletem a tendência dominante de inserção do país na assim chamada *globalização neoliberal*. Por outro lado, este modelo, que se consolidou ao longo da história social brasileira, ajusta-se à trajetória da “modernização conservadora” da agricultura (WANDERLEY, 2014 a) e é o principal responsável pelo alto percentual de concentração de terras, pela marginalização de diferentes grupos sociais presentes no meio rural (SCHNEIDER; CASSOL, 2014), e pela perda irreversível de uma importante parcela da biodiversidade - sem mencionar os problemas relacionados ao agravamento tendencial das mudanças climáticas na agenda ambiental global. Além disso, o capital produzido no campo é deslocado, em boa parte, para as cidades, e/ou para as indústrias de insumos agrícolas, prevalecendo na esfera do planejamento uma representação do fenômeno do desenvolvimento rural alimentada pela dicotomia campo-cidade.

O outro projeto preocupa-se, em última instância, com a construção de um mundo rural dotado de vida. O principal pilar que o sustenta está ancorado, assim, na ideia de *qualidade de vida* dos variados grupos sociais ali existentes. No entanto, a manutenção da qualidade de vida da população rural vai além do reconhecimento e da valorização de suas formas de produção e trabalho. A noção de qualidade de vida, em um sentido mais amplo, se estrutura principalmente a partir da capacidade de manutenção da qualidade dos recursos naturais existentes¹. Nesta

¹ A noção de qualidade de vida transita em um campo semântico polissêmico. De um lado, relacionada ao modo, condições e estilos de vida e, de outro, à idéias de desenvolvimento sustentável, de ecologia humana, de desenvolvimento, de direitos humanos e sociais (AZEVEDO, 2004). A relação entre a noção de qualidade de vida e questões socioambientais

perspectiva, as relações socioculturais, políticas e econômicas tecidas no espaço rural são mediadas em função das dinâmicas socioecológicas, ou seja, das relações de interdependência envolvendo os sistemas socioculturais e os ecossistemas (BERKES, 2005). Portanto, nesta perspectiva a dimensão socioecológica assume um papel central para se recategorizar o fenômeno do desenvolvimento indo além da sua versão *economicista*, sem negar, no entanto, a importância das demais dimensões interconectadas: políticas, econômicas, sociais e culturais. Em outras palavras, o meio rural é concebido enquanto um “lugar”, um espaço cuja compreensão adequada pressupõe a análise de seus atributos socioeconômicos, socioculturais, sociopolíticos e socioecológicos. O foco do desenvolvimento recai sobre as particularidades materiais e imateriais existentes nos diferentes “espaços rurais”, evidenciando as potencialidades contidas na noção de *endogeneidade* (WANDERLEY, 2014, PEQUEUER, 2006; VIEIRA, 2006, CARRIÈRE; CAZELLA, 2006). Neste sentido, o “enraizamento” dos habitantes em seus territórios de origem poderia em princípio estimular a adoção de uma política de contenção do êxodo rural por meio de processos mais efetivos de integração campo-cidade.

No primeiro caso, o fenômeno do desenvolvimento está imbricado com a ideia de crescimento econômico e orientou exclusivamente a ideia de progresso nas sociedades modernas do século XX. Já no segundo caso, as vertentes que incorporam tal concepção originam-se da tomada da consciência do agravamento da crise socioambiental, disseminada no âmbito da I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada no início da década de 1970 em Estocolmo, e pautam-se na concepção de um novo imaginário de crescimento material guiado pela prudência ambiental e pela busca de equidade e autonomia local – ou *self reliance* (SACHS, 2007; VIEIRA, 2006).

Na prática, em meio a esses dois extremos, existe uma variedade de projetos e ações sendo executados por diferentes agentes sociais, configurando-se em distintas dinâmicas de desenvolvimento territorializadas. Essas *dinâmicas territoriais* podem ser entendidas como,

Evolução e a tradução, em um território dado, das repercussões econômicas, sociais, políticas e

ambientais das ações realizadas pelos agentes e as relações (alianças e conflitos) tecidas entre eles, podendo ditas ações adquirir ou não um perfil coletivo (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p.60).

Algumas dessas dinâmicas mobilizam atributos comuns aos dois modelos. Outras, porém, permanecem ancoradas no segundo modelo descrito acima. Contudo, em sua maioria, as dinâmicas de desenvolvimento para o meio rural brasileiro ainda estão vinculadas à primeira concepção. Nesse sentido, conservam um viés economicista, não obstante as disputas de diferentes agentes sociais a fim de mudar a sua configuração.

De acordo com o estudo produzido pelos pesquisadores do Instituto de Economia da Unicamp, intitulado “Produção de *Commodities* e Desenvolvimento Econômico”, o Brasil é responsável por mais de 30% das exportações mundiais de soja, mais de 40% de açúcar e mais de 80% do mercado exportador de suco de laranja (FRISCHTAK; BELUZZO, 2014). Conforme os autores, esta tendência tem sido condicionada pela grande “disponibilidade” da água e de grandes extensões de terra – seja pelo aumento de novas fronteiras agrícolas, seja pela apropriação de uma enorme área de recursos comuns consideradas até então como áreas de baixa produtividade. O estudo revela, ainda, que os investimentos dos setores públicos e privados impulsionaram os avanços necessários nas atividades de pesquisa e desenvolvimento de centros de inovação associados às novas práticas agrícolas (FRISCHTAK; BELUZZO, 2014).

Esses dados apontam que a ideologia que norteia o processo de desenvolvimento para o meio rural brasileiro continua fundamentado na exploração socialmente excludente e ecologicamente míope do nosso patrimônio natural, com base em inovações técnico-científicas sintonizadas com o ideário neoliberal. Este projeto de “modernização agrícola” (WANDERLEY, 2014; PETERSEN, 2013; NIEDERLE, 2013; ASSIS; ROMERO, 2002) vem legitimando a concentração de terras nas mãos de uma inexpressiva parcela da população brasileira, praticamente ignorando a heterogeneidade de processos e projetos existentes em contextos localizados do nosso meio rural.

Essas anomalias, e as possibilidades que temos em superá-las, têm sido evidenciadas nas últimas décadas pelos pesquisadores vinculados à

abordagem do *Ecodesenvolvimento Territorial*², mobilizando as noções de recurso territorial, sistemas produtivos locais integrados, endogeneidade, autonomia (*self-reliance*) e economia plural (SACHS, 2007; VIEIRA, 2006, 2013; ANDION, 2006).

De acordo com Vieira (2006, 2011, 2013, 2015) a abordagem de Desenvolvimento Territorial Sustentável - DTS constitui uma versão atualizada do enfoque original de ecodesenvolvimento³, gestado no âmbito da Conferência de Estocolmo, no início dos anos 1970. Nas palavras do autor:

(...) As categorias conexas de (i) desenvolvimento viável, (ii) de gestão patrimonial de recursos de uso comum e, mais recentemente, de (iii) **desenvolvimento territorial sustentável**⁴ têm contribuído para dotar o enfoque de ecodesenvolvimento de fundamentos científicos e éticos cada vez mais sólidos (VIEIRA, 2006, p. 257)

Por sua vez, Carrière e Cazella (2006, p.28) apontam três principais escolas que fundamentam a abordagem territorial do desenvolvimento: a) as teorias americanas do desenvolvimento denominadas de “*from below*”; b) a escola italiana responsável pelo estudo dos processos de industrialização difusa da chamada “Terceira Itália”; e c) a escola francesa de Grenoble.

² Recentemente o enfoque do Desenvolvimento Territorial Sustentável tem sido denominado de Ecodesenvolvimento Territorial. Os teóricos desse enfoque argumentam que esta nova denominação guarda uma maior coerência com os seus pressupostos, evitando confusões teóricas (VIEIRA, 2013). Contudo, como utilizo diversas referências anteriores ao ano de 2013 remetendo esta discussão à noção de Desenvolvimento Territorial Sustentável – DTS, mantenho o uso de DTS.

³ Trata-se de uma modalidade de política ambiental simultaneamente preventiva e proativa, que encoraja a construção participativa de novas estratégias de desenvolvimento – integradas, endógenas, participativas e sensíveis à ética da reverência pela vida. O termo endógeno sugere aqui a necessidade das próprias populações locais se tornarem co-responsáveis – em parceria com os agentes governamentais – pela concepção e condução de suas trajetórias de desenvolvimento (VIEIRA, 2005, p. 333-334).

⁴ Grifo meu.

No Brasil, a abordagem do DTS constitui um desdobramento das experiências sobre desenvolvimento local e desenvolvimento territorial executadas no decorrer das décadas de 1980 e 1990 pela escola de Grenoble. Um dos principais intérpretes desta corrente, Bernard Pecqueur (2005, p. 11), inspirado pelas contribuições de Hirschman sobre a *revelação dos recursos escondidos*, enfatiza o potencial - para o desenvolvimento rural - contido nos processos de *especificação dos recursos presentes no território*. Na perspectiva do autor, a noção de *recursos* é considerada central para o processo de desenvolvimento territorial e apresenta diferentes matizes: recursos dados (mão de obra não qualificada, disponibilidade de recursos naturais) ou construídos (resultam de um longo processo de acúmulo de *saber-fazer*). Nesse sentido, o autor sugere uma tipologia que qualifica a noção de recurso segundo sua natureza genérica ou específica (PECQUEUR, 2005). No primeiro caso, o valor e o potencial dos recursos independem da sua participação em qualquer processo de produção. Portanto, os recursos genéricos são completamente transferíveis de um território ao outro e o seu valor é baseado no valor de troca mediado pelas leis da oferta e procura inerente ao mercado. Os recursos específicos, por outro lado, nascem de processos interativos e só aparecem no momento de combinações estratégicas de atores na tentativa de resolver um problema inédito. Esses recursos não são mensuráveis e não podem ser transferidos de maneira alguma; resultam de um processo diacrônico de acúmulo de memória e de aprendizagem coletiva. Os recursos específicos que ainda existem de maneira virtual, necessitam ser “revelados”, a fim de ser tornarem *ativos territoriais*. Nesse sentido, a atenção volta-se para o *potencial identificável de um território, que depende do contexto no qual se inscreve o processo heurístico de onde emergem os recursos específicos* (PECQUEUR, 2005, p. 14). Dessa forma, um dos principais desafios para a consecução desta proposta consiste no processo de *construção do território* (PECQUEUR, 2005, 2006). Sendo assim, o território se consolida por meio da concertação social entre os diferentes agentes e grupos sociais que compõem o território.

No Brasil, um dos principais desafios para a implementação da política de desenvolvimento territorial⁵ consiste, sobretudo no papel que

⁵A construção de uma política com a abordagem de desenvolvimento territorial no Brasil toma corpo no final dos anos 1990, resultado da articulação e conjunção entre as iniciativas dos movimentos sociais, comunidade acadêmica, instâncias governamentais e cooperação internacional. Porém somente no ano de 2005 que a política territorial de desenvolvimento rural é consubstanciada no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

o Estado desempenha na delimitação do território. Niederle *et. al.* (2014, p. 243) ao estudarem as dinâmicas sociais no Território Paraná Centro – PR, atestam que "*não se trata apenas de um território dado, reconhecido enquanto tal pelo Estado para a execução das políticas, mas de um território performado pela própria intervenção pública*". Nesse sentido, as instâncias colegiadas de governança territorial, privilegiadas pela política de desenvolvimento territorial, são implementadas a partir da delimitação de um "território dado" em detrimento de um processo que privilegia a apropriação e construção do "território" pelos diferentes grupos sociais (NIEDERLE *et.al.*, 2014). Tal lógica desloca os principais grupos sociais protagonistas de dinâmicas endógenas de produção e de inovações sociais e técnicas do centro para a periferia das instâncias de governança, reproduzindo em muitos casos práticas políticas "clientelistas" e assimetrias de poder (NIEDERLE, 2014). Ademais, as estratégias para a mitigação das desigualdades sociais do meio rural brasileiro contidas nessas políticas acabam por reproduzir a hegemonia da ciência econômica na concepção do fenômeno do desenvolvimento. Essa perspectiva transparece nas reflexões de Wanderley (2014 a), ao analisar a gênese da política pública de desenvolvimento territorial no Brasil:

Sob esse enfoque [desenvolvimento rural sustentável], admite-se que o crescimento econômico pode camuflar um profundo desequilíbrio, em termos de pobreza e exclusão social. Defende-se um modelo que vise, para além do crescimento setorial, à inclusão social da população do campo, através, especialmente, da superação da pobreza e da distribuição mais equitativa de renda (WANDERLEY, 2014a, p. 82).

Não obstante a relevância dessas questões, a dimensão ambiental aparece escamoteada pelo forte viés socioeconômico que prevalece tanto nos estudos quanto na execução da política no meio rural brasileiro. Nesse sentido, as dinâmicas de desenvolvimento territorial com foco na "sustentabilidade" disseminadas por diferentes grupos e agentes sociais carecem de ser melhor exploradas nos estudos. Em Santa Catarina, por exemplo, há diversos estudos em curso, desde os anos de 1990, que

(PRONAT) que em 2007 será integrado no Programa Territórios da Cidadania (PTC) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (WANDERLEY, 2014).

buscam evidenciar e fortalecer estratégias alternativas de desenvolvimento do meio rural e da zona costeira, enfatizando o caráter multidimensional e interdependente inerente ao fenômeno do desenvolvimento: dimensão socioambiental, sociopolítica, socioeconômica e sociocultural⁶ (CORDEIRO, 2014; SILVEIRA, 2013; VIVACQUA, 2012; VIEIRA, 2011; ANDION, 2010, 2007; CERDAN, *et al.*, 2011).

Uma contribuição de grande relevância nesses estudos para este projeto diz respeito à atenção especial dada à agroecologia. Dentre um conjunto de dinâmicas de desenvolvimento, o processo de desenvolvimento agroecológico, enquanto um novo paradigma de desenvolvimento rural sustentável, é apontado como uma dinâmica territorial emergente sob a luz do DTS (CERDAN, *et al.*, 2011; CERDAN; VIEIRA, 2011).

Todavia, no Brasil, não obstante a sua importância, as políticas de desenvolvimento rural com enfoque da sustentabilidade ancoram-se em um forte apelo às questões socioeconômicas das populações rurais, deixando de lado questões relativas à dimensão ecológica (compreendida de uma maneira interdisciplinar) e que são centrais para o enfrentamento da crise socioambiental anunciada acima. Não obstante, a despeito da centralidade que a dimensão socioecológica assume nos processos de planejamento de territórios rurais, a principal agenda do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), criado no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) está fundamentada na minimização das desigualdades sociais e na ampliação da cidadania das populações marginalizadas do meio rural brasileiro (WANDERLEY, 2014 a). Apesar disso, em função das fortes críticas de diferentes atores sociais ligados à questão agrária destinadas ao modelo de desenvolvimento rural proposto pelo Estado desde a década de 1960, fundamentadas, sobretudo, pelos ideais da modernização agrícola (PETERSEN, 2013), vem ganhando corpo um modelo alternativo de produção no meio rural. Trata-se da proposta de produção agroecológica. Este modelo vem dotando as novas institucionalidades de gestão

⁶ Estes estudos são desenvolvidos por pesquisadores vinculados ao Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento – NMD da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, enfatizando o litoral centro-sul catarinense enquanto *região laboratório* para o desenvolvimento de pesquisa-ação sob o enfoque de DTS.

territorial com novos contornos, resultado das ações empreendidas por diferentes atores ligados a questão da segurança agroalimentar.

A partir de um olhar multidimensional, a agroecologia tem o potencial de interconectar um modelo específico de se fazer agricultura com outros setores da esfera do planejamento do desenvolvimento, a exemplo das propostas de turismo rural e comunitário, da produção e difusão de artesanatos produzidos localmente com subprodutos da agroecologia, dos produtos típicos da culinária local etc. As trocas entre saberes e fazeres dos agricultores agroecológicos, construídos diacronicamente por meio de uma complexa teia de aprendizagem a partir de erros e acertos, constituem o pilar central que empresta à agroecologia o status de uma *inovação sociotécnica no mundo rural*. Além disso, os chamados mercados de circuitos curtos e localizados (CORDEIRO, 2014), bastante difundidos pelos movimentos agroecológicos, tais como as feiras-livres e as cestas de alimentos orgânicos, entre outros, constituem um importante eixo da economia solidária que induz uma dinamização econômica a nível local. Dessa forma, a proposta agroecológica fortalece a relação e integração campo-cidade, propiciando o enraizamento dos diferentes grupos sociais no campo. É nesse sentido que a dinâmica de desenvolvimento agroecológico que se estabelece em um dado território é considerada de grande potencial empírico para se compreender as estratégias alternativas vinculadas ao conceito híbrido de *ecodesenvolvimento territorial* (VIEIRA, 2013).

Com base em pesquisas sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável realizadas no estado de Santa Catarina, Vieira (2011) aponta a importância de (i) *resgatar as trajetórias/dinâmicas de desenvolvimento em um dado território* e; (ii) *compreender as percepções e os padrões de interação das diferentes partes interessadas, ou dos atores/agentes sociais*. De acordo com o autor, para compreender os padrões de interação das partes interessadas, sobretudo as relações conflituosas e de cooperação entre os atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento, torna-se relevante o uso de ferramentas analíticas que possuem o intuito de dotar o estudo de maior poder explicativo. Essas ferramentas funcionam de modo a complementar a análise, uma vez que a abordagem de DTS é tributária do paradigma complexo-sistêmico. Nas palavras do autor:

Foi reconhecida, portanto, a necessidade de ampliar o leque de instrumentos de análise explicativa geralmente utilizados em estudos de caso de corte reducionista e tecnocrático,

concedendo-se uma ênfase especial à análise das *estruturas de dominação* e dos *jogos de atores* (VIEIRA, 2011, p.195).

Corroborando com estas constatações, ao lançar uma crítica destinada aos estudos de caráter estritamente normativos referentes ao DTS, Ricardo Abramovay (2010) enfatiza a ausência de uma teoria específica sobre o fenômeno das interações sociais em boa parte da literatura disponível sobre o tema. O pesquisador sugere que as análises explicativas do processo de DTS deveriam partir da compreensão do processo de cooperação entre os diferentes atores envolvidos, tomando de empréstimo as contribuições de Neil Fligstein no campo da Nova Sociologia Econômica (NSE) (ABRAMOVAY, 2010).

Tendo em vista a necessidade de se ampliar os estudos que privilegiam a centralidade da dimensão ambiental na análise das dinâmicas de desenvolvimento territorial e partindo das contribuições dos autores acima referenciados, **este projeto de pesquisa visa compreender as interações entre os diferentes grupos sociais envolvidos no processo de construção do movimento social de agroecologia do território norte do Espírito Santo - ES, e suas ações em prol da dinâmica de desenvolvimento agroecológica neste território.**

Seria importante salientar ainda que as características do modelo de desenvolvimento adotado no estado do ES apresentam similaridades com o modelo catarinense - especialmente nas regiões rurais dos dois estados⁷. A forte miscigenação étnica-cultural ocasionada pelas correntes migratórias, a organização da estrutura fundiária e o forte apelo do processo de endogeneidade presente em algumas fases da trajetória de desenvolvimento do ES podem ser observadas também em SC. Recentemente, foi possível identificar diversas experiências de desenvolvimento agroecológico tanto no Norte quanto no Sul do estado, compreendidas como experiências de resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento do meio rural capixaba (ARANTES *et.al.*, 2014).

Além disso, no norte do Espírito Santo houve um intenso processo para a formação do assim chamado Território Norte e o conseqüente reconhecimento oficial da abordagem territorial de desenvolvimento pelo

⁷ Não pretendo realizar uma comparação entre as dinâmicas de desenvolvimento agroecológico do ES e de SC. Contudo de acordo com a pesquisa bibliográfica referente as pesquisas sob o enfoque de DTS, considero os estudos de caso realizados na região laboratório da zona costeira, referências para este enfoque.

Estado. De acordo com Saldanha *et. al.* (2009), este processo contou com a articulação dos movimentos sociais, gestores públicos e representantes da academia, que delinearam três eixos prioritários que orientam suas ações: Educação no Campo, Questão Fundiária e Agroecologia. Este último, de acordo com os autores, funciona enquanto um eixo transversal que perpassa as ações de diferentes agentes que atuam no território.

1.1. QUESTÕES NORTEADORAS E HIPÓTESES

a. Quais as principais políticas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento rural no norte do Espírito Santo? Qual a disposição e a relação entre os principais grupos e agentes sociais imbricados com a dinâmica de desenvolvimento agroecológico no território norte do Espírito Santo? Em qual contexto social, cultural, político, econômico e ambiental emerge a dinâmica agroecológica do território norte do espírito santo? De que maneira a evolução da dinâmica agroecológica no norte do ES se desdobra enquanto uma proposta de desenvolvimento *sui generis*, marcada por uma construção em rede?

Hipótese 1:

A trajetória de desenvolvimento do estado do ES foi marcada por diferentes momentos tanto na região norte quanto na região sul. Esta trajetória foi orientada por um processo de desenvolvimento concebido sob a óptica econômica em detrimento das dimensões sociais, culturais, políticas e ambientais inerentes ao fenômeno do desenvolvimento. No entanto é possível identificar dinâmicas de desenvolvimento alternativas à abordagem estritamente econômica. A agroecologia desenvolvida na região norte do Estado vem emergindo enquanto uma dinâmica “territorializada”, marcada por uma construção em rede, que privilegia as relações sociopolíticas, culturais, econômicas e sobretudo ambientais que se inscrevem no território em estudo. **Nesse sentido, levanta-se a hipótese de que a dinâmica de desenvolvimento agroecológico no norte do Espírito Santo, possui elementos significativos que a caracterizam enquanto uma dinâmica orientada pelo enfoque do Desenvolvimento Territorial Sustentável.**

b. Em que medida as interações entre os diferentes agentes e grupos sociais implicados com a agroecologia e, mais especificamente, as estratégias dos “empreendedores institucionais” induzem à coalizão política para a formação/consolidação do Movimento de Agroecologia do Território Norte do ES? Qual a natureza das interações entre os diferentes agentes e grupos sociais do território– de cooperação e/ou de conflito? Quais são as táticas que os agentes lançam mão a fim de estimular a cooperação em prol da dinâmica agroecológica?

Hipótese 2:

Adota-se o pressuposto de que o fenômeno do desenvolvimento é uma construção social, e, nesse sentido, as dinâmicas de desenvolvimento territorial são construídas por meio da concertação entre os diferentes agentes e grupos sociais que integram o território. O processo de consolidação da dinâmica de desenvolvimento alternativo e/ou agroecológica no território é condicionado pelas relações/interações entre os diferentes agentes e grupos sociais imbricados na dinâmica emergente de agroecologia. A construção desta dinâmica no território em estudo parece ser guiada em meio aos conflitos entre outras dinâmicas territoriais. Contudo, esse processo de construção depende da “habilidade social” de determinados empreendedores sociais para induzir a “cooperação” entre eles. **Com base nesses argumentos, sustenta-se a hipótese de que as interações sociais dos diversos agentes que compõem a dinâmica de desenvolvimento agroecológico, sobretudo as estratégias de cooperação dos “empreendedores institucionais”, induzem a coalização política na construção do Movimento de Agroecologia do Território Norte do ES, e as ações e estratégias empreendidas pelo Movimento de Agroecologia do Território Norte capixaba, induzem e/ou promovem o processo de transformação do campo do desenvolvimento rural no sentido da construção de um novo campo com base no enfoque de *Desenvolvimento Territorial Sustentável*.**

c. Quais são os obstáculos e as potencialidades da dinâmica de desenvolvimento alternativo e/ou agroecológica do território norte do ES na

construção de uma estratégia de *DTS*? O que condiciona estes limites e estas potencialidades?

Pressuposto:

A emergência de dinâmicas de desenvolvimento alternativo e/ou agroecológica no território norte do Espírito Santo vem fortalecer e consolidar a perspectiva do desenvolvimento rural sob a ótica do conceito híbrido de *DTS*. No entanto, os condicionantes para a estruturação de dinâmicas de desenvolvimento orientadas sob o enfoque de *DTS* no território norte capixaba apresentam-se em uma configuração paradoxal. Por um lado, as estratégias e as ações suscitadas, nas interações entre os diferentes atores e grupos sociais que compõem o chamado Movimento agroecológico do território norte capixaba, embora sejam embrionárias, apresentam-se de grande potencial para a configuração de uma dinâmica alternativa de desenvolvimento rural sob o enfoque de *DTS*. Por outro lado, os constrangimentos às ações do chamado movimento de agroecologia, são marcados pelas forças políticas e, sobretudo, às coações impostas pela dinâmica produtivista hegemônica na área em pauta. Nesse sentido, o resultado das interações entre os atores sociais envolvidos com o Movimento Agroecológico aponta para o processo de estabilização do campo do desenvolvimento rural do território norte capixaba à luz do enfoque de *DTS*.

1.2. OBJETIVOS

Geral:

Compreender a dinâmica de desenvolvimento agroecológico no território norte do Espírito Santo e as interações e estratégias de ação entre os atores e grupos sociais imbricados com o Movimento Agroecológico, a partir da abordagem de *Desenvolvimento Territorial Sustentável*.

Específicos:

- (i) Caracterizar os debates inerentes ao campo do desenvolvimento rural no Brasil, e a emergência da agroecologia nesse contexto.
- (ii) Contextualizar as diferentes políticas, projetos e ações de desenvolvimento rural para o território norte do ES e os principais atores sociais responsáveis por tais políticas, projetos e ações.

(iii) Contextualizar a gênese e a evolução da dinâmica de desenvolvimento agroecológico no norte do estado.

(iv) Mapear os principais atores sociais que conformam a chamada Rede de Agroecologia nessa região (movimentos sociais, organizações não-governamentais, Organizações governamentais e grupos étnicos).

(v) Analisar o papel desempenhado pelos atores-chave ou “empreendedores institucionais” no âmbito da rede e suas estratégias de ação.

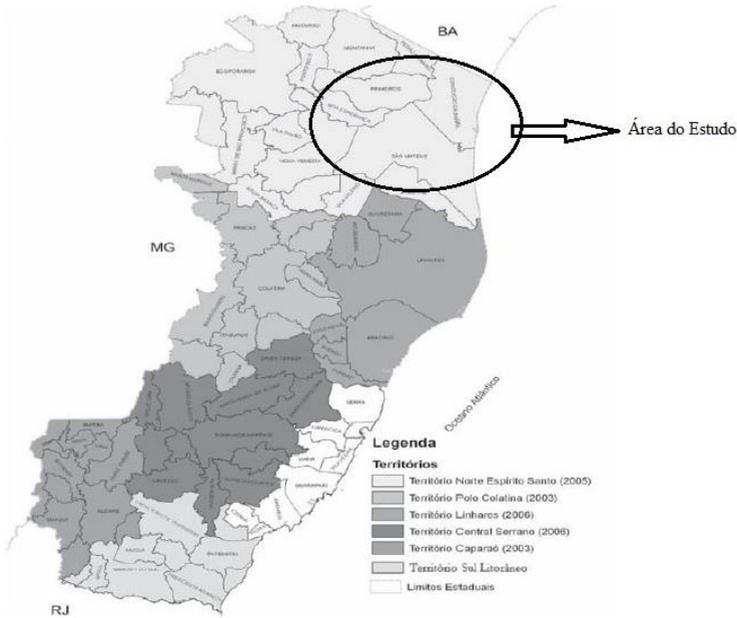
(vi) Caracterizar e analisar as relações de cooperação e conflito mantidas no esforço de consolidar e dinamizar a Rede.

(vii) Analisar as estratégias de ação empreendidas pelos atores que compõem a rede de agroecologia em construção e a eficácia no processo de construção da dinâmica de desenvolvimento agroecológico no território norte do ES.

1.3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi realizada em um pequeno recorte territorial da região Norte do Espírito Santo, especificamente nos municípios de São Mateus, Conceição da Barra, Boa Esperança e Nova Venécia (**Figura 1**). A escolha desses municípios fundamenta-se, sobretudo: (i) por ser o *locus* de ações empreendidas por uma diversidade de atores sociais, integrantes da sociedade civil, do poder público municipal, estadual e federal junto aos camponeses e comunidades tradicionais agroecológicos; (ii) pela importância desses municípios na trajetória de desenvolvimento rural do norte do Estado; (iii) pela efervescência dos diversos movimentos sociais ligados à questão agrária e defensores de um modelo alternativo para o desenvolvimento rural; (iv) pela centralidade que estes municípios ocupam no processo de implementação da política de desenvolvimento rural sob a abordagem territorial.

Figura 1- Mapa do Espírito Santo com destaque do território norte capixaba, foco do estudo.



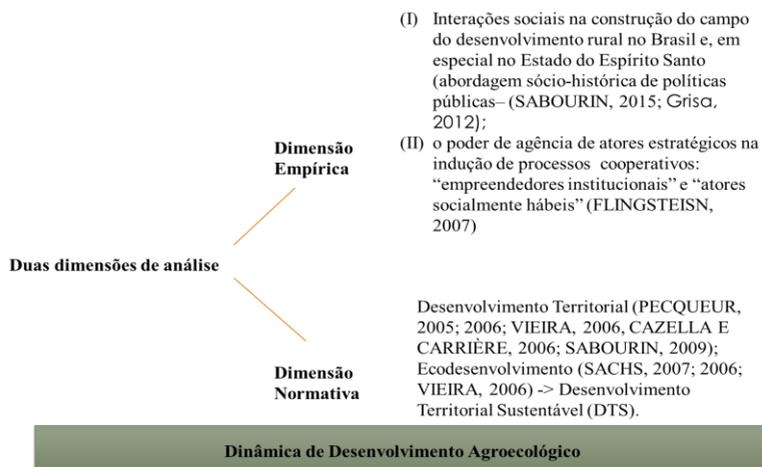
Fonte: Adaptado de Instituto Jones dos Santos Neves

O trabalho, orientado sob a luz do enfoque do Desenvolvimento Territorial Sustentável se desdobra em duas dimensões de análise (**figura 2**). A primeira delas, de caráter empírico debruçou-se nas interações entre os principais atores e grupos sociais na construção do campo do desenvolvimento rural no Brasil e, em especial do Estado do Espírito Santo, levando em consideração a gênese da dinâmica de desenvolvimento agroecológico nestes dois campos. Além disso, o estudo preocupou-se em compreender o poder de agência levado adiante por atores estratégicos na indução de processos de cooperação entre os demais atores sociais, denominados de “empreendedores institucionais” e “atores socialmente hábeis” (FLINGSTEIN, 2007). Esta dimensão foi orientada a partir das reflexões sobre a “Habilidade Social e a Teoria dos Campos” de Neil Flingstein (2007), e a abordagem Sócio-Histórica de políticas

públicas, direcionada à noção de campo de desenvolvimento rural, inspirada nas reflexões de Grisa (2012) e Sabourin (2015).

A dimensão normativa do estudo levou em consideração a confluência entre as reflexões acerca do Desenvolvimento Territorial (PECQUEUR, 2005; 2006; VIEIRA, 2006, CAZELLA E CARRIÈRE, 2006; SABOURIN, 2009), e do Ecodesenvolvimento (SACHS, 2007; 2006; VIEIRA, 2006,). Em meio a esta confluência, debruçou-se nos conceitos de Reciprocidade (SABOURIN, 2007; 2015; WOORTMANN, 1990), a autonomia camponesa (PLOEG, 2008) e sobre a noção de agroecologia (ALTIERI, 1989; CAPORAL, 2009).

Figura 2 - Esquema sobre as dimensões de análise



Fonte: Elaboração Própria

Os dados necessários à pesquisa foram apreendidos por meio de fontes primárias e secundárias, observação participante e pelas entrevistas em profundidade e semi-estruturadas⁸. O trabalho de campo foi realizado em 3 etapas distintas. A primeira etapa, em julho de 2015, concentrei o trabalho na região centro-serrana do Espírito Santo. Esta etapa teve o caráter de realizar uma pesquisa exploratória a fim de apoiar o processo de elaboração do projeto de pesquisa. Neste momento tive a oportunidade

⁸ De acordo com Quivy e Campenhoudt (1992).

de participar do Encontro Estadual de Agroecologia realizado no município de Santa Teresa, com a presença da maioria dos atores e movimentos sociais que compõem o Movimento da Agroecologia do Território Norte capixaba. Ainda nesta primeira etapa, realizei conversas informais com diversos atores sociais em feiras específicas para a produção orgânica em Vitória- ES. Esta primeira etapa de pesquisa exploratória, foi de extrema relevância uma vez que contribuiu decisivamente para que eu escolhesse o território norte como foco de estudo.

A segunda etapa de pesquisa de campo foi empreendida junto aos principais atores sociais no território norte capixaba, realizada entre os dias 15 a 31 de janeiro do ano de 2016. Esta etapa consistiu em conversas informais junto aos principais atores sociais e agricultores na região em estudo. Nesta etapa pude recolher dados secundários, tais como relatórios da ACA, ATAs de reuniões, diversos materiais de divulgação entre outras fontes documentais.

Na terceira etapa de pesquisa, realizei conversas e entrevistas semi-estruturadas com as principais instituições da sociedade civil, do poder público federal, estadual, e municipal, além dos movimentos sociais que atuam no território norte capixaba (**tabela 1**). Além disso, realizei conversas e entrevistas com agricultores agroecológicos e não-agroecológicos presentes no território, de forma a contemplar os municípios que conformam o recorte territorial deste projeto. O número de agricultores entrevistados por localidade levou em consideração o tamanho dos municípios do território e a interação de tais agricultores junto ao Movimento Agroecológico no norte capixaba. Destaca-se, ainda, a participação de diversas atividades e algumas reuniões de trabalho junto a estes grupos, tais como a reunião de elaboração do Plano de Ação Territorial. Além disso, pude interagir junto aos camponeses agroecológicos do município de Nova Venécia, uma vez que me deram apoio logístico em meu trabalho de campo.

Tabela 1- lista das Instituições entrevistadas

Setor	Instituições	Total de entrevistados
Governamental	Gerência de Agroecologia e Produção Vegetal da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG	1

	Secretário Executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS – SEAG	1
	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER	2
	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	2
	Secretaria Executiva da Comissão Estadual de Produção Orgânica – CEPOrg – ES, e Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento – MAPA - ES	2
	Mandato do Deputado Estadual Padre Honório	1
Sociedade Civil	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	1
	Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA	2
	Associação em Programas de Tecnologias Alternativas – APTA – ES	1
	Associação Veneciana de Agroecologia – Universo Orgânico	3
	Associação dos Pequenos Agricultores do Córrego da Pratinha – APAC	2
	Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo – RACEFFAES	1
	Agricultores de Nova Venécia	6
	Agricultores de Boa Esperança	2
	Comunidade Quilombola do Sapê do Norte	1

Fonte: Elaboração Própria

Os resultados da pesquisa levaram em consideração as evidências oriundas de fontes secundárias e das entrevistas semi-estruturadas com os principais atores e grupos sociais. Os dados foram sistematizados e analisados com o auxílio do *software* de análise qualitativa *NVivo 9*, levando em consideração, também, as observações realizadas nas três etapas de pesquisa de campo consideradas relevantes ao tema de pesquisa.

1.4. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada em quatro capítulos além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo trata do referencial teórico que orientará as análises dos dados e da disposição estrutural desses capítulos. Assim, realizo um aprofundamento teórico sobre o conceito de Desenvolvimento Territorial e Ecodesenvolvimento, e os seus desdobramentos teóricos na atualidade. Abordei, de maneira mais sistemática, a inter-relação entre o conceito de Desenvolvimento Territorial e a noção de Agroecologia. Além dos aportes teóricos acerca da dimensão normativa da pesquisa, sob o ponto de vista empírico, aprofundo sobre o conceito de *Habilidade Social e Empreendedor Institucional*, suas relações com a noção de Campo e a ideia da emergência de uma *nova ordem social*. Estes conceitos, elaborados a partir das reflexões propostas por Flingstein (2007), são extremamente férteis para analisar as interações entre os atores sociais do norte capixaba a fim de construir uma estratégia de desenvolvimento orientada sob a perspectiva da agroecologia.

No segundo capítulo, de uma maneira ampla e generalizada, apresento o campo do desenvolvimento rural no Brasil e as disputas sociopolíticas empreendidas por uma diversidade de atores sociais tensionando o campo, ora sob uma perspectiva orientada pela lógica do desenvolvimento economicista, ora pelo viés do chamado “campesinato”. Portanto, tendo em vista estas disputas enquanto pano de fundo do meio rural brasileiro, abordo, mais especificamente, sobre os desdobramentos atuais da implantação do projeto de Modernização Agrícola instituída a partir do governo militar. Considero que o projeto de modernização agrícola imposta pelo Estado, a partir do final da década de 1960, acarretará profundas transformações sociopolíticas, culturais e ambientais no campo do desenvolvimento rural do Brasil. De um lado, o projeto de modernização possibilitou catalisar o processo de industrialização do Brasil na década de 1970 e dinamizar a economia brasileira incorporando-a sob a lógica do mercado global. Contudo, este projeto foi levado adiante sem considerar os efeitos sobre as diferentes dimensões relacionadas aos sistemas socioecológicos. Assim, do outro lado desta perspectiva, em resposta a este processo destaca-se as ações levadas adiante por uma diversidade de atores e movimentos sociais do meio rural brasileiro e os seus desdobramentos sociopolíticos. Dentre estas ações, sublinharei a gênese e a evolução do Movimento de Agroecologia no Brasil, pontuando alguma de suas principais ações no cenário brasileiro.

O terceiro capítulo é uma continuação dos debates e reflexões do capítulo anterior. No entanto, o foco recai para o Estado do Espírito Santo. Portanto, será analisado as dinâmicas de desenvolvimento do Estado capixaba enfatizando àquelas levadas adiante no cenário do Território Norte. O capítulo seguirá com a análise da gênese e a evolução da dinâmica de desenvolvimento agroecológica no Estado a partir da interação entre os diversos atores sociais ligados ao Movimento de Agroecologia e, será dada uma atenção especial aos desdobramentos deste movimento no Território Norte Capixaba. Além disso, será pontuado as principais tensões e conflitos decorrentes aos debates conceituais e empíricos sobre os modelos de agroecologia e Produção Orgânica. Como desdobramento destas tensões no campo do desenvolvimento rural capixaba, o capítulo conclui com a emergência do Movimento Agroecológico do Território Norte capixaba, a fim de se constituir um dos principais atores na construção de uma dinâmica alternativa de desenvolvimento rural para o Território Norte capixaba.

O quarto e último capítulo recairá sobre a análise das práticas agroecológicas realizada pelos camponeses do território norte capixaba, além de compreender o “jogo dos atores” que compõem o Movimento Agroecológico do Território Norte capixaba. Ou seja, será analisado as interações entre estes atores sociais, além de compreender o papel de agência levada adiante por atores específicos a fim de fortalecer e consolidar a dinâmica de desenvolvimento agroecológico no território norte capixaba.

2. DELINEANDO UM ENFOQUE ANALÍTICO

Neste capítulo são caracterizadas e fundamentadas as principais categorias analíticas mobilizadas para a busca de respostas às questões-norteadoras delineadas acima. Inicialmente, ofereço algumas reflexões sobre o debate em curso relativo às opções de enquadramento teórico-metodológico da problemática socioecológica global. Nesse debate, referencio o Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) enquanto uma abordagem promissora para lidar com tais desafios. Num segundo momento, o foco recai sobre o conceito-chave de agroecologia, compreendido enquanto uma construção apoiada no novo paradigma científico sistêmico-complexo e, por implicação, embutida no modelo de análise de dinâmicas territoriais de desenvolvimento. Considerando a centralidade da compreensão das interações sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial, na sequência o texto coloca em foco a pertinência dos conceitos de habilidade social e empreendedorismo institucional tendo em vista a realização deste estudo de caso. Por fim, são também caracterizados os conceitos de agricultura familiar e campesinato, considerados essenciais no debate contemporâneo sobre os dilemas do cenário rural brasileiro, e mais especificamente, das dinâmicas identificadas no território norte do Espírito Santo.

2.1. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E ECODESENVOLVIMENTO

A tomada de consciência de uma crise socioambiental em escala global, desencadeada pela disseminação de um estilo de desenvolvimento concebido como sinônimo de crescimento econômico ilimitado e avesso a considerações de ordem socioecológica passou a ser reconhecida pelos Estados-nações somente a partir da década de 1970, no contexto da I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano⁹ (VIEIRA, 2006). A conferência ficou marcada pelos resultados alarmantes sobre a gravidade dos impactos negativos do *modo industrial*

⁹Conforme aponta os estudos realizados por Pádua (2002), desde a colonização do Brasil já existiam pensadores que anunciavam, de maneira profética e poética, os limites inerentes à natureza perante as explorações impostas pelos colonizadores. No entanto, somente a partir da década de 1970 no âmbito da Conferência de Estocolmo que se estabelece o debate que associa o modelo de industrialização com a crise ambiental, colocando em xeque o modelo de desenvolvimento econômico levado adiante em escala planetária.

de produção nos cinco continentes. Tais resultados foram apresentados no célebre relatório intitulado “The Limits to Growth”, coordenado por D. H. Meadows *et al.*, e publicado sob os auspícios do *Clube de Roma* às vésperas da Conferência (*Ibidem*).

O debate acerca de um estilo de desenvolvimento alternativo frente à lógica *produtivista e socialmente excludente* embutida no modelo de “crescimento econômico a qualquer preço” tem acompanhado, desde então, as decisões políticas no cenário internacional. Segundo Godard (2000), é sob a atmosfera vivida na década de 1970 que as indagações a respeito da compatibilidade entre os objetivos de desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente descortinam duas visões antitéticas:

Para alguns, somente uma taxa de crescimento elevada permitiria o financiamento de uma política ambiental vigorosa, voltada para a difusão rápida da inovação, para a consideração dos custos de manutenção ou de restauração de ambientes e para a efetivação de mecanismos de reciclagem de materiais ou de eliminação de dejetos; para outros, a harmonização entre os objetivos do desenvolvimento e a preservação ambiental seria em princípio possível, mas demandaria a concepção de novos modelos de desenvolvimento, implicando mudanças substanciais nos modos de vida, nos modos de produção e nas opções técnicas, bem como nas formas sociais de organização e nas relações internacionais (GODARD, 2000, p.204)

É em nome desta busca, em caráter experimental, de “harmonização” entre os objetivos do desenvolvimento socioeconômico e o imperativo de preservação ambiental que surge o conceito de *ecodesenvolvimento* no âmbito da geopolítica dos anos 1970. Esta proposta passou a ser difundida enquanto expressão de uma crítica radical à *ideologia economicista subjacente à suposta civilização industrial-tecnológica* (VIEIRA, 2006, p.251). Nessa perspectiva, o fenômeno do desenvolvimento passa a ser considerado à luz de uma abordagem sistêmica (MORIN; KERN, 2002). Em outras palavras, isto significa compreendê-lo do ponto de vista das complexas inter-relações tecidas entre os sistemas naturais e os sistemas sociais, configurando assim uma abordagem interdisciplinar que distingue as dimensões socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e socioecológica de um novo projeto de sociedade (MORIN; KERN, 2002). Ademais, os teóricos do

ecodesenvolvimento enfatizam o “potencial emancipador contido na noção de endogeneidade das dinâmicas de desenvolvimento” (VIEIRA, 2006, p. 252). Os desdobramentos deste conceito suscitaram um intenso debate sobre as contradições e os limites constitutivos do paradigma analítico-reducionista na ciência contemporânea. Pois, passou a ser evidenciada a necessidade de embutir, daí em diante, o enfoque sistêmico nas dinâmicas de planejamento e gestão de novas estratégias de desenvolvimento em todas as escalas de intervenção (VIEIRA, 2006).

Os acalorados debates sobre a legitimidade e a viabilidade concreta dessas estratégias foram intensificados por ocasião da Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro em 1992. Emergiu na ocasião o conceito de “sustentabilidade”. Ele foi sendo gestado, contudo, na conjuntura política gerada pela queda da proposta socialista na Europa oriental, no final da década de 1980. Passamos a conviver com um processo acelerado de globalização econômica, marcada pela abertura dos mercados transnacionais no âmbito do *projeto neoliberal*. Consolidou-se assim uma nova modalidade de *racionalidade social* no campo do planejamento e da gestão. A natureza passa a ser representada em termos de “estoques” a serem geridos e explorados no curto prazo. O conceito de *desenvolvimento sustentável*¹⁰ incorporou-se assim gradualmente às políticas públicas no cenário internacional, sob o pano de fundo de uma suposta possibilidade de conciliação entre a persistência de um estilo de crescimento econômico e consumo ilimitados e as evidências de agravamento tendencial da crise socioecológica em escala global. Nas palavras do economista francês Olivier Godard (1997, p. 107), ainda na década de 1990, *tão ambígua quanto usual, a expressão “desenvolvimento sustentável” remete a uma corrente de reflexões que perdura há mais de vinte anos.*

Mais recentemente, a noção de sustentabilidade vem sendo associada à reflexão sobre “economia verde” - fundamentada no

¹⁰Conforme analisado por Godard (1997), embora a ideia de “Desenvolvimento Sustentável” tenha sido disseminada para a sociedade no final da década de 1980, sobretudo a partir da publicação do relatório denominado de Brundtland em 1987, a gestação deste conceito foi impulsionada pela constatação do conteúdo radical da noção de ecodesenvolvimento na década de 1970. Contudo, o autor nos esclarece que embutido no conceito de desenvolvimento sustentável, há o cruzamento e tensões referentes a três abordagens sobre o desenvolvimento: i) a abordagem do ecodesenvolvimento; ii) a abordagem da “economia ecológica” cujo principal expoente é Georgescu-Roegen; iii) prolongamento da teoria neoclássica do equilíbrio e do crescimento. Para o autor, diante essas tensões, *há várias maneiras de interpretar a definição do Desenvolvimento Sustentável* (GODARD, 1997, p. 113).

pressuposto da necessidade de uma estratégia de transição cada vez mais apoiada na inovação técnica e no critério-chave de *eficiência*. Considerada desta perspectiva, a dimensão socioecológica é reduzida a uma dimensão subsidiária da visão *economicista* do desenvolvimento proposta pelos teóricos da *modernização ecológica*¹¹. Passou a ser dada uma especial atenção ao papel que as inovações tecnológicas assumem neste processo, a fim de internalizar as *externalidades socioecológicas* oriundas da economia de mercado em todas as escalas de intervenção planejadora.

Neste contexto marcado por controvérsias intermináveis, dentro e fora da Academia, a abordagem “clássica” de ecodesenvolvimento acabou sendo deslocada do centro para a periferia dos debates internacionais. Todavia, de acordo com Vieira (2015, 2011), valeria a pena levar em conta os novos aportes conceituais, teóricos e metodológicos que vieram à tona desde a época da Rio 92, dotando-o de fundamentos científicos mais sólidos. O mesmo autor vem colocando em destaque a incorporação das pesquisas sobre *gestão de recursos de uso comum (commons)* e, mais recentemente, sobre a hibridização dos enfoques de *ecodesenvolvimento* e de *desenvolvimento territorial* (em nome de um *ecodesenvolvimento territorial*).

A primeira dessas categorias, está focada na *elucidação da complexidade embutida na impressionante variedade de modos de apropriação e de sistemas de gestão de recursos naturais de uso comum disseminados em todos os continentes* (VIEIRA, 2006, p.258; VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005). Já a abordagem de *desenvolvimento territorial sustentável* vem sendo construída a partir das experiências da Europa ocidental, executadas no decorrer das décadas de 1980 e 1990, sobretudo a partir das experiências da França e da Itália analisadas com base no enfoque territorial. Essas experiências contribuem de maneira significativa para a consolidação do enfoque “clássico” de ecodesenvolvimento, uma vez que são mobilizadas as noções centrais de endogeneidade, descentralização, autonomia, economia de proximidade e sistemas produtivos integrados (VIEIRA, 2006; 2009).

¹¹ A noção de modernização ecológica pode ser vista como a interpretação sociológica do processo de reforma ambiental em múltiplas escalas no mundo contemporâneo. A teoria se propõe a analisar como diversas instituições e atores sociais podem integrar suas preocupações ambientais no cotidiano, no desenvolvimento e relacionamento com outros, incluindo aqui o mundo natural, e transcender a divisão entre ecologia e economia, internalizando os “custos externos” em funções do mercado e da economia em geral (GUIVANT, 2009, p.175).

Carrière e Cazella (2006) esclarecem que a emergência do pensamento sobre as dinâmicas de desenvolvimento territorial está ligada a vários fenômenos socioeconômicos, políticos e ambientais que surgiram a partir dos anos 1980. Para os autores, o surgimento de um conjunto de teorias que irá alicerçar a abordagem “territorial” do desenvolvimento tem sua origem na crise do modelo de desenvolvimento dito “fordista”, baseado na produção e no consumo de massa, bem como na opção pela regulação macroeconômica de tipo Keynesiano¹². A abordagem desdobra-se em duas vertentes (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006) interdependentes e complementares: a primeira está relacionada aos fenômenos de agravamento dos processos de degradação socioecológica em escala global e às profundas transformações sociopolíticas em curso nas sociedades contemporâneas. Essas transformações estão estimulando novas abordagens de gestão antecipativa-preventiva dos recursos naturais de uso comum, que por sua vez, contribuem para a legitimação crescente das noções-chave de endogeneidade e autonomia local (*self-reliance*). Nesta perspectiva, os atores locais tornam-se protagonistas dos rumos estratégicos a serem assumidos no cenário específico de sua região. Já a segunda vertente sublinha a dimensão socioeconômica do desenvolvimento e direciona suas ações no sentido da formação de *sistemas produtivos locais integrados*. Este último caso pode ser ilustrado por meio das referências disponíveis sobre a formação de redes de micro e pequenas empresas nos assim chamados *distritos industriais* (COURLET, 2006). A primeira vertente, na qual se integra a presente pesquisa, está relacionada à construção progressiva dos alicerces do conceito de *DTS*.

A abordagem territorial do desenvolvimento está intimamente relacionada com a maneira de se conceber a noção de “espaço” geográfico. Nesta perspectiva, o “território dado” se diferencia do “território construído” (PECQUEUR, 2005) O território dado é o espaço que é o objeto da observação. Neste caso *postula-se o território* como pré-existente e analisa-se o que ali acontece. É, de qualquer forma, o território *a priori*; não se procura analisar sua gênese e as condições de sua constituição, é apenas um suporte. Trata-se, geralmente, do território institucional: a região, o distrito, a província, etc. Por outro lado, o

¹² A teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes, denominada de teoria keynesiana, se coloca contrária às concepções liberais de auto-controle do mercado. A ideia central consiste na intervenção do Estado no processo de regulamentação da economia a fim de gerar uma atmosfera favorável para o estabelecimento do “pleno-emprego”.

território construído é o resultado de um processo de construção pelos atores. O território não é postulado, é constatado *a posteriori*. Isto significa dizer que o território construído não existe em todo lugar (PECQUEUR, 2005, pp.12-13).

No primeiro caso, o território funciona enquanto um “espaço-lugar” funcional, ou seja, no simples suporte das atividades econômicas. Já no segundo caso, o território é dotado de vida, de cultura, de pertencimento, que conformam os traços de identidade de determinados grupos sociais e se materializam a partir de um complexo processo de construção – mas a partir do dinamismo dos indivíduos que nele vivem (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006). Nesse sentido, segundo Pecqueur (2005, p.12), o conceito de desenvolvimento territorial designa “*tudo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território*”. Desta conceituação depreendem-se três afirmações essenciais:

(i) o desenvolvimento territorial não pode ser implantado por decreto; permanece uma construção dos atores, mesmo que políticas públicas apropriadas possam estimular e mobilizar esses atores; (ii) (...) essa estratégia visa permitir aos atores dos territórios reorganizarem a economia local face ao crescimento das concorrências na escala mundial; (iii) (...) o mecanismo de territorialização tem, como base, o princípio de especificação dos ativos, isto é, a busca pelos recursos próprios ao território que permitirão a este de se diferenciar em relação a seu vizinho (PECQUEUR, 2005, p.12).

As dinâmicas de desenvolvimento territorial experimentadas no decorrer das décadas de 1980 e 1990 constituiriam uma resposta “ofensiva” ao processo de globalização neoliberal das economias e das culturas. Esse processo de globalização induz, nos países latino americanos, uma transformação paradoxal. Por um lado, a formação de macroeconomias voltadas para a liberalização externa – que, no caso da agricultura familiar intensifica o processo de marginalização econômica de contingentes majoritários da população. E por outro, o surgimento de um processo de criação de vantagens competitivas por meio da *relocalização* e da *especificação* das atividades econômicas (REQUIER-DESJARDINS *et. al.*, 2006). No entanto, para além da superação das desigualdades *regionais* - no caso dos países europeus - e *socioeconômicas* - no caso dos países do Hemisfério Sul (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006), as dinâmicas de desenvolvimento territorial deveriam incorporar - de forma analiticamente consistente - a dimensão socioecológica enquanto uma variável-chave de todo esforço de

planejamento face ao agravamento da crise global. De acordo com Vieira (2006), o maior desafio ao se pensar o desenvolvimento a partir desta perspectiva é a integração da variável socioecológica na abordagem territorial do desenvolvimento.

Em outras palavras,

A força de inércia da *ideologia economicista* pode chegar a comprometer seriamente a consistência das iniciativas em curso – ainda muito embrionárias – de construção e consolidação institucional de territórios sustentáveis. (...) A exemplo do que tem ocorrido no processo de disseminação da visão reducionista-tecnocrática do *desenvolvimento sustentável* e também da chamada *modernização ecológica*, o debate sobre o desenvolvimento territorial desvinculado da reflexão de fundo sobre a questão ecológica deveria ser manejado com extrema cautela (VIEIRA, 2006, p. 263)¹³.

Direcionar o olhar para o meio rural, a partir de uma perspectiva do Desenvolvimento Territorial, impregnado com as questões ecológicas impostas pela sociedade moderna contemporânea, nos induz a repensar o modelo de desenvolvimento para o meio rural. A noção de Agroecologia, nesse sentido, emerge enquanto proposta de desenvolvimento alternativo ao modelo estritamente economicista, e contribui, sob o ponto de vista empírico, com a construção do conceito de DTS.

2.2. AGROECOLOGIA: UM CONCEITO SISTÊMICO-COMPLEXO

A perspectiva da agroecologia não se restringe a uma nova prática agrícola. Configura, antes, uma aplicação dos princípios da nova ecologia humana orientada pelo enfoque sistêmico (VIEIRA, 2006). O conceito de agroecologia, além de privilegiar as interações entre as dimensões agrônomicas e socioecológicas, na perspectiva de uma gestão de *agroecossistemas* (ALTIERI, 1989), evidencia de igual maneira, as inter-relações destas com as dimensões sociológicas e políticas, como demonstram os intérpretes da “agroecologia política” (PETERSEN,

¹³ Grifos do autor.

2013; GONZÁLES DE MOLINA, 2012). Corroborando com esta perspectiva, Caporal (2009) considera a agroecologia como um enfoque sistêmico que busca apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural para “estilos mais sustentáveis”. De acordo com o autor:

Quando se faz referência à Agroecologia está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão mais além de aspectos meramente tecnológicos ou agronômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas que aquelas das ciências agrárias “puras”, pois incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade. (CAPORAL, 2009, p.26)

Para Petersen (2013, p.82), a agroecologia nasce como enfoque científico resultante da fusão de duas ciências que, até um certo tempo atrás, tiveram uma relação bastante tensa: a Agronomia e a Ecologia. O autor compartilha que a noção de agroecologia vem sendo construída a partir do enfoque sistêmico, passando a abordar as interações ecológicas em uma diversidade de dimensões (ou subsistemas) em diferentes escalas de hierarquia. A noção de Agroecologia, segundo Altieri (1989), incorpora uma visão sistêmica dos sistemas produtivos, segundo o qual:

Os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas são investigadas e analisadas como um todo. Então, a pesquisa agroecológica preocupa-se não em maximizar a produção de uma atividade em particular, mas sim com a otimização do agroecossistema como um todo. Essa tendência troca a ênfase de uma pesquisa agropecuária direcionada a disciplinas e atividades específicas para tratar de interações complexas entre pessoas, culturas, solo e animais” (ALTIERI, 1989, p. 18).

Dessa forma, com base em estudos de sistemas produtivos camponeses e indígenas, Altieri (1989) propõe que a agroecologia considere técnicas produtivas que produzem a manutenção das características ecológicas do ambiente, sem perder de vista os componentes sociais, econômicos e culturais imbricados no sistema produtivo. Romeiro e Assis (2002) nos coloca que a ideia de manejo

produtivo agroecológico recai especialmente no entendimento da noção de agroecossistemas complexos. Trata-se de uma perspectiva orientada pelo enfoque da ecologia humana, indo além das interpretações de cunho cientificista e de caráter reducionista, assim se compreende um agroecossistema complexo enquanto:

Um local de produção agrícola - uma propriedade agrícola por exemplo - compreendido como um ecossistema. O conceito de agroecossistema proporciona uma estrutura com a qual podemos analisar os sistemas de produção de alimentos como um todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção e as interconexões que os compõem (GLIESSMAN, 2000, p. 61 *apud* ROMEIRO E ASSIS, 2002, p. 72).

A promoção de agroecossistemas complexos, seguindo a ótica de Altieri (1989), é realizada através das interações entre os diferentes componentes e subsistemas, os quais geram crescentes níveis de autonomia técnica e resiliência ecológica. Um desses níveis, com forte complexidade, caracteriza-se o nível da sociedade com suas dimensões (interdependentes) socioculturais, socioeconômicas e sociopolítica¹⁴.

A partir da dimensão socioeconômica é possível identificar que no sistema agroecológico há a interação entre o sistema de produção de bens e serviços que são produzidos para o mercado e aqueles produzidos principalmente para o consumo da família produtora. No primeiro caso, os produtos produzidos segundo os preceitos e princípios agroecológicos tendem a ser comercializados a partir de uma pequena rede de atores que privilegiam as relações tecidas no nível do território no qual os produtos foram produzidos. Um dos pilares assentados nesta estratégia é o processo

¹⁴ Considera-se que os diferentes níveis hierárquicos que compreendem o sistema têm sua fronteira delimitada pelo acréscimo do gradiente de complexidade no sentido ascendente, e que as inter-relações entre esses diferentes níveis, dimensões ou entre os próprios subsistemas do mesmo nível hierárquico são de natureza interdependentes. Dessa maneira, não existem diferenças quanto ao nível de importância entre estes níveis, pois qualquer desequilíbrio gerado em um dos níveis hierárquicos, dimensões ou entre os subsistemas do mesmo nível hierárquico afetará o sistema como um todo, gerando um rearranjo ordinário entre os níveis a fim de se chegar à ideia de resiliência.

de dinamização econômica que coloca em primeiro plano as relações sociais tecidas no nível territorial (VIEIRA, 2006).

Já no segundo caso, e interagindo com a dimensão sociocultural, a agroecologia vem a demarcar a chamada “campecinidade” e o modo “camponês” de viver, ou seja, uma das características da identidade camponesa (WOORTMANN, 1990). Esta baseia-se na concepção de que a unidade de produção camponesa é a mesma da unidade familiar do camponês; as forças produtivas da unidade de produção são empregadas pela família que mora no “sítio” e “trabalha” na roça. Além disso, o excedente da produção agroecológica alimenta, também, uma gama de relações de vizinhança baseadas na reciprocidade (SABOURIN, 2009), as quais constituem marcas distintivas que demarcam as fronteiras entre o que é o “local”, o regional, e o territorial, e o que é o nacional e o “global”¹⁵.

Diante desta dupla função da economia familiar dos camponeses, o modo camponês de se fazer agricultura depende em grande medida da conservação dos recursos naturais e do seu respectivo patrimônio produtivo. Nesse sentido, Petersen (2013, p.86) sublinha:

Ao ser a um só tempo proprietário dos meios de produção e trabalhador, o agricultor familiar depende da preservação – e, se possível, da ampliação – do patrimônio produtivo, o que implica uma racionalidade específica na gestão dos recursos locais que lhe assegura relativa autonomia perante os mercados.

Sob a salvaguarda da dimensão política da agroecologia, se assenta o fato de que a reprodução camponesa, entendida a partir do estabelecimento de dinâmicas de coprodução entre a natureza e a agricultura, é assegurada a partir do momento em que as relações mercantis deixam de atuar enquanto princípios ordenadores exclusivos do trabalho agrícola (PETERSEN, 2013, p.89). É, nesse sentido, que a agroecologia pode ser encarada como uma proposta de desenvolvimento alternativo para o meio rural, sobretudo no estabelecimento de sistemas alternativos de valores sociopolíticos. Nesta perspectiva, o que está em jogo é a construção de um modelo de desenvolvimento contra-hegemônico para o meio rural no qual coloca em primeiro plano as

¹⁵ Tratarei destes conceitos mais adiante.

interações e benefícios inerentes à coprodução entre natureza e agricultura, que, por sua vez, privilegia um dinamismo socioeconômico fundamentado pelas noções de endogeneidade e “economias plurais” (ANDION *et al.*, 2006).

Diante a complexidade e caráter eminentemente “interdisciplinar” da agroecologia, faz-se relevante pontuar que agroecologia tem sido tratada para além do seu enfoque científico. Nesse sentido, destaca-se a sua trajetória enquanto movimento social. Importa salientar que essas interpretações não são exclusivas e atuam de maneira complementar. Brandenburg (2002), por exemplo, foca seu estudo na trajetória dos movimentos contestatórios do meio rural que surgem no decorrer da década de 1970, os quais se opõem ao projeto de modernização agrícola adotado pelo Estado. Piccolloto e Brandenburg (2015) argumentam que a inserção do movimento ambientalista nas lutas sociais do campo se configuram enquanto uma oportunidade política, de modo que esses movimentos sociais passam a incorporar a dimensão ecológica em suas lutas frente ao processo de modernização agrária. O autor trata a *agricultura ecológica* enquanto um resultado destas lutas no campo, focando o seu estudo na região sul do País - sobretudo nas lutas empreendidas no âmbito do Projeto de Tecnologias Alternativas - PTA, apoiado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, pela ala progressista da igreja católica – as chamadas Comissões Pastorais da Terra - CPT – e parte da Igreja Luterana.

Diante deste debate, a agroecologia pode ser encarada como um novo modo de produção que, dentre os seus objetivos, conecta a luta pela autonomia dos agricultores familiares camponeses, consolidando um movimento social que coloca em primeiro plano as interações e os benefícios inerentes à coprodução entre natureza e agricultura. O objetivo central deste “movimento social” é implementar os principais pilares de sustentação de um “estilo de desenvolvimento alternativo” na sociedade contemporânea.

Dessa forma, e em outras palavras, a proposta agroecológica pode ser compreendida enquanto uma ação coletiva estruturada por agentes sociais que compartilham um mesmo ideal político. Esses agentes travam suas lutas em nome de um projeto alternativo ao modelo vigente de desenvolvimento do meio rural, que tem sido orientado pelos pressupostos da chamada “Revolução verde”¹⁶. Além disso, desde este

¹⁶A revolução verde referenciada, diz respeito ao processo revolucionário que a indústria química agrícola impôs ao processo de produção agrícola para adquirir maiores produtividades, e

ponto de vista, a dinâmica de desenvolvimento baseada nos ideais da agroecologia evidencia a interação com os outros setores produtivos; vai além de uma proposta de manejo dos solos verificada nos processos de produção orgânica, mas se constitui como uma dinâmica de desenvolvimento multidimensional, alternativa ao modelo hegemônico, a qual integra os diferentes setores econômicos; e, dentre esses setores, a proposta agroecológica possui o potencial de visibilizar diversas ações econômicas que ainda se encontram na informalidade.

As reflexões acima trazem à superfície diversos elementos que indicam as sinergias existentes entre a Agroecologia e o enfoque de DTS. Nesse sentido, destacam-se as contribuições de Ignacy Sachs relativas à construção de um estilo de desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente, no processo de constituição do pensamento agroecológico (CAPORAL; COSTABEBER, 2004 *apud* LUZZI, 2007).

Pesquisas recentes realizadas na região sul do Brasil, apontaram que a dinâmica de desenvolvimento agroecológico possui um forte potencial para o estabelecimento de estratégias alternativas de desenvolvimento baseadas no enfoque de DTS (SILVEIRA, 2013; CERDAN, et.al., 2011; CERDAN; VIEIRA, 2011). No entanto, esses estudos revelaram que um dos principais desafios para a consecução desta dinâmica enquanto eixo central e integrador deste enfoque reside no processo de cooperação e articulação entre os diferentes grupos e agentes sociais, intérpretes das estratégias de desenvolvimento no território em estudo.

2.3. INTERAÇÃO SOCIAL, HABILIDADE SOCIAL E EMPREENDEDORISMO INSTITUCIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO

O processo de construção territorial não deve ser visualizado como uma proposta de “fora para dentro”, e tampouco de “cima para baixo”, sem a consideração atenta da especificidade dos interesses dos agentes e grupos sociais locais. Carneiro e Rocha (2010, p.222), ao estudarem os

consequentemente, maior lucratividade. De acordo com Petersen (2013), a revolução verde integra uma diversidade de estratégias políticas-ideológicas orientadas para o desenvolvimento agrícola.

limites e as possibilidades da construção da abordagem territorial na região serrana do Rio de Janeiro, chamam a atenção para as ações *aparentemente participativas* disseminadas em projetos de desenvolvimento territorial. Do seu ponto de vista, essas ações não representam, de fato, as articulações e mobilizações dos diferentes grupos sociais presentes naquela região. No caso analisado pelas autoras, a proposta de desenvolvimento agroecológico enquanto composição daquele território não passava de ações de *cima para baixo*, deparando-se, conseqüentemente, com a resistência dos principais protagonistas – ou seja, os diferentes grupos de agricultores familiares (*Ibidem*, p.222). Nesse sentido, a compreensão das interações sociais, sobretudo das relações de conflito e cooperação entre os diferentes agentes, é determinante para o processo de planejamento e construção de territórios numa perspectiva socioecológica consistente. Nas palavras de Vieira (2011):

Uma consideração cada vez mais rigorosa das *lógicas específicas de ação coletiva* de representantes da Sociedade Civil, do Mercado e do Estado nas dinâmicas de *desenvolvimento territorial sustentável* responde assim à necessidade atual de identificar o campo próprio de atividades e de responsabilidades de cada um deles, bem como de apreender, de forma exploratória, as modalidades possíveis de articulação – cooperativas ou conflitivas – entre os mesmos (VIEIRA, 2011, p.195).

Para Abramovay (2010) o território se define pela maneira como são produzidas as interações sociais em seu interior. Além disso, a abordagem territorial requer a análise das instituições em torno das quais se organizam as interações sociais (*Ibidem*, p. 29). Como já foi destacado acima, para o autor a literatura disponível sobre a abordagem territorial do desenvolvimento carece de uma teoria sobre a interação social a fim de dotar os estudos com elementos teóricos capazes de explicar as virtudes inerentes às dinâmicas *ecologizadas* de desenvolvimento territorial. Ainda segundo Abramovay (2010), essa ausência coloca em risco o estudo das forças sociais, de sua interação, de seus interesses e de seus conflitos. Com o intuito de compreender os laços entre territórios e as forças sociais que os compõem, o autor elaborou um arcabouço metodológico a partir do diálogo da concepção Bourdieusiana de *campo* e das ferramentas de análise específicas da Nova Sociologia Econômica de Neil Fligstein (ABRAMOVAY e FAVARETO, 2008;

ABRAMOVAY, 2010). Nesta perspectiva, o território pode ser compreendido enquanto um “campo de forças e de lutas”, tensionado pelo poder de agência dos diferentes atores sociais que o compõem, a fim de transformá-lo ou conservá-lo (BOURDIEU, 2004). Assim, enunciar o território enquanto variável heurística, é preciso reter a análise na natureza das relações sociais entre os diferentes agentes que compõem esses campos.

A compreensão das relações de cooperação entre os agentes sociais, por exemplo, pode ser de grande relevância para o sucesso de implantação das estratégias alternativas de desenvolvimento. Fligstein (2007) concentra sua análise nos processos que possam levar à manutenção, à transformação e/ou à gênese de um determinado campo específico. Para o autor, o conceito de *campo* Bourdieusiano, assim como o conceito de *jogos* ou de *arena*, corresponde ao ponto comum inerente às diferentes abordagens neo-institucionalistas, ou seja, o interesse recai em compreender o mundo social a partir do conceito de “ordens sociais locais”. Dessa forma, as instituições¹⁷ são construtos sociais resultantes da interação social entre atores/agentes se confrontando em campos ou arenas, ou ainda enquanto produto dos “jogos” desempenhados por esses atores (FLIGSTEIN, 2007).

No entanto, o autor tece algumas críticas a algumas abordagens institucionalistas, tais como a teoria da ação racional e a escola do institucionalismo sociológico, as quais não possuem categorias analíticas passíveis de tentar responder como se dá o surgimento das instituições e, conseqüentemente, como se configura um campo específico. Essas abordagens institucionalistas consideram seus problemas a partir de uma instituição dada, ou de um campo já estruturado ou, ainda, de uma arena já constituída. Além disso, segundo o autor, a maioria das abordagens institucionalistas organizacionais não leva em consideração a questão do poder, que se relaciona com a teoria da ação (FLIGSTEIN, 2007). De acordo com o autor:

A crítica tanto da perspectiva sociológica quanto da escolha racional que eu gostaria de fazer sugere que nenhuma delas está aberta para o problema da ação

¹⁷ Para o autor, as instituições se definem enquanto *regras e significados compartilhados (implicando que as pessoas estão conscientes delas ou que elas podem ser conscientemente conhecidas) que definem as relações sociais, ajudam a definir quem ocupa qual posição nessas relações e orientam a interação ao proporcionar aos atores quadros cognitivos ou conjuntos de significados para interpretar o comportamento dos outros* (Fligstein, 2007, p.64).

nem concede às pessoas reais a possibilidade de criar seus mundos sociais (...). Em função da falta de uma teoria real de interação e poder, a maioria das versões do neo-institucionalismo na sociologia não consegue explicar nem mesmo o surgimento das instituições (FIGSTEIN, 2007, pp. 65-66).

O foco de suas análises, por outro lado, está orientado por um arcabouço de categorias analíticas que permite salientar o surgimento das “ordens sociais locais”, ou evidenciar o processo de gênese de um determinado campo específico – por exemplo o campo do desenvolvimento agroecológico. As categorias analíticas desenhadas pelo autor concentram-se, sobretudo nas ações de cooperação entre os atores por meio do conceito de *habilidade social e empreendedor institucional*. A habilidade social para induzir a cooperação nos diferentes agentes funciona de duas maneiras: (i) habilidade social enquanto meio para induzir a cooperação com os agentes do próprio grupo (cooperação intra-grupal); e (ii) o processo de cooperação com outras organizações no interior do campo em específico (FLIGSTEIN, 2007). Este último ocorre em meios às lutas desencadeadas pela distribuição desigual de recursos e trunfos entre os diferentes agentes sociais.

Segundo Neil Fligstein (2007), a teoria do campo auxilia os pesquisadores na observação de ordens específicas a fim de determinar quais forças externas a um determinado campo estão em funcionamento. Além disso permite a análise das condições e dos momentos que permitiriam a criação de novas ordens. Para o autor, um campo, considerado por uma perspectiva institucionalista, é dotado de regras e significados os quais podem ou não ser compartilhadas entre os diferentes agentes sociais. Nesse sentido as condições institucionais que condicionam o campo podem ser consideradas estáveis ou instáveis. No primeiro caso, os agentes sociais que detém maior poder tendem a reproduzir o *status quo* em relação àqueles que detém menor poder, enquanto que no segundo caso, os agentes desempenham diversas ações na tentativa de estabilização desse campo. Porém, em ambos os casos, é possível identificar as lutas entre os agentes sociais que compõem o campo, resultado de uma distribuição desigual de poder entre os agentes que o integram. Essas ações podem variar conforme as disposições dos agentes no interior do campo e levam a novas configurações deste campo. Nesse sentido, *os agentes sociais atuam com um certo nível de habilidade social para reproduzir ou contestar sistemas de poder e privilégio* (FLIGSTEIN, 2007, p. 66).

Essa visão sugere que, para induzir a cooperação e formar coalizões políticas a fim de formar novas instituições, os agentes sociais devem ser dotados daquilo que Fligstein (2007) denomina de **habilidade social** e embarcar em um processo de **empreendedorismo institucional**. O autor nos esclarece, no entanto, que para dotar a noção de habilidade social de fundamentos empíricos, é necessário definir e especificar que tipo de tática os agentes socialmente hábeis utilizam para induzir a cooperação e, em um segundo momento, relacionar o uso destas táticas à posição dos atores/agentes nos campos. De acordo com o autor, a compreensão dessas táticas leva em conta as análises orientadas pela escola dos interacionistas simbólicos, em especial as contribuições do sociólogo norte americano Erving Goffman sobre os diferentes quadros (*frames*) culturais no cotidiano dos atores. Nas palavras do autor:

A teoria da habilidade social nos indica o caminho para estudar a formação, a estabilidade e a transformação dos novos campos; (...) ela funciona como uma microestrutura para compreender o que os atores fazem nos campos (FLIGSTEIN, 2007, p. 68-69).

Diante da relação entre a teoria do campo e a noção de habilidade social é possível identificar diversos desdobramentos, tais como: (i) configuração de novos campos; (ii) transformação do campo, sobretudo nas hierarquias dispostas pelos agentes e conseqüentemente nos ideais valorativos do campo; (iii) reprodução social do campo em questão, ou seja, manutenção do *status quo*.

Dessa forma, as reflexões de Fligstein tornam-se valiosas para compreendermos melhor as interações sociais dos diferentes grupos e agentes sociais envolvidos nas dinâmicas de desenvolvimento agroecológico no território norte do Espírito Santo – na linha de uma proposta de desenvolvimento alternativo ao modelo hegemônico. Ainda segundo o autor:

Os microfundamentos da habilidade social fazem com que os pesquisadores empíricos concentrem sua atenção nos grupos que formam um campo, nas regras e recursos disponíveis aos atores hábeis e seus grupos, nas relações entre os campos e na interpretação das relações dentro de um campo e entre os campos por atores estratégicos hábeis nos grupos (FLIGSTEIN, 2007, p. 75)

Diante estas perspectivas teóricas, a relação dialógica entre as coações sociopolíticas inerentes ao território e a interação social dos agentes que o constroem configura um campo de pesquisa bastante

frutífero para compreender o desenvolvimento agroecológico no território norte do Espírito Santo enquanto uma estratégia de DTS.

Tendo em vista o caráter multidimensional inerente à problemática assim caracterizada, evidencia-se a necessidade de orientar a pesquisa com base numa abordagem sistêmica. Isto significa, em linhas gerais, privilegiar a análise de relações de interdependência envolvendo as múltiplas dimensões do conceito de desenvolvimento assumido no delineamento da problemática (BERTALANFFY, 2013; VIEIRA, 2006; DUPUY, 1993).

Além disso, de acordo com Andion (2010), o conceito norteador de um *desenvolvimento territorial sustentável* favorece a integração de duas dimensões essenciais nas análises. A primeira dimensão, **empírica**, diz a autora: *permite analisar o desenvolvimento enquanto processo, buscando focalizar a prática efetiva dos sujeitos que o colocam em prática* (ANDION, 2010, p.333). A segunda dimensão, **normativa-prospectiva**, diz respeito ao campo de reflexão sobre valores e princípios. Trata-se do *exame dos efeitos da ação desses sujeitos sobre os processos de desenvolvimento* (ANDION, 2010, p.333). Esta última dimensão tem como base orientadora os enfoques do *ecodesenvolvimento* e os seus desdobramentos verificados na abordagem do DTS (VIEIRA, 2011). Ainda de acordo com a autora, esta opção analítica tem como referência a epistemologia sistêmico-complexa, a qual considera as complementaridades existentes na relação entre o mundo objetivo (estrutura) e subjetivo (ação dos agentes); entre as *práticas sociais e os valores, as intenções*; entre o *ser e o dever ser* (ANDION, 2010, p.334). Do ponto de vista da dimensão empírica, ou seja, a análise das interações sociais dos diferentes agentes e grupos sociais imbricados com a dinâmica de desenvolvimento agroecológica, serão priorizadas as noções de *habilidade social* e de *empreendedor institucional* proposta por Neil Fligstein (2007), sobretudo para compreender as relações de cooperação e coalizção política, respectivamente.

Todavia, anteriormente à tentativa em compreender as interações sociais dos diversos atores que compõe o mundo rural capixaba, é relevante situar de onde estes atores estão falando. Dessa forma, é notadamente importante caracterizar as principais categorias analíticas do mundo rural contemporâneo e seus desdobramentos sociopolíticos para o campo do desenvolvimento rural. Da mesma forma, é igualmente importante compreender em como estas categorias são reificadas nas ações dos diferentes atores e grupos sociais do mundo rural. Assim, considero importante situar o presente estudo no extenso debate existente tanto na academia, quanto nos movimentos sociais, referente às categorias

de agricultura familiar e campesinato. Além da intenção em incorporá-lo às reflexões acerca do DTS, compreendê-lo significa tomar uma posição política em relação ao meio rural brasileiro.

2.4. AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINATO: CATEGORIAS CENTRAIS PARA A COMPREENSÃO DO MUNDO RURAL

Na atualidade tem-se utilizado os dois termos para se designar a agricultura de base familiar. No entanto, o convívio entre essas duas categorias, tanto academicamente, quanto no campo sociopolítico, não ocorre sem disputas e conflitos ideológicos. Portanto, apesar do reconhecimento jurídico da categoria “agricultura familiar”, não há um consenso, nestes campos, sobre qual categoria representaria melhor a diversidade de formas sociais de organização do trabalho no meio rural e o respectivo processo em que se dá a apropriação dos meios de produção. É sabido que com o seu reconhecimento pelo Estado, ocorrem profundas transformações no processo de desenvolvimento rural, sobretudo com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a inversão de sentidos quanto à importância desta agricultura para a sociedade brasileira. Apesar disso, alguns pesquisadores enfatizam que a adoção de novas terminologias para ‘caracterizar’ os agricultores de base familiar, não altera a condição real de vida desses agricultores e menos ainda sua identidade (SCHNEIDER E CASSOL, 2014). De fato, muitos dos próprios sujeitos que praticam a agricultura de base familiar – camponeses, colonos, sítiantes, pescadores, quilombolas, etc. – não deixarão de ser e se definir como tal, a despeito das conceituações e designações realizadas pelos formuladores de políticas e teóricos (NEVES, 1995 *apud* SHNEIDER E CASSOL, 2014). Entretanto, a apreensão e ressignificação dessas conceituações e, ainda, a materialização de determinados conceitos e categorias enquanto sujeitos políticos perante a sociedade brasileira, são permeadas por relações de poder, que por sua vez, influenciarão sobremaneira essa pluralidade de identidades.

Diante este contexto, há que se considerar três perspectivas distintas relativas à compreensão dessas categorias: (i) desaparecimento do camponês; (ii) a ruptura do campesinato, sem sua destruição pelo capitalismo, e sua transformação no chamado agricultor familiar moderno; (iii) a continuidade do campesinato na atualidade. A primeira delas trata da fatídica noção do desaparecimento dos agricultores de base

familiar a partir da indissociação entre o desenvolvimento capitalista no meio rural, e o processo de transformação dos agricultores em assalariados. Esta perspectiva, que predominou durante a década de 1950-80 no Brasil, pode ser encontrada em inúmeros trabalhos científicos orientados pela concepção marxista ortodoxa, em especial, nos trabalhos de Lênin e Kautsky (IANNI, 2004).

Baseados na obra marxiana *O Capital*, para esses autores, a organização do trabalho com base na família, diga-se camponeses, não se encontra inserida em uma das classes sociais, tão cara à Marx. Abramovay (2012) faz uma interessante reflexão sobre esta perspectiva. Para o autor, o conceito de camponês não se insere na lógica dialética imposta pelo determinismo econômico.

Se ao camponês for atribuído lucro, ele se torna um capitalista. Se receber um salário, vira operário. Se viver da renda da terra, é então um proprietário fundiário. A impossibilidade de definir claramente a natureza e a origem de seus rendimentos demonstra que o conceito de camponês, em *O Capital*, é logicamente impossível. (...) as únicas classes que possuem a universalidade de incorporar nelas mesmas os elementos básicos de organização da sociabilidade contemporânea são a burguesia e o proletariado (ABRAMOVAY, 2012, p. 46).

Diante esta concepção teórica, Lênin não conseguia compreender a possibilidade de constituir uma base forte para a transformação social a partir do campesinato. Ao contrário disso, sua leitura em relação à sociedade agrária se assentava no acelerado processo de desenvolvimento capitalista que, por sua vez, promove a diferenciação social, no interior do campesinato, desdobrando-se nas duas clássicas classes: proletariado e/ou burguesia (PONTES, 2005; ABRAMOVAY, 2012). Para Kautsky (*apud* ABRAMOVAY, 2012) a questão agrária está centrada nas relações entre agricultura e indústria, ou seja, na ideia de industrialização da agricultura. O autor enfatiza a impossibilidade do pequeno agricultor incorporar as conquistas técnicas, organizacionais e econômicas que estão à disposição dos capitalistas. As influências desta perspectiva teórica não foram poucas no Brasil das décadas entre 1950-80. Ademais, foi por meio deste arcabouço teórico que podemos nos referir ao primeiro ciclo de transformações profundas no contexto agrário brasileiro. Foi em meio a estas concepções que foram erigidos os quadros de lideranças políticas e

teóricas do Partido Comunista Brasileiro – PCB, além de prover a sustentação teórica para a gênese do movimento sindical rural, à época.

Os autores que defendem a segunda perspectiva, ou seja, de que há uma transformação da ideia de campesinato para dar lugar à categoria “agricultura familiar”, partem de análises sob o referencial econômico e, ocasionam um deslocamento teórico nos quadros interpretativos sobre os agricultores de base familiar, a partir da década de 1990. Vale pontuar que no hiato entre as concepções que preconizam o desaparecimento do campesinato e, por outro lado, aquelas que enfatizam a importância do tipo “agricultor familiar” para o desenvolvimento rural brasileiro, um importante artigo publicado por Ângela Kageyama e Sônia Bergamasco, em 1989, introduz a variável de trabalho familiar, pela primeira vez, para interpretar os dados do censo agropecuário de 1980. O estudo pontua a relevância deste segmento para o desenvolvimento rural brasileiro, apontando que: *a agricultura com base no trabalho familiar representava cerca 71% dos estabelecimentos agrícolas e correspondia a 42,3% da área total e 74% do pessoal ocupado na agricultura* (PICOLOTTO, 2014).

Dentro desta perspectiva, as principais análises empreendidas por renomados pesquisadores retratam a maneira com que se configura a agricultura familiar moderna nos países de capitalismo avançado. Nesse sentido, destaca-se as obras de José Eli da Veiga (1991) e Ricardo Abramovay (2012). Picolotto (2014) salienta a estreita relação destes pesquisadores com as organizações sindicais, sobretudo as relações de colaboração e assessoria que mantiveram com tais movimentos, incrementando as discussões sindicais, à época. Estes autores tiveram grande influência na construção da categoria “agricultura familiar” não só enquanto sujeito sociopolítico, mas também a introduzindo no debate acadêmico enquanto uma categoria analítica das diferentes formas sociais de organização do trabalho no meio rural brasileiro.

Em especial a obra de Abramovay (2012) *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, elaborada no ano de 1992, trata da distinção conceitual entre a agricultura familiar contemporânea e a agricultura camponesa, a partir nos estudos de desenvolvimento da moderna agricultura europeia e norte-americana, sobretudo no que diz respeito à centralidade exercida pelo papel do Estado. O estudo baseia-se no rápido processo com que os agricultores europeus superaram o período pós II Guerra Mundial, alavancando a Europa, no final de 1980, enquanto o segundo exportador mundial de produto agrícolas. Nas palavras do autor:

Estudamos no último capítulo [análise sobre o desenvolvimento da agricultura na Comunidade Econômica Europeia] o paradoxo fundamental da agricultura capitalista dos países centrais: o de um setor atomizado em milhões de unidades produtivas, mas que funciona de certa forma como organismo planejado, sob o comando e o controle do Estado e das organizações profissionais e cada vez mais com base em critérios públicos sobre o uso de seus recursos produtivos (ABRAMOVAY, 2012, p. 220).

É diante desta atmosfera, segundo a ótica do autor, que a agricultura familiar contemporânea irá *asfixiar o camponês*, com o seu modo de vida, impondo-lhes o *despojamento de suas características constitutivas*, promovendo o esvaziamento de sentido às bases concretas e simbólicas de seu processo de reprodução social (ABRAMOVAY, 2012, p. 142). Portanto, é no processo de integração ao mercado, diante o implacável desenvolvimento capitalista do meio rural brasileiro, em que a heterogeneidade de formas sociais de organização do trabalho, alicerçadas na família, serão subsumidas em nome de uma agricultura familiar. Trata-se, em última instância, um modelo de organização agropecuária centrada na empresa familiar (PICOLOTTO, 2014), segundo a qual impera a racionalidade econômica em detrimento de valores socioculturais inerentes à categoria camponato. Contudo, uma outra face desse processo diz respeito à visibilidade e relevância que os agricultores de base familiar passaram a gozar perante a sociedade brasileira, em detrimento de uma visão depreciativa que os associava ao atraso. Com essa inflexão política os agricultores de base familiar passaram a ganhar centralidade no cenário do desenvolvimento rural, juntamente com a emergência e a implementação das prerrogativas ligadas à categoria “agronegócio”. Como sublinha Wanderley (2014 b, p. 30), este é o principal contraponto ao argumento principal que justificava o apoio irrestrito à “coalizão patronal” e seu modelo “produtivista”, a qual era vista como *a única em condições de modernizar o setor agrícola brasileiro*.

Nesta perspectiva, há o reconhecimento de que a produção dos agricultores de base familiar não é mais incompatível com o desenvolvimento agrícola, mas é capaz de transformar seus processos produtivos no sentido de alcançar novos padrões tecnológicos, resultando em maior oferta de produtos, maior rentabilidade dos recursos produtivos, etc. Em outras palavras, a agricultura familiar passou a ser reconhecida

enquanto sinônimo de desenvolvimento. Em muitos casos, são incluídos no rol dos atores que representam a categoria genérica “agronegócio” (MENDONÇA, 2013; PETERSEN, 2013; PICOLOTTO, 2014; WANDERLEY, 2014b). Diante disso, os agricultores familiares passam a ser alvo de políticas agrícolas para prosseguir com o processo de modernização agrícola. Porém, como será descrito mais adiante, o processo de construção das políticas públicas para a agricultura familiar ocorreu sob a confluência do movimento sindical, os debates acadêmicos e a ação do Estado.

Em meados dos anos 1990, um importante estudo executado por meio do convênio entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - FAO/INCRA, sob coordenação do economista da Universidade Federal Fluminense – UFF, Carlos Guanzirolli, formulou uma metodologia a fim de conhecer o perfil da agricultura familiar. O que estava em jogo era compreender a diversidade implícita na categoria de agricultura familiar e, diante disso, apontar políticas públicas para o enfrentamento de questões sociais e econômicas. O estudo baseado em dados quantitativos, agrupou os agricultores em quatro “tipologias”: patronal – 500 mil estabelecimentos; familiar consolidada – totalizando 1,5 milhão; familiar em “transição” – abrangendo 2,5 milhões e; familiares “periféricos” – somando, também 2,5 milhões (FAO 1994 *apud* WANDERLEY, 2014 b).

Este estudo influenciou o Estado a direcionar suas políticas públicas para o público de agricultores familiares considerados “em transição”, situados entre a margem periférica e aqueles já consolidados. Nota-se que a concepção de agricultores consolidados parte de uma perspectiva econômica relacionada à integração da produção aos mercados. Picolotto (2014) afirma que o PRONAF foi o resultado do diálogo entre este estudo e as orientações do movimento sindical à época. Wanderley (2014) critica alguns resultados deste estudo apontando a impotência e a inoperância de medidas de política agrícola para a melhoria das condições de vida de uma grande maioria de agricultores de base familiar. Contudo, com a criação do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA no mesmo ano, há uma tensão interna entre os representantes dos segmentos “mais periféricos” e os demais segmentos representantes dos agricultores familiares “mais consolidados”. É diante desta tensão interna entre o movimento sindical e o MPA, e sua

consequente ressonância no Estado, que é lançado o chamado “Pronafinho” (GRISA, 2012)¹⁸.

Em contraposição a esta abordagem, que ressalta a agricultura familiar enquanto um novo sujeito sociopolítico no cenário do desenvolvimento rural, temos a terceira perspectiva, segundo a qual caracteriza o agricultor de base familiar como reprodutor de certas continuidades de um passado tradicional. Além disso, os adeptos desta perspectiva vêm enfatizar o caráter eminentemente político imerso na categoria “campesinato”, relacionado às lutas sociais do meio rural brasileiro na direção de um “modelo alternativo” de desenvolvimento rural. Estas lutas, outrora caracterizadas pela “reforma agrária”, vem ganhando novos contornos na atualidade, materializando-se em lutas empreendidas pelo reconhecimento da diversidade de expressões sociais do meio rural brasileiro e, portanto, no reconhecimento de suas territorialidades e os diferentes modos de apropriação dos recursos naturais. Como expoentes dessa perspectiva há os estudos de Wanderley (1996; 2014), Sabourin (2007), Ploeg (2008), Woortmann (1990), entre outros. Estes autores compartilham, em diferentes níveis, alguns dos pressupostos relativos à continuidade do campesinato na atualidade. Destacam-se os estudos de Wanderley (1996), que questiona a importância dada à agricultura familiar enquanto detentora de um status analítico e interpretativo inerente ao campo da sociologia rural. Para a autora, a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de formas sociais específicas e particulares, as quais já existiam concretamente nas paisagens do meio rural brasileiro. Desse modo, *a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade* (LAMARCHE, 1993, *apud* WANDERLEY, 1996, p. 3).

Essa perspectiva confronta a hipótese de que com a emergência da noção de agricultura familiar dota o agricultor de certa racionalidade, a qual profissionaliza sua prática, permeando as relações entre eles e o contexto urbano. Desse modo, o agricultor perde os principais contornos de uma “sociedade parcial” e se integra à sociedade de maneira geral. Esses agricultores, contudo, não perdem seus laços socioculturais que outrora delimitavam as sociedades tradicionais, e, entre elas, as diferentes formas sociais que caracterizam o campesinato. Por conseguinte, a

¹⁸ Diante desta disputa o MPA demarca sua ação em prol dos agricultores de base familiar que se encontram caracterizados no grupo “periférico”, assumindo a categoria “camponês” como bandeira de luta.

agricultura familiar no Brasil emerge enquanto um novo personagem no cenário do desenvolvimento rural, sem perder, no entanto, certas continuidades de cunho sociocultural que os remetem ao seu passado, compreendido pelo campesinato. Todavia, parafraseando Woortmann (1990, p.17), essas continuidades não querem dizer que é o passado que ainda sobrevive no presente, mas, *é o passado, que no presente, constrói as possibilidades do futuro*. Dessa forma, o campesinato na atualidade corresponde a uma ressignificação do tempo passado no espaço presente e, portanto, representa *uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura* (WANDERLEY 2014b, p.26).

O campesinato no Brasil se ergue paralelamente à história social em que se insere a estrutura fundiária brasileira: as grandes propriedades monocultoras e o trabalho escravo. Diante esta estrutura houve uma ocupação nos interstícios internos e externos da propriedade latifundiária. Esses espaços, que escapavam da ocupação pelos senhores da terra e eram usados de maneira distinta por agricultores camponeses, podem ser considerados como estratégias de resistência camponesa. Como salienta Wanderley (2014b, p. 27):

(...) as particularidades acima referidas resultam das estratégias de resistência camponesa ao modo como se estruturou a atividade agrícola no país, desde seus primórdios, sob o domínio dos grandes empreendimentos e de sua capacidade de criar espaços para uma outra agricultura, a de base familiar e comunitária.

Assim, o campesinato brasileiro se estrutura em diferentes formas precárias de acesso à terra, tais como: no “sistema de posse”; na instalação de famílias de trabalhadores em uma pequena área de sítios – denominado de sistema de morada – nas intermediações da fazenda; na ocupação de territórios livres por negros libertos nos chamados quilombos; além da pequena propriedade destinada aos migrantes estrangeiros que tiveram o acesso a pequenas extensões de terra sob salvaguarda da política de concessão de terras, a partir do século XIX.

Um aspecto importante relacionado ao campesinato, sob o ponto de vista econômico, diz respeito à relação entre o mercado e o consumo familiar. Para dar conta deste aspecto, muitos pesquisadores debruçam-se na *Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas, de Chayanov*. O problema central para este autor é relativo à compreensão do campesinato

por meio de categorias que correspondam a suas formas de vida, ou seja, o trabalho familiar, o seu processo de produção de bens e sua relação com a terra. Contudo, a relação do campesinato com estas categorias não quer dizer que o principal objetivo é a geração de salário, lucro e renda da terra (ABRAMOVAY, 2012).

O mercado, a disponibilidade de terras, e o padrão tecnológico disponível são fatores dos quais o camponês se serve para prosseguir com o seu objetivo econômico fundamental. (...) *o equilíbrio entre trabalho e consumo* (CHAYANOV 1986 *apud* ABRAMOVAY, 2012, p. 70).

Para lidar com o problema da inserção do capitalismo na agricultura russa, local de seus estudos, Chayanov propõe a organização dos camponeses por meio do cooperativismo, uma vez que, nesse sistema os meios de produção se concentram nas mãos dos camponeses e não dos proprietários do capital. Nos dias atuais, essa estratégia pode ser constatada nas formas de organização de diferentes movimentos sociais, como do MST e do MPA, relatados acima.

No Brasil não é raro identificarmos a associação entre a produção do campesinato e a agricultura de subsistência. A relação com o mercado tem sido vista por alguns teóricos como contraditória ao modo de vida camponês, uma vez que este tipo de relação insere os camponeses na lógica capitalista, e conseqüentemente, eles passam a ser identificados como pequenos burgueses. Este tipo de confusão teórica escamoteia propósitos mais profundos do campesinato. O objetivo do campesinato, na atualidade, tal qual de um agricultor familiar, de fato, é o acesso a atividades estáveis e rentáveis (WANDERLEY, 1996). Este objetivo é articulado em dois níveis complementares entre si: a destinação de parte de sua produção para o mercado e o autoconsumo familiar.

Wortmann (1990) defende, a partir de sua etnografia, uma ética camponesa a qual delinea uma ordem moral camponesa, distanciando-se das teorias baseadas em pressupostos econômicos, tanto as de origem marxista, quanto as Chayanovianas. A essa ética camponesa o autor denomina de “campesinidade”, a qual designa o lugar e o tempo de diferentes situações e/ou condições de existência dos camponeses. Em outras palavras, trata-se da condição camponesa. Nesse sentido, a campesinidade é um contínuo que varia entre um mínimo e um máximo, dependendo do contexto em que se insere o camponês. Em sua análise da condição camponesa enquanto ordem moral, orientada pelas reflexões de Polanyi (2012), o valor de uso, conotação dada ao resultado do trabalho

da família, passa a ser considerado de maneira invertida, ou seja, o uso enquanto valor. Nesta perspectiva a terra deixa de ser mercadoria e passa a constituir enquanto patrimônio da família. E, por conseguinte, a categoria valor-trabalho é dotada de valores sociais, o trabalho enquanto um valor ético. Nessa concepção a família passa a ser central em sua análise e não é vista como força de trabalho, mas como um valor, o valor-família. Todas as relações sociais tecidas pelo campesinato têm uma relação direta com o valor-família, desde as relações de parentesco enredadas em nível comunitário até aquelas relacionadas à produção e sua relação com o mercado. Nesse sentido, Woortmann (1990, p. 13) está interessado *não na produção de bens materiais pela família, mas na produção cultural da família enquanto valor*. Diante essa concepção, a integração ao mercado não significa remeter o camponês a uma baixa campesinidade. Ademais, produzir para o mercado não significa estar integrado ao mercado e tampouco à sociedade nacional. Para o autor, há grupos sociais que se fundamentam em uma ordem social de caráter mais holista do que individualista – esta última mais integrada aos preceitos do mercado –, que, no entanto, não deixam de perceber um mínimo da condição camponesa. O modelo de análise que o autor utiliza, inspirado em autores da antropologia social e, em especial nas reflexões de Karl Polanyi, se baseia fundamentalmente nas interdependências entre as noções de reciprocidade, honra e prestígio.

Da mesma forma que Woortmann, Sabourin (2007; 2015) estrutura sua reflexão sobre o campesinato a partir da articulação deste com o conceito de reciprocidade. Inspirado nas reflexões de Polanyi (2012) sobre a imersão da economia nas relações sociais, e de Temple (1997) ao considerar que a reciprocidade não é dada socialmente, mas constituída pela institucionalização de diferentes ciclos de reciprocidade em estruturas sociais e também econômicas, Sabourin constrói a articulação entre campesinato e reciprocidade (SABOURIN, 2007; 2015).

Polanyi (2012) em sua obra *A Grande Transformação*, a partir de uma abordagem histórica, trata da emancipação do sistema econômico na sociedade moderna. Em seu estudo sobre sociedades pré-capitalistas, ele identifica três princípios de comportamentos econômicos que estão imersos nas relações sociais: reciprocidade; redistribuição e; domesticidade. Este último consiste na produção para o uso próprio, uma das características centrais do campesinato. Segundo o autor, a prática de prover as necessidades domésticas próprias só se tornou possível na vida econômica quando a agricultura já se encontrava em um nível mais avançado nas sociedades. Contudo, embora as sociedades tivessem o

propósito da autossuficiência do grupo familiar, o excedente era destinado ao mercado:

Aristóteles insiste na produção para uso, contra a produção visando o lucro, como essência da domesticidade propriamente dita. Assim, uma produção acessória para o mercado, argumenta ele, não precisa destruir a autossuficiência doméstica, uma vez que a colheita seja reinvestida na fazenda, para sustento, seja como gado ou cereal. A venda dos excedentes não precisa destruir a base da domesticidade (POLANYI, 2012, p.56).

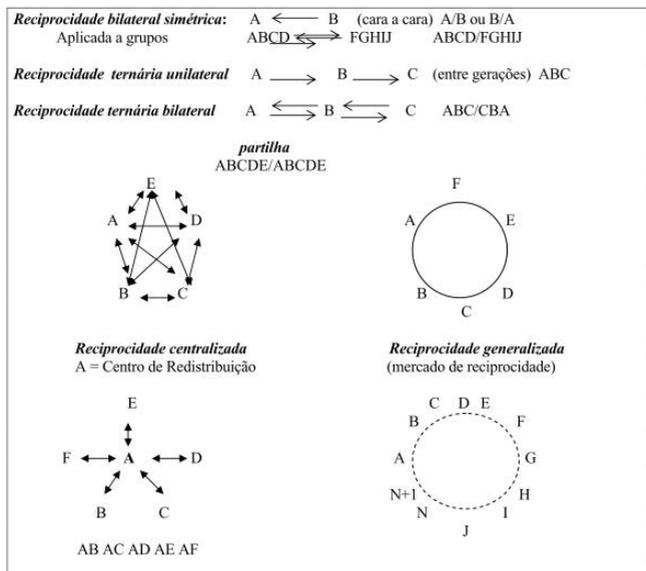
O princípio da reciprocidade presente na obra de Polanyi se refere a movimentos entre pontos de correlação de grupos sociais *simétricos*, enquanto que a redistribuição se baseia na noção de *centralidade*, ou seja, os movimentos de apropriação direcionam-se a um centro – por exemplo, as ofertas para os chefes tribais – que, por sua vez são destinadas ao exterior da sociedade. Esses três tipos evidenciados pelo autor coexistem em quase todos os sistemas econômicos, embora uma dentre elas prevalecerá em uma dada sociedade:

Como forma de integração, a reciprocidade ganha muito em eficiência pelo fato de que ela pode utilizar a redistribuição, assim como a troca, como métodos subordinados. Pode-se chegar à reciprocidade compartilhando o peso do trabalho segundo regras precisas e redistribuição, por exemplo, no caso dos turnos; nas economias não mercantis, essas duas formas de integração – reciprocidade e redistribuição – praticam-se geralmente juntas (POLANYI, 1975, p.247 *apud*, SABOURIN, 2015b, p. 8).

Sabourin (2007) consta que apesar do reconhecimento de sistemas econômicos que não são estruturados segundo a lógica da acumulação e do lucro, as reflexões de Polanyi são limitadas, uma vez que tais sistemas representam a fases pré-capitalistas da sociedade. Nesse sentido, Sabourin se inspira nas reflexões de Temple (1997) que, ao questionar de onde vêm os valores humanos para a sustentação da reciprocidade, afirma que estes valores não são dados e são constituídos pela institucionalização de ciclos de reciprocidade e redistribuição em estruturas sociais e,

também, econômicas. Assim, Temple (1997 *apud* SABOURIN, 2007, p. 3) elabora diferentes estruturas de reciprocidade a qual denomina de “estruturas elementares de reciprocidade”, conforme a figura 2 abaixo.

Figura 3 - Representação das estruturas elementares da reciprocidade



Fonte: Sabourin (2007, p. 4)

De acordo com a figura, percebe-se uma diversidade de estruturas de reciprocidade que vão além de uma relação simétrica. Numa relação de reciprocidade bilateral, por exemplo, pode haver uma relação entre duas famílias, entre vizinhos ou amigos. Esta relação pode ser do tipo simétrica, remetendo às relações de parentesco, ou assimétrica, quando um grupo doa mais que o outro grupo. Este tipo de relação pode ser exemplificado, pelos casos em que há os mutirões em comunidades rurais ou mesmo, nas relações de venda direta de produtos agroecológicos em feiras livres. Neste último caso, a relação é considerada simétrica entre agricultor-consumidor, além de ser permeado por valores de confiança e de amizade.

Portanto, as estruturas de reciprocidade além de produzirem os valores materiais de uso, também produzem valores humanos ou éticos. Nesse sentido entra em jogo a amizade, a responsabilidade entre gerações

e perante os recursos naturais, a confiança. Como salienta Sabourin (2007, p. 3):

Portanto, as capacidades e os projetos dos indivíduos, das suas sociedades e organizações, podem oscilar, dialeticamente, entre duas tendências opostas e, às vezes, complementares: de um lado, a produção de valores materiais destinados ao intercâmbio mercantil para o lucro individual e, do outro, a geração de valores éticos associados à produção de valores materiais de uso, destinados ao consumo, a redistribuição, a partilha ou a reciprocidade generalizada.

Diante destas perspectivas analíticas, é mister o esforço em dialogar com o campesinato na atualidade, principalmente no contexto em que a agricultura camponesa moderna está intimamente articulada entre os seus modos de produção e as relações sociais mais globais. Para este esforço final, lanço mão das reflexões colocadas por Ploeg (2008). O autor caracteriza a agricultura mundial entrelaçada em três trajetórias de desenvolvimento: uma forte industrialização; um processo generalizado de recampesinização e; por um processo de desativação caracterizado pelo processo de “estrangeirização” de terras agricultáveis. Essas três trajetórias estão articuladas com três grupos díspares: (i) a agricultura camponesa que, segundo o autor, se estrutura no uso sustentado do capital ecológico; o resultado da produção é destinado ao mercado, mas também para a reprodução da unidade agrícola e da família; (ii) a agricultura do tipo empresarial, baseado no capital financeiro (não exclusivamente) e industrial (crédito, insumos industriais, tecnologias, etc.); o processo produtivo é altamente especializado e completamente orientado para o mercado; nesse grupo, os agricultores tornam-se dependentes do mercado. No Brasil podemos fazer uma alusão àqueles segmentos de agricultores familiares que se encontram mais consolidados economicamente; (iii) o terceiro grupo constitui uma agricultura capitalista ou cooperativa de grande escala; este modelo emerge do modelo agroexportador que, no Brasil, converge com a ideia de agronegócio.

As interligações entre esses três grupos agrários e a sociedade em geral, segundo o autor, são estruturadas de diversas maneiras e ocorrem de forma difusa. Contudo, destaca-se dois modelos dominantes. O primeiro deles está concentrado na *reprodução de circuitos curtos e descentralizados* que ligam a produção e o consumo de alimentos. O

segundo, por seu turno, é constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que acessam mercados globais. Este último modelo é denominado pelo autor de *Império*. Para o autor:

Os impérios alimentares constituem uma gramática ou um conjunto de regras compreendidas no complexo coerente de conhecimento científico, práticas da engenharia, tecnologias do processo produtivo, características de produtos, [interesses empresariais, ciclos de planejamento e controle, engenharia financeira, modelos de expansão e] formas de definir problemas – todas elas integradas em instituições e infraestruturas (PLOEG, 2008, p. 20).

Segundo a concepção do autor, o processo de recampesinização é impulsionado por um fluxo vicioso em consequência de um longo processo de modernização da agricultura. Em outras palavras, a recampesinização ocorre em decorrência do forte processo de industrialização da agricultura, em diferentes escalas – desde a impossibilidade de arcar com os juros dos programas de créditos, até a dependência dos agricultores às indústrias de insumos e tecnologias de sementes – impulsionado pelas políticas agrícolas de modernização. É este o processo que conduz para uma tendência à marginalização e/ou a novos padrões de dependência – como por exemplo, as relações que agricultores mantêm com a indústria, por meio de contratos de fomento e venda exclusiva. Diante disso, a recampesinização é caracterizada como *a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência* (Ibidem, p.23). É importante destacar, que ao mesmo tempo em que ocorre o processo de recampesinização, incide, por seu turno, o processo de descampesinização. Ou seja, muitos agricultores de base familiar passam a compor o grupo de empresários agrícolas, uma vez que incrementam tecnologias voltadas para a modernização.

Mas... quem são os camponeses contemporâneos perante a imposição crescente das chamadas cadeias globais, ou desses impérios alimentares? Nesse contexto, o autor lança a mão de uma definição abrangente do campesinato a partir da noção de “condição camponesa”. As características fundamentais que contornam a condição camponesa, proposta pelo autor, estão fundamentados pela luta por autonomia em um contexto de relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição se materializa na criação e desenvolvimento de uma base de

recursos auto-controlada e auto-gerenciada proporcionando formas de coprodução entre o homem e a natureza, que interagem com o mercado. Este processo retroalimenta a base de recursos e a fortalecem, melhorando, por sua vez, o processo de coprodução e, conseqüentemente gera a autonomia camponesa (PLOEG, 2008. P. 40).

Essa conceituação dada pelo autor, somada às reflexões elencadas acima, colocam em evidência preocupações emergentes na atualidade, sobretudo aquelas relacionadas à crise socioambiental. Nesse sentido, a autonomia camponesa, em contraposição às dinâmicas orientadas a fim de alimentar a noção dos “impérios”, se materializa por meio da criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada. Esse processo decorre não somente do momento em que os camponeses tomam consciência de sua condição “subalterna” perante o modelo dominante, mas, sobretudo, da tomada de consciência sobre os problemas socioecológicos desencadeados pela imposição de dinâmicas de desenvolvimento baseadas no modelo de modernização. Por sua vez, essa tomada de consciência evoca a responsabilização do camponês pelos recursos naturais e, conseqüentemente, a prática de uma agricultura de base ecológica, onde prevalece a coevolução entre as relações sociais e ecológicas (VIEIRA, 2006). Assim, o processo de trabalho da família camponesa é o *locus onde o homem e a natureza viva se encontram e onde os ciclos diferentes são integrados conjuntamente em um todo coerente* (PLOEG, 2008, p. 42). Este processo traduz e sublinha a relevância que a noção de coprodução empresta para se compreender a condição camponesa.

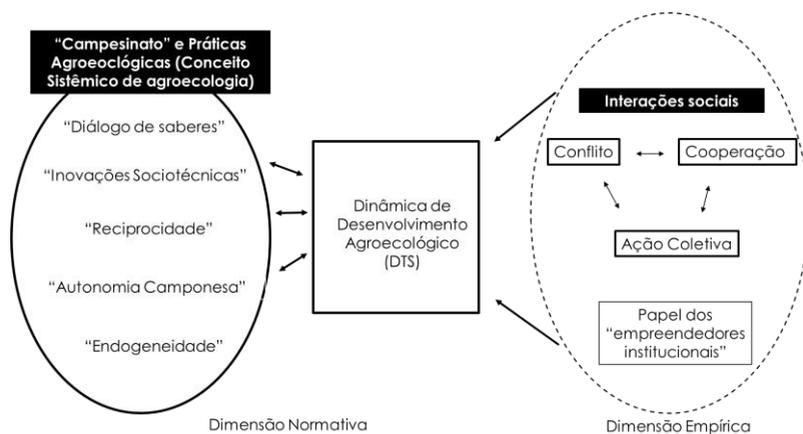
As reflexões acima evidenciam a relevância teórica do conceito de campesinato, incrementado, porém, com novos significados além daqueles relacionados à reforma agrária de outrora. Do ponto de vista político, as novas proposições e as diferentes ações coletivas empreendidas por uma diversidade de movimentos sociais associam a profunda crise socioambiental, nos campos e nas cidades, aos processos de modernização, especialmente na implementação do pacote da revolução verde (PETERSEN, 2013, BRANDENBURG E PICCOLLOTO 2014, WANDERLEY, 2014b). Essas novas conjecturas colocam em primeiro lugar a necessidade crescente de valorização das práticas agroecológicas.

A partir das considerações teóricas acima, a compreensão da dinâmica de desenvolvimento agroecológica no ES colocará em relevo a categoria de campesinato. Em acordo com Wanderley, considero que a noção de agricultura familiar não dá conta de integrar uma diversidade de formas sociais de organização do trabalho. Além disso, a categoria

agricultura familiar, embora caracterize a inflexão política dos agricultores de base familiar, dotando-os de significados valorativos quanto à sua identidade, por outro lado, esvazia a dimensão política conquistada pelas lutas dos movimentos sociais agrários referente à reforma agrária, outrora. O que transparece diante o discurso em prol da agricultura familiar é o reconhecimento da importância de uma grande parcela ligada a agricultura de base familiar, mais consolidados economicamente, para inseri-los no (in)sustentável caminho da modernização agrícola, sobretudo na implementação do pacote da revolução verde, por meio de créditos subsidiados pelo Estado. Ademais, o processo de expropriação dos camponeses de suas terras e tomadas por “empresários agrícolas” – bem preparados para obedecer a lógica do mercado – é alimentado teoricamente por essas correntes que dão invisibilidade ao campesinato na atualidade (PLOEG, 2008). Assim sendo, a ideia estruturada por Woortmann sobre graus de campesinidade mostra-se oportuna para caracterizar a diversidade de agricultores que utilizam mão de obra familiar. A centralidade que a “família” assume enquanto eixo estruturador que norteia não só a reprodução sociocultural, mas, sobretudo, a ressignificação do campesinato nos dias atuais é, de fato, um elemento de grande relevância para se compreender o modo de vida camponês. Além disso, as relações econômicas baseadas não só nos valores materiais, mas especialmente estruturadas a partir dos valores humanos/éticos, tal qual no conceito de reciprocidade mobilizado por Sabourin, são elementos centrais para a compreensão do campesinato na atualidade (**figura 4**).

Por fim, com base nas contribuições de Andion (2010; 2007), o quadro abaixo sintetiza o modelo teórico/analítico empreendido na consecução dessa pesquisa (**tabela 3**).

Figura 4 - Esquema teórico do enfoque analítico



Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 2- Resumo do enfoque teórico/analítico

Conceito norteador	Dimensões	Abordagens teóricas	Categorias	Indicadores
Desenvolvimento Territorial Sustentável	Empírica (<i>Práticas sociais efetivas dos agentes</i>)	Abordagem Sócio-histórica de Políticas Públicas (SABOURIN, 2015) Habilidade Social e Teoria dos Campos (FLIGSTEIN, 2007)	Caracterização da dinâmica do desenvolvimento agroecológico no contexto do desenvolvimento rural do território norte capixaba	<ul style="list-style-type: none"> • Características da região de estudo. • Reconstituição da trajetória de desenvolvimento do território norte do ES. • Caracterização e análise da dinâmica agroecológica no território norte do ES. • Análise sincrônica e diacrônica dos

			principais agentes e grupos sociais
		<p>Interações de conflito ou cooperação entre os diferentes atores e grupos sociais e o “jogo dos atores” no processo de construção e consolidação do Movimento de Agroecologia do norte do ES;</p> <p>Estratégias de ação desempenhadas pelos “empreendedores institucionais” para a promoção da coalizão política e formação do movimento Rede de Agroecologia do Território Norte do ES;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégias de ação dos diferentes agentes e grupos sociais do território norte do ES; • Caracterização e análise da natureza das interações (relações de conflito e cooperação) entre os diferentes atores e grupos sociais e o “jogo” entre os atores no processo de construção da rede de agroecologia; • Análise das estratégias de ação de agentes socialmente hábeis (empreendedores institucionais) na indução de processos de cooperação social, sobretudo no processo de formação da chamada rede de Agroecologia no norte do Espírito Santo (FIGSTEIN, 2007).

	Normativa (Valores e Princípios)	Ecodesenvolvimento (SACHS, 2007; VIEIRA, 2006); Desenvolvimento Territorial Sustentável (PECQUER, 2005; 2007); Reciprocidade (SABOURIN, 2015)	Dinâmica Socioeconômica	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento dos mercados baseado na economia solidária e das redes sobre economia solidária formada na região; • Fortalecimento dos mercados de circuitos curtos (feiras-livres; institucional; etc.) • Fortalecimento dos sistemas integrados de produção ligados à dinâmica de desenvolvimento agroecológico;
			Dinâmica Sociocultural	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização dos saberes; • Fortalecimento dos processos identitários de grupos étnicos; • Protagonismo dos grupos sociais locais; • Reforço das redes locais formais e informais; • Disseminação da aprendizagem e da inovação entre os atores; • Fortalecimento dos mecanismos baseados na reciprocidade;

	Normativa (Valores e Princípios)		Dinâmica Socioecológica	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da agroecologia enquanto proposta de produção e consumo ecologicamente prudente; • Fortalecimento dos padrões de uso territorial baseado na gestão de recursos naturais comuns; • Identificação das fontes de degradação socioambiental; • Fortalecimento das instituições formais e informais que privilegiam as questões socioambientais, tais como regras tradicionais compartilhadas, políticas públicas, etc.
--	---	--	-------------------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Andion (2010, p 336)

3. O CAMPO DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA À AGROECOLOGIA

Neste capítulo serão abordados os desdobramentos atuais da implantação do projeto de Modernização Agrícola no meio rural brasileiro. Considero que este projeto, que emergiu no final da década de 1960, vem acarretando profundas transformações na esfera do desenvolvimento rural em nosso País. Por um lado, o projeto de modernização contribuiu para acelerar a dinâmica de industrialização no bojo da inserção progressiva da economia brasileira na globalização de corte neoliberal, sem considerar uma avaliação bem informada dos seus impactos negativos do ponto de vista socioecológico. Por outro lado, acabou gerando uma expressiva diversidade de movimentos sociais avançando na contramão do modelo dominante, na qual se insere a gênese e a evolução do Movimento de Agroecologia no Brasil.

3.1. ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA NA COMPREENSÃO DO CAMPO DO DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO

Os projetos, programas e políticas para a promoção do desenvolvimento em nosso País decorrem de uma complexa teia de interações – sinérgicas e conflituosas - envolvendo diferentes grupos sociais. Eric Sabourin (2015) argumenta que, no contexto recente, é raro um instrumento de política nascer e ser desenvolvido apenas no âmbito governamental. Embora isso ainda possa acontecer, a diversificação dos processos de tomadas de decisão e a elaboração de políticas são tomadas enquanto construções sociais. Mobilizando o conceito de *ação pública*¹⁹ a fim de balizar os meios de construção social das políticas, o autor

¹⁹Em oposição ao modelo clássico de política pública que considera o Estado centralizado, atuando a partir e sobre setores bem definidos e delimitados, cresce na França a noção de “Ação Pública” para compreender o conjunto das interações entre os vários sujeitos (Estado, sociedade civil e mercado) e em vários níveis (GRISA, 2012). A ação pública é caracterizada pela fragmentação dos lugares do poder, pela interdependência entre os atores e pela existência de enfrentamentos ou de conflitos de ação pública, cada vez mais canalizados no marco de espaços de negociação promovidos para acolher mecanismos de discussão, em particular os fóruns e processos de participação da população (AVRITZER, 2009 *apud* SABOURIN 2015).

argumenta que atualmente estamos diante um paradoxo. Existiria uma pluralidade de atores mobilizados na elaboração de políticas públicas e que estão organizados geralmente em redes (ou coalizões). Diante disso, as autoridades públicas (agentes políticos inseridos na estrutura política do Estado) não possuem mais o monopólio no processo de elaboração de políticas, na medida em que entram em competição com outros atores organizados. O espaço sociopolítico em que se desenrolam os conflitos neste processo representa o *lócus* no qual a sociedade constrói a sua relação com o mundo, a partir do compartilhamento de seus valores, crenças e saberes (SABOURIN, 2015). Nesse sentido, a construção dos projetos, programas e políticas, resultam de um amplo processo de enfrentamento entre grupos de atores, ou agentes – institucionalizados ou não – não apenas para defender os seus interesses na esfera pública, mas também para apoiar demandas oriundas dos sistemas de crenças e valores compartilhados pelos diferentes atores.

Ao caracterizar as diferentes abordagens cognitivistas para a análise de políticas públicas em sua pesquisa sobre as políticas públicas para a agricultura familiar, Grisa (2012, p. 40) evidencia a perspectiva por ela denominada de “coalizões de interesses”. De acordo com a autora, esta perspectiva, elaborada na década de 1980, apoia-se nos trabalhos de Paul Sabatier e seus principais objetivos consistem em ir além de mapear e analisar as diferentes coalizões de grupos de atores em enfrentamento em um dado campo político. A partir da consideração dos aspectos ligados a padrões de cooperação e de conflito, busca-se também compreender as especificidades das mudanças identificadas na trajetória de criação e implementação de políticas públicas em longos períodos de tempo (GRISA, 2012). Dentre os princípios orientadores de tal perspectiva elencados pela autora, vale a pena mencionar os seguintes:

(...) a compreensão das mudanças nas políticas públicas demanda uma análise de longo prazo, de uma década ou mais; c) a unidade de análise mais profícua à compreensão das mudanças nas políticas públicas não diz respeito a uma organização governamental ou um programa, mas a um subsistema, entendido como um grupo de atores (públicos e privados), os quais estão ativamente envolvidos com um problema ou uma questão (por exemplo, reforma agrária, política ambiental etc.); d) os subsistemas são formados por um número maior de atores do que aquele afirmado pela noção tradicional de “triângulo de ferro” (burocratas,

legisladores e grupos de interesses), incorporando os atores situados em vários níveis governamentais e também aqueles envolvidos na geração, disseminação e avaliação de políticas públicas (jornalistas, pesquisadores, beneficiários etc.). Este conjunto de atores compõe certa elite que procura influenciar o decurso de um subsistema de política pública; e) as políticas públicas devem ser concebidas como sistemas de crenças, envolvendo visões de mundo, valores prioritários e percepções sobre as relações causais e eficácia dos instrumentos (GRISA, 2012, p. 41)

Rocha e Tomazini (2013, *apud* Sabourin, 2015) argumentam que os agentes e atores sociais se aglutinam em uma ou mais coalizões e compartilham um conjunto de percepções do mundo, os quais agem em conjunto a fim de transformar suas crenças e valores em propostas de formulação de políticas públicas específicas. Contudo, o processo em que essas crenças e esses valores grupais – a partir da ideia de noções referenciais de grupo que, por sua vez, contornam a ideia de identidade grupal – se inscrevem em instrumentos de políticas enquanto norteadores de trajetórias de desenvolvimento, não ocorrem sem que haja o enfrentamento entre diferentes coalizões e/ou grupos de atores.

Por sua vez, Bosetti (2013), adotando a noção de “campo de lutas políticas” Bourdieusiano em suas análises da trajetória de formação sociopolítica da agricultura brasileira, ressalta também a importância de se contextualizar historicamente as posições e disposições dos agentes e grupos no espaço social. Este espaço é marcado por disputas sociopolíticas em busca de quais instituições orientarão o campo em questão que, em uma perspectiva de longo prazo podem provocar mudanças estruturais inerentes ao próprio campo. Nas palavras do autor:

“Essas disposições são elaboradas historicamente pelas experiências, trajetórias e inflexões de ordem política, econômica ou mesmo simbólica que definem e redefinem os grupos e suas formas de intervenção no espaço social e político” (BOSETTI, 2013, p.6).

Não perdendo de vista essas perspectivas, e corroborando com o que Sabourin (2015b) propõe em sua análise sobre o Programa Nacional

de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), neste capítulo oferece uma análise sócio-histórica a fim de situar os diferentes modelos de desenvolvimento do meio rural em disputa no Brasil contemporâneo. Esta abordagem, segundo Sabourin (2015b) enfatiza a importância da origem e/ou das trajetórias nas análises de políticas públicas.

3.2. DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: A TRAJETÓRIA DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

3.2.1. O PERÍODO PRÉ-DITADURA MILITAR

Os anos que antecederam a intensa intervenção do Estado no espaço agrário brasileiro, na década de 1960, foram marcados por profundos debates e embates sociopolíticos entre diferentes grupos sociais. Neste processo, que culminou com as políticas de modernização agrícola, houve a emergência de diferentes organizações sociopolíticas imbuídas de valores e crenças específicas a fim de intervir no cenário agrário. É a partir deste período, sobretudo, que as “coalizões políticas de interesse” vão sendo, gradativamente, tecidas e enriquecidas com novos aportes discursivos, os quais passam a influenciar a “ação social” no campo do desenvolvimento rural. Portanto, o processo de modernização agrícola é um marco na história social e política do país.

O Partido Comunista do Brasil – PCB foi uma das primeiras estruturas políticas que defendeu claramente os interesses dos camponeses. Seus adeptos acreditavam que a modernização da agricultura e a distribuição da terra criariam as condições necessárias para avançar com o processo de revolução²⁰. Dessa forma, o PCB organizou tanto os camponeses e lavradores pobres, quanto os assalariados agrícolas na formação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB²¹. Esta organização teve como principal bandeira a

²⁰ Para o aprofundamento acerca dos debates sobre as principais correntes teóricas que influenciaram o pensamento agrário brasileiro ver Abramovay (2012).

²¹ Anterior a década de 1960, havia alguns sindicatos ligados a representação da SNA e SRB, as quais garantiam para si a representação legal do campo, sendo institucionalizada pelo Estado apenas a representação mista da classe rural (MEDEIROS, 1995). Neste modelo de

defesa do estatuto do trabalhador rural, instituição que tinha como objetivo o reconhecimento dos direitos trabalhistas para os camponeses, e a organização dos camponeses em associações e sindicatos rurais. Contudo, suas ações foram levadas adiante pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, criada logo após a extinção da ULTAB no ano de 1963.

Picolotto (2011), esclarece que as orientações preconizadas na portaria que regula o processo de sindicalização do campo, publicada em 1962, estabeleciam que a caracterização dos agricultores deveria seguir o âmbito de categorias profissionais²². Não obstante à importante conquista para os agricultores de base familiar, o Estado tendia a negar as idiossincrasias de uma diversidade de grupos sociais e reconhecê-los sob a salvaguarda de apenas uma categoria: “trabalhador rural”. Diante disso, a ação sindical teve um papel pedagógico junto à diversidade de agricultores de base familiar, como destaca Palmeira (1987, p.103):

(...) a legislação contribuía para a ruptura das identidades "tradicionais" e abria a possibilidade de uma dispersão de identidades. (...) O movimento sindical dos trabalhadores rurais conseguiu, todavia, realizar a proeza política de, desvencilhando-se da diversidade de termos que eram utilizados pelos organismos oficiais, de campônio a rurícola, apropriar-se eficazmente daquele que era simultaneamente o mais neutro (porque genérico) e o menos neutro (pela referência ao trabalho) — trabalhador rural — e inculcá-lo em suas bases, adotando-o como um termo "naturalmente" genérico para unir todos os que vivem do trabalho da terra, posseiro ou pequeno proprietário, arrendatário ou parceiro, assalariado permanente ou temporário, e fazendo-se reconhecer pelas demais forças sociais como o seu representante.

representação, os sindicatos mistos (patronais e dos pequenos agricultores) vinculava-se ao Ministério da Agricultura, à época.

²²Definia quatro categorias: trabalhadores na lavoura, na pecuária e similares, na produção extrativa rural e produtores autônomos, que exploravam a atividade rural sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva.

Contudo, as categorias que mais representavam politicamente os agricultores inseridos nas organizações sindicais ainda insistiam em atribuições relativas à categoria de lavradores, trabalhadores agrícolas e camponês, retirando a neutralidade imbuída pela categoria “trabalhador” do campo. Todavia, “camponês” era a principal categoria que os comunistas usavam para caracterizar os trabalhadores do campo de maneira geral (PICOLOTTO, 2011). Medeiros (1995) argumenta que estas categorias eram imbuídas de conotação política, as quais surgiam em contraposição às categorizações impostas pelo Estado e pelos proprietários fundiários (MEDEIROS, 1995).

Neste mesmo período, destacam-se as lutas empreendidas no nordeste brasileiro, levadas adiante por uma organização denominada de Ligas Camponesas (JULIÃO, 2009). Para Fernandes *et. al.* (2014), as ligas camponesas continham uma crítica mais acentuada em defesa da reforma agrária e a favor dos camponeses. Francisco Julião, advogado Pernambucano apoiador do movimento das Ligas Camponesas, descreve que a população do meio rural pernambucano se dividia em tipologias: proletários, semiproletários e camponeses. Esses últimos, de acordo com o autor: “*são os foreiros ou arrendatários, os meeiros, os parceiros, os vaqueiros, os posseiros, os condiceiros e os sitiantes*” (JULIÃO, 2009).

Esses dois movimentos rurais da época – o sindicalismo e as ligas camponesas – compartilhavam o mesmo objetivo: a luta pela reforma agrária. Contudo, diferenciavam-se em suas estratégias de lutas e orientações político-ideológicas. Para o movimento sindical que nascia com o apoio do PCB, a luta pela reforma agrária passava pela transformação dos camponeses em assalariados e trabalhadores rurais. Além disso, reivindicavam o seu reconhecimento enquanto “trabalhadores” perante o Estado. Já no caso das Ligas Camponesas, a luta estava centrada no reconhecimento dos camponeses em sua condição sociocultural e no direito à posse da terra²³. Assim como no processo de sindicalização do meio rural, as ligas camponesas ganharam adeptos nos outros estados e sua relevância na luta pela reforma agrária foi sendo gradativamente ampliada. Diante disso, as lutas se intensificaram em diferentes frentes.

Do outro lado dessas lutas em prol dos camponeses, se situava a organização dos representantes dos latifundiários e de médios produtores

²³ Como veremos mais adiante, essas diferentes opções políticas-ideológicas que orientavam tais movimentos demarcarão a complexidade e a diversidade inerentes às categorias que representam os agricultores de base familiar.

denominados de setor patronal (BOSETTI, 2013). Estes segmentos que defendiam as prerrogativas políticas dos chamados “ruralistas” eram representados, à época, pela Sociedade Nacional Brasileira – SNB, e Sociedade Brasileira Rural – SRB. Posteriormente, os ruralistas passaram a ser representados, também, pela Confederação Nacional da Agricultura – CNA e pela União Democrática Ruralista – UDR.

Diante desta perspectiva, a reforma agrária vinha sendo debatida pela heterogeneidade de grupos sociopolíticos os quais compunham a “coalizão camponesa”: o PCB, que se opunha aos ideais que orientavam as Ligas Camponesas; as Ligas Camponesas; a Igreja Católica, que se opunha às Ligas Camponesas, mas trilhava o caminho da proletarização dos agricultores; e o Partido dos Trabalhadores Brasileiro - PTB, liderado por Leonel Brizola e João Goulart (MARTINS, 1986 *apud* BOSETTI, 2013). O PTB assume o poder executivo e tem como presidente da república João Goulart, no ano de 1961. Neste governo, é instituído o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, que regulamenta as relações trabalhistas no campo, principais conquistas do PCB. Ademais, é criado, na estrutura do governo, a Superintendência da Política Agrária – SUPRA, incumbida, junto a CONTAG, de impulsionar a criação de dezenas de sindicatos rurais.

A atmosfera socioeconômica e política deste governo não é muito favorável levando em conta a crise que assolava o país diante as estratégias desenvolvimentistas de substituição das importações pela dinamização da industrialização iniciadas durante a década de 1950. A influência da escola latino-americana da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)²⁴ no Brasil, especialmente para os seus

²⁴ Sob forte influência do pesquisador Raúl Prebisch, a CEPAL desenvolveu a teoria do subdesenvolvimento no período do pós-segunda guerra mundial e influenciou o processo de desenvolvimento dos países latino americanos a partir dos anos de 1950 e 60. Em linhas gerais, o núcleo da teoria do subdesenvolvimento cepalina gira em torno de duas premissas fundamentais: “(i) as economias latino-americanas teriam desenvolvido estruturas pouco diversificadas e pouco integradas com um setor primário-exportador dinâmico, mas incapaz de difundir progresso técnico para o resto da economia, de empregar produtivamente o conjunto da mão-de-obra e de permitir o crescimento sustentado dos salários reais – esses efeitos negativos se reproduziriam na ausência de uma indústria diversificada; (ii) os preços de exportação dos produtos primários tenderiam a apresentar uma evolução desfavorável frente à dos bens manufaturados produzidos pelos países industrializados. Como resultado, haveria uma tendência à deterioração dos termos de troca que afetaria negativamente os países latino-americanos através da transferência dos ganhos de produtividade no setor primário-exportador para os países industrializados.” (COLISTETE, 2001, p. 23)

gestores políticos, técnicos e analistas acadêmicos, levou o processo de desenvolvimento do país sob a égide da intensa industrialização, sobretudo na construção da indústria de bens de capital (COLISTETE, 2001). Esta trajetória levou à estagnação da economia interna do país, sobretudo pelas dificuldades enfrentadas no abastecimento alimentar da sociedade brasileira, prejudicando o processo de desenvolvimento econômico.

Desse modo, em resposta à crise estabelecida, edificava-se a concepção estruturalista da CEPAL, e a economia brasileira passa a ser vista sob a perspectiva do subdesenvolvimento (GRISA, 2012). Para esses pensadores, o aumento da produtividade da indústria, e com isso a diminuição dos preços, permitiria um crescimento do poder aquisitivo da população e acarretaria, em consequência, um estímulo para a capitalização da agricultura. Este último aconteceria por meio da transformação da estrutura agrária do país que, ao priorizar o fortalecimento da força de trabalho, reduziria o custo de produção e aumentaria o excedente agrícola (GRISA, 2012). Diante disso, intelectuais da escola cepalina, em confluência com os intelectuais “orgânicos” do PCB, apontam a centralidade da questão agrária para o desenvolvimento da economia brasileira da época, uma vez que proporcionaria as condições necessárias para o estabelecimento da reforma agrária (*Ibidem*).

Por outro lado, havia a concepção de intelectuais e economistas ligados à Universidade de São Paulo – USP, cujo principal expoente foi Antônio Delfim Netto que, alinhados aos representantes da oligarquia rural, argumentavam a inexistência de uma questão agrária. Para Delfim Netto o principal problema da economia não se assentava na distribuição desigual da estrutura fundiária, mas consistia, sobretudo na falta de modernização agrícola a fim de torná-la mais produtiva.

Para os pensadores desta escola, influenciados pelo pensamento de Theodore Schultz, da escola norte americana, tanto os grandes produtores (latifúndios), quanto a pequena produção (camponeses), são orientados por uma racionalidade econômica guiada pela maximização dos lucros. Para os adeptos desta teoria, o papel do Estado é crucial para o desenvolvimento da agricultura, sobretudo na criação das condições necessárias para implementação do projeto modernizante. De acordo com Abramovay, em sua famosa tese sobre os “paradigmas do capitalismo agrário”, as reflexões Schultzianas influenciaram a maioria dos pesquisadores sobre o desenvolvimento rural na América Latina, os quais priorizam:

(...) o estímulo, seja à produção interna, seja à importação dos insumos que compõem a agricultura moderna, a implantação de centros de pesquisa capazes de adaptar os progressos técnicos da agronomia ao meio ambiente nacional e local (pesquisas com variedades de alto rendimento, por exemplo) e a difusão desse conjunto de inovações através de um amplo sistema de extensão (ABRAMOVAY, 2012, p. 95).

Assim, as metas relacionadas à agricultura a fim de superar a crise econômica evidenciada no momento prévio ao golpe militar, consistiam em ações para subsidiar a industrialização do país: produção de alimentos em abundância a custo baixo, liberação de mão de obra para a indústria urbana e a constituição de um mercado consumidor de produtos industrializados (BOSETTI, 2013).

Foi em meio a essas ideias que se constituíram os principais pilares para a construção das políticas públicas para a agricultura sob o regime militar. Além disso, foram estas mesmas ideias que impulsionaram a permanência de muitos movimentos sociais ligados à questão agrária à época. Além disso, nutriu tais movimentos para que se consolidasse, após a redemocratização, uma amálgama para a tessitura da coalização política articulada em torno de referenciais que dotariam a reforma agrária com novos significados: a categoria de “campe sinato”, inicialmente e, mais recente, a ideia de resistência por meio do uso da noção de “agroecologia.”

Nas palavras de Medeiros (1995, p. 4):

O aparecer dos “trabalhadores agrícolas”, “lavradores”, ou “camponeses” na esfera pública, nos anos 50/60, foi um processo extremamente tenso. Através dos conflitos em que se envolveram e das mediações que os tornaram visíveis para a sociedade, emergiram não só novos temas para o debate político, mas também uma nova linguagem. Esses segmentos constituíram, assim, um lugar próprio para si e encontraram argumentos para explicar as tensões sociais em curso, impondo-se como importantes participantes dos grandes debates que se travaram, nesse período em torno da natureza e do sentido do desenvolvimento brasileiro.

O estopim que culminou com o golpe militar de 1964, foi a intensificação das lutas pelos trabalhadores rurais e a morosidade na aprovação de uma lei para a reforma agrária, de um lado e, a mobilização das entidades empresariais rurais e dos interesses mais conservadores – sobretudo a União Democrática Nacional – UDN – apoiados pelos militares – que se uniram não só na crítica à SUPRA, mas também contra o avanço do sindicalismo rural²⁵.

3.2.2. O PERÍODO DA DITADURA MILITAR

Nos primeiros anos do regime militar, sobretudo entre 1964-1968, as políticas destinadas para o desenvolvimento rural, na perspectiva de alguns autores, foi uma política de transição do Plano Trienal, proposto pelo governo de João Goulart, para o Programa de Ação Econômica da ditadura militar (GRISA, 2012). O lema deste período foi “eficiência da agricultura”, prevalecendo uma visão modernizante, que privilegia a mudança tecnológica e a minimização da intervenção estatal.

Diversos instrumentos políticos corroboraram para o prosseguimento da modernização agrícola, porém, o mais importante deles foi a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, no ano de 1964²⁶. Nesse sentido, houve a implementação do crédito rural, seguro rural, assistência técnica, subsídios a aquisição de insumos, entre outras. Contudo, de acordo com Graziano da Silva (1980) a implementação de todos esses instrumentos ocorreu sem uma mudança na estrutura agrária do país. Ademais, esse processo de modernização conservadora permitiu a abertura para a integração, de maneira gradativa, da agricultura e a indústria, nos chamados Complexos Agroindustriais – CAIs. A relação entre agricultura e indústria ocorre a partir das demandas da “coalizão patronal”, permitindo a integração das indústrias tanto à montante, verificadas no processo de aquisição de máquinas, insumos químicos e agrotóxicos, sementes melhoradas etc., quanto à jusante, sobretudo na integração das matérias-primas a vários ramos industriais.

É fato que a modernização conservadora privilegiou os interesses dos grandes proprietários, como podemos observar nos dados

²⁵ <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbetematico/superintendencia-da-politica-agraria-supra>).

²⁶ Sobre os desdobramentos da implantação dos instrumentos de crédito rural a partir do SNCR, ver Grisa (2012).

mobilizados por Bosatti (2013). Segundo o autor, a partir dos dados levantados por Paulilo (1990), apenas 5% do montante de recursos destinados ao crédito eram acessados pelos “pequenos produtores”, ao mesmo tempo que 1% dos grandes produtores acessavam 40% do total deste crédito. Os dados indicam que uma pequena parcela dos denominados “pequenos produtores” também acessava as políticas de modernização agrícola. Entretanto, as tecnologias do pacote de modernização, tais como o uso de insumos e fertilizantes e, sobretudo, a mecanização agrícola opera em escalas maiores de produção. Com o incremento da tecnologia, principalmente do processo de mecanização – e mais recentemente a automação – os grandes produtores se modernizaram, dispensando assim grande parte de sua mão de obra em suas diferentes relações de produção, tais como meeiros, arrendatários, parceiros, etc.. Este processo desencadeou um forte fluxo migratório que caracteriza, em grande medida, o chamado êxodo rural. Parte significativa dos agricultores ou migravam para os centros urbanos, tornando-se mão de obra para a indústria, ou migravam para as “novas fronteiras agrícolas”²⁷ nos projetos de colonização levados adiante pelo governo militar em substituição à reforma agrária.

Nesse contexto, o produtor de base familiar deixou de ser reconhecido como “camponês”, e passou a ser identificado pela categoria “pequena produção” ou “pequeno produtor”. É importante chamar a atenção do significado político-ideológico da categoria “camponês” para os movimentos rurais que preconizavam a reforma agrária pré-golpe militar. De acordo com Palmeira (1987, p. 102):

A adoção da identidade de camponês significava juntar, em torno da vinculação à terra através do trabalho, pessoas e grupos que o recorte por sua inserção numa relação de dominação determinada, por uma vinculação espacial qualquer, por uma determinada maneira de dispor do produto do seu

²⁷ Os projetos de colonização foram criados pelos governos militares com base em dois “pressupostos” ideológicos: 1) a existência de “terras vazias” e baratas na Região Norte e Centro Oeste e 2) a ocupação espacial como um caminho natural para resguardar as fronteiras contra possíveis invasões, baseada na doutrina da “segurança nacional”. Os projetos eram criados como uma política governamental para tornar produtivas terras “ociosas” e “improdutivas”. Em meados dos anos de 1970, o governo militar mudou a sua política em relação aos projetos de colonização, piorando ainda mais a situação nas novas áreas provocando novos conflitos.

trabalho, por particularidades étnicas ou religiosas, separava politicamente.

Este subterfúgio, levado adiante pelos militares, tendia a esvaziar o caráter político inerente à categoria “camponês”, atribuindo-lhe uma conotação mais neutra. Além disso, a condição de inserir os agricultores de base familiar na “pequena produção”, empresta aos agricultores a conotação de serem atrasados, em relação à moderna produção.

Neste contexto, a modernização conservadora do meio rural cria um paradoxo sem precedentes no processo de desenvolvimento brasileiro. Há um evidente aumento nas atividades industriais, localizadas nos centros urbanos, impulsionadas pela mão de obra vinda da zona rural, a qual foi “expropriada” de seus locais de reprodução sociocultural a partir do modelo tecnológico que gradativamente foi se impondo aos processos produtivos. Dessa forma, a diversificação e a auto-suficiência produtiva, levada adiante por uma diversidade de categorias de agricultores com base no trabalho familiar (parceiros, meeiros, arrendatários, etc..), foi dando lugar à especificação produtiva e à dependência de uma gama de “agricultores proletarizados e urbanos” às indústrias produtoras de alimentos. Por sua vez, muitos dos problemas e conflitos sociais, econômicos e, especialmente ambientais, têm origem neste rápido processo de urbanização.

Nesse sentido, é importante destacar que as demandas por transformações na estrutura fundiária, advindas da “coalizão dos camponeses” nos anos antecedentes ao golpe militar, foram deslegitimadas pelo aumento da produtividade agrícola dos latifundiários nesse processo de modernização conservadora. A despeito das desigualdades socioeconômicas promovidas no meio rural, faz-se importante destacar que as demandas da “coalização camponesa” relativas à questão agrária só retornaram à agenda dos movimentos sociais quando o modelo de modernização entra em crise, junto com o regime militar, a partir do final dos anos 1970 e no decorrer da década de 1980. Neste período há uma intensa movimentação de diferentes agentes sociais dotando a “coalização camponesa” de novos mediadores políticos e incrementando o campo do desenvolvimento rural com novos significados, como veremos adiante.

Diante do contexto da ditadura, a maioria dos sindicatos teve seus registros cassados, suas lideranças perseguidas e exiladas, com exceção daqueles que se opunham ao “comunismo”, sobretudo, aqueles que se

originaram na igreja católica. Apesar de muitos sindicatos recém-formados terem tido os seus títulos cassados, os militares aproveitaram a estrutura sindical a fim de consolidar o seu domínio sobre tais estruturas e organizar a produção no país (FERNANDES *et. al.*, 2014). Diante disso, a CONTAG foi poupada ante a intervenção do regime militar e passou a ser reconhecida como uma importante referência nacional na representação dos direitos dos “trabalhadores rurais”. Assim, os Sindicatos ligados à CONTAG tinham o compromisso e a responsabilidade de manter os programas de assistência rural, no âmbito do Fundo de Assistência Rural – Funrural.

Em meados da década de 1970, iniciaram-se as críticas às ações da CONTAG as quais apontavam sua ineficiência em mobilizar os trabalhadores frente às pressões do regime, além da inconsistência em apoiar a luta pelos direitos dos trabalhadores rurais. Nesta época diversos sindicatos optam pela via assistencialista em detrimento das ações reivindicativas. De acordo com Medeiros (2001), o principal porta-voz dessas críticas foi o segmento progressista da Igreja, adepto da teologia da libertação²⁸. Em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra - CPT gerando condições para o estabelecimento de uma forte rede de influência, as quais promoviam ações de resistência e a organização de camponeses. Fernandes *et. al.* (2014, p. 56) argumentam:

Enquanto a CONTAG cadastrou como sócios os camponeses que atuavam no mundo dos direitos aceitos pelo regime, a CPT atuou mais entre o campesinato que não encontrava lugar nos planos de desenvolvimento agrário da ditadura.

Com a “aparição” das pastorais criadas pela CPT no cenário sociopolítico do desenvolvimento rural, aprofundaram-se as críticas aos sindicatos ligados à CONTAG e ao seu “*modus operandis*”. Medeiros (2011, p.106) nos conta que esse segmento do campo “oposicionista” estava em um processo de articulação com um “novo sindicalismo”, criados nas áreas urbanas e articuladas em torno das ideias de redemocratização, autonomia sindical, eleições diretas, etc.²⁹. Com a

²⁸ Para aprofundar sobre a teologia da libertação, ver Silva (2006); Santos (2006).

²⁹ É importante ressaltar que no final da década de 1970 e decorrer da década de 1980, há um intenso debate no interior do sindicalismo indicando a heterogeneidade de posicionamentos e valores sociopolíticos inerentes as diferentes representações dos agricultores de base familiar.

criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, no ano de 1983, evidenciava-se uma clara dissidência dos agricultores com a base da CONTAG e sua posterior inserção ao sindicalismo “cutista”³⁰. Nesse contexto, vale destacar a re-valorização da categoria de “assalariados” e “trabalhadores rurais” em detrimento da categoria relativa a “pequenos proprietários” e uma clara opção “identitária” dos rurais com o mundo do trabalho, sobretudo no fortalecimento e engajamento a uma Central de Trabalhadores (MEDEIROS, 2011). Porém, esclarece a autora, surgem novos espaços de confronto, sobretudo àqueles inerentes aos limites em que o sindicalismo da CONTAG encontrava para lidar com um conjunto de demandas as quais extrapolavam suas ações desenhadas no passado.

O retorno da questão agrária volta a ganhar fôlego no quadro em que emergem a categoria “sem-terra” para representar aqueles agricultores/trabalhadores outrora expropriados de suas terras na condição de pequenos proprietários, arrendatários e outras categorias (meeiros, parceiros), e adensados aos redores de centros urbanos. Os “sem-terra” simbolizam, portanto, os resultados da pauperização dos centros urbanos, fruto deste mesmo processo de expropriação. Em nome dos “sem-terra” se constituiu um movimento que questionava não só a inoperância sindical em relação à situação fundiária, como também a estrutura da organização sindical. Assim nasce no ano de 1984 o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, enquanto nova identidade política. A reforma, agrária, que outrora significou a principal amálgama do movimento sindical, é dotada de novos significados e passa a ser associada à bandeira de luta do MST (MEDEIROS, 2011). Ademais, as estratégias de luta do MST dotaram o discurso político com fatos concretos ao transformar em fatos políticos as ocupações e acampamentos nas terras improdutivas, entre outros domínios (terras públicas à beira das estradas, etc.).

De acordo com Silveira e Silva (2013) o MST já nasce com a deliberação de se tornar um Movimento de âmbito nacional, influenciado pelas experiências das Ligas Camponesas nos anos de 1950. Todavia, argumenta o autor, já era fato concreto que a luta camponesa que se

Para um aprofundamento sobre estes debates, sugiro a leitura de Medeiros (1995), Picolotto (2011).

30 A CUT nasce no âmbito das lutas operárias nos centros urbanos por demandas relacionadas às condições de trabalho e nas reivindicações pelas eleições diretas. Para aprofundar nos debates ver Picolotto (2011) e Medeiros (1995; 2001).

estruturaria no seio do MST, iria levar em conta, além das demandas tradicionais relativa a reforma agrária, as questões relativas à produção.

Dessa forma, progressivamente o MST vai se expandindo e nos anos de 1980 e 1990 vai se impondo no cenário sociopolítico agrário na qualidade de porta-voz da reforma agrária. Seu modelo de mobilização e ocupação vai transformar as lutas do campo e aguçar a rivalidade emergente no interior do sistema sindical. Estes últimos, sobretudo os sindicatos de origem “cutista”, incorporaram parte das estratégias de ocupação e mobilização e passaram a ter o direito de falar em nome da categoria política “sem terra”. Portanto, o MST tem uma importância significativa para a rearticulação da “coalizão camponesa”, provendo-lhe com novos contornos para além da reforma agrária. Contudo, a partir dos anos 1990, o sindicalismo passa a defender a categoria “Agricultura Familiar” (MEDEIROS, 2001; PICOLOTTO, 2011; 2014), provocando novas transformações em suas estratégias de ação, como veremos adiante

Nesse contexto, no final da década de 1980 o MST passa a atuar nos processos produtivos dos assentamentos rurais, diferenciando-o das organizações sindicais. Assim, o MST passa a estimular formas de produção cooperada, além de incorporar em seus quadros estratégicos o processo de educação política, formal e tecnológica dos assentados. É importante destacar que tanto a organização interna do MST, quanto suas estratégias de mobilização/ocupação e produtivas, tinham como matriz político-ideológica o referencial marxista ortodoxo de concepção leninista (BORSATO E CARMO, 2013; DA SILVEIRA E SILVA, 2013).

No decorrer do seu processo de consolidação o MST passa a incorporar novas estratégias para o seu processo de auto-financiamento. Parte desta estratégia é a arrecadação de um pequeno percentual dos créditos destinados à reforma agrária contemplados pelos assentados. Além disso, também passa a disputar recursos estatais em linhas de financiamento específicos, por exemplo, a linha de financiamento sobre agroindustrialização. Medeiros (2011, p. 112) argumenta:

Dessa forma, abandonou a posição típica dos chamados “novos movimentos sociais” dos anos 80, de ficar “de costas para o Estado”, passando a olhar para este como gestor de recursos que são públicos e, como tal, passíveis de disputa pelos diferentes segmentos da sociedade.

Diante deste quadro, vale destacar o papel das Cooperativas de Produção Agropecuárias, que além de possuir um caráter de viabilização econômica do Movimento, serviria como um forte instrumento político-ideológico no sentido da coletivização da organização (SILVEIRA E SILVA, 2013). Porém, este modelo produtivo baseado em ideias marxistas-leninista não era compatível com os valores tradicionais das famílias camponesas. Silveira e Silva (2013), debruçados em seus estudos sobre a agroecologia nos assentamentos de reforma agrária no Espírito Santo, argumentam que houve uma mudança estratégica do setor produtivo do MST a partir da década de 1990. Trata-se da incorporação, no âmbito do 2º Congresso Nacional ocorrido no ano de 1995, da dimensão ambiental em seus objetivos que, por sua vez, passa a vincular em sua proposta de reforma agrária a luta por um modelo alternativo de desenvolvimento a partir de um “novo modelo agrícola” (SILVEIRA E SILVA, 2013, p. 56). Dessa forma, a proposta de construção deste modelo alternativo de desenvolvimento junto aos assentados é conduzida de maneira gradativa e orientado pelos princípios da agroecologia enquanto suporte aos projetos relativos às Cooperativas de Produção coletivizadas. Este processo não ocorre sem conflito e debates dentro do Movimento, principalmente, porque estas transformações vêm acompanhadas de mudanças político-ideológicas, como, por exemplo, a transição de uma perspectiva marxista ortodoxa enquanto eixo norteador estrito, para incorporar as influências de Chayanov (BORSATO E CARMO, 2013). Passarei a discutir a incorporação da dimensão ambiental junto às lutas dos movimentos rurais mais adiante, em sessão específica. Por ora, vale a pena mencionar sobre as transformações ocorridas no processo de desenvolvimento rural com a incorporação de uma nova categoria: a emergência da categoria “Agricultura Familiar”. A incorporação desta categoria no âmbito do Estado e no próprio movimento social é acompanhada de profundos debates e importantes desdobramentos não só do ponto de vista sociopolítico, mas também na perspectiva da produção acadêmica.

3.3. A AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS

A década de 1990 foi marcada por profundas transformações tanto para o conjunto de atores que representam o que venho chamando de “coalizão camponesa”, incluindo alguns segmentos dos quadros estatais, quanto para a chamada “coalizão patronal”. Para esta última, configurou-

se a consolidação do paradigma sociopolítico alicerçado na ideia de interdependência de “cadeias produtivas”, modelo este denominado de Agronegócio. A ideia de agronegócio, deriva do conceito norte-americano *agribusiness* cunhado nos anos 1950, a fim de designar um conjunto de operações envolvidas em um Complexo Agroindustrial que envolve diferentes cadeias produtivas, desde a produção e distribuição de insumos, passando pela produção agropecuária propriamente dita, até a fase de processamento, armazenamento, comercialização e distribuição dos produtos agrícolas (MENDONÇA, 2013).

Já para a “coalizão camponesa”, este decênio, sobretudo a partir de meados da década de 1990, representou uma inflexão nos debates ocorridos entre as décadas de 1950-1980 (NIEDERLE et. al., 2014). Em outras palavras, houve o reconhecimento e a legitimação pelo Estado da diversidade de formas sociais que caracterizam o meio rural brasileiro, aglutinada sob a categoria “agricultura familiar”, outrora considerada atrasada e fadada ao desaparecimento pela inserção do capitalismo no campo, teses ecoadas pelos diversos pesquisadores e ressoada nas ações deste mesmo Estado. Como Piccolotto (2014, p. 67) comenta:

No geral, os trabalhos tomavam um enfoque teórico negativo sobre a pequena produção (inspirados em concepções marxistas, em especial em Lênin e Kautsky), vindo a identificar que estava em vias de desaparecimento com o avançar das relações capitalistas no campo.

A emergência desta categoria ocorre de maneira paradoxal. Se, por um lado, há o reconhecimento de milhões de agricultores de base familiar em toda a sua diversidade agrupada sob uma mesma categoria, por outro lado, a aglutinação em uma só categoria sociopolítica acaba por não representar as idiosincrasias inerentes à pluralidade de formas sociais e conseqüentemente, as relações com a terra presentes no campesinato. Além disso, com o advento da categoria agricultura familiar, há um deslocamento do caráter político inerente à categoria campesinato e, assim, desloca-se a centralidade que os movimentos sociais conquistaram no espaço sociopolítico do desenvolvimento rural nas décadas anteriores. A promoção da agricultura familiar enquanto gramática moral presente nas ações do Estado e de segmentos da sociedade, acabam por iluminar o papel central exercido pelo Estado perante o campo do desenvolvimento rural. Nesse sentido, as lutas empreendidas no processo de construção desta categoria, no campo do

desenvolvimento rural, promovem um reordenamento político de agentes e grupos sociais, tendo como protagonistas segmentos do movimento sindical e a agência de representantes institucionais do Estado.

Niederle *et. al.* (2014) comentam que embora a emergência da agricultura familiar enquanto categoria sociopolítica ocorreu em meio aos debates nos ides de 1990, a sua institucionalização no âmbito do Estado, e conseqüentemente a sua estabilização perante a sociedade, em geral, foi concretizada na década seguinte. Os desdobramentos destes debates, argumentam os autores, foram promovidos por meio da concomitância de dois grandes eixos: o reconhecimento por diferentes segmentos da sociedade, sobretudo do movimento sindical; e a positivação teórica (*ibidem*). Corroborando com estas constatações, Picolotto (2014) inclui um terceiro elemento: o papel do Estado. Assim, a construção da categoria agricultura familiar enquanto sujeito político se desdobra, por um longo processo, pela interação de três conjuntos de atores sociais, que, cada um a seu modo, a reconhecem: segmentos dos movimentos sociais, em especial o movimento sindical; a academia, ao atribuir importância à agricultura familiar no desenvolvimento dos países de capitalismo avançado; e o Estado, que legitimou a agricultura familiar no seio da sociedade e possibilitou a construção de políticas públicas que a fortaleceram (PICOLOTTO, 2014). É na interação entre esses três conjuntos de atores que podemos considerar que a década de 1990 representou um marco de grandes transformações para o campo do desenvolvimento rural.

Começamos a compreender essas transformações a partir do reordenamento político no interior do movimento sindical, iniciado no fim da década de 1980 e início de 1990. É importante ressaltar que neste período a conjuntura política brasileira, orientada pelo enfoque neoliberal, privilegiara a abertura econômica para mercados internacionais provocando um aumento na competitividade dos produtos internos, em especial os produtos agropecuários. Esta conjuntura provocou rupturas dentro do sindicalismo rural ao ampliar suas demandas de cunho trabalhistas para outras demandas sociais e, posteriormente, as demandas oriundas da dimensão ambiental.

As disputas internas do movimento sindical neste período concentraram-se em dois grupos: de um lado os representantes sindicais da categoria “pequenos produtores” e, de outro, os representantes dos chamados “assalariados”. O primeiro grupo ganha maior visibilidade e mobilidade social no interior do movimento e constrói novas lideranças sindicais, as quais incrementam os debates com novas demandas para esta categoria. Nesse sentido, destaca Picolotto (2014), ocorrem diversas

mobilizações reivindicando melhores condições para a produção, melhores preços para os seus produtos frente ao projeto neoliberal que orientava o país e, sobretudo na construção de uma política agrícola diferenciada para os pequenos produtores. Diante este destaque do grupo representativo de pequenos produtores, Medeiros (2011, p. 117) comenta que o movimento sindical passa a reordenar suas estratégias por meio de um “novo modelo de desenvolvimento rural”. Sobre este ponto, tanto a CONTAG quanto a CUT constroem projetos diferenciados de política agrícola a fim de contribuir com a formulação da lei agrícola no final dos anos 1980 e início de 1990. De acordo com Picolotto (2014, p. 71), o que chama a atenção nestas propostas é a definição dos beneficiários de seus programas:

(...) **pequenos agricultores:** aqueles que fazem o uso do trabalho da família no estabelecimento sem o concurso de empregados permanentes, mas com um limite de área de três módulos rurais para a CONTAG e de até cinco módulos para os projetos da CUT.

O autor chama a atenção que, apesar desta conquista para o movimento sindical, as propostas deste movimento são minoritárias frente às forças políticas hegemônicas da chamada Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, a qual aglutinava os grupos sociopolíticos da chamada “coalizão patronal”. Não obstante, houve conquistas importantes sob essa “diferenciação”, incorporadas na lei agrícola de 1991, tais como: direito à assistência técnica gratuita, crédito subsidiado, geração de tecnologias adaptadas à pequena produção, etc. Além dessas proposições, um aspecto de grande relevância para o movimento sindical foram as viagens de intercâmbio e processos de formação de lideranças junto aos países da Europa. Nesse sentido, os movimentos sindicais passaram a se orientar a partir das influências europeias e suas políticas agrícolas, em especial, a política de fomento à agricultura familiar e a centralidade do Estado para a sua promoção naqueles países. Dessa forma, as organizações de agricultores – do ponto de vista do movimento sindical – passaram a assumir uma postura de proposição frente ao Estado, em detrimento de um caráter mais reivindicatório (MEDEIROS, 2011; PICOLOTTO, 2014).

No decorrer do ano de 1993, em meio ao debate interno entre os grupos de representação dos “assalariados” e dos “pequenos produtores”, no interior do movimento sindical, houve a internalização da categoria

“agricultura familiar” a fim de representar tanto os agricultores agrupados na categoria “pequenos produtores”, quanto àqueles da categoria “assalariados”³¹. Nesse ínterim, houve a unificação do sindicalismo na CONTAG e a construção de um projeto alternativo de *desenvolvimento rural sustentável*, no qual teria como prioridade o fortalecimento da “agricultura familiar”. Medeiros (2011) argumenta que foi neste período em que houve um alargamento das demandas sindicais, incorporando questões relacionadas ao gênero, meio ambiente, saúde, etc. De acordo com Picolotto (2011):

Esse projeto, mais do que um conjunto de medidas pontuais, procurava através de análise de experiências concretas traçar orientações gerais de um novo modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro: defendia a necessidade de realização da reforma agrária, optava pela agricultura familiar como formato de agricultura desejável, **pela agroecologia** e defendia novas formas de organização da produção e política agrícola diferenciada³².

Diante deste contexto, importantes eventos de grandes expressões nacionais foram liderados pela CONTAG (já unificada), tendo como principal interlocutor o Estado, tal qual o “Gritos da Terra”³³. Para muitos sindicalistas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, principal política agrícola para os agricultores de base familiar, é o resultado dessas mobilizações nacionais (MEDEIROS, 2001; PICOLOTTO, 2011; 2014).

Entretanto, há que se considerar que a construção de políticas públicas no âmbito do Estado é resultado da interação entre diferentes atores sociais que delimitam um campo específico. Ou seja, a construção do PRONAF não ocorre a partir de uma única via – diálogo com o movimento sindical - mas resulta do embate entre as diferentes forças políticas empreendidas por uma diversidade de agentes e atores sociais no interior do campo do desenvolvimento rural. Dessa forma, em diálogo

³¹ Esse processo não ocorre de maneira pacífica. Além disso, há um fortalecimento das lideranças sindicais representantes da categoria “pequenos produtores” na correlação de forças internas ao sindicalismo. Para maior aprofundamento, consultar Medeiros (1995); Picolotto (2011; 2014).

³² Grifo meu.

³³ Mobilização massiva de âmbito nacional e com objetivo de propor e negociar políticas com os governos.

com os atores do campo acadêmico, a emergência do PRONAF também sofreu influência significativa das discussões empreendidas neste campo. Porém, como afirma Picolotto (2014, p. 75), o PRONAF é, sobretudo, resultado de um processo *negociado pelo sindicalismo com o governo, desde o início da década e inscrita no princípio de política agrícola diferencia (crédito com subsídios) previsto na Lei Agrícola*.

A preocupação em construir um projeto alternativo estava no centro do movimento sindical desde meados dos anos 1990. Foram desenvolvidas diversas estratégias de capacitação e mobilização social em torno do tema do *Desenvolvimento Local Sustentável*. No final desta década, foi elaborado, em conjunto com a assessoria de pesquisadores e parcerias com Organizações não governamentais, o Projeto Alternativo de *Desenvolvimento Rural Sustentável*, trazendo novos contornos às lutas empreendidas no campo, sobretudo com a incorporação da agroecologia enquanto discurso sindical. Picolotto e Brandenburg (2014) argumentam, que este processo ocorre pela interação entre lideranças do movimento sindical e ambientalistas de organizações não-governamentais, sobretudo no contexto da Rio-92.

A adoção de uma postura propositiva perante o Estado – principalmente a partir da internalização da “agricultura familiar” – em detrimento de uma perspectiva reivindicativa do movimento sindical, levou a constituição de novas divergências internas. Alguns grupos sociais do meio rural não se percebiam contemplados com as ações e demandas sindicais. Esses grupos, de acordo com Picolotto (2011), eram constituídos pelos agricultores mais empobrecidos do campo, que, provavelmente, se reproduziram socioeconomicamente em meio à precariedade legal de suas terras. Além disso, as demandas levantadas pelo sindicalismo rural apontavam, sobretudo, para um tipo de agricultor familiar marcado *pela propriedade familiar, pela perspectiva de integração aos mercados, moderna ou em vias de modernização* (PICOLOTTO, 2014, p. 75). Em meio a este contexto e influenciados pelas mobilizações e ações do MST, um grupo de dissidentes dos “cutistas” rural originaram o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Este depoimento de uma liderança do MPA do RS, que transmitiu as declarações em entrevista à tese de Picolotto (2011), nos esclarece sobre esse momento:

O movimento sindical estava em um refluxo e não atendia mais à necessidade organizativa dos trabalhadores. As pautas eram muito genéricas, longas, e, portanto, não concreta. Nós achávamos

que a pauta deveria ser enxuta, concreta e para discutir com os agricultores, a sociedade e o governo. O MPA teve uma participação decisiva para a criação do PRONAF, juntamente com outras organizações. Foi um programa criado e que depois melhorou. Há vários públicos na agricultura camponesa. Foi criado o Pronafinho para os agricultores mais empobrecidos. A nossa prioridade, do MPA, nosso público está nessa grande maioria dos agricultores empobrecidos. Lutamos contra o modelo agrícola implantado há tantos anos que não beneficia a agricultura camponesa. Estas sempre levam as migalhas. (Fala de liderança MPA, in PICOLOTTO, 2011, p. 202).

Vale destacar o uso da categoria “camponesa” na fala desta liderança, a fim de identificar o público prioritário do MPA. Enquadrados nas categorias de “*agricultores empobrecidos*”, “*lascados*”, ou que “*sempre levam migalhas*” (PICOLOTTO, 2011, p. 203), o público do MPA não se reconhece enquanto integrantes da categoria “agricultura familiar”. Desde a sua origem, o MPA identifica uma diversidade de formas sociais de trabalho na terra, priorizando a categoria camponês em detrimento do uso da categoria “agricultores familiares”. O uso da categoria de campesinato pelo MPA, para além de expressar essa diversidade contida no mundo rural, recupera o sentido político das lutas empreendidas pelos pequenos produtores, principalmente ao incorporar em seus discursos o retorno dos agricultores parceiros, meeiros, posseiros, entre outras formas precárias de acesso à terra.

Da mesma maneira, descontentes com a conjuntura que nutria as formas de ação sindical, o MST passou a organizar o núcleo brasileiro da Via Campesina. De acordo com Fernandes (*apud* PICOLOTTO, 2014, p.76):

Na ótica destes atores, enquanto as organizações sindicais, adeptas da agricultura familiar, constroem um projeto de integração com os mercados agroindustriais (formando o que chamam de “pequenos capitalistas” ou “agronegocinho”), os movimentos da Via Campesina têm procurado construir um projeto de “autonomia camponesa” no capitalismo.

Dessa forma, esses novos atores, dissidentes do movimento sindical (principal interlocutor com o Estado), promovem uma ruptura

com o projeto de agricultura familiar e revalorizam a identidade política do campesinato, associada a um projeto de fortalecimento da autonomia camponesa (PICOLOTTO, 2014). Ademais, com base nesta opção, a questão da reforma agrária ganha novos atores, incrementando o debate com novos significados. O que transparece diante este contexto, é que a “coalizão camponesa” passa a representar um campo de batalhas entre essas duas categorias, cada qual demandando seus interesses com seus respectivos valores. Todavia, é diante a interação entre essas duas categorias, que a “coalizão camponesa” assume um papel preponderante no campo do desenvolvimento rural perante a “coalizão patronal”.

Como mencionei acima, a categoria de agricultura familiar foi sendo reconhecida gradativamente pelo Estado e legitimada com a criação da lei da agricultura familiar, em meados do ano 2000. Dentre suas atribuições, em seu artigo 3º reconhece o agricultor familiar como:

Art. 3o Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)³⁴.

Diante desta perspectiva, podemos refletir sobre as seguintes questões: a categoria de agricultura familiar consiste em uma ressignificação conceitual a fim de abrigar toda uma diversidade de agricultores de base familiar? Ou, pode ser entendida enquanto uma orientação político-ideológica no sentido de promover uma maior integração aos grandes mercados e, sobretudo, ser a marca de um processo de inserção desses agricultores na trajetória indelével da modernização do contexto agrário? Ou, ainda, a agricultura familiar é

³⁴ Lei 11.326 de 24 de julho de 2006.

uma estratégia do Estado para operacionalizar as políticas públicas? Nestas duas últimas perspectivas, seria possível afirmar que as políticas públicas pensadas para este segmento social teriam como ponto de partida criar uma atmosfera sociopolítica e econômica a fim de propiciar aos agricultores de base familiar que estejam mais consolidados economicamente, a entrada, de maneira gradual e planejada, nas ações de modernização levadas a cabo pelo Estado brasileiro. Dessa forma, no campo acadêmico é possível observar um intenso debate acerca destas questões, além das indagações em torno da noção de “agricultura familiar” enquanto categoria analítica. Por outro lado, também há de se considerar o peso que os debates intelectuais assumem para a legitimação da agricultura familiar enquanto categoria sociopolítica, além de assumir o papel central de orientar as ações do Estado na construção de políticas públicas.

Diante esse debate, a presente pesquisa tem como referência para a compreensão das dinâmicas de desenvolvimento agroecológico o conceito de campesinato. Assim, o movimento das organizações rurais orientado pela perspectiva agroecológica no norte do Espírito Santo se configura como o desdobramento, na contemporaneidade, das lutas sociais empreendidas pelos agentes e atores sociais descritos acima. Todavia, a dimensão ambiental, além de ganhar centralidade nestas ações, dota o campo do desenvolvimento rural com novos significados.

3.4. A INSERÇÃO DA DIMENSÃO SOCIOECOLÓGICA NA PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Diante a crise socioambiental intrínseca à implantação do modelo dominante de desenvolvimento de viés *capitalista-economicista*, é preciso empreender uma releitura sobre os movimentos agrários e suas interações com dinâmicas de desenvolvimento rural. Como nos lembra Vieira (2006), o debate sobre as estratégias de combate à pobreza e à desigualdade social sem considerar a questão ecológica, deve ser visto com extrema cautela.

Os desdobramentos da I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, e, sobretudo, da II Conferência – Rio 92 – incrementou, de maneira geral, os debates sobre desenvolvimento, colocando no centro das atenções a dimensão ambiental. Dessa forma, diversos atores passam a incluir em sua agenda, de maneira gradativa, a questão da sustentabilidade ambiental nos processos de desenvolvimento. No contexto do desenvolvimento agrário, a dimensão ambiental é

incorporada em algumas ações e discursos de determinados segmentos sociais, senão como a principal bandeira de luta de uma diversidade de grupos sociais. Assim, paralelamente a esses debates transnacionais, ocorrem fortes movimentos contestatórios perante o modelo de desenvolvimento rural. Esses movimentos, guiados por uma forte crítica ao processo de modernização agrícola e ao seu pacote denominado de revolução verde, emergem ora de maneira isolada, por meio da ação das ONGs ambientalistas, ora articulados no interior dos movimentos sociais. A principal bandeira de luta desses movimentos, no meio rural, é a agroecologia, que além de incrementar os debates agrários com aportes socioambientais, irá dotar a noção de reforma agrária com novos significados. Ademais, a noção de agroecologia irá representar, no âmbito dos movimentos sociais agrários, sobretudo os movimentos do norte do ES, a continuidade das lutas sociopolíticas empreendidas pelos defensores da noção de campesinato.

Nesse sentido, a agroecologia vai demarcando o campo do desenvolvimento rural com novas fronteiras, especialmente o processo de construção da categoria “agroecologia” enquanto expressão de um projeto norteado por um ideal político-ideológico de desenvolvimento alternativo para o meio rural, e conseqüentemente para a sociedade. Assim, novos atores sociais e mediadores políticos entram em cena, desestabilizando não somente os debates internos de cada segmento social, mas remodelando os próprios contornos deste campo. Diante disso, as dinâmicas de desenvolvimento rural com foco na “sustentabilidade”³⁵ disseminadas por diferentes grupos e agentes sociais serão melhor exploradas a seguir.

De acordo com Petersen (2013) a ideia da modernização agrícola integra parte de uma longa trajetória cujas raízes remontam à emergência da química agrícola no final do século XIX³⁶. Como descrito acima, a modernização agrícola contou com um poderoso arcabouço político-ideológico que associa a teoria econômica ortodoxa com o paradigma

³⁵Como mencionado acima, as dinâmicas de desenvolvimento rural com foco na sustentabilidade dizem respeito, para efeito deste estudo, àquelas orientadas pelo enfoque original de ecodesenvolvimento.

³⁶O desenvolvimento da química a partir do século XVI, e o impulso decisivo dado por Lavoisier, culminam no século XIX na agricultura com a postulação da chamada “Lei do Mínimo” por Justus von Liebig (1803 - 1873). Liebig havia observado que as plantas podiam desenvolver-se até a maturidade na ausência de matéria orgânica, deduzindo desta observação sua teoria sobre a nutrição vegetal com base em elementos minerais. (ASSIS e ROMEIRO, 2002, p. 69)

tecnológico-científico positivista reducionista, reduzindo a complexa relação existente entre a natureza e a produção agrícola.

O movimento da agricultura alternativa³⁷ surge como um movimento contestatório à política de modernização agrícola. Não obstante às práticas de agricultura de povos indígenas, tradicionais (pescadores artesanais, quilombolas, etc.), e de colonos imigrantes provenientes de diversos países da Europa nas décadas de 1930-40, a agricultura alternativa, enquanto movimento socialmente organizado, tem sua origem na década de 1970. O movimento é inicialmente formado por grupos de camponeses e agricultores familiares os quais não haviam sido contemplados pelas linhas de crédito e outros benefícios concedidos pelo poder público que, por sua vez, legitimavam o projeto da modernização agrícola (BRANDENBURG, 2002). Esses camponeses recebem apoio de diferentes movimentos ligados à igreja católica, e parte da igreja protestante, sobretudo a igreja luterana, as quais desempenham um importante papel na disseminação de uma prática política crítica ao projeto de modernização agrícola. A construção do conceito de agroecologia e, posteriormente, em sua constituição enquanto um campo científico, é acompanhada pela história do chamado Projeto de Tecnologias Alternativas – PTA, sob a estrutura administrativa da Fase.

3.5. DAS TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS À ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ESPECÍFICO DA AGROECOLOGIA

A problemática principal que viria a compor o projeto PTA tem o seu início em um episódio paradoxal ocorrido no município de Paraty, litoral sul fluminense, retrato dos desdobramentos do projeto de modernização³⁸. Na década de 1980, estava ocorrendo um processo de grande transformação socioeconômica, ambiental, política e cultural com

³⁷A chamada agricultura alternativa é uma categoria que abrange diferentes correntes, tais como agricultura biodinâmica, iniciada por Rudolf Steiner em 1924; a agricultura orgânica, cujos princípios foram fundamentados entre os anos de 1925 e 1930 pelo pesquisador inglês Sir Albert Howard e disseminados, na década de 40, por Jerome Irving Rodale nos E.U.A.; e a agricultura biológica, inspirada nas ideias do suíço Hans Peter Müller e mais tarde difundida, na França por Claude Auber (ASSIS e ROMERO, 2002; BRANDENBURG, 2002).

³⁸História baseada no texto intitulado “A gênese do Projeto Tecnologias Alternativas” escrito por Jean Marc Van der Weid, no sítio eletrônico da AS-PTA: <http://aspta.org.br/2013/05/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/>, acessado em 11/02/2017.

a construção da rodovia Rio-Santos, ocasionando desapropriações e conflitos fundiários com moradores caiçaras. Indenizados pela desapropriação, os camponeses locais resolvem vender suas terras e se deslocar para o Rio de Janeiro. Este fato intrigou os representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que atuavam no local e um outro pesquisador que se encontrava exilado do país e se restabelecia no Brasil após a anistia. Jean Marc Van der Weid, o pesquisador que elaborou o PTA, fica intrigado pelo fato dos camponeses lutarem por suas terras e, após o restabelecimento do conflito por meio das indenizações, os camponeses resolverem vender suas terras. O motivo da venda das terras era por que as terras eram “pobres”, só tiravam “banana, mandioca, feijão e milho para a sobrevivência e o atravessador não pagava nada a eles”. Diante o processo de urbanização daquela região, por conta da construção da rodovia, os camponeses ficavam sem opção.

De acordo com Van der Weid:

O que estava em jogo era a capacidade da agricultura familiar (pequena produção, na linguagem da época) de sobreviver e reproduzir-se enquanto classe no campo. Sabíamos que uma grande parte do campesinato vivia assim, em terras degradadas, usando tecnologia de baixo rendimento, sem apoio de políticas públicas, sem crédito, sem acesso aos mercados. Estaria certa a tese dos economistas de direita e de esquerda que vaticinavam o fim “natural” do campesinato? A reforma agrária seria uma utopia sem lugar no futuro?³⁹

Ao discutir a proposta do projeto com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Fase, Van der Weid é questionado sobre a possibilidade de propor alternativas técnicas mais baratas e mais eficientes. Nessa época, alguns agrônomos franceses, ligados a agências de fomento e pesquisa (Institut National de la Recherche Agronomique-INRA), já falavam em *agricultura alternativa*. Diante este contexto e a partir da experiência deste pesquisador em outros programas que priorizavam o conhecimento tradicional no processo produtivo de

³⁹ Idem ao anterior.

alimentos, no ano de 1983 é iniciado o PTA enquanto um projeto de âmbito nacional.

É importante destacar que paralelamente ao processo de criação do PTA, já ocorria, no Brasil, alguns debates iniciais sobre a Agricultura Alternativa através dos chamados EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, promovido, inicialmente pela Federação dos Estudantes de Engenharia Agrônômica e a Federação das Associações de Engenharia Agrônômica (LUZZI, 2007). Os dois primeiros Encontros, ocorridos em 1981 e 84 respectivamente, contaram com a presença de grandes pesquisadores brasileiros e internacionais ligados à temática ambientalista, tais como José Lutzenberger, Ana Primavesi, Luis Carlos Pinheiro Machado, entre outros, e foram marcados por um debate acadêmico, sem a presença dos camponeses. Na tese de Nilsa Luzzi (2007), sobre o debate agroecológico no Brasil, ela nos conta detalhadamente sobre os desdobramentos políticos ocorridos nesses encontros. Vale mencionar sobre o III EBAA, ocorrido em 1987. Nesse encontro, coordenado pela PTA, ocorreram diversos embates teóricos sobre o lugar da dimensão social nas ações empreendidas pelos interlocutores da Tecnologia Alternativa à época. Na verdade, o debate em torno das questões sociais nos EBAs iniciou a partir do II Encontro, sobretudo nas reflexões colocadas à época sobre o controle que as empresas multinacionais possuíam na área química e mecânica da agricultura. Ademais, foi nessa época em que essas grandes empresas iniciaram seu processo de controle das sementes, por meio da implantação da indústria biotecnológica na criação e patenteamento de sementes híbridas.

É inconsistente defender o solo e deixar que o homem seja explorado. Não quero que ninguém seja explorado, nem uma bactéria. Quero que se respeite a vida, toda ela e, portanto, não posso aceitar a presença da multinacional, dos grandes conglomerados econômicos, e de uma burguesia que é uma classe eminentemente exploradora da vida e geradora desse caos que aí está” (Horácio Martins de Carvalho, in: FAEAB, 1987: 30 *apud*, LUZZI, 2007, p. 24).

Contudo, comenta Luzzi (2007), ainda prevaleceu, no II Encontro, as discussões técnicas relativas às mudanças tecnológicas dos sistemas produtivos, sem, no entanto, direcionar ações concretas na direção de mudanças estruturais acerca do modelo de desenvolvimento excludente. Foi no III EBAA, portanto, que essas discussões vieram à superfície. Esse

encontro foi coordenado pelo PTA e, seu público passou a contar com integrantes de movimentos sociais e diversos camponeses, além dos engenheiros agrônomos e estudantes da área. A dimensão social não foi incorporada sem debates e conflitos entre diferentes posições no EBAA. Esses conflitos entre facções políticas evidenciavam as disputas de poder sobre os rumos da Tecnologia Alternativa – TA na agricultura, especialmente em relação ao tipo de conhecimento que orientaria as discussões e ações TA ⁴⁰. Não entrarei nos detalhes de tais desdobramentos, contudo, vale refletir, que foi a partir do III Encontro, sobretudo, que a dimensão social foi realmente inserida no debate e nas ações sobre TA de algumas ONGs que vinham atuando em campo. Além disso, outra questão que chama a atenção é a relação entre o conhecimento científico e o chamado conhecimento tradicional. Esse “saber” acumulado pelos camponeses é inserido nos debates sobre as TA no mesmo momento em que a dimensão social é incorporada ao debate. O conhecimento ecológico dos camponeses passa a ser defendido pelo conjunto de ONGs e Movimentos Sociais representando um importante momento para os Projetos de Tecnologias Alternativas, outrora dominado pelos intérpretes do conhecimento tecnológico e estritamente ambientalista

Inicialmente o PTA tinha a meta de pesquisar as experiências alternativas que contavam com tecnologias contrárias àquelas difundidas pela Revolução Verde. Neste período não existiam muitas informações a respeito de ações desenvolvidas por meio de “tecnologias alternativas”. Na prática, apenas duas experiências estavam sendo realizadas: a fazenda Demétria (fundada em 1972 por migrantes alemães), no município de Botucatu-SP, levada adiante pela concepção da Biodinâmica; e um agricultor japonês implementava em Cotia-SP as bases do que viria a ser a agricultura orgânica, neste período (LUZZI, 2007). No entanto, de acordo com Luzzi (2007), estas duas experiências estavam mais focadas em mudanças técnicas-produtivas, deixando em segundo plano questões sociais mais ampliadas. Dessa forma, o PTA iniciou um processo de identificação e revalorização das inúmeras experiências promovidas pelos

⁴⁰A autora, com base em suas entrevistas e o vasto material secundário pesquisado, enumera diferentes concepções político-ideológicas que marcaram a configuração de diferentes grupos (LUZZI, 2007). Diante de seus resultados de pesquisa, podemos refletir acerca da gênese das tensões atuais que caracterizam a controvérsia relacionada à agricultura orgânica e a agroecologia.

agricultores camponeses. A porta de entrada junto aos agricultores foi o vínculo aos movimentos populares promovidos pela CPT.

Optou-se por um amplo e ambicioso raio de ação, cobrindo os principais Estados das regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil onde se concentravam 80% dos pequenos produtores do país. Já as organizações de produtores escolhidas eram aquelas próximas ao trabalho de conscientização iniciado pela Igreja Católica e que vieram, na sua maior parte, a integrar os quadros do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores – o DNTR-CUT” (WEID, 1997: 14 *apud* LUZZI, 2007 p. 39)

Enquanto marco inicial o PTA, promoveu, no ano de 1983, um seminário em Campinas sobre Tecnologias Alternativas. Neste seminário compareceram algumas organizações vinculadas aos movimentos sociais da igreja e dos sindicatos, que já vinham realizando alguns trabalhos de agricultura tradicional junto aos camponeses. Nesse encontro definiu-se o conceito de Tecnologia Alternativa, o qual seria a referência para o desenvolvimento do PTA:

Entendemos por tecnologia alternativa aquela que, atendendo aos interesses do pequeno produtor rural, reforça a sua capacidade de resistir na terra, de melhorar sua organização, seu poder de enfrentamento das forças econômicas e políticas adversas, de melhorar seu padrão de vida e sua segurança econômica (Resoluções do Encontro de Campinas, 1983 in: PTA/FASE, 1988a: 47 *apud* LUZZI, 2007, p. 52).

Neste mesmo evento, foi estimulada a criação de uma rede de intercâmbio, que tinha o objetivo de estimular as trocas de informações e conhecimento, além de incentivar a criação de grupos de tecnologias alternativas nos estados em que ainda não havia uma organização que atuasse nesse sentido. Foram os desdobramentos deste seminário que possibilitaram, por um lado, criar uma forte base de interconexões entre as ONGs que já estavam praticando, de certa forma, tecnologias

alternativas e, por outro, a criação de diversas outras ONGs que iriam, posteriormente, formar a Rede-TA.

Este foi um período de rápida multiplicação de ONGs e de equipes ligadas ao PTA/FASE. Em alguns locais foram criadas novas ONGs (CTA-ZM/MG, APTA/ES, SASOP/BA e CETAP/RS), ligadas institucionalmente ao PTA/FASE. Em outros, as ONGs já existentes (CAPA, Centro Vianeí, ASSESOAR, ESPLAR/CE, Centro Josué de Castro/PE e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos/MA) incorporaram novas equipes para trabalhar com as temáticas propostas pelo PTA/FASE (LEROY, 1998 *apud* LUZZI, 2007, p.42)

É interessante destacar que, diante esse histórico, chama a atenção o fato do PTA nascer, também, com uma preocupação ligada à ideia de manutenção dos camponeses em suas terras. Ou seja, para além da substituição das tecnologias de produção, orientadas pelo enfoque da modernização, o projeto era nutrido por uma perspectiva política, relacionada aos debates levados adiante pelos representantes do campesinato. Assim, é em consonância com os debates relacionados à reforma agrária que o PTA fora gestado, inicialmente. Além da forte crítica remetida aos mecanismos que sustentam a modernização agrícola, tal qual o pacote da revolução verde, o significado de TA para a Rede-TA tinha o intuito de promover a autonomia camponesa, a partir da ideia de autossuficiência produtiva. Dessa forma, o PTA incrementa as demandas inerentes à “coalizão camponesa”, sobretudo aquelas em que o principal público alvo são os camponeses mais marginalizados.

As atividades desenvolvidas pelo PTA/FASE eram dirigidas para o processo produtivo, mas tinham uma perspectiva política mais ampla que era apoiar e reforçar a organização dos trabalhadores rurais enquanto classe. A busca de soluções tecnológicas surgia como um meio de luta e resistência dos pequenos produtores por sua permanência na terra (WEID, 1985c *apud* LUZZI, 2007. p.45).

Paralelamente à Rede-TA, iniciou-se a criação de Centros de Tecnologias Alternativas – CTAs. Esses Centros tinham o objetivo central de reproduzir o ambiente da pequena propriedade, a fim de realizar

pesquisas com caráter demonstrativo a serem replicadas junto aos camponeses. Tanto a escolha da área para a criação dos CTAs, quanto os processos de implementação, eram norteados pela ampla e ativa participação dos camponeses, por meio dos Conselhos Consultivos, formados pelos camponeses, técnicos e integrantes dos movimentos sociais (LUZZI, 2007). Além das pesquisas, os Centros possuíam o objetivo de promover cursos de formação de lideranças em Tecnologias Alternativas. Na perspectiva de Weid (*apud* LUZZI, 2007), as propostas técnicas que nasciam nos CTAs padeciam da falta de engajamento dos camponeses, sendo elaborados somente pelos técnicos, dificultando o processo de apropriação e empoderamento dos camponeses perante as técnicas alternativas. Em entrevista realizada com uma liderança da Associação de Programas em Tecnologias Alternativas - APTA-ES⁴¹, a questão do papel inicial dos CTAs é comentada:

E aí vai nascendo os Centros, essa ideia de você ter um espaço, onde você reproduz as experiências, os agricultores virem visitar uma área experimental. Isso vai cair por terra mais tarde, conceitualmente onde a gente diz, experiência se faz na prática, nas áreas dos agricultores. Então esses Centros perdem completamente a sua relevância, enfim... (Entrevista realizada com liderança da APTA-ES – novembro de 2016)

Todo esse processo levou a um rápido crescimento do PTA, mobilizando um grande número de técnicos e a administração de diferentes CTAs. De um pequeno projeto abrigado pela Fase, o PTA passou a crescer em proporções relevantes, ficando maior que a FASE. Nesse período o Projeto estava organizado em uma coordenação executiva (nacional), coordenações regionais, e nas pontas representadas pelos chamados projetos locais. Na tentativa de discutir uma possível solução, foram realizados diversos encontros descentralizados e regionalizados, com a posterior realização de um grande encontro, o “encontrão”, realizado no ano de 1988. Como nos esclarece LUZZI (2007, p. 51):

41 A APTA é uma ONG criada a partir do PTA, em 1990, momento em que o projeto é extinto. Essa questão será abordada adiante.

A pauta do Encontro Nacional era composta de oito temáticas, que são as seguintes: concepção de tecnologia alternativa; tecnologias alternativas e a transformação social; natureza e objetivos do PTA; relações com os movimentos sociais; relações com o Estado; relações com os financiadores; estratégias de crescimento; reestruturação do PTA.

Com relação à pauta sobre a transformação social, o encontro foi unânime em relação ao ponto sobre a criação de um modelo alternativo de desenvolvimento, debate em que o PTA foi pioneiro.

Em relação ao envolvimento com os movimentos sociais, a coordenação executiva do PTA compreendia que não era o foco do Projeto, e também da Rede, transformar o eixo das Tecnologias Alternativas, no eixo principal das atividades dos movimentos sindicais ou outros movimentos sociais do campo. Mas a coordenação executiva do PTA vislumbrava enquanto objetivo *ganhar os movimentos sociais para assumirem a proposta do PTA, principalmente o movimento sindical, mas também buscar a ampliação da base de apoio em outros setores* (LUZZI, 2007, p. 55).

Em relação à organização do PTA, este se desvincula da FASE e, a sua coordenação executiva se desintegra, passando a se organizar em diversas ONGs autônomas. Na visão da liderança da APTA do Espírito Santo, uma dessas ONGs criadas nesse ínterim:

Tinha Rede de Sementes, Rede de abelha, tinha o GT SAFs, as experiências de Agrossilvicultura, enfim, essas coisas. Então tinha toda uma articulação nacional. O que acontece, todos esses projetos vão acabando, as organizações também vão captando seus recursos para poder sobreviver e do Projeto PTA, fica a APTA no consórcio EED, uma organização alemã, ecumênica.. Então fica lá o ESPLAR no Ceará, o TIJUPÁ no Maranhão, o SASOP na Bahia, o CTA e a REDE de Minas, a APTA e a AS-PTA, então são sete organizações que de lá para cá se reúnem. (...) os financiamentos nossos são de 25 anos!! Quando cria a APTA, já tem um financiamento EED, que depois funde para o PPM (Pão para o Mundo) (Técnico da APTA-ES, setembro, 2016)

Luzzi (2007) nos conta, ainda, que em 1990 os coordenadores do PTA fundam uma nova instituição, a AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Tecnologia Alternativa. Eles passam a desempenhar o papel de assessores das ONGs membros da Rede-TA, além de contribuir para a organização desta. Destaca-se que com essa mudança estrutural, novos elementos são incorporados no debate sobre as TAs. Luzzi (2007) aponta a mudança estratégica dada pelo novo arcabouço institucional, sobretudo no que pese ao processo de implementação de um novo modelo de desenvolvimento, incorporado nos debates ocorridos no “encontrão”. Um dos objetivos de longo prazo da nova organização consistia em:

“(…) a implantação no Brasil de um modelo de desenvolvimento sustentável baseado na agroecologia e apoiado numa base social de pequenos e médios agricultores livremente organizados para produzir, transformar e comercializar” (WEID, 1991d: 02 *apud* LUZZI, 2007, p. 61).

Com base em pesquisa documental produzida pela AS-PTA, Luzzi (2007) descreve que no pano de fundo, o objetivo prioritário consistia em sensibilizar a sociedade brasileira para as questões agroecológicas, no sentido de uma crítica ao modelo tecnológico vigente. Além disso, procurava-se influenciar as ações políticas no âmbito do Estado e na luta para a elaboração de um marco legal que considere os princípios da agroecologia. Nota-se que termo “Agroecologia” surgia em seus discursos, enquanto eixo orientador de seus objetivos, no início dos anos 1990.

Da mesma maneira em que a década de 1990 foi marcada por profundas transformações socioeconômicas e culturais com a emergência da categoria agricultura familiar no Brasil, para o movimento de agricultura alternativa também foi um momento de grande inflexão política, conceitual e metodológica. No campo político, observa-se uma maior autonomia das ONGs que compreendiam a Rede –TA que, por sua vez, passaram a desenvolver projetos de desenvolvimento local, possibilitando a formação de pequenas redes locais. Ao longo desta década, esta estratégia levou ao enfraquecimento da Rede-TA, sendo retomada no início da década seguinte com novas orientações, passando então a ser denominada de Articulação Nacional de Agroecologia - ANA. No campo conceitual-metodológico, houve um salto significativo com o advento da noção de agroecologia.

No final dos anos 1980, foi criado o Consórcio Latino Americano de Agroecologia (CLADES)⁴², reunindo algumas ONGs que vinham trabalhando com TA. Foi no contato entre o PTA e este consórcio que a ideia de agroecologia foi sendo introduzida no Brasil. De acordo com Romeiro e Assis (2002) a prática da agroecologia data de 1920, contudo o uso contemporâneo do termo é de 1970, como uma maneira de oferecer uma base teórica para os diferentes movimentos de agricultura alternativa.

Contudo, diante a toda a complexidade inerente à noção de agroecologia e todo o esforço na direção em se constituir uma disciplina interdisciplinar orientada pelos princípios e valores do enfoque sistêmico complexo, diversas correntes de produção de “alimentos alternativos” foram levadas adiante sem, contudo, levar em consideração tais princípios. Este é o caso da chamada agricultura orgânica, a qual será abordada a seguir.

3.6. A CONVENCIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO

Tomando como referência básica as práticas tecnológicas de produção, tal como manejo de solo e a aplicação de insumos orgânicos entre outros, em detrimento de uma abordagem da unidade de produção como um todo e suas inter-relações com os demais ecossistemas, diversas correntes de produção de alimentos “orgânicos” e “saudáveis” foram levadas adiante, sem fazer jus aos princípios e valores inerentes à noção ampliada de agroecologia. No Brasil, uma dessas correntes vem sendo denominada de “agricultura orgânica”⁴³. Assis e Romeiro (2002), argumentam que apesar das origens da agricultura orgânica pouco

⁴²O CLADES nasce da interação entre diferentes agentes e pesquisadores que trabalhavam com Agricultura Alternativa. De acordo com entrevista de Waid cedida para Luzzi (2007), a terminologia agroecologia é levada para este Consórcio pelo Miguel Altieri.

⁴³ Os princípios da agricultura orgânica, foram fundamentados entre os anos de 1925 e 1930 pelo pesquisador inglês Sir Albert Howard e disseminados, na década de 40, por Jerome Irving Rodale nos E.U.A. (ASSIS; ROMEIRO, 2002). No Brasil, essa corrente começa a ser implementada na década de 1970. Porém, é a partir da década de 1990 em que ocorre um aumento significativo de sua produção, situação que é favorecida pela conjuntura política do país na direção da abertura aos mercados internacionais.

divergirem dos princípios elencados na agroecologia, na prática agrícola os adeptos a essa corrente voltam-se ao mercado ampliado, distanciando-se assim, das relações face-a-face entre consumidor e produtor. Ademais, nos processos em que ocorrem a produção “orgânica”, de maneira geral, são marcados por uma ruptura entre o produto em si e a maneira como esse é produzido. Na ótica desses autores, a agricultura orgânica e a agroecologia não devem ser encaradas como sinônimos, uma vez que à agricultura orgânica se resume em uma prática agrícola,

(...) um processo social que apresenta alguns vieses expressos em diferentes formas de encaminhamento tecnológico e de inserção no mercado, onde em função de como esta ocorre, os limites teóricos da agroecologia são respeitados em maior ou menor grau (ASSIS; ROMEIRO, 2002, p.74).

Contudo, apesar da forte pressão exercida pelos mercados no sentido de aumento de produtividade, implicando no maior aporte de insumos orgânicos externos à propriedade, a prática agrícola orientada pelo viés orgânico de produção é moldada em função do contexto socioeconômico em que se insere os agricultores. Alguns pesquisadores diferenciam esse contexto a partir da vinculação dos agricultores ao mercado: uma primeira perspectiva empresarial, orientada pela lógica do capital enfatizando, principalmente, os mercados externos; e uma segunda lógica inserida no seio dos agricultores familiares que almejam mercados internos (CANUTO, 1998, *apud* ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Há inúmeras pesquisas que apontam para um aumento significativo da demanda por alimentos “orgânicos” considerados “saudáveis⁴⁴” pela sociedade a partir da década de 1990 (ASSIS; ROMEIRO, 2002; GUIVANT, 2003; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013). No ano de 2001, Júlia Guivant (2003), apoiada por dados da revista Exame, aponta que dos 100.000 hectares dos produtores reconhecidos⁴⁵, 70% são exportados, os quais são responsáveis por gerar 130 milhões de

⁴⁴ Para efeito deste trabalho, considero alimentos saudáveis aqueles produzidos sem o uso de agrotóxicos e isentos do emprego de biotecnologia.

⁴⁵ Os produtores reconhecidos são aqueles caracterizados pelos diferentes agentes do desenvolvimento como produtores certificados. Considerado o ponto central deste debate, pretendo discutir detalhadamente o processo de certificação mais adiante.

dólares para o Brasil. Mais recentemente, dados de uma publicação fruto da parceria entre a Research Institute of Organic Agriculture (FiBL) e a International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM), destaca que o Brasil, além de possuir o maior mercado consumidor de alimentos orgânicos da América Latina, possui o status do terceiro maior produtor nesta região. O mercado interno da produção orgânica foi avaliado em torno de 750 milhões de dólares americanos no ano de 2012, e foi estimado que em 2014 a movimentação seria em torno de 1 bilhão de dólares (FiBL& IFOAM, 2014, p.228).

Diante esta demanda crescente, os agricultores que produzem alimentos orgânicos são compelidos a aumentar os seus processos produtivos, seja na ampliação de suas terras de cultivo, seja na implantação de novas tecnologias. Assis e Romeiro (2002) comentam que este processo estimula os agricultores, especialmente aqueles com maior nível de capitalização, a simplificar os sistemas produtivos de alimentos isentos de produtos químicos sem considerar toda a complexidade inerente aos processos produtivos agroecológicos. Decorre deste processo a busca por sucessivas colheitas com base na importação de insumos externos como, por exemplo, adubos e defensivos naturais, caracterizando-o enquanto um tipo de agricultura orgânica simplesmente por substituir os insumos químicos por naturais. Este processo pouco altera a lógica da agricultura capitalista convencional. A este processo alguns pesquisadores vem denominando de “convencionalização da agricultura orgânica” (ASSIS; ROMEIRO 2002; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013; NIEDERLE, 2014).

Niederle e Almeida (2013), com base nas contribuições da sociologia econômica, interpretam esse fenômeno como um processo desencadeado pela estabilização dos mercados. Segundo os autores, o rápido processo de institucionalização da agricultura orgânica e da agroecologia possibilitou um ambiente propício para que os mercados se tornassem estáveis, ou seja, um ambiente favorável para a operação de diferentes agentes econômicos, atores sociais e novos mediadores políticos, delimitando um novo campo de ação política. No Brasil, essa institucionalização da agroecologia está intimamente relacionada com o reconhecimento das demandas e pressões do movimento agroecológico perante o Estado, sobretudo a partir da construção da regulamentação dos agrotóxicos, durante a década de 1980. Contudo, como apontam os autores, a “disposição” do Estado brasileiro em dar o pontapé inicial a fim de garantir a construção do marco legal da agroecologia pode ser compreendida no contexto mais amplo do processo de globalização desencadeada, sobretudo, na década de 1990.

É diante deste cenário que há a construção do marco regulatório europeu, especialmente na determinação de “standards” para a regulamentação do produto orgânico europeu. A União Europeia estabelece como principal mecanismo de certificação da qualidade de orgânicos a chamada certificação por terceira parte, a qual delega as funções de certificação e peritagem para organismos privados. Este processo, segundo Niederle e Almeida (2013), é capitaneado em grande medida pelas grandes redes varejistas internacionais. Os autores ainda pontuam que estes “standards” integram parte da estratégia da Europa na determinação de barreiras não-tarifárias impostas aos produtos de outros países à época. Diante disso, inspirado no modelo europeu de certificação por terceira parte, em 1994 o Ministério da Agricultura realiza uma primeira tentativa de normatização da agricultura orgânica no Brasil. Este processo desencadeou reações contrárias dos movimentos sociais, reivindicando além de uma maior participação no processo, mecanismos que garantissem os direitos dos camponeses que produziam de acordo com os preceitos da agroecologia. Luzzi (2007) comenta que havia duas posições. De um lado, as instituições ambientalistas ligadas à IFOAM, as quais propunham um modelo que preconizava a criação de empresas de certificação externa. Esse grupo era composto por defensores da agricultura orgânica, ligados aos empreendedores que produziam para a exportação e compreendiam a produção orgânica enquanto nichos de mercados. Por outro lado, estava o grupo que defendia a agroecologia como modo de produção. Reivindicavam, segundo a autora, a não obrigatoriedade de certificação para o mercado local, e um sistema solidário de certificação, a certificação participativa em rede. Para a autora, a primeira proposta de normatização previa para o mercado interno, as mesmas normas rígidas exigidas pelo mercado externo. Isto implicaria na exclusão de um grande número de experiências agroecológicas⁴⁶.

Percebe-se que diante este cenário há um retorno ao debate em torno da agroecologia e a agricultura orgânica, que se encontrava em “estado de latência” nos movimentos sociais desde as discussões dos primeiros EBAs. Este debate vai demarcar o campo do desenvolvimento rural diante a alternativa à lógica hegemônica de desenvolvimento rural a partir de então. Há alguns autores, como Almeida (2008, *apud*

⁴⁶ Como resultado deste intenso debate foi a criação da Rede Ecovida de Agroecologia, com atuação no sul do país.

NIEDERLE, 2014, p.179), que afirmam que a estratégia do Estado foi a consolidação de uma “lógica de mercado” para um sistema produtivo diverso e heterogêneo, o qual era realizado à margem da lógica hegemônica agroalimentar. Contudo, o que prevalece nas entrelinhas do debate é a criação de um processo que facilitaria a constituição de nichos de mercados, especialmente com o aumento da demanda por produtos orgânicos pela sociedade contemporânea.

A primeira normativa que reconhecia oficialmente a agricultura orgânica e agroecológica foi a Instrução Normativa nº 07, 1999, segundo a qual definia as normas e procedimentos para a produção e certificação dos produtos orgânicos. Porém, a IN não definia os procedimentos para o credenciamento de certificadoras. Com a pressão dos movimentos sociais, no ano de 2003 foi aprovada a lei dos orgânicos.

Com a promulgação da lei nº 10.831/2003 (BRASIL, 2003) e o decreto que a regulamenta, publicado em 2007 (DECRETO-LEI nº 6.323/2007), a situação de estabilidade institucional se amplia, concedendo ao mercado maior oportunidade de garantias, especialmente com a criação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISOrg). No primeiro artigo e parágrafos subsequentes da lei podemos perceber a conjunção dos diferentes modos de se “fazer” agricultura alternativa sob o único rótulo de “sistema orgânico de produção”:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (...)

§ 2º O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura e outros

que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei. (lei nº 10.831/2003)

A aglutinação da diversidade de sistemas de produção ecológica em uma só categoria, tal como é expressa na lei, pode ser considerada um dos elementos centrais que possibilitou a estabilização dos mercados, tal qual consideram Niederle e Almeida (2013). Contudo, é nesta amarra que se assenta um dos principais conflitos e debates já mencionados acima: qual modelo de desenvolvimento do meio rural está em jogo? O modelo agroecológico dos camponeses, ou o modelo preconizado pela substituição dos insumos químicos, tal qual observado na produção orgânica?

A categorização das diversas maneiras de se “fazer agricultura” em uma só categoria, denominado pela lei de “sistema orgânico de produção agropecuária e industrial”, coloca em evidência a tensão entre diferentes concepções político-ideológicas acerca dos rumos do desenvolvimento do meio rural brasileiro, senão uma grande confusão conceitual. O que parece ficar implícito na lei, sob o rótulo da agricultura orgânica, é a imposição à sociedade brasileira de um caminho de mão única para a construção do mercado de “alimentos saudáveis”, no qual reproduzirá o mesmo *modus operandi* da chamada agricultura convencional, que tem como um dos resultados o aumento da desigualdade social no meio rural brasileiro.

Contudo, o decreto reconhece três mecanismos de controle de qualidade de produtos orgânicos: I) auditoria externa, também chamados de certificação por terceira parte; II) os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) – neste o controle é exercido por entidade jurídica, denominada de OPAC, devidamente credenciada no MAPA, e legitima o processo de participação direta de produtores, comerciantes, consumidores, técnicos; III) – Organizações de Controle Social (OCS), que se baseia na venda direta ao consumidor sem certificação. O espaço de mercado a fim de atender produtores que utilizam a OCS são as feiras-livres – estas organizadas de acordo com a pressão de movimentos sociais em suas respectivas municipalidades. Já os agricultores que integram o mecanismo do SPG têm como espaço de comercialização, além das feiras-livres, as redes de supermercados. Ao passo que os produtores que acessam a certificação por auditoria transitam em qualquer espaço de mercado incluindo as grandes redes varejistas e, dependendo da empresa que certificará seus produtos, são os únicos a conectarem-se às cadeias globais agroalimentares. Ou seja, embora haja um reconhecimento igualitário entre os diferentes mecanismos de avaliação de conformidade

pelo Estado, há espaços de mercado específicos e desiguais para cada um desses mecanismos (NIEDERLE, 2014).

Se por um lado, essa diversidade permite aos camponeses utilizarem mecanismos menos onerosos de certificação, por outro lado, abre uma grande oportunidade para os empresários e agricultores patronais utilizarem circuitos mais convencionais de comercialização ao estabelecerem padrões específicos de produção, que, no caso da certificação por auditoria, são complementares às normatizações nacionais (NIEDERLE, 2014; NIEDERLE e ALMEIDA, 2013). Ademais, esse processo abre uma aresta no campo do desenvolvimento rural, colocando em disputa os elementos que orientam um modelo de desenvolvimento alternativo, via produção agroecológica, de um lado e, de outro, a manutenção do *status quo* na reprodução do sistema desigual inerente ao processo produtivo convencional. Conforme Niederle (2014, p.18),

Essa dinâmica consolidou modelos que variam de acordo com o tipo de produto em questão, os atores envolvidos e o arranjo institucional que orienta as relações de troca. Os diferentes mercados revelam, primeiro, redes sociais abarcando atores distintos e, segundo, valores sociais que diferenciam os processos de qualificação.

Nesse sentido, o processo de institucionalização da agroecologia e a consequente estabilização dos mercados impôs, e ainda vem impondo, novos desafios para os produtores orientados pelos princípios da agroecologia.

No ano de 2012 foi criado a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, a qual cria algumas instâncias participativas a fim de elaborar e implementar os Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO. A dicotomia entre agroecologia e produção orgânica é reproduzida pelo Estado quando reconhece em uma mesma política pública os dois modelos produtivos. No entanto, de acordo com uma liderança da APTA entrevistada, inicialmente, o PLANAPO deveria ser elaborado pela Articulação Nacional de Agroecologia-ANA, impulsionado pelo Ministério de Meio Ambiente. De acordo com a visão dessa liderança da APTA – ES:

Aí vem o debate do primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica - PLANAPO, que não era PLANAPO, era Plano Nacional de Agroecologia, era um PLANA!!! Um

plano de ANA!! Aí o seguinte, o MAPA percebe essa movimentação e, "Não, per aí..., Kátia Abreu, Rogério Dias, principalmente, nós queremos também construir um Plano Nacional de Agricultura Orgânica!!" E aí para não ter confusão e o Plano teria que ser interministerial, e aí ficou o PLANAPO, com o PO no final. Aí entra, toda hora a Agroecologia e Produção Orgânica, Agroecologia e Produção Orgânica. É isso, ou seja, essa barra (/) ela continua, Agroecologia e Produção Orgânica. Então ela trava, essa trava, dicotomia e oficializa essa dicotomia né: agroecologia e produção orgânica (Técnico da APTA-ES, setembro, 2016).

Sobre a questão do PLANAPO - agente também não é menino, agente [ANA] sabia que na medida que o MAPA entrar, joga uma cortina de fumaça também em nós. Opa, nós estamos todos juntos, agricultura orgânica e ecológica, e joga dinheiro no PLANAPO!! Aí quem está lá dentro coloca as metas. É uma conquista também! Não é de todo o ruim! O que eu estou dizendo é que ele reforça a dicotomia, você é obrigado a toda hora falar produção orgânica e agroecologia (Técnico da APTA, setembro, 2016).

Contudo, visto sob a ótica do MAPA, a aglutinação de diferentes abordagens conceituais e escolas filosóficas referente ao modo produtivo em uma única categoria, a “produção orgânica”, possibilitou alavancar políticas públicas específicas para o “setor”, conforme a fala do representante do MAPA:

O mérito da coordenação de agroecologia [do MAPA] foi ter conseguido fazer com que todos os atores interessados sentassem em torno de uma mesma mesa para estabelecer uma referência comum que foi a lei de orgânicos. Então lá na lei está definido o que? Defini-se um produto como orgânico, como aquele produzido dentro de um sistema orgânico de produção e aí ele define lá e, vamos dizer assim, ele abarca estabelece as condições mínimas para contemplar todas as escolas e linhas de pensamento aí.. é orgânica, é

biodinâmica, é permacultura, é agroecológica, enfim todas as escolas estão contempladas. Para o MAPA, do ponto de vista legal, quando agente fala produto orgânico, produção orgânica, agente não está se referindo nem a produção orgânica, e nem a produção agroecológica, então não estamos discriminando nenhuma. Então nesse sentido, as políticas que são desenvolvidas são para contemplar.. agente não entra no mérito, desde que cumpra o requisito mínimo da legislação, cada linha de pensamento, cada escola pode promover as suas dinâmicas próprias, suas práticas próprias, não tem nenhuma diferenciação em relação a isso, e aí as vezes há uma dificuldade para agente conseguir como vai ser (ou convencer??) esse enfoque com, não só com agricultores, mas com acadêmicos, com estudantes, a sociedade de modo geral, que é uma confusão, aliás é uma confusão isso.. Até pelas autoridades (Representante MAPA, entrevista realizada em Setembro de 2016)

Assim, ao institucionalizar a política de produção orgânica e agroecológica, o Estado forja o deslocamento de importantes significados políticos, os quais refletem as lutas empreendidas pelos diferentes segmentos representantes dos movimentos sociais na direção de um modelo alternativo de desenvolvimento, para a margem do debate, e passa a tencionar o debate em torno da homogeneidade, sobretudo para orientar políticas públicas em nome da produção orgânica, abrindo-se um grande flanco para o processo de “convencionalização”.

Agente tem sempre.. todas as falas nossas agente faz essa ressalva, seja com quem agente tiver conversando e falamos: "Olha, uma coisa é o enfoque da escola filosófica, outra coisa é o enfoque da legislação que o Ministério da Agricultura dá" (Representante MAPA, entrevista realizada em Setembro de 2016).

Atualmente há um aumento significativo da demanda por alimentos orgânicos, impulsionando a entrada de novos agentes em cena, tais como as grandes certificadoras com reconhecimento internacional, as grandes redes nacionais de supermercados e, sobretudo, os produtores

empresariais – que outrora eram os principais críticos ao modelo de produção agroecológica. Diante desta dinâmica, ressalta-se, também, a entrada de “novos mediadores políticos” (NIEDERLE e ALMEIDA, 2013), tais como a Associação Brasileira de Orgânicos – BRASILBIO e a Associação de Agronegócio Certificado Orgânico - AECO⁴⁷, os quais defendem uma política de produção de alimentos orgânicos baseados no processo convencional de produção. A “convencionalização” da produção orgânica, portanto, está relacionada à apropriação dos valores e das práticas agroecológicas, reduzindo-as a procedimentos de manejo dos agroecossistemas – verificados na agricultura orgânica - e que estão diretamente relacionados aos moldes da chamada agricultura convencional.

Com a entrada desses novos agentes em cena, em nome da “economia verde”, vem ocorrendo transformações nas instituições, inserindo novos valores e significados. Em primeiro lugar, aparecem grandes produtores e empresas varejistas como um dos principais protagonistas na produção de alimentos saudáveis e sem o uso de agrotóxicos (GUIVANT, 2009; 2003). Com a crescente demanda por produtos mais saudáveis e isento de agrotóxicos por parte da sociedade, as grandes redes de supermercados passam a ser os principais protagonistas nos espaços de comercialização destes produtos. Desse modo, é exigido dos produtores uma maior produtividade, o que leva a uma maior especialização produtiva. Em segundo lugar, os produtores ficam subordinados às exigências impostas pelos mercados, particularmente na padronização dos produtos orgânicos, e dos “standards” requeridos por certificadores reconhecidas internacionalmente.

Por seu turno, ao acessar alguns canais de comercialização, os camponeses e uma diversidade de produtores familiares agroecológicos estão se deparando com esses novos significados, seja de maneira direta na concorrência para acessar as redes de supermercados, seja de maneira indireta no processo de acreditação da certificação de alimentos saudáveis

⁴⁷ A Associação do Agronegócio Certificado Orgânico – AECO nasce com o objetivo de congrega todos os representantes da cadeia do agronegócio orgânico certificado. A AECO considera a agricultura orgânica mais um setor do agronegócio em meio a outras cadeias agroalimentares, e sua principal proposta consiste em fortalecer o setor e a inserção de pequenos e médios produtores no mercado internacional. Para maiores informações: <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/aeco/>, acesso em 07/10/2015).

pela sociedade. Esta trajetória vem impondo-lhes novos desafios. Essas exigências requerem a implantação de tecnologias e manejo adequados, os quais geram um maior custo durante o processamento dos alimentos. Com o crescente processo de “*commoditização*” da agricultura orgânica, as exigências para a certificação dos produtos são maiores e isso requer maior organização sócio-produtiva por parte dos produtores, aumentando os custos com mão-de-obra a fim de satisfazer os padrões estabelecidos pelas certificadoras por auditoria.

Diante deste processo, uma vez que há uma diversidade de expressões, valores e práticas que compõem o universo dos camponeses agroecológicos, na prática, verifica-se uma tensão interna, intrínseca à coalizão camponesa, que têm na agroecologia uma estratégia de resistência. Este conflito “intragrupal” é o reflexo das transformações ocorridas na agricultura alternativa. Surgem, assim, disputas internas ao chamado movimento social da agroecologia, as quais desestabilizam as lutas por um modelo alternativo para o desenvolvimento rural. Ou seja, com a entrada desses novos agentes sociais impulsionados pelo processo de institucionalização, a demanda por um projeto contra-hegemônico, construído em meio às lutas sociais no meio rural e orientado para um desenvolvimento alternativo, territorializado e democrático é colocada em xeque. Esta dinâmica vem impondo ao movimento agroecológico novas racionalidades e maneiras de agir. Por outro lado, Niederle (2014, p.177), apoiado por outros pesquisadores, chama atenção para outra dimensão desse processo:

Em resposta aos processos de convencionalização da produção orgânica, ganha força uma crítica ética que emerge associada aos valores da agroecologia, os quais fundamentam a reconstrução de vínculos mais estreitos entre as práticas específicas de produção (aspectos técnicos), a localidade (aspectos socioculturais) e o ambiente (aspectos ecológicos), visando demonstrar que a indissociabilidade desses componentes impede um novo processo de apropriação pelos circuitos industriais (ALMEIDA, 2003; SEVILLA GUZMÁN, 2006, *apud*, NIEDERLE, 2014, p.177).

Assim, esse processo apresenta um caráter ambivalente, pois ao mesmo tempo que impõe novos desafios e em muitos casos pulveriza a luta dos camponeses agroecológicos, estes têm que reinventar suas lutas,

adaptar suas estratégias, fortalecer os seus vínculos, a fim de não serem subsumidos pela lógica do mercado.

4. CARACTERIZAÇÃO PANORÂMICA DA TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

De maneira geral, a fim de contextualizar as dinâmicas de desenvolvimento na região norte do estado do Espírito Santo, é interessante levantar alguns apontamentos iniciais sobre a sua trajetória de desenvolvimento econômico. Esses apontamentos, mesmo que de maneira bastante simplificada, e correndo o risco de generalização excessiva, nos trarão elementos importantes para uma compreensão mais abalizada da especificidade da trajetória de desenvolvimento agroecológico na região em estudo.

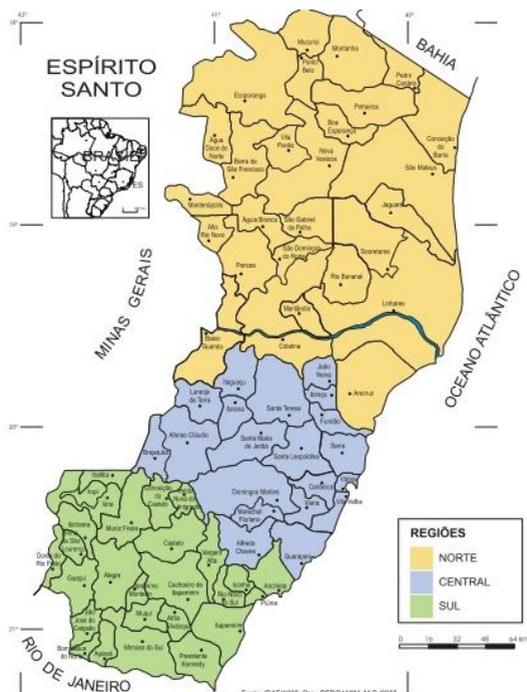
4.1. APONTAMENTOS INICIAIS

Até meados do século XIX predominou na província do Espírito Santo a atividade açucareira, desenvolvida nas áreas de sesmarias que se localizavam entre a serra e o mar. As fazendas de cana de açúcar seguiam a lógica de acumulação de capital adotado em quase todas as províncias brasileiras, ou seja, por meio da posse de grandes extensões de terra e pela exploração do trabalho escravo. As grandes propriedades localizavam-se aos redores da atual capital do estado, atual município de Vitória, e seguiam à região sul, próximo com a divisa com o Rio de Janeiro. Na região norte, e em especial na região de São Mateus, havia algumas áreas de exploração açucareira, porém com menor intensidade que as outras regiões. Devido à intensa área de Mata Atlântica, sua declividade e a presença de inúmeras etnias indígenas, o interior do Estado era erroneamente considerado, pelos órgãos oficiais à época, enquanto um “vazio demográfico”. Nessa época se constituíram três regiões com diferentes expressões socioeconômicas da província: a região sul; a região central e; a região norte (**Figura 5**).

Embora a produção açucareira não tenha alcançado grande relevância, se comparada ao contexto nacional, esta condicionou a estrutura socioeconômica da província até meados do século XIX. É importante ressaltar que na região denominada à época de região de São

Mateus⁴⁸, a principal atividade socioeconômica girava em torno de grandes fazendas produtoras de farinha de mandioca.

Figura 5 - Mapa das divisões regionais do Espírito Santo



Fonte: IDAF/1998 *apud* Bergamim, 2004, p. 8

A partir de 1850 inicia um processo de transformação da estrutura agrária e fundiária da província, com a introdução das lavouras cafeeiras e com a abolição da escravidão, em especial nas regiões central e sul da província. Este processo foi catalisado pelas altas do preço do café e a consequente expansão do plantio em âmbito nacional. Naquela época, o plantio do café era realizado de maneira bastante intensa, com o uso intensivo de mão de obra escrava, com poucos recursos tecnológicos e de

⁴⁸A região de São Mateus compreende, atualmente, os municípios de Conceição da Barra e São Mateus.

baixa produtividade, necessitando de grandes extensões para o seu cultivo. Dessa forma, as áreas de cultivo provocavam uma rápida degradação dos solos e diminuição da produção nas fazendas.

Os principais centros produtivos no Brasil concentravam-se no vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, em São Paulo, e em Minas Gerais. Com o intuito de ampliarem suas áreas de cultivos, os fazendeiros dessas regiões iniciam um processo de migração para novas áreas de plantio, através de pedidos de requerimentos de “terras devolutas” em outras províncias. Na região sul capixaba, este processo possibilitou a vinda de fazendeiros produtores de café provenientes do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, os quais se instalaram além da faixa litorânea, em algumas áreas serranas, notadamente na região de Itapemirim. O modelo produtivo implantado na região foi baseado nas grandes propriedades e com o aproveitamento da mão de obra escrava dos sistemas de produção açucareiro.

Na região central, esta primeira etapa de implantação da lavoura cafeeira mostrou-se inviável, pois além da distância dos grandes centros comerciais do café, os solos próximos ao litoral não eram férteis o suficiente para garantir a produção cafeeira do modo em que eram produzidos. Ademais, as terras localizadas nas proximidades desta região eram habitadas por diversos povos Botocudos, os quais resistiam em suas terras. Portanto, verifica-se nesta primeira etapa de implantação das lavouras de café na província do Espírito Santo, uma concentração no sul da província.

Em aproximadamente 1880 houve o aumento dos preços internacionais do café, ocasionando uma expansão da atividade cafeeira no âmbito nacional. No espírito Santo, contudo, apenas 15% das áreas haviam sido apropriadas na região sul da província (SOUZA FILHO, 1990). As regiões norte e central da província eram, em sua maioria, constituídas por “terras devolutas” e habitadas por uma diversidade de grupos indígenas. Nesse período houve o incentivo para o processo de imigração europeia no Brasil com o objetivo de formar colônias produtivas em terras consideradas inabitadas pelos órgãos oficiais, além de se tornar estratégia como substituição da mão de obra escrava, com a proibição do tráfico negreiro imposto pelos interesses ingleses. No caso das lavouras cafeeiras no oeste paulista, Candido (2010) assinala as transformações socioeconômicas e culturais com a adoção do regime de “parceria”, decorrentes da chegada desses imigrantes, os quais, alguns deles, mais tarde, tornariam os “pequenos sítiantes”.

No caso do Espírito Santo a política imperial de imigração/colonização, permitiu a ocupação das terras ainda incultas e

povoadas por populações originárias nas cercanias da região central, promovendo a formação de diversos núcleos coloniais. Dessa forma, a estratégia da província capixaba consistia em incentivar as novas colônias para alavancar a produção cafeeira e dinamizar o desenvolvimento do capital mercantil provocando o fortalecimento do porto de Vitória. Contudo, como nos conta Souza Filho (1990), havia algumas iniciativas isoladas dos latifundiários da região sul em suprir carências de mão de obra, dissimuladas enquanto mecanismos disfarçados de geração de oferta de trabalho. Dessa forma, observa-se alguns contratos de parceria com esses grandes proprietários, porém de maneira bastante precária, ocasionando muitas fugas e tentativas de ocupar pequenas extensões de terra por meio da posse de terras devolutas. Ademais, algumas terras destinadas aos colonos eram imprestáveis para o cultivo, compelindo os colonos a complementarem suas rendas por meio de contratos de parcerias com os fazendeiros (SOUZA FILHO, 1990). Diferentemente dos colonos da região central, os quais eram os proprietários das terras, os colonos posseiros da região sul não possuíam o reconhecimento de suas posses perante a província.

Com a abolição da escravatura a partir de 1888, o crescimento da produção cafeeira no Brasil e o aumento da autonomia dos estados decorrente da proclamação da república no ano de 1889, houve uma segunda etapa de incremento da imigração europeia para o estado capixaba. Na região sul, houve a intensificação da substituição do trabalho escravo pelos colonos imigrantes, mediante os contratos de parceria. Todavia, no início do século XX ocorreram alguns fenômenos econômicos ocasionando fortes oscilações no preço do café, interferindo o fluxo migratório no Estado. Na região central, a estrutura fundiária centrava-se em pequenas propriedades de colonos, os quais além de plantarem o café como produto principal, plantavam outros tipos de lavouras (as chamadas lavouras brancas) para o processo de subsistência e comercialização do excedente. Diante esta estrutura agrária, os núcleos coloniais não sentem as oscilações dos preços do café. Ou seja, para o colono a redução dos preços significaria uma queda em sua renda mercantilizada, porém não inviabilizava a unidade de produção baseada no trabalho familiar (SOUZA FILHO, 1990). Na região sul, ao contrário, as grandes fazendas de café, organizadas por meio dos contratos de parcerias com os colonos, não suportaram tais oscilações. Os contratos de parceria, entretanto, possibilitavam que os colonos efetuassem um “sobretalho” em suas áreas de moradia no interior das fazendas cafeicultoras. Esse trabalho permitia-lhes implantar lavouras brancas, levadas adiante pelo trabalho da família, nas áreas em que eram

concedidas. Com a crise causada pela queda dos preços do café, os grandes fazendeiros ficam impossibilitados de acentuar a exploração dos parceiros, e a única saída para lidar com a crise e obter os recursos monetários foi por meio da venda dos lotes. Assim, vários latifúndios foram subdivididos em pequenos lotes. Dessa forma, na região sul houve uma desconcentração das terras, desencadeadas principalmente, pelo processo que levou à abolição da escravidão. Por razões socioeconômicas, portanto, é possível evidenciar uma desintegração desta estrutura fundiária que, após a abolição da escravidão, impulsionou a fragmentação fundiária em pequenas propriedades produtoras de café.

Diante este panorama pode-se observar que a estrutura agrária do estado capixaba, especialmente em suas regiões central e sul, está baseada em pequenas unidades de produção com base no trabalho familiar. Nota-se que a ocupação da região sul foi marcada pela migração de antigos proprietários provenientes de outros estados/províncias, misturando-se com os colonos imigrantes estimulados pela política de migração/colonização. Na região Central, o processo de ocupação centrou-se nos projetos de colonização, possibilitando o assentamento de colônias europeias, em especial proveniente da Itália e regiões da antiga Pomerânea. A economia cafeeira no estado perdurou até meados do século XX, momento em que houve uma forte queda dos preços, associada a uma superprodução nacional, ocasionando a implantação de políticas específicas para a transformação agrícola no país. Além disso, as décadas seguintes à crise cafeeira coincidiram com o momento de modernização agrícola do país e a implantação do projeto de industrialização do estado do Espírito Santo⁴⁹. Antes de verificarmos as principais virtudes e sintomas do processo decorrente da “modernização violenta” levada adiante no Estado capixaba, compreenderemos as bases históricas da estrutura agrária/fundiária da região norte do Estado.

⁴⁹ É relevante informar que houveram outras tentativas de industrialização no estado capixaba, porém não obtiveram sucesso. Foi somente a partir do ano de 1960 que as políticas de industrialização são dotadas de maior fôlego no contexto capixaba.

4.2. A REGIÃO DE SÃO MATEUS NO CENÁRIO DA DINAMIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO NORTE

A região de São Mateus é uma das áreas de povoamento mais antigas do estado capixaba, cujas origens remonta ao tempo das capitânias (CÔGO, 2007). A especialização regional na fabricação da farinha de mandioca teve seus primórdios no período colonial, sendo determinante neste processo tanto o solo existente na região (favorável a esse tipo de lavoura), como também a forte influência da cultura indígena (Botocudos). Côgo (2007) analisou a estrutura fundiária da região de São Mateus no período de 1850, com base nos registros paroquiais, e identificou um grande número de registros classificadas como “terras ou matas incultas”. Essas terras, segundo a autora, são grandes extensões de terras devolutas, locais onde habitavam diversas etnias dos povos Botocudos. Contudo, assinala a autora, essas áreas eram consideradas pelos meios “oficializados” como um “grande vazio demográfico”, aberta à expansão da fronteira agrícola (CÔGO, 2007, p.169).

Apesar de algumas tentativas de se implantar lavouras de café neste período, a mesma não obteve sucesso, seja pela grande distância das principais praças comerciais, seja pela predominância das grandes fazendas produtoras de farinha de mandioca.

Ferreira (2010) aponta a importância da farinha de mandioca na constituição da região de São Mateus e Barra de São Mateus desde o período colonial. Além de abastecer parte do mercado local, como Rio de Janeiro e a Bahia, naquela ocasião a farinha de mandioca se constituiu enquanto importante mercadoria no que diz respeito ao abastecimento dos navios negreiros e como escambo em diversos portos de comércio de escravos localizados na África. A produção da farinha de mandioca era realizada em grandes propriedades escravocratas e tinha a região de São Mateus como um importante polo produtivo, em especial as localidades à margem do Rio Cricaré e São Mateus. Na perspectiva de Ferreira (2010) a região de São Mateus foi uma importante referência do comércio colonial de escravos e de farinha de mandioca durante todo o século XIX. Para a autora, o que favoreceu esse *status* foi a localização geográfica dos protos fluviais, facilitando a entrada clandestina de navios negreiros no período em que o tráfico negreiro estava proibido por determinações imperiais. Ferreira (2010) destaca, ainda, que este contexto possibilitou o surgimento de diversas localidades negras, conformando distintas comunidades no chamado “Sapê do Norte”, localizados na região de São Mateus e Barra de São Mateus.

No período áureo do café, as grandes fazendas produtoras, sobretudo as fazendas do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, e no Oeste do Estado de São Paulo, absorveram grande parte da mão de obra escrava proveniente do nordeste do Brasil. Diante deste processo, no final do século XIX, as fazendas produtoras de farinha de mandioca começam a entrar em decadência, transformando grandes extensões de terra em territórios livres para a ocupação negra. De acordo com Ferreira (2010, p. 10):

Assim, efetivava-se a apropriação dessas terras livres ao longo dos vales dos rios Cricaré e Itaúnas pelas famílias de antigos escravos: em terras virgens ou dos antigos quilombos e fazendas escravistas refizeram-se casas, famílias e roças, formaram-se comunidades que passaram a se reproduzir por várias gerações.

Algumas tentativas de ocupação em direção ao interior da região de São Mateus ocorreram na segunda metade do século XIX, especialmente no decorrer da década de 1870, com o objetivo de encontrar terras para a implantação do cultivo do café. Contudo, a região possuía grandes extensões de Matas, além de ser habitada pelos povos originários. Houve, ainda, algumas tentativas de colonização da fronteira agrícola no norte capixaba, com as iniciativas de imigração levadas adiante pelo Estado capixaba, sobretudo nos períodos finais da abolição da escravidão. Porém tais tentativas não tiveram o mesmo sucesso do que ocorreu com as regiões Central e Sul do estado.

Além do reduzido número de habitantes, a produção originária dos estabelecimentos rurais era irrisória, representando em 1920 apenas 9% do café produzido no estado, segundo o Recenseamento Geral do Brasil, dando mostras de que sua base espacial apresentava-se muito pouco modificada (BERGAMIM, 2004, p. 20).

Nesse sentido, no início do século XX existiam algumas poucas fazendas de café no interior da região norte e uma vasta ocupação advinda de uma “campesinidade negra” e descendentes das antigas fazendas produtoras de farinha de mandioca entre as margens dos Rios Cricaré e São Mateus (Ferreira, 2010, pp. 10-13). Dessa forma, destaca-se um período em que não havia uma valorização capitalista desse espaço, possibilitando a constituição de “*terras de uso comum*” por este

“*campesinato negro*”, que se apropriou do território a partir de um processo de organização social intrínseco aos seus próprios modos de vida (FERREIRA, 2010, pp. 10-13).

No entanto, a partir das primeiras décadas do século XX, o Estado capixaba inicia diversas políticas públicas a fim de ocupar a região norte, sob o pretexto de se tratar de um “grande vazio demográfico”. As primeiras políticas dizem respeito ao incentivo dado pelo Estado para a exploração madeireira, sobretudo na concessão de áreas de florestas para a iniciativa privada, a qual, em troca, promoveria a ocupação da região norte e noroeste do Estado. Contudo, o processo de ocupação da região norte do estado capixaba intensificou-se a partir do final da década de 1920 com a construção da primeira ponte sobre o Rio Doce na altura do município de Colatina.

Colatina está localizado na margem sul do Rio Doce e teve o seu incremento demográfico e econômico impulsionado pelo intenso processo de mobilidade ocasionado pela expansão cafeeira no interior do estado, em especial dos colonos provenientes da região central. A construção desta ponte impulsionou o desenvolvimento econômico do norte do Estado, baseado nos pressupostos de desenvolvimento à época, ou seja, a partir da implantação da lavoura de café, cultura que predominava o comércio. Segundo Buffon (1992 apud BERGAMIN, 2004, p. 20), além de Colatina ter se constituído em um ponto de apoio para a zona pioneira que se abria ao norte do rio Doce, foi beneficiada pela construção da estrada de ferro Vitória – Minas, cujos trilhos chegaram até o município em 1906, possibilitando sua ligação com Vitória. Diferentemente do modo em que ocorreu nas outras regiões, o maior fluxo migratório da região norte capixaba era proveniente do próprio Estado, resultando em uma maior diversificação étnica nesta região (BERGAMINI, 2004).

Após a forte crise que abalou o mundo em 1929, o preço do café retornou a subir atingindo o seu ápice durante as décadas de 1940-50, impulsionando o crescimento de áreas de plantio na região norte, elevando-se para cerca de 70 % de área produtiva. No entanto, a partir de 1955 ocorre novamente uma grande crise que afetará significativamente a estrutura agrária do estado capixaba. A partir da grande crise da superprodução de café, os preços baixaram perante o mercado internacional, levando os agricultores da região a diversificarem o seu processo produtivo. Neste mesmo período destacam-se as atividades madeireira e pecuária, que passam a atuar de maneira mais intensa no local. A atividade madeireira foi uma das atividades incentivadas pelo Estado capixaba em função da política de erradicação do café, decorrente

da forte crise que assolou o estado, na década de 1950. Além disso, a atividade foi estimulada pelo mercado da construção civil, impulsionado pelo rápido processo de urbanização dos grandes centros. Assim, o processo de intensificação da ocupação territorial da região norte capixaba foi catalisado, principalmente pela forte atividade madeireira. As bacias dos Rios Doce e São Mateus foram importantes polos exportadores de madeira para o Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Ao lado do ciclo madeireiro, também se encontrava em franca expansão a atividade pecuária. Baseado nos dados do censo agropecuário da época de 1950 e 1975, Bergamim (2004, p. 24) assinala que a taxa de crescimento desta atividade para o estado foi de 265%, enquanto que na região norte houve o crescimento de 681%. Após a ação dos madeireiros no processo de degradação e desmatamento da Mata Atlântica, essas áreas eram destinadas para a produção pecuária. Esse processo de expansão da pecuária desencadeou uma maior concentração fundiária. É importante destacar, que ao lado deste processo, que culminará com uma transformação da estrutura fundiária, em especial com maior concentração das terras, evidencia-se, também, um crescimento de agricultores de base familiar, tais como, os meeiros/parceiros; a resistência de quilombolas, de indígenas, entre outros grupos sociais.

Ao mesmo tempo em que a estrutura fundiária concentrou-se, a utilização do trabalho familiar elevou-se de 56,49% para 67,55 % entre 1960 e 1970. Esse índice torna-se mais expressivo quando somado à parceria, já que esta relação de produção também funda-se no trabalho familiar. Dessa forma podemos admitir que em 1970, 85% do trabalho empregado na agricultura era organizado em torno dos membros da família (BERGAMIM, 2004, pp. 25-26).

Estes dados podem ser corroborados pela fala de um dos agricultores entrevistados durante o trabalho de campo:

[O assentamento] Foi formado pela maioria por meeiros que tinha muito na região e até hoje, né, e foi com esse público que veio pra cá para compor esse assentamento em 2003. A gente é daqui, de Nova Venécia mas morava em outra região do município mas a família de meu pai veio pra cá da região de Santa Tereza há 50 anos atrás. Vieram

pro norte do Estado e ficaram, e trabalharam 40 anos de meeiros nessa propriedade. Meu avô, meu pai e eu e depois a gente veio prá cá, né. Nessa condição do acesso à terra e a propriedade ter direito então. Trabalhou a vida inteira na terra e viemos prá cá nessa condição de trabalhar em um pedaço de chão da gente, da família (Entrevista realizada com agricultor “A” de Nova Venécia, setembro de 2016).

O norte do estado foi invadido inicialmente por madeireiros. Aqui era uma imensa floresta, uma quantidade enorme de madeira nobre, inclusive todo o jacarandá que tá forrando os palácios da Inglaterra foram tirados daqui do Vale do Cricaré, daqui nesse Rio que nem água tem, quanto mais Jacarandá. Então isso aqui foi invadido por grande madeireiros que vinham do sul do Estado de outras regiões. E junto trouxeram os colonos, os meeiros, os agregados.. alguns vieram adentrando mata adentro, ocupando áreas de terras e matas nativas fazendo seus pequenos casebres, criando sua família e expandindo, derrubando mata e plantando o café, o café arábica e o conilon veio depois. então foi isso o processo inicial. O meeiro hoje, que é chamado colono ele desapareceu, ele perdeu sua importância. No passado, a grande maioria era meeiro. Eu fui meeiro por 23 anos e meu pai foi meeiro a vida toda (Entrevista realizada com liderança do MPA, setembro de 2016).

4.3 SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO DA TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO NORTE CAPIXABA

A década de 1970 é marcada por profundas transformações socioambientais, econômicas, culturais e políticas, tanto no meio rural como no contexto urbano em todo o país. Como vimos anteriormente, as políticas ligadas à modernização agrícola, tais como crédito subsidiado, a integração da agricultura com a indústria e a inserção agrícola no mercado nacional não ocorrem sem ocasionar um processo de desigualdade social e um forte processo de êxodo rural. Paralelamente às políticas de modernização agrícola, a implantação de Grandes Projetos de Desenvolvimento, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento,

impulsionado pelo governo militar, ocasionam um intenso processo de concentração urbana, associada a uma forte degradação dos recursos ambientais. Nesse período foram implantadas no Estado capixaba grandes indústrias voltadas para a produção de *commodities*, especialmente a produção de papel e celulose e a metalurgia.

A Aracruz Celulose foi implantada em meados da década de 1970 com a intenção de instalar uma unidade de produção de celulose no norte do Estado capixaba. A partir do incentivo do Estado ao classificar as *terras de uso comum* como terras “*sem dono*” – ou “terras devolutas” do estado – a empresa se instala tanto em territórios de domínio do campesinato negro, quanto naquelas porções de terra que se encontravam resistências indígenas. Conforme Ferreira (2010, p. 15) assinala:

Aos antigos moradores, que em absoluta maioria não possuíam documentação da terra, o Estado passava a exigir o requerimento da terra ocupada como “posse” – ou seja, sua regularização como propriedade privada.

Nesse contexto, é possível observar inúmeros conflitos decorrentes dos diferentes usos territoriais, confrontando-se distintas territorialidades no campo de desenvolvimento rural desta região. Essas territorialidades se manifestam nas diferentes formas de uso e de apropriação do espaço territorial que, conforme a disposição, as coalizões e as disputas de poder levadas a cabo pelos agentes e grupos sociais tencionam o espaço social do campo do desenvolvimento em torno de dois grandes centros: “a coalizão camponesa” e a coalizão dos grandes empreendimentos rurais, na chamada “coalizão do agronegócio”.

Com a implantação da Aracruz Celulose, atualmente Fibria, o território foi ocupado por extensos monocultivos industriais de eucalipto, ocasionando o aumento do uso dos sistemas hídricos locais, inviabilizando roças de alimentos e monopolizando espaços outrora considerados de *Uso Comum*. Da mesma forma, nas regiões interioranas da região norte capixaba, em especial no extremo norte, ocorreu uma forte concentração fundiária por meio dos incentivos estatais para fortalecer a pecuária (BERGAMIM, 2004; SOUZA FILHO, 1990). Este rápido processo de concentração de grandes fazendas pecuárias ocorre em detrimento de uma diversidade de camponeses que estavam submetidos a contratos de regime de meeiro/parceiro junto aos médios e grandes proprietários de café. Esses meeiros e parceiros passam a compor a categoria de um campesinato cujo acesso à terra ocorre de maneira

precária, conforme nos alertou Wanderley (2014b). Ou, ainda, muitos desses “parceiros” migram para os grandes centros urbanos em busca de trabalho junto ao processo de crescimento industrial impulsionado pelos Planos de Desenvolvimento Nacional.

Foi diante deste panorama que a região norte do estado, e, em especial o território norte (conforme Figura 1, p. 116), foco deste estudo, passa a constituir-se enquanto cenário para as ações empreendidas por diferentes movimentos sociais ligados à questão da reforma agrária. Mais recentemente é possível observar a integração entre as demandas de reforma agrária e o movimento por uma modelo de desenvolvimento alternativo, ancorado sob os pressupostos da agroecologia. Assim, o território norte foi, e continua sendo, o palco para o estabelecimento de inúmeros processos de acampamento rural – durante as décadas de 1990-2000 – de diversos movimentos sociais, tais como o MST e Contag e, atualmente apresenta a maior concentração de assentamentos de reforma agrária do Estado (MANCIO, 2015). Isto pode ser corroborado por falas de alguns entrevistados durante a fase da pesquisa de campo:

Realmente, na parte sociológica, os movimentos sociais lá são muito mais fortes, o MPA lá está com muito mais força lá do que aqui [referindo-se a região serrana]. Lá é região de latifúndio, também, então já emerge essa situação de Movimentos Sociais, porque a própria questão da reforma agrária que já é embrionária, ela germina naquela região, em Linhares para cima.

Eles [movimentos sociais agroecológicos do norte capixaba] não dissociam a bandeira da terra, da reforma agrária com a bandeira da agroecologia. Eles falam uma coisa e quando você vai ver é outra!!!

(Entrevista concedida por técnico do MDA, outubro/novembro 2016)

Diante este cenário, podemos resumir o processo de desenvolvimento capixaba de acordo com o que Caçador e Grassi (2009, pp. 455-456) propõem em suas análises sobre a dinâmica de desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo identificando três grandes ciclos: (I) ciclo de desenvolvimento econômico de 1850-1960 – período em que predomina a cafeicultura baseada na monocultura mercantil de base familiar e pequenas propriedades, e as atividades urbanas estavam voltadas especialmente para a comercialização e

beneficiamento do café. A partir do final da década de 1950 e início de 60 houve o declínio da cafeicultura no estado condicionada à crise nacional. Neste período o governo lançou a política de erradicação do café e impulsiona o processo de industrialização no estado; (II) período de 1960-1990 – os autores dividem este período em dois momentos distintos. Entre 1960 a 1975 o estado transformou gradativamente sua economia centrada na exportação do café para uma economia urbano-industrial. Como os autores ressaltam, a política privilegiava as condições endógenas da economia local, possibilitando a criação de pequenas empresas e indústrias “familiares”. É a partir deste período em que ocorre a implantação do projeto de modernização agrícola no país e também, no estado capixaba.

Contudo, no segundo momento que vai de 1975 a 1990, a política do estado incentivou a implantação de grandes indústrias voltadas para a produção de *commodities*, especialmente na produção de papel e celulose e a metalurgia. (III) período que se inicia em 1990 até os dias atuais – chamado pelos autores de “diversificação centralizadora”. Neste período houve uma diversificação de serviços ligados às grandes produtoras de *commodities*, sobretudo às diversas atividades ligadas ao comércio exterior. Assim, intensifica-se o papel das grandes produtoras de *commodities* na economia capixaba, ocasionando uma dependência do estado em relação a esta dinâmica. É importante ressaltar que a divisão em ciclos de desenvolvimento econômico possui caráter estritamente didático, uma vez que as diferentes atividades produtivas ocorrem de maneira dinâmica e complementar.

Embora Caçador e Grassi (2009) considerem estes segmentos como sendo, atualmente, o pivô central do desenvolvimento econômico do estado, é inegável a contribuição que o setor agrário assume.

O quadro 1 a seguir demonstra as principais transformações ocorridas no território norte capixaba, suas influências mais marcantes e os principais vetores de mudanças que impulsionaram uma transformação no território.

Na próxima sessão abordarei as principais expressões da modernização agrícola no Estado capixaba, alavancadas pelas políticas públicas de desenvolvimento rural do estado, focando no território norte capixaba, objetivo central deste estudo.

Quadro 1 - Transformações no território norte e os principais vetores de mudança

Período	Principais Transformações no território	Fatores de influência	Consequências para a região	Principais Vetores de Mudanças	Consequências das mudanças
1800-1900	Estabelecimento de grandes propriedades produtoras de farinha de mandioca com mão-de-obra escrava;	Terras apropriadas para a produção de mandioca;	Formação de diversas localidades Negras (ex. Sapê do Norte);	Período áureo do café – deslocamento de escravos para regiões produtoras (RJ e SP);	Decadência das fazendas produtoras de farinha de mandioca;
	Comercio colonial de escravos	Abastecimento dos navios do tráfico negreiro;	Facilidade de acesso portuário;		
1900 - 1950	Poucas fazendas produtoras de café	Políticas de Imigração	Colonização da fronteira norte do estado capixaba	Construção da 1ª Ponte sobre o Rio Doce – Colatina;	Intensificação na ocupação da região norte capixaba pela migração interna e Implantação de lavouras de café;
	Formação da “campesinidade negra”	Forte emigração de escravos para fazendas produtoras de café Nos grandes centros produtores (SP;RJ);	Terras de Uso Comum – territórios livres para a ocupação negra e ocupação dos índios;		
		Decadência das fazendas produtoras de Farinhas de mandioca;			

	Predominância na produção cafeeira	Migração interna e políticas de incentivo para colonização do norte capixaba	Inserção da região norte no ciclo de produção cafeeiro	(i) Crise do café e implantação da política de Erradicação do Café	Intensificação da atividade madeireira incentivada pelo Regime Militar enquanto alternativa para a crise
1950 - 1975	Ciclo madeireiro	Incentivo do Estado enquanto alternativa da crise do café	Polo exportador de madeira para grandes centros urbanos	Implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, impulsionado pelo Regime Militar	Implantação de grandes indústrias produtoras de <i>commodities</i> – (celulose, metalurgia)
	Atividade Pecuária	Grandes extensões de áreas degradadas pela atividade madeireira; Processo de ocupação territorial	Aumento da concentração fundiária; Atividade de pequenos produtores rurais com acesso precário a terra (parceiros/meciros)		
1975 - 1990	Modernização Agrícola/Industrialização	Incentivo do Estado para a apropriação de terras de <i>Uso Comum</i> (“terras devolutas”)	Grandes extensões de monocultivo de Eucalipto;		
		Incentivo do Estado para intensificação da pecuária extensiva	Acesso precário a Terra (Formação do campesinato do território norte capixaba) Produção de fortes conflitos agrários na região		

4.3. EXPRESSÕES DA POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

Como vimos acima, a política de erradicação do café, desencadeada a partir da metade do século XX, significou um grande marco para as políticas agrícolas capixabas que, ao mesmo tempo em que coloca em xeque toda uma estrutura socioeconômica já consolidada, cria oportunidades para alavancar uma estrutura mais diversificada do sistema agrícola. Um dos resultados desse processo é a queda da produção de café em cerca de 50% no período de 1960-69 (SILVA *et. al.* , 2016). Esse processo desencadeou profundas transformações sociais, econômicas, culturais e ambientais, provocando o maior êxodo rural da história capixaba.

Nesse contexto, o estado começou a criar diversas políticas de incentivo, não somente para o desenvolvimento do meio rural, como também àquelas de ordem estrutural dos grandes centros urbanos, como o rápido processo de industrialização. No meio rural, houve diversos incentivos para a produção das chamadas “lavouras brancas”, tais como o milho, arroz, feijão, mandioca entre outras. No entanto, tais incentivos tinham o objetivo de gerar segurança alimentar para uma diversidade de famílias de agricultores e não possuíam o caráter de recuperação financeira. Logo, essas políticas não tiveram expressões significativas sob o ponto de vista econômico no sentido de efetuar um grande programa de recuperação do meio rural. Contudo, significou a oportunidade de inclusão de uma variedade produtiva no mercado interno a partir dos excedentes produtivos dos agricultores de base familiar, com destaque à fruticultura da banana na região centro-serrana.

No âmbito da agricultura patronal, os projetos do Estado previam o fortalecimento da pecuária de corte, produzida de maneira extensiva em grandes extensões de terra, à silvicultura, e à produção de cana de açúcar, esta última estimulada pelos incentivos fiscais no âmbito do Proalcool. Destaca-se a preferência para a implantação destes grandes projetos na região norte, sobretudo os incentivos para a plantação de eucalipto por meio dos Programas de Extensão Florestal. É importante destacar que tais Programas integravam parte de uma estratégia de Estado no âmbito do governo federal.

Não obstante esses incentivos provenientes do Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, no plano estadual inicia-se, sobretudo na década de 1970, importantes alterações institucionais, dando origem ao

sistema de pesquisa e extensão rural do Estado. Ademais, nesta época, ocorre a estruturação do sistema Ceasa a fim de dinamizar a economia do meio rural por meio do fortalecimento de infra-estrutura e logística para os sistemas produtivos. No final da década de 1990, foi criada a Empresa Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (Emcaper), a qual passa a integrar as atividades de pesquisa e extensão rural. No início dos anos 2000 a Encaper passou a possuir *status* de Instituto, originando-se o Instituto Capixaba de pesquisa, assistência técnica e extensão rural (INCAPER), a principal autarquia que atua na área de pesquisa, assistência técnica e extensão rural até os dias atuais, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG. Atualmente, o Incaper se faz presente na maioria dos municípios capixabas, e está estruturado por uma unidade central, localizado na sede do Estado, em Vitória, e seus respectivos escritórios regionais.

Como resultado desta institucionalização destacam-se as pesquisas com diferentes variedades vegetais e a implantação de inovações tecnológicas, entre elas as primeiras variedades do café clonal *conilon*, o lançamento da variedade do mamão “papaia” e de sementes de milho, arroz, feijão, além da intensificação do uso da irrigação, de corretivos e fertilizantes e de produtos fitossanitários (SILVA *et. al.* , 2016).

A partir das políticas públicas direcionadas para a renovação e revigoramento das lavouras cafeeiras, e com a implantação de processos tecnológicos no cultivo de café, o Estado fortalece a sua principal cultura agrícola, com destaque para a variedade de café *conilon*. A produção dessa cultura vem aumentando vertiginosamente no estado, passando de 2,4 milhões de sacas no de 1993, para a produção de dez milhões de sacas no ano de 2014 (*Ibidem*).

Assim, como destacam Silva *et. al.* (2016), a agricultura desempenha um importante papel no dinamismo social e econômico nos municípios do Estado, com destaque dado ao papel do agronegócio. Segundo os autores, o agronegócio capixaba representa cerca de 25% do PIB estadual e absorve 33% da população economicamente ativa (considerando as unidades familiares). É importante destacar que atualmente o Estado é o segundo maior produtor de café do país e o 1º em produção de café *conilon*. Além do café, a fruticultura também desponta como um forte indicador agrícola. O Espírito Santo é o maior exportador de mamão e o 2º maior produtor do país.

As principais políticas públicas que estruturam tal envergadura estão centradas em programas estatais que têm o objetivo de ampliar a infra-estrutura básica, tal como o Programa Caminhos do Campo que amplia a malha rodoviária a fim de fortalecer a integração campo-cidade;

ampliação dos investimentos do Estado em infra-estrutura produtiva, ampliação do crédito rural (de âmbito estatal) e do PRONAF.

Silva *et. al.* (2016) apontam que o sucesso de tais números é decorrente, também, de um processo de consolidação de mercados diversificados. Assim, canais de comercialização foram estabelecidos, tais como a ampliação dos mercados locais, o incentivo às cooperativas de comércio, incentivo às feiras locais, além dos mercados corporativos (como, por exemplo da Fibria) e os mercados Institucionais – tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além dos mercados internos, o governo do Estado vem marcando fortes passos em direção aos mercados globais, alavancando o processo produtivo de determinadas culturas, observadas principalmente na cultura do café, mamão, eucalipto, e, mais recentemente, a pimenta do reino.

Um importante instrumento de planejamento para o desenvolvimento rural do governo são os Planejamentos Estratégicos de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba, denominado de PEDEAG. O primeiro PEDEAG foi elaborado no ano de 2003, transformando-se na principal ferramenta de planejamento do setor agrícola capixaba. Em 2008, foi elaborado o segundo PEDEAG, denominado de “Novo PEDEAG”, incorporando uma metodologia diferenciada para cada uma das culturas e regiões do Estado. Atualmente o Estado está terminando o processo de construção do 3º Planejamento, o PEDEAG 3, construído a partir de uma abordagem centrada na “inovação, sustentabilidade e empreendedorismo”⁵⁰. Dessa forma, ocorreram diversas oficinas a fim de levantar os principais desafios e obstáculos dos 30 temas ligados à agropecuária capixaba que em sua maioria representa os setores ligados ao agronegócio capixaba. Entre estes temas, é importante ressaltar que ocorreram duas oficinas distintas para pensar o desenvolvimento da agricultura orgânica e agroecológica do Estado. Nesse sentido, foram realizadas duas oficinas distintas, uma com o tema de Agricultura Orgânica, realizada na região centro-serrana do Estado, e a outra com o tema de agroecologia, realizada no município de Nova Venécia, no extremo norte capixaba.

Essa estratégia do governo do Estado em dividir os debates em torno dos eixos Agricultura Orgânica centrado na região centro-serrana e a Agroecologia para a região norte do Estado reflete os diferentes planos

⁵⁰ Fonte: www.pedeag.es.gov.br/apresentacao, acessado em 20/01/2017.

de desenvolvimento para estas duas regiões. Se por um lado o Estado reconhece as diferenças conceituais e, conseqüentemente, os diferentes modos produtivos inerentes as duas categorias, por outro lado, ele estimula a dicotomia presente nessas duas categorias, além de induzir a diferenciação interna ao Movimento Agroecológico Capixaba. Para um dos entrevistados, a estratégia adotada pelo governo consistiu no reconhecimento pelo Estado sobre o forte Movimento Social presente no território norte capixaba, orientado pelos ideais da agroecologia em detrimento das concepções relativas à agricultura orgânica.

E no caso, foram feitas duas oficinas, uma de agricultura orgânica e a outra de agroecologia, para você ver como é.. voltando aquela confusão entre os termos, gente quando você for tratar de políticas públicas você não pode estar fazendo essa diferenciação, mas enfim. Mas, o dado que eu quero citar é o seguinte, a única reunião em que o governador esteve presente foi a de agroecologia, que foi a de Nova Venécia. Por que que o governador teve. Ah, ele tem um interesse pessoal, mas não foi só pelo interesse pessoal. ele percebeu a força e organização do Movimento, embora fragmentado ele é muito dinâmico né. E eu acredito que ele vislumbrou isso e é por isso que ele fez questão de comparecer a essa reunião de agroecologia (Representante do MAPA, entrevista realizada em setembro, 2016)

De modo geral, os desdobramentos das políticas elencadas para o Estado capixaba podem ser percebidos nos números relativos ao Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA), um dado que representa uma espécie de faturamento bruto anual das propriedades agrícolas capixabas. O gráfico abaixo ilustra esses números, demonstrando o sucesso das políticas públicas perante os agricultores capixabas:

Figura 5:

Figura 6 - Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) em bilhões de reais entre os anos 2009-2014, Dadalto et. al. 2016, p. 26

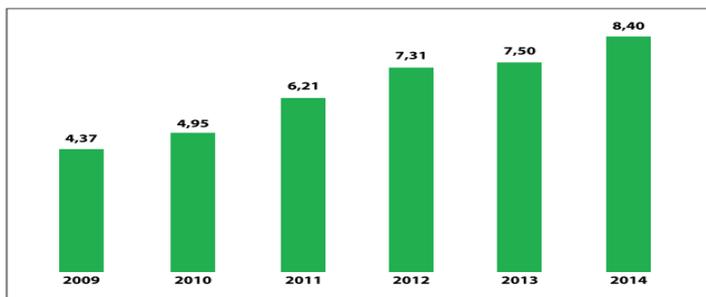


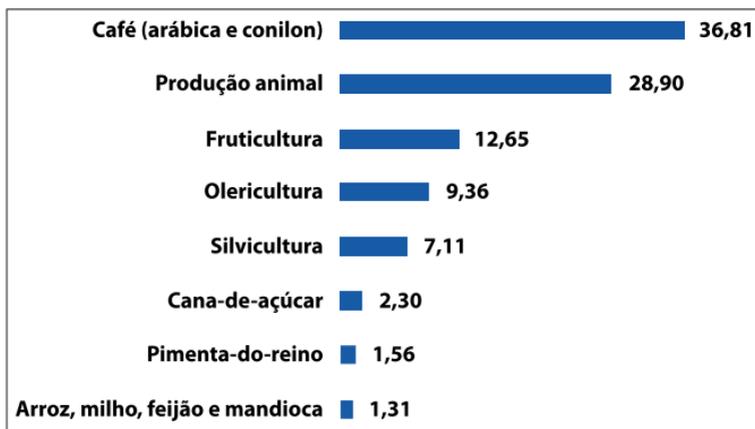
Figura 2. Evolução do Valor Bruto da Produção Agropecuária no Espírito Santo, em bilhões de reais, de 2009 a 2014.

Fonte: Tabulação dos autores a partir de dados da GIA/Seag.

Com relação à produção animal, a bovinocultura realizada em manejo extensivo ocupa 58,1% da área agrícola do Espírito Santo, e gera apenas cerca de 15% de renda bruta para o Estado. Atualmente, dos 2,3 milhões de hectares de área agrícola do estado, 1,34 milhões de hectares representam as áreas de pastagens. Embora os dados do IBGE de 2015 relativos ao índice de Gini rural, que pode ilustrar o processo de concentração fundiária, sejam baixos – 3,84, observa-se a partir dos dados acima que o modelo de produção animal extensiva demonstra que o setor de bovinocultura possui o maior processo de concentração fundiária, juntamente com as áreas de plantio de eucalipto. Esta maior concentração da pecuária e da plantação de eucalipto ocorre na região norte, ocasionando maiores disputas fundiárias, tendo em vista o elevado percentual de agricultores de base familiar com titulação precária da terra.

Considerando toda a participação relativa ao valor Bruto da Produção Agropecuária, o gráfico a seguir ilustra a forte participação do café, seguido da produção animal (considerando além da bovinocultura, outros tipos de produção animal) e, em terceiro lugar a importância da fruticultura nesta composição:

Figura 7 - Participação Relativa (%) das Atividades Agrícolas no Valor Bruto da Produção Agropecuária do Espírito Santo, em 2014.



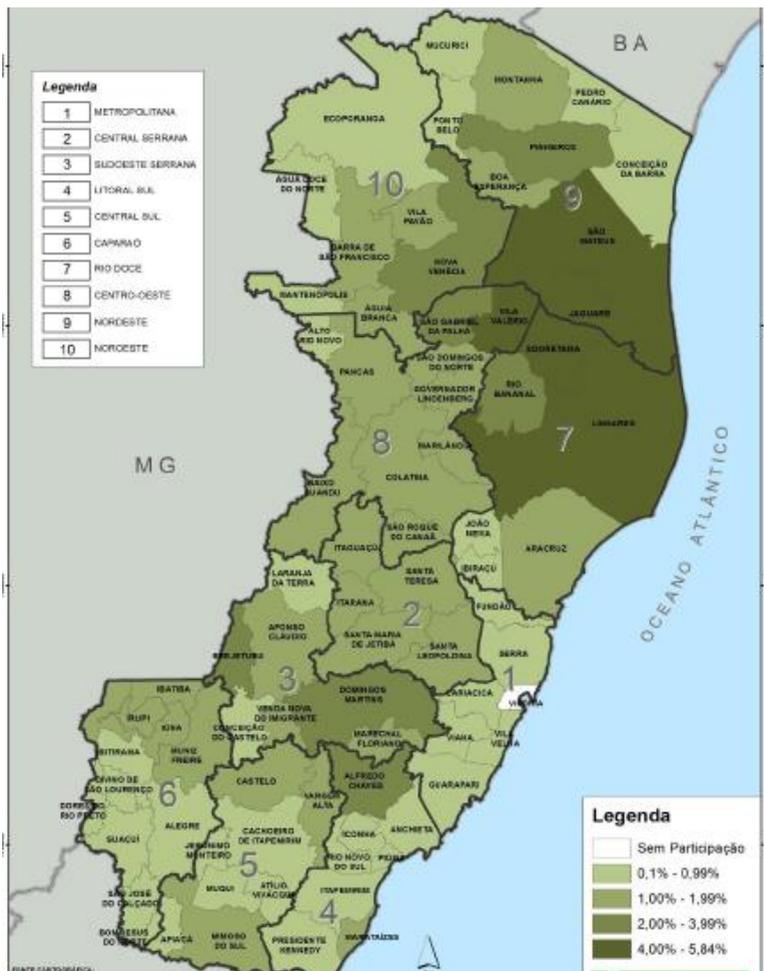
Fonte: Tabulação dos autores a partir de dados da GIA/Seag in: Dadalto et. al., 2016, p. 27.

Na fruticultura, destaca-se a produção de mamão. Dados de 2014, divulgados pela Produção Agrícola Municipal do IBGE, apontam que o mamão apresenta uma arrecadação no montante de aproximadamente 290 milhões de reais para o Estado capixaba, representando 27 % da participação do Estado no PIB Brasileiro.

Segundo estes mesmos dados, a região norte do estado capixaba, subdividida em microrregião Nordeste e Noroeste, concentrou 20,32%, do valor da produção agrícola capixaba no ano de 2014 (IJSN, 2014). Um dos municípios de maior participação deste percentual é São Mateus. Conforme o Mapa abaixo (**figura 8**) é possível ilustrar os percentuais de participação de cada microrregião do Estado, apontando a importância significativa da região norte para a composição do PIB estadual. Os três principais produtos de maior importância levantados para as microrregiões nordeste e noroeste são: o café *conilon*; o mamão e a pimenta do reino.

Os municípios de São Mateus, Pinheiros, Boa Esperança e Nova Venécia, despontam como importantes polos produtivos de mamão para o setor. A produção de mamão é realizada, em sua maioria, por grandes produtores, e a maior parte da produção é destinada para o Mercado externo.

Figura 8 - Participação (%) no valor de produção agrícola de 2014 Municípios e microrregiões



Fonte: PAM 2014/IBGE, In: Boletim Técnico, Agricultura Capixaba, IJSN, 2014)

A Pimenta do Reino foi implementada com caráter comercial durante a década de 1970. Porém, nos anos de 1980 o Estado iniciou um programa de pesquisa a fim de estimular o processo produtivo. As principais lavouras de pimenta do reino concentram-se nos municípios de

São Mateus, Nova Venécia, Boa Esperança, entre outros localizados na região Norte capixaba.

A expansão desta cultura na região norte vem se despontando como promissora, dentre as culturas do agronegócio capixaba. Na década de 1980 havia no Estado uma produção de 1000 toneladas em 500 hectares de área produtiva. Nos últimos dados de 2015, do IBGE, apontou que a produção capixaba subiu para sete mil hectares de área plantada, com uma produtividade de 13,9 mil toneladas (SILVA; SECUNDINO, 2016). Segundo os autores, a expansão desta cultura tem relação direta com os mercados internacionais, devido ao fato da pimenta do reino ser considerada uma *commodity* e os preços estarem avaliados em dólar. Em meados da década de 2000, o governo do estado intensificou o processo produtivo a partir do Programa Estadual de Desenvolvimento da Pipericultura. Além disso, foi criada a Cooperativa dos Produtores Agropecuários da Bacia do Cricaré (Coopbac), em São Mateus, possibilitando alavancar a produção de pimenta do reino. Ressalta-se que a produção de pimenta ocorre, em sua maioria, em pequenas propriedades e efetuadas com trabalho de base familiar. Muitos dos agricultores em transição agroecológica envolvidos nos estudos possuem a pimenta do reino como um dos “carros-chefes” de seus agroecossistemas. Um dos entraves para a expansão do sistema produtivo na região norte diz respeito à questão hídrica, pois é uma cultura extremamente dependente de fortes taxas de irrigação.

Todo esse contexto expressa um modelo de agricultura baseada, sobretudo, na pequena propriedade fundiária e levada adiante por uma diversidade de famílias de colonos, os quais organizam o trabalho por meio da família. Contudo, apesar de não caracterizar uma exploração de grandes extensões de terra, observado em diversas localidades do País, o modelo produtivo assemelha-se a ideia de uma empresa capitalista de produção, tal qual evidenciado por Ploeg (2008), segundo a qual caracteriza apenas uma pequena parcela dos agricultores de base familiar que se encontra consolidada economicamente. Esses pequenos empresários rurais alimentam o processo de modernização agrícola, levada adiante pela implantação do pacote tecnológico. A visão do Estado de desenvolvimento rural está baseada, sobretudo no agronegócio, a fim de alimentar aquilo que Ploeg (2008) definiu de Impérios Agroalimentares. De acordo com um agricultor de Nova Venécia, podemos perceber essas reflexões:

(...) mas tem também essa condição que é a monocultura que existe aqui predominante que

reina no Espírito Santo, que é o café, na nossa região, o café e o leite. Hoje tem o cenário no município de Nova Venécia que aparece como uma outra cultura, que é a Pimenta do Reino, mas a monocultura do café tá enraizada aqui e as famílias tradicionalmente tem, culturalmente essa condição de ter o café, então é um fator que querendo ou não, a cultura do café tem todo um pacote que tá aí agregado ao veneno, ligado aí ao agronegócio, que é o veneno, que é o adubo químico, que é a dependência de um sistema né. Eu vejo isso como um paradigma que a gente tem dentro da região (Agricultor “A”, entrevista realizada em novembro de 2016)

A concepção relacionada ao fortalecimento do agronegócio no Estado capixaba é corroborada a partir de um artigo veiculado durante a realização de algumas oficinas de construção do PEDEAG 3, assinada pelo então Secretário da Agricultura capixaba juntamente com outros renomados pesquisadores da área da economia e sociologia rural. Para os autores desse estudo, a agropecuária empresarial brasileira é o principal setor para a “salvação da economia brasileira” em tempos de crise econômica, que assola o país. Os autores sugerem 4 eixos estratégicos para alavancar e consolidar a agricultura brasileira como o principal setor gerador de renda, a fim de garantir o PIB Brasileiro: (i) *fomentar o crescimento produtivo* e ampliar o comércio global; (ii) *estimular os investimentos em infraestrutura*, em especial àqueles relacionados a cadeia produtiva e a logística; (iii) *mitigar tensões sociais no campo*, por meio de fortes estratégias de “debates públicos”; (iv) *liderar a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil* (BUAINAIN *et. al.*, 2016, p. 1).

No caso do primeiro eixo, os autores propõem um maior incentivo para os processos de agroindustrialização a fim de alimentar uma agenda positiva nas pautas de exportações. Dessa forma, o Estado brasileiro teria que ampliar sua oferta de investimentos por meio de “novas fontes de financiamento” para além dos mecanismos convencionais, alimentando o Plano Safra⁵¹ de cada ano com novos aportes financeiros. Na visão dos

⁵¹O Plano Safra é o nome dado ao Plano Agrícola e Pecuário divulgado anualmente pelos órgãos executivos do Governo Federal. O governo federal lança anualmente dois Planos Safra, um destinado a agricultura empresarial e capitalista, divulgado pelo MAPA e outro para a Agricultura Familiar, divulgado pela atual Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário.

autores, *a exportação é a única saída de curto prazo para uma proporção expressiva de produtores de tamanho médio* (BUAINAIN *et. al.*, 2016, p. 2). Em outras palavras, esse maior aporte de recursos seria o suficiente para garantir os interesses tecnológicos e logísticos de médios e grandes produtores, os quais estão tecnicamente mais qualificados para executar tais investimentos. Através do conceito de “agricultura de precisão”, uma ressemantização do processo de modernização conservadora, os autores apresentam sua retórica para *o fundamento econômico e técnico da intensificação sustentável na agricultura moderna* (*Ibidem*, p. 2). Ou seja, a *sustentabilidade* na agricultura é materializada através do uso tecnológico e instrumental dos recursos naturais. Nesse sentido, as áreas produtivas estariam condicionadas a uma maior intensificação dos processos tecnológicos que, por um lado, reduziria a demanda por maiores extensões de terra e, por outro, aumentaria a dependência entre o processo produtivo e os resultados de pesquisas científicas de ponta, e em relação às empresas produtoras de insumos sintéticos, entre outras.

Do ponto de vista relacionado ao Estado, os autores propõem uma reforma institucional e política para o processo de desenvolvimento agrário. Como um estratagema de “diluir os conflitos no campo” e ao mesmo tempo direcionar uma visão de desenvolvimento sustentada pelo pacote da chamada “agricultura de precisão”, os autores propõem a fusão das atribuições do MAPA e da Secretaria Especial do Desenvolvimento Agrário em uma única pasta ministerial, o *Ministério do Desenvolvimento Rural*:

A existência de dois ministérios competidores entre si, um dedicado à agricultura empresarial e o outro aos produtores mais pobres, perdeu o seu significado. *Propõe-se a extinção de ambos, o MAPA e o MDA*, e a constituição de único ministério, o qual poderia ser intitulado “Ministério do Desenvolvimento Rural”. O novo ente público poderá criar sinergias operacionais, reduzir custos e estabelecer uma estratégia de ação governamental que interrompa a divisão social e, pelo contrário, estimule as formas de cooperação entre os produtores, sobretudo as organizacionais (BUAINAIN *et. al.*, 2016, p. 3).

Resumidamente, os Planos Safras orientam os seguintes instrumentos: crédito rural; zoneamento agrícola; seguro rural; comercialização; programas especiais de fomento setorial.

Em outras palavras, na ótica destes políticos e pesquisadores não existe uma diversidade social inerente ao meio rural brasileiro. Os principais conflitos sociais do campo são expressões do passado e, paradoxalmente, os autores sugerem que para lidar com a grande desigualdade social no meio rural, basta inseri-los em um programa de desenvolvimento rural com bases igualitárias. No entanto, a desigualdade é fato e, portanto, deve ser levada em consideração. Nesse sentido, políticas públicas que reconheçam esses “desiguais” e seus distintos modos de fazer a agricultura, neste caso, são essenciais para promover uma distribuição mais igualitária desde a renda monetária, até a condição primordial que lhes confere existência, que são manifestas em suas relações com a terra.

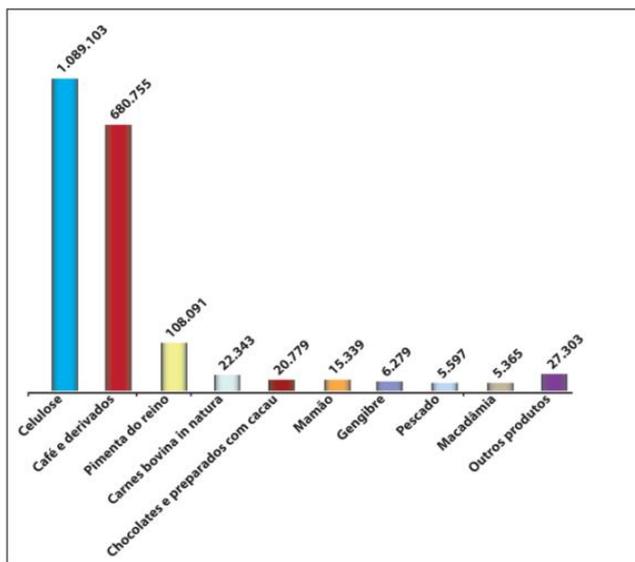
Da mesma maneira, sugerem, ainda, a extinção do INCRA para dar lugar a um “Instituto de Terras”. Ora, essas e outras iniciativas, assinadas por renomados pesquisadores, ligados à coalizão do agronegócio, demonstram o prospectivo cenário de desenvolvimento rural para o Brasil e, em especial do cenário capixaba. Para os adeptos a esta concepção, a única via de desenvolvimento rural é ancorada por um amplo processo de modernização agrícola a partir de um pacote tecnológico, ao mesmo tempo, poderoso e perigoso, este último, sobretudo, em relação às questões socioambientais. O atual secretário de agricultura capixaba assina tal documento e enaltece tal visão na apresentação de algumas das oficinas de planejamento estratégico do Estado. Os dados relativos à exportação dos produtos agrícolas capixabas, conforme ilustra a **figura 9**, confirmam o modelo de desenvolvimento adotado para o Estado.

Podemos perceber esse modelo na fala de uma das lideranças entrevistadas:

O ES tem previsão de 32 portos ao longo do seu litoral!! É um atrás do outro. Tá começando um porto e já está delineando outro porto. É isso, o Estado, dentro do governo Hartung fala: nós não vamos mais ser corredor de exportação. Corredor, o trem vinha e trazia as coisas, botava no mar e ia embora.

(...) O modelo de desenvolvimento continua o mesmo, cada vez mais se sofisticando, tendo mais recurso, tendo mais incentivo.. Há uma tendência cada vez maior, enfim. (Técnico da APTA-ES, setembro de 2016).

Figura 9 - Exportações do agronegócio capixaba (mil R\$) em 2015



Fonte: Tabulação dos autores a partir dos dados originais do MDIC In: Silva et. al., 2016

Este modelo é levado adiante em detrimento de uma pluralidade de segmentos sociais e diversas ações coletivas de resistência no campo. Como afirmou outrora Souza Filho (1990), sobre a maneira “violenta e destruidora” que o processo de modernização se implantou no Estado capixaba, afetando toda a base pretérita dos modos tradicionais de se fazer agricultura. Podemos afirmar, com base nestes depoimentos, que essa violência ainda se manifesta nas ações deste mesmo Estado, em detrimento de uma miríade de projetos e programas alternativos a essa visão.

No Território Norte, por exemplo, a maior parte da terra foi ocupada com estabelecimentos agropecuários (hectares) de pequenos proprietários, totalizando 969.874 ha, de 2.762.558 milhões de hectares no Estado, ou seja, 35,11%, fora os quilombolas e os assentados que se encontram sem titulação definitiva de suas terras. Estes últimos, ocupavam no ano de 2006, cerca de 4.326 hectares, ou seja, 29,86% do total de 14.490 ha de assentamentos no Estado. Soma-se a esses números a área ocupada pelos camponeses que trabalham em regime de

arrendamento e parceria/meeiro, os quais ocupam terras com titulação precária. Esses são denominados “ocupantes” pelos dados do IBGE, os quais utilizavam uma área de 3.491 ha, no ano de 2006 (Censo Agropecuário, IBGE, 2006).

Isso sem levar em conta uma outra parcela que ainda não entrou nas estatísticas oficiais. Ou seja, ainda é bastante expressivo o número de camponeses que não acessam as políticas insustentáveis preconizadas pela modernização agrícola. Além disso, há os segmentos sociais que são contrários a este modelo de desenvolvimento, tensionando o campo do desenvolvimento rural do estado capixaba ao propor um modelo ancorado em pressupostos da agroecologia.

Ademais, são inúmeras as contradições socioambientais ocasionadas por este processo de modernização conservadora, sob o codinome de “agricultura de precisão”. Podemos enumerar a forte concentração de terras, evidenciada nas grandes propriedades de monocultivo de eucalipto, acompanhada de fortes processos de desterritorialização camponesa; o aumento do valor dos alimentos, uma vez que existe uma grande concorrência destes com os meios produtores de celulose através dos altos preços da terra, ocasionando uma expressiva crise de abastecimento de alimentos; a escassez de recursos hídricos, impulsionando uma competição e disputas de poder pelo acesso a este recurso; a diminuição dos recursos naturais; a dependência de pequenos agricultores a um pacote tecnológico extremamente dependente de insumos agroquímicos; dependência dos agricultores junto às indústrias detentoras do monopólio das sementes híbridas e transgênicas; entre outros. Uma fala de um dos entrevistados ilustra algumas dessas contradições citadas acima:

No Norte você tem a convivência, principalmente naquela região do tabuleiro costeiro, uma convivência muito forte de grandes propriedades com pequenas propriedades, então aí você tem uma agricultura de grande escala, dinâmica, economicamente muito eficiente, tecnologicamente muito avançada e invariavelmente muito dependente de água também. E, por outro lado, você tem uma pequena agricultura familiar, com níveis diferenciados de inserção tecnológica, alguns dependes de irrigação e outros não, mas que todos eles têm sofrido muito com relação ao acesso à água, e aí a grande agricultura, demanda muito mais água, em função

da tecnologia, da escala e etc. e acaba. Assim, tem situação de conflitos e ameaças de morte, restrição. Que o grande utiliza e o pequeno fica sem. (Gestor público, técnico em socioeconomia da SEAG, novembro 2016)

Somado a esse quadro, têm-se os efeitos perversos sobre o meio ambiente, sobretudo se considerarmos o uso intensivo de “venenos” agrícolas durante o processo produtivo. Na próxima sessão discutiremos com um pouco mais de profundidade a questão do uso intensivo de agrotóxicos e seus desdobramentos socioambientais, focando a região em estudo.

4.4. A FACE “OCULTA” DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: O USO INTENSIVO DOS AGROTÓXICOS

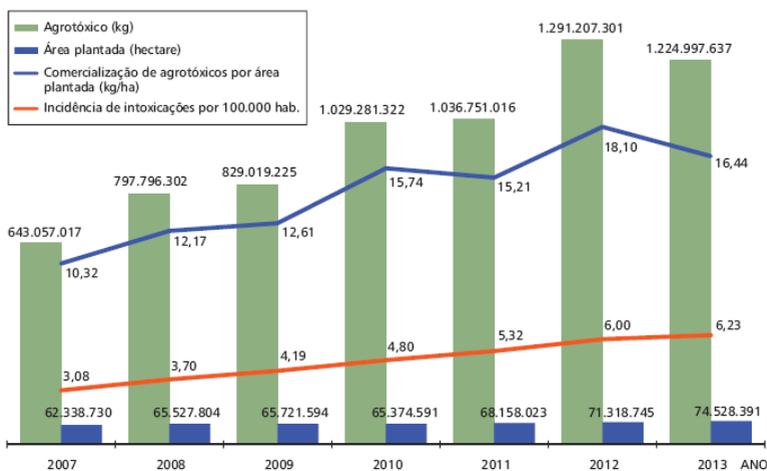
O Brasil é um dos países que mais se consome agrotóxicos. Nos últimos anos a comercialização de agrotóxicos e afins aumentou de maneira significativa sem, no entanto, haver um aumento da área plantada no país. Apoiados nos estudos efetuados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pela UFPR, o relatório da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA) assinala que o mercado nacional de agrotóxicos cresceu em 190% entre os anos de 2000 e 2010, superando o crescimento ocorrido em âmbito internacional que ficou em torno de 93%. Esses dados são alarmantes, se levarmos em consideração que a utilização de agrotóxicos vem sendo acompanhada por diferentes quadros de morbidade e, em especial, quadros de intoxicação direta pelo seu uso intensivo. Os dados que mensuram o uso de agrotóxicos no país estão condicionados aos dados de comercialização e são relacionados com as áreas cultivadas com as principais culturas consolidadas na Produção Agrícola Municipal do IBGE. Dessa forma, esses dados podem estar subestimados, se considerarmos o intenso comércio clandestino que ocorre no país, ou, por outro lado, superdimensionado, se levarmos em consideração que o produto comprado em determinado momento pode ser aplicado no ano seguinte de sua compra. No entanto, mostraremos alguns desses números.

Embora o consumo de agrotóxico tenha aumentado no Brasil, alguns estudos demonstram que nem sempre o uso de agrotóxicos é acompanhado de aumento de produtividade. Um exemplo que pode ser destacado é que no ano de 2004, o aumento do consumo de agrotóxico na rizicultura foi de 166%, enquanto a produtividade média aumentou

apenas 10,3% para aquele ano (BARRIGOSI et. al., 2004, *apud* BRASIL, 2016, p. 17).

A **figura 10** ilustra a quantidade de agrotóxico comercializado em quilograma, pela área plantada total do Brasil, indicando os casos de intoxicações durante o período de 2007- 2013. Observa-se uma tendência de aumento no uso de tais insumos sem, contudo, haver um aumento da área plantada no Brasil.

Figura 10 - Comercialização de agrotóxicos por área plantada (kg/ha) e incidência de intoxicações – Brasil, 2007 a 2013

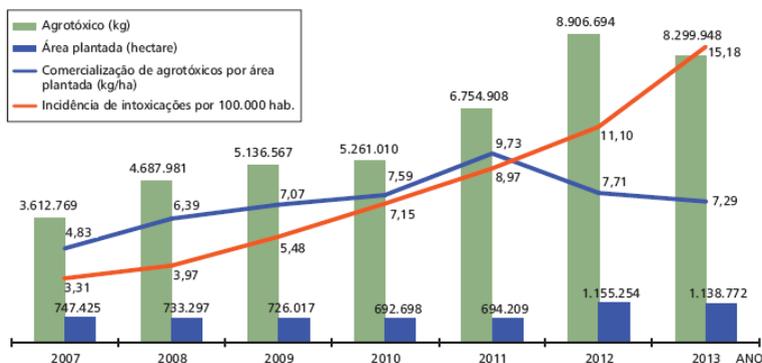


Fonte: Sinan, IBGE e Agrofit, In: BRASIL, 2016, p.17.

O estado do Espírito Santo ocupa a 17ª posição na classificação dos estados que mais comercializam agrotóxicos do país. A comercialização de agrotóxico no Estado, segundo dados do IBGE e da Agrofit, está em torno de 8.200.000 kg ao ano. Esses dados acompanham uma incidência significativa de quadros de intoxicações ocasionados com o uso direto ou indireto de agrotóxicos. Ressalta-se que os casos de notificações de intoxicações registrados pelo sistema de vigilância em saúde pelas populações expostas a agrotóxicos para o ano de 2013 ficou em torno de 15 casos a cada 100.000 habitantes. Embora este número possa parecer pequeno, representa uma grande parcela da população rural,

exposta aos riscos que o uso do “veneno” impõe ao agricultor. O gráfico abaixo ilustra esses dados:

Figura 11 - Comercialização de agrotóxicos por área plantada (kg/ha) e incidência de intoxicações – Espírito Santo, 2007 a 2013



Fonte: Sinan, IBGE e Agrofit, In: BRASIL, 2016, p. 70.

Diante este panorama, desde meados da década de 1980 diversos segmentos e grupos sociais capixaba vêm se engajando social e politicamente a fim de reivindicarem um modelo alternativo de desenvolvimento, contestando questões relacionadas aos limites socioambientais do atual modelo propagado pelo processo de modernização. Ou seja, ao mesmo tempo em que o projeto de modernização agrícola foi sendo implementado de maneira “violenta” no Estado, diversos segmentos sociais foram, gradativamente, dando corpo a um amplo processo de resistência.

Na próxima sessão abordarei o processo de construção do movimento da agroecologia e agricultura orgânica levada adiante por diversos segmentos sociais em contraposição ao “estilo” de desenvolvimento imposto pelas políticas de modernização agrícola no estado capixaba.

4.5. GÊNESE DE UMA DINÂMICA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO RURAL: A AGROECOLOGIA

Como exposto acima, a implementação do projeto de modernização no Espírito Santo ocorreu de maneira tardia. Entretanto, como assinalado acima, a “chegada” da modernização no estado foi de maneira muito súbita, promovendo profundas transformações estruturais e institucionais em suas diferentes dimensões socioeconômica, ambientais, culturais e políticas. O que para alguns isto significa alcançar o progresso econômico e garantir um melhor posicionamento perante a lógica da competitividade mercantil, para outros, esse processo, imposto de maneira “violenta”, representa o embrião de um projeto que conduziria a sociedade capixaba rumo a uma crise socioambiental, a qual já vinha sendo diagnosticada no âmbito internacional.

No meio rural, esse processo se solidificou através da destruição de bases pretéritas de conhecimentos aglutinados durante gerações. Além disso, tem ocasionado o enfraquecimento das relações entre diversos grupos sociais e os seus lugares de morada, naquilo em que alguns pesquisadores denominam de “desterritorialização” (HAESBERT, 2005). Ocorre, assim, o enfraquecimento dos solos provocado pelo intenso desmatamento de grandes extensões de mata; intensificação no uso do solo desencadeado pela implementação das inovações tecno-científicas, de cunho reducionista, sem levar em consideração a organicidade inerente aos equilíbrios ecossistêmicos do solo; maior dependência dos agricultores ao mercado de capital por meio das indústrias de insumos agrícolas e o monopólio de sementes híbridas e transgênicas. Ademais, esse processo impulsionou a migração de contingentes populacionais para os centros urbanos, incrementando o processo de aglomeração marginal das grandes cidades.

As primeiras atividades em que se utilizam o uso de agrotóxicos datam de 1960. Porém, foi a partir da década de 1970, que o pacote da “revolução verde” é implantado com maior ênfase. Observa-se que a partir desta década a região centro-serrana capixaba, o maior eixo de migração pomerana brasileira, foi se transformando no maior polo de produção de hortaliças do estado capixaba. Estatísticas do censo agropecuário do IBGE (2006) apontam que a região serrana é a maior produtora de hortaliças do Espírito Santo, além de ser um dos maiores polos de produção da cultura de chuchu, que alimenta importantes mercados nacionais. Estes números são acompanhados pelo alto índice de uso de agrotóxicos e, conseqüentemente, o aumento de casos de câncer e

intoxicações decorrentes do uso desses produtos (FORMENTINI; SOUZA, 2016).

Aos primeiros sintomas oriundos desse modelo, diversos segmentos e grupos sociais capixabas iniciaram um processo de resistência a fim de contestar seus limites, sobretudo a partir da década de 1980. Os “efeitos colaterais” ocasionados pelo uso dos agrotóxicos, inicialmente denunciados pelas lideranças das igrejas luterana e católica, foram um dos principais motivos que desencadeou o movimento contrário a este modelo de desenvolvimento contraditório. Como assinala um técnico ex-morador desta região:

Pegando a região daqui de Santa Maria, Santa Leopoldina e de Santa Teresa, por eu ser dessa região, um fator que fez com que vários agricultores se organizassem e começassem a produzir organicamente, agroecologicamente foi a questão das próprias doenças que surgiram nas famílias. Casos de pessoas que tiveram problemas de saúde que vieram, trinta anos atrás, "não, nós vamos ter que mudar!". Tem até o técnico que trabalha na prefeitura de Santa Maria, o Deolindo, a propriedade dele tem uma cachoeira belíssima, mas se ele capta a água da cachoeira dele contamina o produto dele. O filho dele é deficiente físico, nasceu com deficiência física, até isso a 20, 30 anos atrás. Então, isso fez com eles criassem essa consciência também (Entrevista realizada com técnico do MDA, setembro de 2016).

As Igrejas Luteranas e Católicas propiciaram um ambiente de ampla discussão entre os agricultores locais, os quais estavam submetidos aos efeitos perversos do pacote tecnológico. Paralelamente a estas discussões, em âmbito nacional, como mencionado anteriormente, estava ocorrendo os debates em torno da “agricultura alternativa”, promovidos pelos Encontros Brasileiro de Agricultura Alternativa, os EBAAAs. Além disso, o Projeto Tecnologias Alternativas - PTA, estava sendo gestado a partir do apoio da FASE.

Foi, portanto, a partir da confluência entre as discussões sobre os efeitos nocivos à saúde pública denunciados pelas igrejas luterana e católica, e os debates acerca da agricultura alternativa como fonte inspiradora para uma transformação do modelo de desenvolvimento rural, no âmbito dos EBAAAs, que impulsionou um processo de ação coletiva

composta por diversos segmentos e grupos sociais capixabas em prol de uma alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento rural. Nesse sentido, em consonância com movimento social contestatório da modernização agrícola em âmbito nacional, inicia-se o processo de formação do Movimento Agroecológico Capixaba – MAC, em meados da década de 1980.

Em 85 ou 84, aconteceu um seminário em Campinas, ou seja, já vinha no rastro do Projeto PTA, ele já vinha sendo construído via FASE que abrigou o Projeto e esse pessoal dos EBAA's, já tinha ocorrido o EBAA de Petrópolis, de Terezópolis, acho que os dois foram no RJ e o terceiro foi esse de Cuiabá e o 4 e último de Porto Alegre. Então já tinha esse clima todo de discussão de agricultura alternativa, e aí, eles criam o Projeto Tecnologias Alternativas, e esse Projeto, a partir desse seminário lá os técnicos e tudo eles começam a mapear nos Estados quais seriam os lugares que eles poderiam inserir o Projeto e tal. (...) foram criados ali, em Minas Gerais, o Centro de Tecnologias Alternativas de Zona da Mata, e o PTA vem para o Espírito Santo com um técnico. (...) o Duda é gaúcho (técnico), sai desse seminário também e foi para o Espírito Santo. Então ele veio e então o pessoal desceu para cá, o pessoal da FASE já tinha um escritório aqui. (Entrevista realizada com técnico da APTA, setembro de 2016)

Nesse contexto, as primeiras ações concretas que possibilitaram, mais tarde, a constituição de diferentes grupos sociais orientados pelos princípios agroecológicos no Estado capixaba, tiveram forte influência das ações desencadeadas no âmbito do PTA. Para a implementação das ações o PTA, inicialmente, contava com uma pequena estrutura condicionada à FASE, que possuía uma sede no Estado. No entanto, até então, a FASE não promovia ações relacionadas à extensão rural, tampouco na área de tecnologias alternativas. Nesse sentido, houve uma importante articulação entre o Estado capixaba e o PTA, estabelecendo-se uma parceria, na execução de um convênio a fim de atender às demandas oriundas dos agricultores, sobretudo da região serrana. Conforme assinalam Formentini e Souza (2016, p. 95), *os agricultores envolvidos no processo passaram, então, a receber apoio técnico para o desenvolvimento da agricultura alternativa no Estado, também*

conhecida como agricultura agroecológica. Assim, não obstante toda a contradição, o Estado capixaba se desponta enquanto um Estado de vanguarda ao apoiar a implantação de tecnologias alternativas para os camponeses capixabas, momento decisivo que irá demarcar profundamente a sua ação institucional, posteriormente.

Por outro lado, há que se considerar que grande parte do público ligado ao cenário agrário capixaba é composto por agricultores de base familiar, especialmente pelos colonos descendentes dos imigrantes alemães e italianos. Em meados da década de 1980, os debates localizados sobre a agricultura alternativa, ainda não estavam centrados na prerrogativa da implantação de um “modelo alternativo” perante o modelo hegemônico de desenvolvimento rural. O que estava em jogo, à época, era a implantação de tecnologias alternativas ao uso do veneno, enquanto proposta para minimizar as demandas oriundas dos agricultores, os quais estavam com sérios problemas de saúde. Ademais, com o crescimento da produção de olericultura no Estado, esses agricultores vinham ganhando maior peso político para o Estado e, conseqüentemente, suas demandas eram dotadas de maior importância. Contudo, é inegável o apoio do governo capixaba para o incentivo à agricultura alternativa no Espírito Santo. Esse apoio institucional é comentado pelo técnico da APTA:

(...) aí eles [PTA] vão junto ao Secretário de Agricultura que na época era o Ricardo Santos. E o Ricardo Santos, inclusive essa história eu escutei dele e ele estava no Conselho Estadual, ele passou rapidamente lá. (...) o Governo do Estado não tinha nenhuma alternativa para a pequena produção e o pessoal chegou com essa discussão de tecnologias alternativas, e o Ricardo então abrigou o Projeto PTA no Governo, de certa forma, pagando alguns custos do Projeto, pagando parte do salário do Duda, gasolina... enfim, o projeto foi tendo grana depois... mais no começo o governo do Estado jogou um peso legal e aí, então o trabalho era um trabalho de sensibilização (Entrevista realizada com técnico da APTA, setembro de 2016).

Nesta mesma época, o governo do estado cria, ainda na década de 1980, no âmbito da antiga ENCAPER – atual INCAPER –, um centro de estudos destinado especialmente à realização de pesquisas na área de produção de orgânicos. De acordo com Formentini e Souza (2016, p. 95), a Fazenda Experimental Mendes da Fonseca, do INCAPER, localizada

no município de Domingos Martins, *é um dos centros de pesquisa mais antigos no Brasil nessa área.*

O PTA mobilizou e sensibilizou, à época, diversas associações e grupos informais de agricultores/as familiares na crítica reflexiva em torno dos processos convencionais/agrotóxicos de produção, tendo como eixo norteador três pressupostos: a) agricultura camponesa; b) democracia; e c) tecnologias alternativas/agroecologia⁵². Assim, a partir do ano de 1986, o PTA inicia suas articulações junto aos agricultores das diferentes regiões do estado do Espírito Santo, passando a promover um processo de organização social.

No ano de 1989, é criada a Associação de Produtores Santamarienses em Defesa da Vida - APSAD-Vida, a segunda associação agroecológica do Brasil (FORMENTINI; SOUZA, 2016). A partir da articulação com os Centros Integrados de Escola Rural -CIERs, ligados ao Estado, passou-se a difundir alguns conceitos relativos à agricultura alternativa, sobretudo na região norte capixaba. Durante este percurso, o PTA, em consonância com os debates a nível nacional, vai ganhando maior volume e, conseqüentemente vai aumentando sua estrutura de ação. No Espírito Santo, o PTA vai aumentando as suas ações, sobretudo na captação de montantes vultuosos de recursos financeiros. Diante o debate nacional, no ano de 1990 o PTA deixa de ser um Projeto abrigado pela FASE e passa a ganhar autonomia em suas ações, articuladas nacionalmente por meio da chamada Rede-TA. Portanto, no início da década de 1990, é criada a Associação de Programas em Tecnologias Alternativas – APTA, como integrante da Rede-TA representando o Estado capixaba, conforme nos conta uma liderança da APTA:

Aqui no Espírito Santo, o Duda fez um trabalho na região serrana, com o pessoal da APSAD-Vida e a [associação] Amparo Familiar e trabalhou em Nova Venécia [região Norte], e tinha uma galera, que era a Marcia, que trabalha com as galinhas do INCAPER e o marido, que já estavam no CIER [Centro Integrado de Escola Rural] e tinha 3 CIERs, o de Boa Esperança, de Barra de São Francisco e Águia Branca. Então, esses CIERs eles eram o foco das experiências de agricultura alternativa. Os CIERs eram ligados ao Estado.

⁵² <http://apta-es.org.br/historia>. Acesso em 18/11/2015.

Ainda existe hoje. Tinha uma galera mais nova, mais combativa, vinda do Kapixawa⁵³, e de Viçosa que trabalhavam com agricultura alternativa. Então o Duda vai encontrar esse pessoal, vai encontrar aí o Estado que gera esse ambiente financeiro, essa sustentação financeira no começo, e durante 5 anos ele vai fazendo esses... perambulando aí, e aí começa a ir aumentando a demanda por uma assistência técnica. O Projeto começa a ter grana e captar grana de fora, da fundação Kellog, Fundação Ford, Rockefeller, aí são 5 anos até criar a APTA. A APTA vai nascer em 1990, então nós temos 31 anos se você falar de PTA à APTA, nós temos 31 anos no Espírito Santo. Em 19 março de 1990 é criado a Associação de Programas em Tecnologias Alternativas (Entrevista realizada com técnico da APTA, setembro, 2016)

Entre os anos 1990 a 2000, a APTA desempenha um forte protagonismo diante o processo de ampliação da proposta agroecológica entre diferentes grupo de agricultores capixabas, passando a influenciar a formação de diversas associações orientadas pela perspectiva agroecológica, sobretudo na região centro-serrana. Neste período, as ações da APTA na região norte se centravam junto ao sindicato rural, por meio de atuações pontuais. Desse modo, observa-se que neste decênio a atuação da APTA teve maior centralidade na região centro-sul-serrana.

A APTA foi criada com muitos agricultores, muitos técnicos, pesquisadores, era um "lusco-fusco", um "balaio-de-gato"... estudantes, técnicos, professores de universidades e uma gama muito grande de pessoas e ela passa a ter um papel preponderante desde a década de 1990 até os anos 2000 a APTA reina soberana, do ponto de vista do espaço da agroecologia, do ENA, enfim, até os anos 2000. Ela tinha sede em Vitória e atuava em Iconha, que é um município mais velho que a gente atua até hoje, eram 3 comunidades e aí ficou só

⁵³ Kapixawa é um grupo de estudantes e pesquisadores na área da agricultura alternativa/agroecológica criado no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, no campus de Alegre, região sul do Estado capixaba.

uma, depois quando eu entrei só uma quis continuar, que é a Vero Sapore. E aí a sede era em Vitória. Colatina tinha um trabalho lá, um Sindicato muito forte Cutista (Técnico da APTA, entrevista realizada em setembro de 2016).

É importante ressaltar que em meados da década de 1990, a prefeitura do município de Santa Maria de Jetibá, na região serrana, amplia os incentivos para o processo de produção orgânica. Além de contratar um técnico especializado para prosseguir com a extensão rural voltada para técnicas agroecológicas, o município apoia institucionalmente a criação de um departamento voltado para as questões de produção orgânica. Desta forma, o processo de produção orgânica na região serrana, embora ainda de maneira tímida se considerarmos o percentual de produção da agricultura convencional, vai se dinamizando, sobretudo por meio do processo de organização de outras associações. No final da década de 1990, é criada a Associação Chão Vivo, que, posteriormente se transformará no Instituto Chão Vivo, cuja finalidade está voltada para promover processos de certificação por auditoria.

No início da década de 2000, a produção da região centro-sul-serrana é dinamizada através das feiras-livres localizadas na capital capixaba. As feiras-livres foram organizadas por meio de uma articulação institucional junto com APTA, as associações de produtores orgânicos e agroecológicos.

Então a primeira feira orgânica, segundo o que consta, eu não participei e não conheço o processo, a primeira feira orgânica foi a de Bairro Vermelho e quem organizou, foi uma coisa espontânea da sociedade e com a participação da APTA. Então foi a própria participação da sociedade que organizou. (Gestor agropecuário do MAPA, entrevista realizada em setembro de 2016)

Você vê a [associação] Vero Sapore, começou a 15 anos atrás com uma feira em Iconha. Uma banca com produtos de todo mundo, uma única banca, com alface de um, com a laranja do outro, com o que tinha!! Criamos a primeira feira em Vitória de Bairro Vermelho, a Vero Sapore caiu para dentro. Logo depois, ajudamos a criar a feira de Vila Velha, a Vero Sapore caiu para dentro. Hoje a Vero Sapore foi para a feira de Jardim Camburi, 3 pontos

de feira no sábado! (Técnico da APTA, entrevista realizada em setembro de 2016)

Em meados dos anos 2000, o Governo do Estado institucionaliza uma Gerência de Produção Orgânica e Agroecológica no âmbito da Secretaria de Agricultura – SEAG. Novamente, o Estado capixaba sai na vanguarda se comparado com os outros estados do Brasil. A produção orgânica dos agricultores da região serrana, em especial dos agricultores da região de Santa Maria de Jetibá, passa a compor um importante projeto fomentado pelo SEBRAE. Este projeto tinha o objetivo de promover o processo de organização e certificação da produção orgânica por meio de um subsídio para a certificação por auditoria, facilitando processos de transição agroecológica.

Eu sei que o SEBRAE financia fortemente, até apoio 80 a 90% do valor das certificações e quase todos os agricultores [capixabas] que são certificados, são certificados [auditoria] por esse processo com o SEBRAE. O governo do estado na gestão do estado, na qual o Sr Delcimar era o gerente da agricultura orgânica, deflagrou um processo para ampliar o número de produtores certificados. (Gestor agropecuário do MAPA, entrevista realizada em setembro de 2016).

A **tabela 3** mostra os dados relativos aos agricultores certificados por auditoria por meio do projeto fomentado pelo SEBRAE. É importante destacar que o projeto SEBRAE direciona o seu foco para a região centro-serrana, induzindo o processo de certificação por auditoria (terceira parte), afim de propiciar o acesso destes agricultores a mercados específicos, tal qual comenta Niederle e Almeida (2013).

Tabela 3 - Números de Certificação por Auditoria, de conformidade Orgânica apoiada pelo projeto SEBRAE

	2015		
	Inscritos	Certificados	Não Certificados
APSAD Vida Santa Maria de Jetibá	22	22	0
Amparo Familiar Santa Maria de Jetibá	48	40	8
ASTRAL Santa Teresa	10	10	0

APROVISTA	21	21	0
Cariacica			
CAF SUL	4	4	0
Iconha			
INDIVIDUAIS	13	12	1
TOTAIS	118	109	9

Fonte: Adaptado de SEAG 2015

Dessa forma, a produção agroecológica da região centro-serrana vai se consolidando, sobretudo com o apoio aos circuitos curtos de comercialização, projetos de apoio e capacitação orientados pelos princípios da agroecologia, incentivos do governo municipal e estadual e a forte presença da APTA nesta região. A partir da década de 2000, a APTA direciona sua atenção para a região norte do Estado, mudando sua sede do município de Vitória para Colatina, inicialmente, e para São Mateus, posteriormente.

A região serrana ela já é o cinturão verde de Vitória. Quem foi para lá primeiro foi a APTA!! Quem foi organizar primeiro aquelas pessoas lá foi a APTA, e a APTA sai justamente porque não deu liga. A APTA sai de lá porque não deu liga!! Os caras já estavam na feira, com os olhos grandes, querendo ficar rico com a **agricultura orgânica** (...) em 2002 começa a discussão de transferência da sede para Colatina. Isso vai para a votação internamente, a proposta de Colatina ganha. Alguns técnicos se debandeiaram. O Duda já tinha ido embora, deixou o João Motta no lugar, ele ficou só um ano e deixou a entidade com bastante dinheiro, mas a instituição estava com muita confusão entre os técnicos, um *balaio-de-gato*, umas brigaiada entre os técnicos, ela muda a sede para Colatina em 2003⁵⁴ (Técnico da APTA, entrevista realizada em setembro de 2016).

Nota-se na fala deste técnico que para a APTA, as relações dos agricultores da região centro-serrana estariam guiadas pela concepção da agricultura orgânica, sem considerar questões de fundo que orientam os

⁵⁴ Grifo meu.

processos de agroecologia, tais como a ideia de um novo modelo de desenvolvimento alternativo perante a lógica dominante. Ademais, internamente à APTA, existiam diversos técnicos, com olhares diferenciados, ocasionando um verdadeiro “balaio-de-gato” em suas ações. Ou seja, dentro da própria instituição existiam diferentes maneiras em se conceber a agroecologia, se manifestando em diferentes práticas de extensão rural voltada à agroecologia. Como comenta um técnico da APTA entrevistado: *Porque a APTA, tinha 5 APTAs, a APTA sul, norte, e APTA não sei o quê...* (Entrevista realizada em setembro de 2016).

O quadro 2 a seguir demonstra os principais momentos que possibilitaram a construção da agroecologia no Estado capixaba, caracterizando as conseqüentes transformações no Estado, suas influências mais marcantes e os principais vetores de mudanças que impulsionaram uma transformação no território.

Quadro 2 - Trajetória de construção da Agroecologia no Estado capixaba

Período	Principais Transformações no território	Fatores de influência	Conseqüências para a região	Principais Vetores de Mudanças	Conseqüência das mudanças para o território
1980	Início da Agricultura Alternativa na região Centro-Serrana do Estado;	Problemas de intoxicação causada pelo uso de agrotóxicos ;	Coalizão Social e formação do movimento social em prol de um modelo de agricultura com o uso de tecnologias alternativas ao uso de Agrotóxicos	Articulação e parceria entre o Estado e o PTA	Apoio técnico para a produção de Agricultura Alternativa, impulsionado pela parceria Estado – PTA;
	Implantação do Centro de Pesquisas em Produção Orgânica no âmbito do Estado	Apoio dos movimentos da Igreja Católica e Luterana;			Debates a nível nacional nos EBAA's;

		Implementação do PTA em terras capixabas			
1990	Criação da Associação de Programas em Tecnologias Alternativas – APTA	Captação de montantes vultosos de recursos financeiros	Forte protagonismo da APTA no processo de ampliação da Agroecologia	Extensão Rural e criação de diretoria específica promovida pelo poder municipal na região centro-serrana;	Dinamização da Produção Orgânica na região Centro-Serrana capixaba
		Aumento das ações do PTA no Estado e, consequentemente, o crescimento institucional – saída da FASE		Criação da Associação Chão Vivo	
	Início das Feiras Livres na capital capixaba promovida pela articulação entre o MAC e o Estado;	Aumento na demanda por alimentos agroecológicos e orgânicos;	Processo de reconhecimento pelo Estado da produção orgânica na região Centro-Serrana;	Parceria com SEBRAE para processo de certificação de produtores, impulsionado pelo Estado;	Consolidação do Instituto Chão Vivo enquanto órgão Certificador reconhecido pelo Estado;
2000	Criação da Gerência de Estadual de Produção Orgânica e Agroecológica	Dinamização da produção	Consolidação institucional para a estabilização dos mercados de produtos orgânicos no Estado	Mudança das ações da APTA para a região Norte	Diferenciação entre agricultores certificados (região centro-serrana) e não-certificados (região norte)

Fonte: elaborado pelo autor

4.6. O PROCESSO DE FORTALECIMENTO DA DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO NO NORTE DO ES

A partir de 2003, a APTA passou a contar com bastante recurso financeiro para promover a agroecologia na região norte do Estado. Com a transferência de sede para Colatina, a APTA reformula suas estratégias de ação, reaproximando-se dos diversos movimentos sociais ligados à questão agrária, localizados na região norte, tais como: o MPA, o MST, os movimentos ligados à igreja católica - CPT e Pastoral da Juventude Rural, entre outros. Por outro lado, conforme a liderança da APTA, muitos técnicos deixam a instituição, sobretudo após este processo de reestruturação estratégica e realinhamento com os Movimentos Sociais.

No ano de 2005, ocorre o *Encontro Capixaba de Agroecologia: contrapondo ao agronegócio*, promovido por meio de uma articulação entre diversas entidades e movimentos sociais. Este evento é considerado um marco para a trajetória da agroecologia, pois resultou na convergência de agendas comuns inerentes aos diversos segmentos e movimentos sociais, além de debater uma diversidade de pontos específicos acerca dos princípios agroecológicos. Conforme os relatórios de tal encontro, os principais resultados foram a fundação da Articulação Capixaba de Agroecologia – ACA⁵⁵, e a definição do processo de participação para o II Encontro Nacional de Agroecologia -II ENA.

No ano de 2006, ocorre mais um Encontro Estadual de Agroecologia⁵⁶ articulado pela APTA, no município de São Mateus. Este encontro, também denominado de Pré-ENA, resulta no “Manifesto Agroecológico Camponês Capixaba”. Trata-se de um documento que consolida um direcionamento comum às diversas agendas política-ideológicas de uma diversidade de grupos e movimentos sociais. Nesse documento, o conceito de territorialidade é o principal constituinte que permeará a noção de agroecologia para os diferentes integrantes dos movimentos sociais da região norte capixaba. Como uma espécie de amálgama, que dará sustentação a uma agenda comum entre as diferentes agendas específicas dos movimentos sociais, o conceito de territorialidade é mobilizado no sentido dar maior amplitude às lutas

⁵⁵ No próximo capítulo, aprofundarei sobre a ACA e seus desdobramentos sociopolíticos para o fortalecimento da agroecologia capixaba.

⁵⁶ As considerações sobre os encontros estaduais de agroecologia foram elaboradas com base nos relatos/atas de tais encontros.

empreendidas pela agroecologia. Desse modo, a noção de agroecologia para os movimentos sociais da região norte, passa a internalizar as lutas de reconquistas territoriais de indígenas, quilombolas e camponeses. Além disso, por meio da noção de territorialidade, a proposta agroecológica do norte capixaba passa a apoiar de maneira contundente lógicas solidárias de comercialização junto aos camponeses. É a partir desse momento que podemos inferir que as demandas do Movimento Agroecológico Capixaba se coadunam com as reflexões levadas adiante pelos teóricos que defendem a continuidade do campesinato na contemporaneidade.

No ano de 2010 ocorre o III Encontro Estadual de Agroecologia, em São Mateus. O encontro tem como objetivos centrais a promoção do diálogo campo-cidade, por meio do tema relacionado ao consumo de alimentos agroecológicos; a aproximação da noção de Economia Popular Solidária e a Agroecologia; e o **fortalecimento da Agroecologia como ferramenta da resistência camponesa**. A questão da reforma agrária passa a permear os discursos dos movimentos sociais da região norte sobre a agroecologia. Ademais, os três primeiros Encontros Estaduais foram organizados e implementados pela mobilização dos principais atores, agentes e movimentos sociais ligados, de alguma maneira, ao território norte.

Neste mesmo ano, novos atores entram em cena no processo de desenvolvimento agroecológico na região norte. A Igreja, por meio das Pastorais da Terra e da Juventude, inicia uma Escola de Agroecologia em parceria com as Escolas Familiares Agrícolas- EFAs, impulsionando a dinamização da agroecologia e a criação de mais um polo de produção agroecológica, na região de Nova Venécia.

Paralelamente, em âmbito nacional, junto aos debates acerca do início de um processo de regulamentação para a produção orgânica e agroecológica, mencionados em capítulo anterior, a Instrução Normativa 07/99 discorre, entre outros pontos, sobre a criação do Conselho Nacional de Produção Orgânica – CNPOrg e, em nível estadual, cria os Conselhos Estaduais de Produção Orgânica – CEPOrg. De acordo com esta normativa, a função do CEPOrg é assessorar e acompanhar a implementação de normas e padrões nacionais para a produção orgânica (MEDAETS; FONSECA, 2005). Naquele contexto, havia um intenso debate sobre os modelos de certificação e, ainda não havia sido regulamentado o Sistema de Garantia Participativa - SPG e, tampouco o reconhecimento dos Organismos de Controle Social – OCSs. Embora não houvesse tal reconhecimento legal por parte do Estado Brasileiro, na região sul do país ocorria um procedimento de certificação participativa

liderado pela Rede Ecovida⁵⁷. No ano de 2007, com a publicação do decreto nº 6.323, o qual regulamenta a lei nº 10.831/2003 sobre a produção orgânica, o Estado passa a reconhecer outras modalidades de certificação, além daquela realizada por terceira parte, conforme discutido em capítulo anterior. Ademais, o decreto passa a ampliar o papel dos CEPOrgs, incluindo dentre suas funções de assessoramento aos processos de certificação:

(...) V- articular e fomentar a criação de fóruns setoriais e territoriais que aprimorem a representação do movimento social envolvido com a produção orgânica;

VI- discutir e propor os posicionamentos a serem levados pelos representantes brasileiros em fóruns nacionais e internacionais que tratem da produção orgânica (Decreto nº 6.323/2007, BRASIL, 2007).

No ano de 2012, foi publicado o decreto nº 7.794 que dispõe sobre a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Como sabido, a Política Nacional é fruto de amplo debate junto à sociedade civil e uma grande conquista para o movimento da agroecologia e produção orgânica, em âmbito nacional. Entre as suas determinações, a Política Nacional prevê a elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, o qual privilegia a implementação da agroecologia por meio de Programas, Projetos e Ações que fortalecerão o processo articulatório com os Planos Plurianuais de cada gestão e, conseqüentemente, com os Planos Safras de cada ano. Assim, de acordo com o artigo nº 13, as ações do CEPOrg passam a ser, novamente ampliadas:

Art.13. O Decreto nº6.323, de 27 de dezembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 33. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento organizará, junto à Coordenação de Agroecologia, a Subcomissão Temática de Produção Orgânica - STPOrg da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO e, junto a cada Superintendência Federal de Agricultura, Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação - CPOrg-UF, para

⁵⁷Para aprofundar sobre o assunto, recomendo Medaets e Fonseca (2005).

auxiliar nas ações necessárias ao desenvolvimento da produção orgânica, com base na integração entre os agentes da rede de produção orgânica do setor público e do privado, e na participação da sociedade no planejamento e gestão democrática das políticas públicas⁵⁸.

No Espírito Santo, o CEPOrg é criado no ano de 2002 (MEDAETS; FONSECA, 2005), tendo enquanto uma de suas atribuições, de acordo com a IN 99/07, assessorar e acompanhar a implementação das Instituições que possuem o objetivo de auditoria de produção orgânica. Nesse sentido, o CEPOrg deve acompanhar as ações da Associação Chão Vivo, organismo de certificação que atua em âmbito capixaba desde àquela época. No entanto, através dos dados de pesquisa de campo, o que transparece é que desde a criação do CEPOrg em 2002, até o ano de 2012, poucas ações foram empreendidas de fato, o que levou a um esvaziamento de seu papel.

Aproximadamente no ano de 2013 ocorre uma mudança no quadro da coordenação do CEPOrg, oxigenando suas ações no âmbito do estado capixaba.

A CEPOrg é composta por 41 entidades, pelo menos no papel, o que está designado, 41 entidades, de forma paritária de sociedade civil e governo. É número total ímpar, mas algumas vagas, titulares e suplentes, são entidades diferentes, dando a situação de paridade. Então agente conseguiu trazer em um primeiro momento mas a dificuldade é manter esse grupo coeso e de atender a todas as expectativas de todas as instituições. Esse é o grande complicador, porque com esse aumento do número, aumentou a complexidade de se fazer esse trabalho (Representante do MAPA, entrevista realizada em setembro, 2016).

O técnico que assume a coordenação, também considerado mais um “empreendedor institucional” (FLIGSTEIN, 2007), rearticula as parcerias e promove um processo de reanimação da Comissão, colocando

⁵⁸ Texto dado pelo Artigo nº 13, do decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012.

o colegiado em uma situação privilegiada, no âmbito das discussões políticas acerca da produção orgânica e agroecológica no Estado capixaba, e diante o cenário nacional, como podemos notar em sua fala:

A CEPOrg daqui do ES é uma das mais ativas do Brail, tanto do ponto de vista de presença como até de efervescencia mesmo. Eu não sei, é o relato de outras pessoas, dão essa informação (Representante do MAPA, entrevista realizada em setembro, 2016).

A CEPOrg representa a arena para estimular o debate público relacionado a implementação da PLANAPO. No entanto, o sucesso da execução das funções atribuídas à CEPOrg de cada Estado dependerá, em grande medida, da articulação entre os representantes de diferentes organizações que o compõem. Assim, a implementação das deliberações realizadas no âmbito da CEPOrg dependerá, em última instância, da habilidade social empreendida pelo coordenador. O seu papel é crucial para estimular a coesão social entre os diferentes interesses de uma diversidade de atores sociais. No entanto, como nos coloca o representante do MAPA e articulador da CEPOrg – ES, a dificuldade consiste nos diferentes atores sociais compreenderem a importância e o papel desta arena para a promoção do modelo de agricultura orgânica e agroecológica do Estado.

O MAPA tem esse papel, e é aquilo que eu falei que o papel de fomentar também, além de regulamentar e fiscalizar, através da CEPOrg, que tem esse papel, de congregar instituições públicas, da sociedade civil enfim, para somar esforços. Mas aí que entra a dificuldade dos interesses próprios de cada instituição, inclusive as vezes até interesses divergentes. Existem instituições que tem interesse divergente da outra em determinados assuntos. *Se você colocar aquele assunto em pauta, vira um embate em relação e você não consegue avançar.* Então alguma dificuldade que agente sente com relação a CEPOrg é congregar o interesse de todo

mundo e conseguir que todos falem a mesma linha e caminhem na mesma direção⁵⁹

Um outro aspecto que eu acho que é nevrálgico para a questão da CEPORG é que a atribuição de coordenar os trabalhos ela é aparentemente ou eminentemente uma função pública, sabe, demanda muito trabalho, demanda muita conversa, muita... voluntariado mesmo assim de fazer. E isso é melhor incorporado por um órgão público, ou por alguém que milita fortemente na área. O trabalho que é feito hoje que foi imposto, por assim dizer, e que foi uma demanda da sociedade também, é que essa coordenação pudesse ser feita pela sociedade civil. Só que esse é um trabalho voluntário da sociedade civil.

Também, tem algumas instituições que é mais fácil agente congregar e fazer convergir alguns assuntos. Ou com algumas outras é mais difícil ou é mais difícil para elas colocarem as suas demandas, que suas demandas tem uma resposta que as vezes elas esperam da CEPORG (Representante do MAPA, entrevista realizada em setembro, 2016).

(Representante do MAPA, entrevista realizada em setembro de 2016).

Ressalta-se na fala deste representante as diversas estratégias lançadas em mão para orquestrar os interesses divergentes presentes nesta arena. O que faz com que a CEPORG do Estado capixaba seja reconhecida, em âmbito nacional, enquanto uma das CEPORgs mais engajadas, é o papel de empreendedor institucional levado adiante pelo coordenador, tal qual expressa Fligstein (2007) em suas reflexões.

No final do ano de 2014 e início de 2015, ocorrem algumas reuniões setoriais, coordenadas pelo então Deputado Federal Padre Honório, e apoiado pelo CEPORG, culminando na organização de um novo Encontro Estadual de Agroecologia.

Aí vem a discussão do Padre Honório querendo fazer um seminário, agente querendo fazer um debate sobre Assistência Técnica e Agroecologia...
Aí o [técnico do MAPA] assume e dá um outro gás.

⁵⁹ Grifo meu.

E os caras queriam discutir sobre o acesso de políticas, de ATER...E aí eu cheguei e falei: Olha, agente tem que discutir os problemas que existem com relação à concepção de assistência técnica, com os editais do MDA, os problemas que agente já tem todo um acúmulo lá na ANA de fazer essas discussões. Dissecamos isso de cabo a rabo e sabemos quais são os pontos e problemas, enfim.. Aí vai o Padre Honório e faz o Seminário Estadual, com a ajuda da CEPORG e tal. E aí no Seminário Estadual cria um novo clima da agroecologia, um novo divisor de águas no Estado no Movimento da Agroecologia e da Agricultura Orgânica no Estado. (Técnico da APTA, entrevista realizada em setembro de 2016).

Importante ressaltar que no início do ano de 2015, por articulação do Deputado Padre Honório, é criada uma Frente Parlamentar de *Incentivo e Defesa da Agroecologia e Agricultura Orgânica*, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado capixaba. As ações da Frente Parlamentar, até o momento foram ações de sensibilização da comunidade parlamentar e da sociedade civil, em geral, sobre os principais problemas decorrentes do uso intensivo de agrotóxicos, por meio de apresentações de pesquisadores ligadas à temática.

O quadro 3 a seguir sintetiza os principais momentos que levaram ao fortalecimento da agroecologia no Norte do Estado capixaba, caracterizando as consequentes transformações para a região, suas influências mais marcantes e os principais vetores de mudanças que impulsionaram uma transformação no território.

Quadro 3 - Síntese da trajetória que levou ao fortalecimento da Agroecologia no norte do Espírito Santo

Período	Principais Transformações no território	Fatores de influência	Consequências para a região	Principais Vetores de Mudanças	Consequências a das mudanças para o território
1990	Ações pontuais levadas adiante pela APTA e CIERS	Articulação do PTA junto as lideranças do território norte que atuavam	Iniciativas pontuais para a promoção da agroecologia	Não identificado	

	com Agroecologia	– início tardio na região norte;			
		Ações do Estado pulverizadas, sobretudo aquelas no âmbito do INCAPER			
2000	Transferência da APTA para Colatina (2003)	Consolidação da produção orgânica na região centro-serrana	Reaproximação dos movimentos sociais ligados a questão agrária	Encontro Capixaba de Agroecologia	Convergência de agendas junto aos Movimentos sociais ligados a questão agrária, inserindo os princípios da agroecologia;
					Fundação da Articulação Capixaba de Agroecologia - ACA
	Fortalecimento da agroecologia no território e promoção de Encontros Estaduais sobre Agroecologia;	Agenda comum entre os Movimentos Sociais e inserção da agenda agroecologia junto aos movimentos sociais agrários – “Manifesto Agroecológico Camponês”	Agroecologia enquanto ferramenta de resistência camponesa	Inserção do conceito de “território” – Eixo central da noção de Agroecologia levada adiante pela ACA;	
			Ações da CPT e Pastorais da Juventude		Início das ações da Escola de Agroecologia e sobre a Homeopatia.
	Apoio à criação de Organizações	Ação empreendida	Aumento de produtores	Rearticulação da CEPOrg e sua	Criação da Frente

de Controle Social – OCS junto aos agricultores agroecológicos	pelo “empreendedor institucional” (FLIGSTEIN, 2007) no âmbito do CEPOrg - ES	agroecológicos atuando em conformidade aos pressupostos legais	maneira de ação territorial; Candidatura do Padre Honório (liderança da igreja) para Deputado Estadual	Parlamentar de Incentivo e Defesa da Agroecologia e Agricultura Orgânica;
--	--	--	---	---

Fonte: Elaboração Própria

4.7 – O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO E A DIFERENCIAÇÃO INTERNA DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO CAPIXABA

Atualmente, de acordo com os dados do Cadastro Nacional de Produtores de Orgânicos do MAPA, o Estado do Espírito Santo possui um total de 278 agricultores certificados, sendo que desses 278, 124 são certificados por auditoria e 154 possuem certificados de Organismo de Controle Social – OCS. Na região em estudo, em especial, temos 45 produtores com certificado de OCS, sendo que desses 45, 12 produtores são de São Mateus, 15 de Nova Venécia, 10 de Conceição da Barra e 8 de Boa Esperança, conforme a tabela 4.

Tabela 4 - Número de Certificações por auditoria e por Organismo de Controle Social concedida aos produtores agroecológicos da Região Centro-Serrana e Região Norte

	Certificação por auditoria	OCS	Total
Região Norte			
Nova Venécia	0	15	15
Conceição da Barra	0	10	10
Boa Esperança	0	8	8
São Mateus	0	12	12
Total Região Norte	0	45	45
Região Centro-Serrana			
Domingos Martins	2	8	10
Santa Teresa	11	0	11

Santa Maria Jetibá	61	0	61
Santa Leopoldina	6	20	26
Total Região Centro-serrana	80	28	108

Fonte: Elaborado pelo autor

Na região centro-serrana há a prevalência da certificação por auditoria. Como mencionado acima, houve variados esforços empreendidos pelo governo do estado no sentido de ampliar os agricultores orgânicos/agroecológicos por meio desse processo de certificação. Esse incentivo à certificação por auditoria na região centro serrana foi promovido por meio da articulação junto ao SEBRAE e outros projetos políticos. A orientação dada pelo Estado capixaba no sentido de apoiar os processos de certificação por auditoria, em detrimento de outros processos participativos menos onerosos para os agricultores, aponta para uma tendência na direção de gerar um ambiente propício, no contexto capixaba, para que ocorra aquilo que Niederle e Almeida (2013) identificaram como “estabilização dos mercados”. Com o processo de estabilização institucional, a produção orgânica passa a ser considerada mais um “nicho de mercado”, gerando maiores aportes para o enfrentamento das condições de competitividade frente às regras inerentes ao mercado convencional. É diante desta perspectiva que o Estado capixaba incorpora a produção orgânica enquanto mais um segmento produtivo, dentre outros segmentos que compõem a “cesta” de produtos rurais oferecidos no âmbito estadual. Este reconhecimento pelo Estado, embora seja considerado uma ótima alternativa frente aos desafios mercadológicos em que enfrentam os produtores agroecológicos, pode ser considerado com certa cautela. Com a ideia da estabilização dos mercados, sobretudo a partir do processo de certificação apoiado pelas iniciativas governamentais, podemos inferir que o Estado esteja induzindo uma diferenciação interna no Movimento Agroecológico Capixaba, entre aqueles produtores orgânicos – localizados em sua maioria na região centro-serrana – e os produtores agroecológicos – inseridos na região norte do estado. Este processo impele estes últimos a aderirem ao “pacote tecnológico” já estabelecido na concepção de produção orgânica – especialização produtiva, uso de insumos orgânicos, adequações às exigências do mercado, entre outros. Uma vez que as políticas do Estado privilegiam os agricultores certificados por auditoria – defendendo a ideia de que este processo gera maior confiança entre os

consumidores – abre-se espaço para o estabelecimento de novos mercados para este público em específico, além de proporcionar um ambiente favorável para a estruturação de uma cadeia tecnológica voltada para a produção orgânica.

Uma discussão que, ainda que agente tende a estimular o processo do ponto de vista da agroecologia, principalmente nas ações de ATER, *a lei obriga agente trabalhar muito sob o ponto de vista do orgânico*, porque a partir do momento em que agente pensa na questão integral, numa visão de cadeia.... estimular a produção, estimular a adequação da propriedade, fortalecer a produção agroecológica, ainda que você incorpore outros elementos, da importância do ambiental, do social, do cultural, no processo produtivo você precisa manter ainda a importância do econômico, então ele ainda tem que respeitar uma certa dinâmica de mercado. E chega a um certo momento essa dinâmica de mercado ela compele agente a reforçar o orgânico, né, porque no momento em que agente leva para uma feira, que agente estimula uma feira, muitos consumidores perguntam: "você tem certificação?" Não, não tenho certificação, eu sou um agricultor agroecológico (Coordenador de Projetos da Gerência de Agroecologia e Produção Vegetal da SEAG, entrevista realizada em setembro de 2016).

A SEAG desenvolve algumas atividades finalísticas, principalmente na parte de estruturação de comercialização, dotação de equipamentos, infra-estrutura, apoio de criação de feiras, que é uma ação que agente está hoje muito forte, esse fortalecimento de mercados. Mercados diferenciados né. Então, hoje, aqui no Espírito Santo, agente tem feiras agroecológicas em Shoppings na Grande Vitória e no interior. Então agente conseguiu uma política da secretaria colocar uma feira agroecológica dentro do shopping center, espaço diferenciado, espaço climatizado, espaço frequentado por um público que de certo modo é formador de opinião, que ajudaria, inclusive a difundir essa ideia da alimentação saudável.

(Coordenador de Projetos da Gerência de Agroecologia e Produção Vegetal da SEAG, entrevista realizada em setembro de 2016).

De acordo com o que Niederle e Almeida (2013) nos colocam, esse processo pode ser denominado, também, de “convencionalização” da produção orgânica, no sentido de gerar uma atmosfera política e mercadológica para o processo de produção em larga escala, mimetizando os processos produtivos conduzidos pela chamada “agricultura convencional”. Como vimos em capítulo anterior, e de acordo com esses autores, esse processo abre espaço para a entrada de novos atores sociais e mediadores políticos, ocasionando uma transformação junto aos principais protagonistas no processo produtivo, levando a tensões internas ao movimento agroecológico, como o caso da atuação do Instituto Chão Vivo de auditoria. A fala de um agricultor de Nova Venécia pode nos ajudar a compreender essas tensões:

No certificado que nós temos é aquele solidário, que certificou o grupo. Agora se você for atrás da Chão Vivo, a Chão Vivo quer dinheiro. Hoje tá de R\$ 800 a R\$ 1200 uma inspeção. A cada 6 meses eles vem fazer uma inspeção! Aí eu falo com eles: Isso aqui num é tanto você ganhar dinheiro. Eu trabalho nessa linha aí não é questão de que é mais caro do que os outros não. É opção minha, e outra coisa eu vejo que eu também tô encarando a natureza, aonde eu vivo (...).

Primeiro eu entrei naquilo lá, melhor, botei o meu nome lá [lista de interessados pela certificação por auditoria – projeto SEBRAE/Instituto Chão Vivo]. Aí tinha um negócio de me enrolaram. Aí depois eu fiquei pensando, vender pra fora, mas eu não tô produzindo nem pra vendê aqui! Daí o Chão Vivo colocando dentro da cabeça deles que vão te dá um selo e não sei o que lá.. E você tem, você tem de vendê pra fora, exportação. Pra fora do Estado, pra fora do município. Eu falei, gente, agente tá produzindo e não tamo vendendo nem aqui em Nova Venécia!! (Agricultor “B” de Nova Venécia, entrevista realizada em setembro de 2016)

Nesse sentido, é possível verificar uma tendência, sobretudo na região norte do Estado, pela preferência na certificação coletiva, por meio

de processos participativos e menos onerosos. Essas questões coadunam-se com os ideais orientadores da noção de agroecologia, tal qual evidenciada por Altieri (1989) e fortalecida pelo conceito de DTS (VIEIRA, 2006), sobretudo no sentido de propiciar uma dinamização da economia em nível de território. Sob o ponto de vista econômico, esta abordagem é guiada pela noção de reciprocidade, tal qual nos coloca Sabourin (2007; 2014; 2015). Pois, como nos lembra Niederle e Almeida (2013) e Niederle (2014), com a estabilização institucional dada pelo decreto nº 6.323/2007 ao reconhecer os diferentes mecanismos de certificação, os certificados por meio da OCS e os Sistemas Participativos de Garantia – SPG são legitimados, configurando-se enquanto mecanismos que privilegiam os chamados mercados de circuitos curtos, ou mercados de proximidade, favorecendo relações de reciprocidade do tipo face a face (SABOURIN, 2015). Assim, no território norte capixaba, esse processo decorre a partir da ação empreendida pelos diversos atores sociais que representam os agricultores agroecológicos, capitaneado pela APTA, conforme as falas abaixo:

Então, a APTA ela tem a clareza da importância dos Sistemas Participativos, de retomar essa discussão dos SPG e de criar um SPG aqui no norte. A APTA! Como isso não decola no norte, não decola no Espírito Santo, na verdade, a APTA decide internamente fazer o seu SPG, o nosso SPG, e aí agente começa a criar OCS. (Técnico da APTA, entrevista realizada em setembro de 2016)

Dentro do nosso grupo a gente não tem, diferente daquele grupo lá do sul [região centro-serrana] que prioriza a comercialização lá na capital, a gente vê que é uma energia grande para o mercado lá na capital, então a gente prefere vê, entende que o nosso mercado é aqui primeiro, é entender aqui primeiro. Vende aqui mesmo, não ir prá lá. Poderia tá buscando lá pra vende com valor a mais tal, mas é melhor tá dentro do mercado local.

Essa é uma questão, a última conversa que nós tivemos na associação era essa conversa que até mesmo Demétrius tava conversando, ele falou assim que não existe nenhuma OPAC no Estado. Tem algumas conversas para que se consiga formar para que essa seja, que faça essa certificação que daí vai ser montada que daí vai participar todas

associações que estão envolvidas. Então, assim, eu acho que isso vai ser o próximo passo. Isso já começa a ser discutido, eu acho que esse vai ser o próximo passo, para justamente quebrar essa questão que a gente fala, de ter como você mostrar um produto e ter um selo pra dar uma garantia maior, porque o consumidor vai querer esta garantia, eu creio o seguinte, o selo tem um papel importante por que as vezes ele vai atingir uns consumidores que você nem conhece. Porque pela OCS, você só consegue atingir o consumidor que você conhece (Agricultor “A” de Nova Venécia, entrevista realizada em setembro de 2016).

Por outro lado, sob a ótica do MAPA, instituição responsável por acreditar nos chamados Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade – OPAC, ainda falta um processo de amadurecimento e participação social dos grupos sociais e atores importantes que atuam no território norte capixaba para a estruturação de um SPG no território. Na visão do responsável desta instituição, o custo para manter um OPAC é alto quando não há um número significativo de atores sociais que o compõem:

Não sei, posso estar enganado, mas pelo menos eu acredito que essa dinâmica ainda não se constituiu aqui por falta de um maior amadurecimento até dessa.. E eu também nem sei se esse sistema é viável, a não ser que comporte um número muito grande de agricultores, porque o custo de manter uma SPG imagino que seja altíssimo (Representante do MAPA, entrevista realizada em setembro de 2016).

Esta perspectiva é corroborada pelo agricultor de Nova Venécia, quando reconhece que ainda falta um processo de amadurecimento de diferentes segmentos da sociedade no sentido de formar um processo de SPG:

Por que essa proximidade que vai te garantir, então num é só tá com o grupo junto, mas tem que se aproximar com os consumidores, de aproximar com os grupos das associações de bairro de vim prá cá, mas leva, organiza, por exemplo, um ônibus e

levar o pessoal lá nas propriedades, visitar, ver como é produzido, porque daí ele passa a acreditar, ele viu como é produzido, ele num vai. Então isso é importantíssimo. A OCS tem um papel importantíssimo, mas aí requer outras atividades, que lhe confira essa garantia. E que até hoje não tem trabalhado muito essa garantia aqui. Tem ficado um pouco solto. Talvez agente dê uma alavancada nisso (Agricultor “A” de Nova Venécia, entrevista realizada em setembro de 2016).

Ilse Scherer-Warren (2007), ao refletir sobre a política dos movimentos sociais do campo, identifica três componentes básicos para a construção política de um movimento: os princípios identitários do movimento, a definição do conflito e, o projeto de mudança de cenário. O movimento da agroecologia no território norte capixaba, se configura, nesse sentido, por meio da ação dos diferentes atores e grupos sociais guiados por um referencial ampliado que tem no conceito de territorialidade o principal eixo de sustentação. Dessa forma, a agroecologia diz respeito aos processos de co-produção entre a natureza viva e o homem, tal qual nos coloca Ploeg (2008), por meio do uso prudente dos recursos ecológicos (VIEIRA 2006) à luta dos camponeses e grupos étnicos pela permanência na terra, diminuindo a desigualdade social presente no meio rural brasileiro; à autonomia do agricultor perante os mercados capitalistas e à promoção de mercados baseados em circuitos curtos de comercialização. Nesse sentido, o principal conflito que alimenta a organização do movimento agroecológico está relacionado ao modelo de desenvolvimento hegemônico que privilegia o agronegócio. Como resultado da articulação desse movimento, as práticas agroecológicas empreendidas pelos agricultores configuram-se enquanto o principal projeto de mudança que orienta o movimento.

Scherer-Warren (2007) identifica três lutas internas dos movimentos sociais que, ao mesmo tempo em que se complementam e conformam um todo, geram tensões e conflitos no interior dos próprios movimentos e das articulações em redes mais abrangentes: as demandas materiais da base dos movimentos; a práxis de ressignificação simbólica no movimento e na sociedade; a elaboração e a política de reconhecimento de um novo projeto de sociedade. Nesse sentido, apesar da estruturação em uma única coalizão política perante ao agronegócio, o movimento agroecológico do estado capixaba se constitui por distintos atores sociais orientados por diferentes princípios político-ideológicos.

Portanto, embora haja um consenso entre os diferentes grupos sociais em relação a constituição de um “movimento da agroecologia” capixaba perante uma dinâmica de desenvolvimento rural orientada pelos vieses da modernização conservadora, há uma heterogeneidade de valores e crenças entre esses atores a respeito dos distintos significados em torno da noção de agroecologia.

Diante estas reflexões, é possível delinear que a partir de meados dos anos 2000, ocorre um reposicionamento de diversos atores sociais no campo do desenvolvimento rural do Estado capixaba. O movimento da agroecologia, no âmbito do Estado capixaba, vai se diferenciado a partir de tensões e conflitos inerentes ao próprio movimento, contrapondo diferentes ideais político-ideológicos, orientados por duas principais perspectivas: a agricultura orgânica e a agroecologia. A agricultura orgânica, estruturada a partir da coalizão de forças políticas voltadas mais para um processo de dinamização de mercado sob a perspectiva de “nichos de mercado”. Nesta perspectiva, os atores sociais agem no campo do desenvolvimento rural, sem, no entanto, fazerem uma crítica aprofundada ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Ademais, nesta lógica os atores e grupos sociais têm como principal parceiro o Estado e suas ações voltadas para o fortalecimento da agroecologia e agricultura orgânica. Por outro lado, a dinâmica de desenvolvimento agroecológico ganha maiores contornos a partir de sua ressignificação sociopolítica pelos movimentos sociais, especialmente no momento de aglutinação de novos atores e grupos sociais na luta por um modelo alternativo de desenvolvimento rural perante o modelo hegemônico. O quadro 4, abaixo, ilustra os principais acontecimentos que ocorreram perante o processo de construção da agroecologia no Estado capixaba, evidenciando as diferenças entre a região serrana e norte do Estado.

No próximo capítulo pretendo caracterizar os diferentes atores e grupos sociais que compõem o movimento da agroecologia, além de analisar o jogo desses atores sociais, sobretudo as interações de conflito e cooperação entre eles.

Quadro 4 - Quadro comparativo elencando os principais acontecimentos entre a região Centro-Sul e Norte capixaba

Períodos	Centro - Sul	Norte
1980 - 1990	<p>Movimentos das Igreja Luterana e Católica – Início do Movimento pela agricultura alternativa/agroecologia;</p> <p>PTA/Fase – Parceria PTA e Estado; Criação da Fazenda Experimental para a produção de orgânicos;</p> <p>Criação de associações de produtores orgânicos e Agroecológicos;</p>	
1990- 2000	<p>Criação da APTA-ES; Incentivo à criação de Associações;</p> <p>Criação de departamentos municipais de gestão da produção orgânica;</p> <p>Criação da certificadora Chão Vivo;</p>	<p>Parceria APTA e Sindicatos Rurais – Ações Pontuais;</p>
2000 - 2005	<p>Criação da primeira Feiras-livres destinada à produção orgânica;</p> <p>Criação da Gerência de Produção Orgânica e Agroecológica;</p> <p>Fomento do Projeto SEBRAE à certificação; Criação da CEPOrg-ES;</p>	<p>Criação da Gerência de Produção Orgânica e Agroecológica;</p> <p>Intensificação das ações da APTA – rearticulação com os Movimentos Sociais Agrários</p>
2005- 2010	<p>Fortalecimento das feiras-livres específicas para a produção orgânica</p>	<p>Encontros Capixabas de Agroecologia – criação da ACA;</p> <p>Elaboração do Manifesto Agroecológico Camponês capixaba – Eixos que orientam o Movimento: Territorialidade e Reforma Agrária;</p> <p>Transferência da APTA para São Mateus</p>
2010	<p>Rearticulação da CEPOrg-ES,</p> <p>Criação da Frente Parlamentar de Incentivo e Defesa da Agroecologia e Agricultura Orgânica;</p>	<p>Atuação do CPT;</p> <p>Escola de Agroecologia/ Curso de Homeopatia;</p> <p>Criação da Associação Veneciana de Agroecologia; Rede Agrovida e Fórum da Economia Solidária</p>

Apoio do Estado na criação de feiras em Shopping Center;

Planejamento do PEDEAG 3 (Agricultura Orgânica e Agroecologia e outras cadeias produtivas)

Fonte: Elaborado pelo autor

5. O MOVIMENTO SOCIAL DA AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO

No capítulo anterior foi possível contextualizar o campo do desenvolvimento rural do Estado capixaba, identificando e assinalando os principais elementos a partir dos quais foi sendo estruturado o movimento social centrado na promoção da agroecologia. A trajetória deste movimento evoluiu de maneira peculiar na região norte do estado e, em especial, no chamado *Território Norte*, foco deste estudo. As idiosincrasias dessa trajetória estão relacionadas, principalmente às articulações/coalizões realizadas entre os diferentes atores e grupos sociais envolvidos, propiciando a emergência de uma dinâmica de desenvolvimento agroecológico (ALTIERI, 1989). Além disso, foram identificados alguns desdobramentos das tensões e conflitos gerados nas arenas de tomada de decisão a partir da clivagem que acabou sendo forjada entre agricultura orgânica e agroecologia. Assim, até o momento foi possível observar como as instituições sociais envolvidas na trajetória de desenvolvimento rural capixaba emergiram e passaram a operar no bojo dessas interações. Nesse sentido, de acordo com Fligstein (2007),

As instituições são regras e significados compartilhados (implicando que as pessoas estão conscientes delas ou que elas podem ser conscientemente conhecidas) que definem as relações sociais, ajudam a definir quem ocupa qual posição nessas relações e orientam a interação ao proporcionar aos atores quadros cognitivos ou conjuntos de significados para interpretar o comportamento dos outros.

O campo do desenvolvimento rural, visto de uma maneira sistêmica, é influenciado pelas interações entre os diferentes atores sociais que, por sua vez, acabam gerando as regras de interação consideradas legítimas que delineiam o perfil do campo – favorecendo (ou não) o surgimento das condições que asseguram sua estabilidade (ou sua resiliência) ao longo do tempo. Em outras palavras, a análise comprova que os atores sociais estão em um constante processo de interação cooperativa e/ou conflituosa a fim de assumir uma posição determinante na criação de novos sentidos e na elaboração das regras operacionais capazes de assegurar a estabilização do campo em consonância com os seus interesses corporativos. Assim, as disputas entre as coalizões

forjadas em torno do agronegócio, por um lado, e aquelas forjadas em nome da agroecologia, por outro, podem ser correlacionadas à escolha das regras que definirão o campo do desenvolvimento rural visto em sua globalidade e em sua articulação transescalar.

No entanto, como já foi caracterizado no capítulo anterior, essas coalizões não deveriam ser consideradas como entidades homogêneas e estáticas. Ao contrário, são produtos de relações dinâmicas e compostas por uma expressiva diversidade de atores sociais disputando entre si as melhores posições nas arenas de tomada de decisões estratégicas. Os desdobramentos desse jogo dinâmico podem conduzir eventualmente à estabilização do campo dominante, à criação de novas ordens em subdomínios específicos do campo (sem gerar uma nova ordem local), ou à sua transformação paradigmática (FLIGSTEIN, 2007).

Visto desta perspectiva, o movimento agroecológico no território foi investigado como um processo de criação de um sub-domínio específico ao campo da coalização camponesa agroecológica capixaba, sobretudo, a partir de meados dos anos de 2005, por meio da entrada em cena de novos atores e agentes sociais. Contudo, ainda de acordo com Fligstein (2007), este processo de criação de “novas ordens locais” (ou de novas instituições sociais) depende necessariamente do protagonismo de atores capazes de induzir vínculos de cooperação com os demais, internos ou externos ao grupo (tendo em vista a formação de consensos relativos a interesses estratégicos e identidades coletivas). Em outras palavras, esses atores devem possuir a capacidade de fomentar mudanças perceptivas e atitudinais nos demais, mudanças essas que foram caracterizadas pelo autor com base no conceito de *habilidade social*.

Dessa forma, neste capítulo a intenção é caracterizar os traços mais significativos dos principais atores e grupos sociais que compõem o movimento agroecológico no Território Norte capixaba. Além disso, a análise contempla as práticas produtivas usuais e as ações de auto-organização que vêm se desenvolvendo, sempre buscando enfatizar as tensões criadas entre as modalidades cooperativa e conflituosa de interação no campo correspondente. Como já foi mencionado no capítulo introdutório, trata-se de oferecer uma imagem mais nítida da especificidade desse movimento à luz do enfoque do DTS. Isto significa privilegiar a utilização dos conceitos nucleadores do modelo de análise de dinâmicas territorializadas de codesenvolvimento, a saber: reciprocidade, autonomia camponesa, inovação sociotécnica e endogeneidade. Num terceiro momento, o foco recairá na compreensão do papel de alguns “empreendedores institucionais”. Trata-se de compreender a indução de processos cooperativos capazes de tensionar o

campo do desenvolvimento rural no sentido do fortalecimento da dinâmica de desenvolvimento agroecológico ajustada aos parâmetros da ecologia humana aplicada. Por fim, com base nas evidências obtidas mediante o trabalho de campo, serão delineados as potencialidades e os obstáculos à evolução de uma dinâmica de desenvolvimento territorial, tendo como principal eixo norteador a perspectiva agroecológica assim caracterizada

5.1. AS INOVAÇÕES SOCIAIS E AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DOS CAMPONESES

No Território Norte capixaba coexistem os três tipos de agricultura, tal como indica o modelo construído por de Ploeg (2008): a agricultura capitalista; a agricultura empresarial e a agricultura camponesa. A primeira delas pode ser exemplificada pelas grandes propriedades especializadas na produção de eucalipto, pecuária, mamão, café e, mais recentemente na pimenta do reino. Estas propriedades estão baseadas essencialmente no trabalho assalariado, com o uso de alta tecnologia e estão ligadas à industrialização e acessam os mercados globais.

A agricultura empresarial pode ser caracterizada como aquela intermediária entre a agricultura capitalista e a agricultura camponesa. Os agricultores ligados a agricultura empresarial estão ligados ao capital financeiro (por meio dos créditos) e industrial, sobretudo pela dependência de insumos industriais e tecnologias. Sua produção é altamente especializada (café e pimenta do reino) e a produção é destinada ao mercado.

Já o terceiro tipo, a agricultura camponesa, refere-se, segundo o autor, aos agricultores que estão fundamentados ao uso sustentado do capital ecológico, porém não exclusivamente. Assim, a mão de obra utilizada fundamenta-se no uso do trabalho familiar, ou mobiliza outros meios de trabalho, por meio das relações de reciprocidade. Nesta categorização, tanto menor a dependência por insumos tecnológicos externos à propriedade, quanto maior a relação entre o processo produtivo e o uso sustentável dos recursos naturais.

Esses três tipos de agricultura são dinâmicos e estão inter-relacionados. Dessa forma, existe uma grande mobilidade entre esses três tipos, dependendo da conjuntura socioeconômica, política e ambiental. Este fluxo é mais visível principalmente entre a agricultura empresarial e camponesa, uma vez que as políticas públicas para os agricultores

familiares, sobretudo o PRONAF, mimetizam o pacote da modernização implementado nas grandes produções. Por outro lado, nos momentos de crise, seja ambiental ou econômica, os agricultores empresariais tendem a voltar as suas práticas para uma agricultura camponesa, em um processo que Ploeg (2008) denomina de recampesinização. Podemos identificar essas dinâmicas no território norte a partir da fala desses agricultores:

Os pequenos, eles usam, querem copiar o que os grandes fazem, aí o pequeno que tem uma propriedade pequenininha que tá aí com uns 4 ou 5 hectares e ele preenche tudo aquilo de café e aí aquilo predomina. A propriedade poderia estar diversificada, aí então, ele entope a propriedade com o café, com o pacote, que ele tem e aí ele é dependente da irrigação e dos adubos químicos e aí o cara, é poucos que enxergam isso, então eu vejo, esse problema assim prá dentro das propriedades. E, o cara que. É uma ambição que um quer ser maior que o outro né, nunca tá satisfeito com aquilo que eles tem né, e aí vai só crescendo (...)eu falo assim um crescimento que se desenvolveu a partir dessa cultura do café, do agronegócio, mas hoje ele tá pagando um preço por isso, essa questão da seca aí as pessoas não tão avaliando isso, a partir desse cenário (Agricultor “A” de Nova Venécia, entrevista realizada em novembro de 2016)

Na primeira colheitona mesmo que já tava 4 reais por quilo, já tava R\$ 1,80. E aí você ia paga prá colhe, o dinheiro que ela dava você não pagava a diária das pessoas pra colhe a pimenta, não pagava o serviço não. A alternativa nossa... aí fala assim, os grandões tão plantando, agente tem que plantar!! O Grande uma hora prá outra ele arranca a pimenta e planta café, agora nós não. Prá você acaba com a cultura de uma hora pra outra, você só vai quebrá, porque depende de investimento daqui, investimento dali. E o grande só vai acumulando. Então a pimenta tá bom o preço ele guarda o café, e na hora que a pimenta fica ruim de preço, ele vende o café e guarda a pimenta. E nós não temos como fazer isso não. Então a alternativa nossa é trabalhar a diversificação, não tem outra (Agricultor

“C” de Nova Venécia, Entrevista realizada em setembro de 2016).

Este processo de modernização agrícola, verificado nas pequenas propriedades, está intimamente relacionado ao modelo de desenvolvimento induzido pelo Estado, sobretudo a partir dos estudos levados adiante pelo convênio FAO/INCRA, nos anos 1990. Conforme mencionado em capítulo anterior, os resultados desses estudos indicam a categoria de agricultores “em transição” como alvo principal das políticas públicas para a agricultura familiar, sobretudo o PRONAF. De acordo com Petersen (2013, p. 76), que denomina este processo de “*ciclo vicioso*”, o modelo induzido pelo Estado expulsa da atividade agrícola as famílias agricultoras categorizadas como “*periféricas*” pelo estudo FAO. Esse grupo, segundo o autor, é incapaz de se reproduzir em mercados cada vez mais “asfixiantes e competitivos”. Para os agricultores empresariais, no entanto, esse processo pode ocasionar altos índices de inadimplência perante os sistemas financeiros. Induzido pela lógica da economia de escala e sua integração em cadeias agroindustriais para o fornecimento de insumos agroquímicos, grande parte dos agricultores empresariais foi compelido à subordinação ao capital financeiro e industrial. Dessa forma, tanto as flutuações de preço, quanto as intempéries climáticas, revelam os fatores imediatos da inadimplência e da constante transição entre agricultura empresarial e camponesa. Entretanto, o pano de fundo para estas explicações emergenciais se assenta nos sintomas indelévels de um modelo agrícola insustentável que articula de forma bastante coerente, os padrões da Revolução Verde e os domínios dos impérios agroalimentares (PETERSEN, 2013; PLOEG, 2008).

No Território Norte capixaba há uma grande porção de pequenas propriedades, assentamentos, territórios quilombolas que se enquadram permanentemente na categoria de agricultura camponesa. Conforme nos coloca um dos agricultores entrevistados e liderança que representa o MPA no território, a categoria “camponês” é utilizada para representar os grupos sociais que não estão enquadrados pelas políticas públicas voltadas para a inserção dos agricultores familiares no chamado “ciclo vicioso” (PETERSEN, 2013) :

O governo tem uma visão diferente de agricultura familiar. Quando o governo fala em agricultura familiar, eu acho que ele vê um processo um pouco assim de tipo de dependência de tomá lá dá cá. Eu acho que ele vê isso daí. Agente se define mais

como camponês, porque quando agente se define como camponês agente quer essa liberdade do sistema, até que o sistema compreenda nosso objetivo. (Agricultor “E” de Nova Venécia, entrevista realizada em setembro de 2016).

As práticas desses agricultores, em sua maioria, estão em processo de transição para a agroecologia, quando não, inseridos de maneira bastante aprofundada na dinâmica de desenvolvimento agroecológico emergente no território em questão. Muitos agricultores camponeses agroecológicos integram os diferentes movimentos sociais do campo, presentes no Território Norte, tais como o MST, o MPA, MMC, Pastorais ligadas à CPT, APTA, entre outros. Como mencionado no capítulo anterior, a maioria dos camponeses chegou no território norte por meio da imigração interna ocorrida no estado, em meados de década de 1960 e, muitos deles se estabeleceram por meio dos contratos de parceria junto aos grandes proprietários de café. Desde aquela época, estes agricultores pouco acessavam os insumos agroindustriais. A prática de muitos agricultores, evidenciada nas entrevistas de pesquisa, já era baseada no uso mínimo de insumos agroindustriais.

O que acontece, eu até uns 10 anos, até os 17 anos de idade agente era meeiro, trabalhava em parceria, só que era um período que ainda não existia ainda o agrotóxico na produção de café, dessas coisas aí. Milho feijão, não existia. O que o pessoal fazia era na conservação, por exemplo, no milho usar uns produtos e coisa. Mas agente nem fazia por que a gente conservava milho na palha, o feijão usava uma pimenta do reino. Nisso eu até fui muito feliz na minha vida, de num tê tido esse contato, então eu nunca fui de mexer com veneno. O que a gente utilizou depois desse tempo, entre 1995-2001 por aí, foi o adubo químico das lavouras de café daqui do meu pai. (Agricultor “D” de Nova Venécia, entrevista realizada em setembro de 2016).

Todavia, a entrada da noção de “agroecologia” na gramática dos agricultores ocorreu de maneira gradativa e por intermédio de mediadores sociopolíticos locais, alguns deles representados pelos chamados “empreendedores institucionais”, ou pelos “atores socialmente hábeis” em induzir processos de cooperação (FLIGSTEIN, 2007). Esses

mediadores, como veremos mais adiante, representam os diferentes movimentos sociais que atuam no território, tais como, a APTA, o MPA, o MST, a Igreja, etc.

Mas aí como nós viemos para aqui e pegamos uma propriedade pequena que não tinha muita dificuldade pra fazer mais né, aí nós adotamos, resolvemos adotar, entrar no processo de transição, embora sem orientação, que ainda agente não tinha orientação nenhuma, nós começamos a ter orientação a partir de 2009, fazendo as coisas de forma bastante empírica e por conta própria, né. Naquele momento agente não tinha pretensão de como, de certificar a propriedade, era mais a questão de consciência mesmo, consciência da questão da nossa saúde pessoal e da saúde das pessoas dos produtos que por acaso agente bota no mercado. Aí em 2009 que a APTA, dentro de um projeto que agente foi desenvolvendo pela rede educação cidadã, projeto Roda Viva, que é um projeto financiado pelo Território da Cidadania. Aí dentro desse projeto já foi implementado sim, como uma base, uma norma mais, poderia dizer, mais universal um pouco, mais universal pro grupo que estava ali. (Agricultor “F” de Boa Esperança, entrevista realizada em setembro de 2016)

Por outro lado, alguns dos agricultores iniciaram o seu processo de transição a partir dos problemas de saúde relacionados ao uso de agrotóxicos. Para esses agricultores, o papel da igreja foi preponderante.

Aí, ele começou a contar a história dele. Contou que a cada seis meses ele ia pra Colatina. Na época eles trabalhava 100 reais a diária. E em seis e seis meses eles fazia uma medicação de desintoxicação. Dois meses depois que ele bateu o produto aqui [veneno], chegou a notícia entre os vizinhos que ele tinha se enforcado e com problema de depressão. Aí eu falei assim: "A gente não usa mais a gente paga o cara prá se matá!!" Eu falei isso tá tudo errado. Se agente acha que isso não serve pra gente, então porque agente tá pagando os outros pra se matá! E aí, logo em seguida chegou o Padre Honório e agente foi parando com isso. (Agricultor

“E” de Nova Venécia, entrevista realizada em setembro de 2016).

Porém, vale ressaltar que o pároco que desencadeou o processo de transição para a agroecologia, no ano de 2010, influenciou tanto os agricultores que vivenciaram problemas de saúde, quanto aqueles que buscaram adaptar um processo de aprendizagem constituído por uma amálgama de diferentes formas de conhecimento - desde aqueles adquiridos de geração a geração, até aqueles disseminados por instituições formais e informais – a exemplo da Escola de Agroecologia e os Cursos de Homeopatia. Essas “inovações sociotécnicas” (SABOURIN, 2014) empreendidas pelos agricultores agroecológicos do território norte, sobretudo no que tange à homeopatia, tornam-se de grande relevância se projetarmos a noção de agroecologia no modelo de codesenvolvimento territorial. Pois, esses conhecimentos, adquiridos e adaptados junto a uma complexa teia cognitiva apreendida por meio da troca de saberes e histórias orais entre as gerações passadas e outras relações de parentesco, são transformados em recursos específicos ao território. Assim, de acordo com Pecqueur (2005; 2006) os recursos específicos, nascem de processos interativos e só aparecem no momento de combinações estratégicas de atores na tentativa de resolver um problema inédito. Esses recursos não são mensuráveis e não podem ser transferidos de maneira alguma; resultam de um processo diacrônico de acúmulo de memória e de aprendizagem coletiva.

Nesse sentido a prática agroecológica no território norte do Espírito Santo configura-se como uma prática específica daquele território. A inovação por meio do uso de terapias alternativas, tal qual o uso da homeopatia e da radiestesia⁶⁰ aplicadas aos processos produtivos agroecológicos, têm um grande potencial de se transformar em ativos territoriais. Esse “saber-fazer” da homeopatia nas práticas agrícolas locais está enraizado no território, mesmo que ainda de forma embrionária. Como assevera Bernard Pecqueur (2005; 2006), os recursos territoriais latentes são aqueles que já fazem parte do cotidiano desses agricultores sem, no entanto, estarem ativados enquanto um recurso específico

⁶⁰ A radiestesia é uma terapia alternativa segunda a qual trabalha com diferentes níveis energéticos e a aplicação de homeopatia por meio de mapas da propriedade. Além da aplicação homeopática, a radiestesia permite o contato e a avaliação de estados energéticos, através do desenvolvimento da sensibilidade do Radiestesista in:<http://www.radiestesia.net/radiestesia/o-que-e-radiestesia/>.

enraizado territorialmente. O processo de ativação de recursos latentes se dá por meio da ação coletiva dos diversos atores e agentes sociais imbricados no território. Ou seja, embora estes recursos estejam inseridos no território de maneira latente, esses recursos podem ser ativados coletivamente e conferir ao território sua particularidade em relação a outros territórios. E, nesse sentido, os produtos agroecológicos deste território passam a ser reconhecidos enquanto produtos diferenciados de outros produtos agroecológicos e/ou orgânicos de outras localidades.

Assim, tanto a vinda da Escola de Agroecologia impulsionada pelas ações do Padre Honório, quanto as ações do curso de Homeopatia difundido por meio das Escolas Familiares Agrícolas – EFAs, proporcionaram essa troca de experiência entre o “saber local” e o “conhecimento científico”. Essas trocas de saberes são experimentadas no cotidiano desses agricultores e, na medida em que são incorporadas em suas práticas, vão se transformando em inovações. Essa troca de saberes pode ser bem entendida a partir das falas dos agricultores abaixo:

No início trouxeram um camarada até muito bom de Minas que formou uma escola de agroecologia. Aí eu falei, aí é comigo, porque numa **escola vocês vão trocar experiência**, e vai construí alguma coisa que... O dia que ele for embora, vai ficá, o conhecimento fica. Então eu falei, aí eu concordo. E o pessoal, muitos viram, não tem que tê a assistência.... Aí eu falo, não nós vamos aprende a fazer isso sem tem que ficar nessa dependência dessa assistência, por que o dia que tira isso a gente continua (Agricultor “D” de Nova Venécia, entrevista realizada em setembro de 2016).

O carrapato no gado... eu tava com o gado que tava sentindo muito, e aí eu fui passa um produto a base de Neem, e soltei o gado pra lá. Com dois dias eu... dobrou a quantidade do carrapato. Aí eu catei os carrapatos para fazer o *Noozório* [Homeopatia]. Aí o meu irmão falou, eu tenho pronto lá, eu vou deixa aí. Porque é 15 dias pra você prepara a tintura. Rapaz deu 3 ou 4 dias o carrapato foi enchendo, enchendo e não tava dando o resultado. Quando eu falei que ia comprar antibiótico, uma verminose pra aplica no gado, num tava dando leite!! Aí eu um dia fui na feira e me esqueci de comprar. Aí eu fui e olhei o gado e falei, vou ter

que sair daqui pra comprar, aí quando deu, passou mais uns dois dias... e todo o dia eu ia lá na caixa d'água dele e pingava né. Aí depois de uns dois dias lá eu passei por lá e tinha caído a metade já. Passou mais uns 4 ou 5 dias 80% já tinha eliminado. Foi passando, foi passando caiu 100%. E não era com carrapato daqui da propriedade. A orientação que se você vai fazer um *noozório*, tudo que você vai pega de insetos da propriedade da planta, ele é o da doença ou do inseto. É *Noozório* disso ou daquilo. (Agricultor "C" de Nova Venécia, entrevista realizada em novembro de 2016).

Agente se reuni e trabalhamos um outro universo, mais completo. Através da radiestesia a gente visita as propriedades para acompanhar e agir com a homeopatia. A primeira vez que fizemos a radiestesia fomos todos para o Primo, e depois fizemos aqui em casa, que também foi através da radiestesia. Já houve uma mudança. Pelo menos na nossa vida tá tendo mais equilíbrio, porque agente vinha sofrendo um estresse muito grande, em relação a seca. Agente queria organizar essa questão de forma coletiva. (Agricultor "D" de Nova Venécia, entrevista –setembro de 2016).

Figura 12 - Farmácia Homeopática do Agricultor



Além da especificidade conferida às práticas dos agricultores, a agroecologia no território em pauta distingue-se de outras práticas, também denominadas “agroecológicas” e promovidas por outros grupos situados sobretudo na região centro-serrana.

Como vimos anteriormente, existe um amplo debate em relação aos rótulos *agroecologia* e *produção orgânica*. O que está realmente por detrás deste debate? Se, por um lado, a produção orgânica baseia-se fundamentalmente no manejo dos solos a fim de gerar condições produtivas ótimas para diferentes cultivares, sem o uso de insumos agroquímicos, por outro lado a agroecologia está preocupada com todas as inter-relações que ocorrem nos agroecossistemas, inclusive as relações sociais (ALTIERI, 1989). Assim, os caminhos a serem trilhados para alcançar cada modelo produtivo (agroecológico e orgânico) são diferentes. A mera substituição de insumos químicos para o uso de insumos biológicos não acarretará a autonomia camponesa, tão desejada por muitos agricultores agroecológicos, e tão cara à Ploeg (2008). A agroecologia, compreendida enquanto uma ciência orientada pelo enfoque sistêmico e integrada ao enfoque de ecodesenvolvimento territorial, preconiza, em última instância, um modelo de desenvolvimento que privilegia uma relação horizontal entre todas as

etapas produtivas. Nesta perspectiva, os mercados de proximidade, a autonomia dos agricultores perante o modelo orientado pelos mercados convencionais, e, sobretudo o modo de vida intrínseco ao manejo prudente dos recursos naturais, constituem os pilares centrais para o processo de transformação do modelo de desenvolvimento dominante. O que está em jogo é o lugar que a dimensão ambiental ocupa junto às outras dimensões inerentes ao fenômeno de desenvolvimento. O conceito chave que orienta essas relações sociais e econômicas, e que coloca em primeiro plano a dimensão ambiental, é o ecodesenvolvimento (VIEIRA, 2006).

Essas relações são percebidas e apreendidas de diferentes maneiras pelos agricultores entrevistados. Além de se situarem a favor de um modelo alternativo de desenvolvimento para o meio rural capixaba, os agricultores que estão inseridos nesta luta assumem seu posicionamento ao lado de um modelo de agroecologia sistêmica, integrado ao conceito de ecodesenvolvimento. Nesse sentido, percebe-se nas falas dos agricultores seu posicionamento político-ideológico em relação ao modelo de agricultura alternativa praticado:

A agricultura orgânica, inclusive no início que agente começou aqui, o pessoal falava assim, não você pode cercá um pedaço né, e então você vai tá livrando aquela área do veneno e aí você faz sua horta e não sei mais o que... E até hoje, esses dias atrás, eu tô vendo gente conversando nesse sentido. Mas é uma coisa muito limitado, um pedacinho de sua propriedade né. Eu entendo o orgânico, quando você fala só o orgânico na propriedade e a agroecologia é uma coisa muito mais ampla né. É a convivência toda dentro da propriedade. Incluindo os animais, logo os animais fazem parte disso, é. Não é só o fato de você não jogá veneno, eu compreendo assim, e é uma coisa muito mais completo que você vai construí uma forma que não é aquele pedaço livre de veneno, mas é um pedaço que você vai ter um sistema todo integrado né, o animal, o homem... e eu vejo assim, e acontece o orgânico dentro da agroecologia, né (Agricultora “F” de Boa Esperança, entrevista - setembro de 2016).

A agroecologia discute desde o cenário de quem tá envolvido na produção, é a família, é o movimento social, é a discussão política é olhar do animal que

tá envolvido, se tem várias criação, tudo o que tem na propriedade. Eu acho que a agroecologia é uma ciência ampla. E a produção orgânica é ali mesmo, de tá trabalhando uma área de determinados elementos, até mesmo com, com recursos externo, o que eu falo com elementos que podem vir de fora ou não. A agroecologia tenta trabalhar o máximo de elementos... e o meu sonho é de um dia tá na propriedade que ela produzindo tudo o que é sua energia ali dentro, tendo o máximo dos animais das plantas ali, circulando toda a energia, dependendo o mínimo de elementos externos né (Agricultor “A” de Nova Venécia, setembro, 2016).

Uma das grandes diferenças entre os sistemas orgânico e agroecológico está relacionada também à noção de autonomia. É importante sublinhar que a noção de autonomia evocada aqui está intimamente relacionada à ideia de “*self-reliance*”. Nesse sentido, distingue-se da noção de autarquia – entendida como uma tendência de auto-suficiência frente a possíveis vínculos de cooperação com grupos externos à região. Sendo assim, diz respeito ao fortalecimento de relações solidárias, tecidas no nível territorial; ao fortalecimento do engajamento político a partir da ação coletiva por meio da participação em movimentos sociais e de associações; à defesa de um manejo dos recursos naturais de maneira ecologicamente prudente etc. Está expressa de várias maneiras na gramática local dos agricultores, seja na integração total entre os diversos elementos produtivos no interior da propriedade agroecológica, sem a dependência de insumo externos à propriedade; seja nas relações de troca de produtos entre os membros de um grupo de produtores agroecológicos; seja, ainda, nas estruturas de reciprocidade e suas relações com os mercados, tal qual nos coloca Sabourin (2007).

O dia que você consegue fechar a porteira pra sair, de saída de dinheiro aí você tá chegando ao, talvez no nível, já máximo da agroecologia. Enquanto você tá precisando de uma hora você ir pro mercado comprar uma calda que você não conseguiu produzir. Tem de ir lá e comprar uma turfa gel, porque uma turfa, porque você não conseguiu produzir. Tem de ir lá comprar um adubo foliar, porque você não conseguiu produzir. Até aí eu acho que você ainda tá num processo de transição. Avançado da forma que estiver, mas ele

ainda está num... Ele vai fecha o ciclo na hora que ele fecha essas porteiras que a produção circule dentro da própria propriedade (Agricultor “F” de Boa Esperança, setembro de 2016).

Você não precisa se especializar em tudo, por exemplo, eu não tenho como, hoje, pra mim não dá pra mim tê vaca de leite, mas eu posso adquirir o produto do companheiro que tem lá, entendeu. Aí não tô tendo como produzi agora o arroz, por exemplo, mas tem alguém do grupo que produz que eu posso adquirir dele, mas se eu puder ter, eu vô ter né, então a intenção é produzir o máximo do possível e dentro do sistema. Seria como produzir organicamente de forma diversificada. (Agricultor “D”, de Nova Venécia, setembro de 2016)

A noção de autonomia reflete-se também naquilo que Woortmann (1990) denomina de “condição camponesa”: um “modo de vida” que inclui a relação que os agricultores tecem com a terra, a organização da família como eixo central e apenas secundariamente a inserção na dinâmica mercadológica. Portanto, é o excedente do trabalho familiar que vai para o mercado, e não o contrário, conforme as falas abaixo:

Mas assim você começa a fazer parte desse sistema, tipo nós aqui no sítio, isso aqui é nossa vida! Cada pé de planta que produz você comemora. Você não vê só o dinheiro aí, mas vê o modo de viver diferente, dentro da agroecologia. (Agricultora “F” de Boa Esperança, setembro de 2016)

Pior é que é difícil prá nós porque agente trabalha natural, dependendo da natureza. Nós falamos natural porque agente depende da natureza. Nem agente fala orgânico, né. (Agricultora quilombola de Conceição da Barra, setembro, 2016)

As estruturas de reciprocidade, tal qual colocadas por Sabourin (2007) e Sabourin *et. al.* (2015), englobam diferentes relações sociais e econômicas desses agricultores agroecológicos. O grupo dos agricultores agroecológicos de Nova Venécia criou uma associação, denominada

*Associação Veneciana de Agroecologia – Universo Orgânico*⁶¹ por intermédio do Padre Honório. Os agricultores vinculados a esta Associação estão resgatando alguns códigos de condutas socioculturais realizadas pelos antigos agricultores parceiros e meeiros. Os mutirões eram realizados entre as famílias de agricultores afim de promover a ajuda mútua entre diferentes grupos familiares e nas relações de parentesco, assim como comenta o agricultor “F” de Boa Esperança: *Onde eu fui criado tinha muito isso! Era legal, alimentava uma relação.* O grupo de agricultores agroecológicos vinculados a Associação Veneciana, no município de Nova Venécia vem ressignificando esses valores a partir de algumas ações pontuais no sentido estrito do significado de mutirão. Assim, ocorrem trocas de serviços entre os agricultores, particularmente entre o representante da associação, que por terem que participar demasiadamente de reuniões junto aos diversos colegiados, acabam por não conseguir tempo hábil para finalizar algumas atividades na propriedade.

A gente até mesmo troca de serviço dentro da nossa associação. O que aconteceu mesmo na colheita fizeram um mutirão dentro da associação e vieram me ajuda porque eu sempre saio muito vendo coisa da associação e então eles vieram um grupo de pessoas da associação e me ajudou a fazer o dia da colheita. Eles... não foi nem eu que fui lá pedir não, eles viram e falou lá eu...um ou outro do grupo que puxou lá e eles vieram prá cá. (Agricultor “A” de Nova Venécia, setembro de 2016).

Após esse evento, o grupo decide resgatar essas relações a fim de fortalecer as ações entre o próprio grupo de agricultores e deste grupo junto aos demais. De acordo com o esquema proposto por Sabourin (2007), baseado em Temple (ver figura 1, p.51.), este tipo de relação pode ser classificado como sendo do tipo ternária unilateral, pois cada membro doa-se em benefício de um agricultor. Este tipo de relação gera valores éticos entre os membros inseridos nas relações, tais como a amizade e a confiança.

⁶¹ Veremos mais adiante sobre essa associação e sua relação com o Movimento da Agroecologia no Território Norte.

E hoje, o que agente tá fazendo é um grupo pequeno dentro da associação, ainda, que tá, hora, ou outra, quando num tá muito sufocado pelos serviços é a questão dos mutirão. No mês passado eles vieram aqui pra mexe na horta e o mês que vêm tá marcado pra ir no Juracy, pra plantar pimenta. Na colheita, foi uma turma pra ajuda o Pedro Paulo a colher o café. Então tão usando esse ritmo, essa troca pra você não precisar paga na hora do aperto, ou uma coisa assim (Agricultor “C” de Nova Venécia, setembro, 2016).

Apesar de não terem sido identificadas essas relações de ajuda mútua entre os agricultores de Boa Esperança no processo de produção, durante o trabalho de campo, tais relações se fazem presente nos casos em que alguma enfermidade acomete algum membro da comunidade. No caso das agricultoras agroecológica das comunidades quilombolas de Conceição da Barra, esses sistemas de reciprocidade não se inscrevem apenas em um passado distante, mas estão presentes nos dias atuais em diversas relações cotidianas, tais como no fabrico da farinha de mandioca, na colheita de alimentos em determinada família, ou em casos extremos de enfermidades. Ou seja, as estruturas de reciprocidade estão onipresentes nas comunidades quilombolas, demarcando os traços de uma “campesinidade quilombola” (FERREIRA, 2010):

Hoje eu faço farinha na casa de Dona Dormelinda. Eu planto a mandioca e Mandiwa aqui, eu colho faço a farinha e deixo um pouco lá pra pagar a luz, como um mutirão. Na colheita é eu e meu menino. Pra raspar, tem vez que agente chama gente de fora e paga no dia de trabalho. E aí, é igual assim. Igual na merenda que tem que amarra e embalá as coisas tudo. Agente convida as irmãs, elas vêm ajuda e aí agente paga o trabalho. Ela me ajuda e eu ajudo ela. Aí, vamo supor, ela tá capinando, eu tiro ela da capina e marca um dia e eu vou fazê com ela. E aí já paga o dia de trabalho (Agricultora quilombola de Conceição da Barra, setembro de 2016)

A questão dos mercados também possui um papel central para os agricultores do território norte capixaba, e constitui-se uma das maiores lacunas para alavancar o processo de desenvolvimento agroecológico. As estratégias de mercado para esses agricultores estão circunscritas à

abrangência do território, especialmente às feiras-livres de cada município. Porém, não são todos os municípios da área de estudo que possuem feiras específicas para os produtos agroecológicos. Desse modo, muitos dos agricultores agroecológicos optam em vender seus produtos nas feiras convencionais, sem a agregação do valor que um produto orgânico deveria de ter, e também, invisibilizando a identidade do produtor enquanto camponês agroecológico. O único município que ainda funciona a feira específica para os produtores agroecológicos é Boa Esperança. Em Conceição da Barra, as agricultoras quilombolas conquistaram um espaço de feira específica, mas deixaram de ocupar tal espaço por falta de apoio logístico dos órgãos públicos e de outros parceiros. Contudo, no município de Nova Venécia houve a conquista de um espaço específico para a venda dos produtos agroecológicos. Este espaço, denominado de “lojinha dos orgânicos”⁶², funciona semanalmente e é o principal meio de comercialização dos agricultores agroecológicos de Nova Venécia. É importante sublinhar que a estratégia de comercialização assumida pelos agricultores agroecológicos deste território se concentra nos chamados mercados de circuitos curtos de comercialização. De acordo com as estruturas de reciprocidade elencadas por Sabourin (2007), as relações entre agricultor – consumidor, estabelecidas nas feiras-livres, são estruturas de relações bilaterais simétricas, segundo as quais geram valores de amizade e confiança entre os envolvidos na relação.

Contudo, pode-se perceber que a questão dos mercados é um dos principais desafios desses agricultores, além dos processos de certificação dos seus produtos. As distâncias entre os centros urbanos e a localização dos sítios são grandes, dificultando, na maioria das vezes, a participação desses agricultores em feiras locais. Dessa forma, os agricultores descapitalizados ficam na dependência de mediadores econômicos, tais como as cooperativas de comercialização e os atravessadores. Essa lacuna acaba por influenciar o preço final do produto junto a esses mediadores, que muitas vezes permanecem aquém daqueles praticados pelo mercado convencional.

Outra lacuna referente aos mercados diz respeito à questão da diferenciação do produto orgânico em relação ao convencional. Atualmente, uma parte dos agricultores agroecológicos do território tem

⁶² Na sessão seguinte pretendo dar maior ênfase a esse processo, que teve seu início junto com a Associação Veneciana de Agroecologia.

na produção do café e da pimenta do reino suas principais culturas, respondendo às tendências de mercado enunciadas no capítulo anterior. Esses produtos, embora produzidos a partir de práticas agroecológicas, não são reconhecidos como orgânicos, pois não possuem selo de conformidade orgânica, e são vendidos junto aos mediadores comerciais – cooperativas de comercialização – sem a sua devida diferenciação. Assim, os preços de comercialização são os mesmos daqueles praticados pelo produto convencional. Mas, o que mais chama a atenção dos produtores é o fato de um produto com características “melhores”, no sentido de serem produzidos sem uso de veneno, ser “juntado” com outros produtos convencionais, produzidos com o uso de venenos e, portanto, de pior qualidade. Dessa forma, não há um reconhecimento do processo produtivo agroecológico:

Num tem mercado pra café Conilon orgânico. Eu falei assim, se num tem mercado pra café conilon, eu falei assim, se você quer continuar a produzir café pra comércio, você vai produzi ele da forma orgânica, da forma agroecológica, mas o que vai acontece vai ser assim, você num vai ter ganho com isso na questão do mercado (...)

As vezes o que que eu fico mais triste, num é de vender no mesmo preço, o que me dá tristeza e você saber que você produziu um produto dentro de um sistema aqui, e o cara [cooperativa de comercialização] pegar o produto e jogar dentro de um outro, melhorar a aparência do outro produto e mandar junto embora com o outro produto convencional (Agricultor “D” de Nova Venécia, setembro de 2016);

Contudo, apesar dos diferentes desafios que permeiam o sistema agroecológico na região, as práticas dos agricultores agroecológicos do território norte capixaba estão em consonância com os princípios da agroecologia sistêmica, tal qual nos coloca Altieri (1989). No entanto, nota-se que muitos agricultores estão em processo de transição agroecológica. As noções de autonomia e reciprocidade aliadas à questão da co-produção entre natureza e agricultor permeiam seus universos socioculturais, econômicos e políticos, denunciando que suas práticas são orientadas, empiricamente, pelos principais ideais normativos do codesenvolvimento. Ademais, o caráter inovador das terapias alternativas, tais como a homeopatia e os conhecimentos da radiestesia,

associado aos conhecimentos tecidos por meio das trocas de saberes inter/intrageracionais, confere a especificidade enraizada naquele território. Embora, esses elementos nos tragam fortes indícios para alavancar a agroecologia enquanto uma dinâmica de desenvolvimento territorial, há que se reconhecer que ainda falta trilhar um bom pedaço do caminho rumo a um modelo de desenvolvimento agroecológico para o território. Este processo ainda está em construção. Para o fortalecimento e consolidação desta dinâmica de desenvolvimento alternativo ao modelo dominante, se faz necessário fortalecer às lutas sociopolíticas empreendidas por uma diversidade de atores sociais que representam os movimentos sociais no território. A sessão a seguir trata de mapear os principais atores e elencar o seu papel diante o Movimento Agroecológico do Território Norte capixaba.

5.2. MAPEAMENTO DOS PRINCIPAIS ATORES COLETIVOS DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO

Na sequência serão identificados os principais atores sociais que compõem o Movimento da Agroecologia no território em pauta, suas principais bandeiras de luta e as interações existentes entre eles. A intenção é delinear com mais precisão este movimento visto enquanto um espaço de articulação transversal a todas essas bandeiras de luta. Além disso, serão apresentados os principais espaços de articulação e negociação desses atores, e as relações sociais desses atores junto aos espaços de negociação inerentes ao Estado. Será dada atenção especial às ações empreendidas pelos atores considerados socialmente hábeis no processo de construção do movimento agroecológico e os principais desdobramentos sociopolíticos decorrentes destas ações. Como verificado no capítulo anterior, ocorreram diversas mudanças estruturais na lógica de articulação de alguns desses atores, reorientando o movimento pela agroecologia sobretudo a partir da noção de territorialidade. Este movimento distingue-se, portanto, do movimento pela “agroecologia” no âmbito do Estado Capixaba como um todo, formando uma coalizão política específica, principalmente ao se posicionar junto às bandeiras de lutas de outros movimentos sociais do campo. Iniciaremos com as Associações de base dos agricultores agroecológicos.

5.2.1. ASSOCIAÇÃO VENECIANA DE AGROECOLOGIA – UNIVERSO ORGÂNICO

A Associação Veneciana de Agroecologia – Universo Orgânico (AVA) foi criada no ano de 2004, a partir da articulação de um grupo de produtores de café que produziam dentro do sistema orgânico. Naquela época, existia uma promessa do poder público municipal de ceder um espaço para a produção do café orgânico. No entanto, a AVA ficou estagnada até o ano de 2010. Neste ano foi implantada a Escola de Agroecologia, impulsionada pelo Padre Honório, momento em que muitos agricultores iniciaram o processo de transição para a agroecologia. Houve a necessidade de criar uma associação para organizar os processos produtivos e, principalmente a comercialização desses produtores. Assim houve uma rearticulação da AVA:

Com a escola de agroecologia, foi o conhecimento do que era OCS, os mecanismos de comercialização, quais os canais de comercialização que existiam, PAA, Mercados Institucionais, Merenda Escolar, tudo isso foi passado e depois com isso, falamos: " Ah, vamos criar uma associação" Aí dentro do grupo falaram, já existe uma associação. Aí foi a condição de que foi reestruturada a associação, inserção de novos sócios, isso em 2010. (Entrevista coletiva com a diretoria da Associação, setembro, 2016).

Além de incentivar a formação do grupo de agroecologia, o pároco impulsionou a formação de outros grupos específicos ligados à agricultura familiar, tais como o grupo de floricultura, da agroindústria, do artesanato, da apicultura. Dessa forma, foi incentivada a criação de outras associações específicas para atender às demandas desses grupos. A AVA, junto com essas outras associações, conquistou um espaço junto à prefeitura municipal para comercializar os seus produtos. Esse espaço, denominado pelos agricultores de “lojinha”, é uma feira permanente para a comercialização dos produtores agroecológicos, assim como dos produtores de flores e do grupo de artesanato e agroindústria. Nem todos os produtos colocados na “lojinha” são orgânicos – tais como biscoitos produzidos e beneficiados pelo grupo de mulheres, denominados de panificados - porém, todos os produtos oriundos dos agricultores são

agroecológicos e orgânicos, os quais, em sua maioria, possuem o certificado de OCS (**figura 13**).

Figura 13 - Feira permanente dos produtores agroecológicos



A AVA contou com o apoio da SEAG para adquirir as barracas e balanças para as feiras. O espaço da “lojinha” foi uma grande conquista para os agricultores agroecológicos do município de Nova Venécia, pois possibilitou o fortalecimento dos agricultores, sobretudo no que tange à dinamização dos produtos agroecológicos. Como uma das grandes lacunas enfrentadas pelos agricultores diz respeito à comercialização e à logística, a “lojinha” auxiliou no processo de consolidação destes agricultores em Nova Venécia, pois:

Como você acompanhou, tem família que tão a 70 km pra cá... E nem todo mundo tinha essa identidade com a feira [convencional]. Aí começamos a trabalhar aqui, a trazer os produtos e colocar aqui o que tinha, que aí o dia que a pessoa vem pra rua (cidade) já vem e coloca aqui. E aí

agente começou a trabalhar neste espaço (Entrevista realizada com a diretoria da associação, setembro de 2016).

O que é definido como agroindústria, de modo geral, é um espaço nas próprias casas dos agricultores destinado à manipulação dos produtos oriundos da roça agroecológica, assim como à elaboração de produtos de panificação. Esses produtos são, geralmente, manipulados pelas mulheres. É importante mencionar o desafio em adequar os espaços da agroindústria artesanal aos procedimentos legais, exigidos pelos Sistemas de Inspeção de Sanidade e Qualidade.

Recentemente, houve um incentivo por parte do Padre Honório para integrar o trabalho das associações no processo de Economia Solidária, levada adiante pela Rede Nacional de Economia Solidária. Assim, houve algumas capacitações junto aos integrantes destas associações, o que os levou a criar a Rede Agrovida, ligada ao Fórum de Economia Solidária. A partir destas articulações e com o incentivo no Padre Honório, agora Deputado Estadual, estão iniciando a implantação do Banco Solidário junto aos produtores dessas quatro associações, em conjunto com mais uma associação de catadores de lixo:

Nós recebemos essa emenda parlamentar e vai ser criado o Banco Solidário. No dia 20 agora vai ter um treinamento pela Agência de Desenvolvimento do Estado (ADERES) para fazer esse treinamento. Será um treinamento para uma cooperativa de pequenos empreendedores. Ele vai tratar de uma moeda local, circulando dentro daqui do município, fazendo com que a economia que gera fica aqui dentro do município, ela não vai ser escoada daqui pra fora. É também uma ideia de beneficiar o comércio local também e a nossa Rede Agrovida (Entrevista com a diretoria da AVA, setembro de 2016)

Figura 14 - Rede Agrovida – Nova Venécia



A AVA vem participando ativamente junto aos outros movimentos sociais ligados à questão da agroecologia, sobretudo nos espaços da Articulação Capixaba de Agroecologia – ACA e nos espaços de decisão em nível estadual, na Comissão Estadual de Produção Orgânica - CEPOrg. Sua participação é recente, porém de grande relevância para o movimento da agroecologia presente no território, uma vez que existe um grande número de agricultores em processo de transição. Percebe-se, portanto, a APTA como um novo parceiro da AVA, neste quadro em que o Padre Honório, principal empreendedor institucional que estimulava a associação, foi eleito deputado estadual. É importante ressaltar, porém, o papel preponderante que o Padre Honório desempenhou no sentido de alavancar a produção agroecológica no município de Nova Venécia.

É relevante mencionar que no processo de rearticulação da AVA, os agricultores mudam o nome da associação para Universo Orgânico. O uso desta categoria, inicialmente, causou estranhamento aos olhos de algumas lideranças ligadas a outras organizações do movimento, como no caso da APTA. Contudo, o uso da categoria “orgânico” ao invés de “agroecológico”, diz respeito ao contexto de organicidade, ou seja, de um olhar sistêmico, segundo a resposta dada pelo Padre Honório a esta liderança:

Aí mais recentemente eu descobri que a Associação Veneciana de Agroecologia que o pároco chamava de Universo Orgânico. Eu até falei para ele na reunião, eu vou parar de chamar de Universo Orgânico... Porque Universo Orgânico é mais na perspectiva que não é da produção do orgânico, mas vem do orgânico de ser orgânico mesmo (no sentido de integração), o Universo como um só, e é só o nome de Fantasia. Então agente está reforçando o nome de agroecologia. (Liderança da APTA, setembro de 2016).

Esta fala reforça a dicotomia existente entre a agricultura orgânica e a agroecologia, como partes distintas de um mesmo movimento. Inicialmente a liderança da APTA mantinha um certo distanciamento das ações empreendidas pela AVA, sobretudo quando o pároco ainda estava no município. Na medida em que o pároco passou a representar um mandato de deputado estadual, houve uma aproximação da APTA junto à AVA. Nesse sentido, com a integração da AVA no movimento social da agroecologia, sobretudo na ACA, surge a necessidade de reforçar a categoria “agroecologia” no nome da Associação. Portanto, é a partir do posicionamento a favor da agroecologia, no interior dessa dicotomia, que determinados atores demarcam sua posição com o intuito de serem “integrados” ao movimento da agroecologia do território. Uma vez “aceito”, a bandeira principal da associação passa a ser guiada sob o nome da “agroecologia”.

5.2.2. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO CÓRREGO DA PRATINHA (APAC)

A APAC é uma associação dos agricultores de Boa Esperança localizada na comunidade rural do Córrego da Pratinha. A APAC foi fundada em 2007 a partir da iniciativa de um grupo de agricultores que estava em processo de transição da agricultura convencional para a agroecologia. No ano de 2009, estes agricultores procuraram a APTA para assessorá-los no processo de transição agroecológica. Dessa forma, a APTA articulou junto ao Colegiado do Território da Cidadania Norte Capixaba, o projeto intitulado Roda Viva, integrado a uma proposta maior denominada de rede cidadã. O projeto consistia em implementar um modelo de produção agroecológica a partir da produção circular de

oleaginosas e fruteiras, em conjunto com a criação de animais, denominado de Sistema Agroecológico Integrado de Produção. A associação possui cerca de 15 famílias associadas e conta com reuniões semanais junto aos agricultores.

Atualmente, nem todos as famílias associadas estão no sistema agroecológico, porém existe um grupo dentro da associação que possui certificado de OCS e acessa a feira livre específica para produtos orgânicos, no centro de Boa Esperança. Portanto, durante a pesquisa de campo, este foi o único município do território que tinha feira-livre orgânica.

Foi possível identificar algumas relações de reciprocidade entre os membros do grupo de agroecologia inseridos na associação. Corroborando com Sabourin et. al. (2015) sobre as estruturas de reciprocidade, as visitas realizadas entre os camponeses a fim de estabelecer trocas de experiências sobre processos produtivos são indicativos de relações de reciprocidade do tipo ternário bilateral. Assim, as práticas de manejo adotadas pelos agricultores, a troca de sementes e mudas de plantas crioulas, assim como a visita do grupo a um agricultor interessado em inserir-se na transição agroecológica, são exemplos concretos destas relações (**figuras 14 e 15**).

Figura 15 - visita dos agricultores APAC



Figura 16 - Troca de saberes e de sementes junto aos agricultores da APAC



Além de acessarem as feiras-livres, o grupo da agroecologia tem acessado o mercado institucional promovido pelo governo federal através do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. No caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, os agricultores não o acessam por falta da parceria do poder público municipal.

É importante ressaltar que os agricultores ligados à associação e que acessam as feiras livres (específica para orgânicos e agroecológicas), estão conseguindo manter a renda familiar somente com base no processo de produção agroecológica. Ou seja, os resultados obtidos pelos mercados institucional e de circuito curto, fortalecem o processo de produção de alimentos agroecológicos e dinamizam a economia do território:

Tem gente fazendo 800 a 1000 reais por semana!! Na feira, e aquele que não consegue colocá tudo dentro da agroecológica, aproveita também a feira convencional, mas eu acho que aí não tem problema nenhum que isso tudo vem do incentivo e de todo o trabalho de agroecologia que inclusive chega na feira convencional, vendê os produtos dele! (Entrevista com os diretores da APAC, setembro de 2016)

A maioria dos membros da APAC constitui o quadro de sócios da APTA e dos núcleos de base do MPA. Este último, especificamente, vem assessorando as famílias integrantes do movimento em diversas iniciativas. Foi a partir da articulação do MPA que as famílias de Boa Esperança participaram dos cursos sobre Homeopatia. Além disso, o MPA contribuiu para a elaboração de projetos junto aos agricultores para acessar o Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal. É importante salientar, que algumas das casas implantadas pelo Programa estão sendo planejadas de maneira integral e sistêmica. Em outras palavras, as casas são planejadas com sistemas de captação de água da chuva, aproveitamento de resíduos sólidos para a fabricação de gás natural, etc. Ademais, a APAC participa do movimento da agroecologia do território de maneira indireta, tanto pela atuação dos núcleos de base do MPA, quanto pela qualidade de sócio da APTA. Além disso, por intermédio da APTA, participam da ACA.

5.2.3. O MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA)

Como mencionado em capítulo anterior, o MPA teve o seu início em meados dos anos 1990 a partir da dissidência de um grupo de lideranças ligadas ao sindicalismo a fim de reivindicar ações e medidas governamentais para os pequenos agricultores que não acessam as políticas criadas para os “agricultores familiares”. É um movimento de massa de expressão nacional e tem como principal público os agricultores que possuem pequenas extensões de terra. A partir da vitória desse grupo diante os embates com o Estado, foi criado o chamado “pronafino”, ou seja, linhas de crédito rural destinadas para o público dos pequenos agricultores, os quais não tinham condições de acessar algumas linhas planejadas para o grupo de agricultores familiares mais consolidados. Contudo, como nos diz a liderança nacional do MPA, *se pegava o crédito agrícola, mas se gastava tudo com insumos, sobretudo insumos químicos*. A partir daí as lideranças do Movimento iniciaram a discussão junto aos seus núcleos de base sobre a questão do uso intensivo do agrotóxico e a dependência dos agricultores ao pacote da chamada “revolução verde”. De acordo com uma das lideranças nacionais do Movimento, a preocupação da preservação ambiental acompanhou os debates do MPA junto aos agricultores desde o surgimento do Movimento.

A principal bandeira de luta do MPA, de acordo com as entrevistas de campo, se concentra, de maneira genérica, na *produção de alimentos saudáveis para alimentar o povo Brasileiro*. Contudo, para a produção de alimentos saudáveis, é preciso fortalecer um conjunto de políticas públicas que sejam estruturantes para os camponeses:

A reforma agrária, o crédito, e a política de comercialização, a política de sementes, a política de saúde, a política de assistência técnica... Vamos dizer assim, um conjunto de políticas que estruture, para que o camponês possa cumprir com a tarefa dele, com o papel dele. O que nos identifica enquanto classe, e o que nos identifica enquanto posição na sociedade em relação ao agronegócio, em relação aos capitalistas, né. Porque assim: Produção de Alimentos Saudáveis, né, mas poderia ser Movimento Agroecológico, Movimento de Orgânico. Nós somos um Movimento Camponês que quer produzir um alimento saudáveis para alimentar o povo Brasileiro. (Liderança MPA, setembro, 2016).

Nesse sentido, podemos assinalar que a principal bandeira de luta do MPA está relacionada à estruturação de uma política agrícola brasileira que atenda, sobretudo os camponeses que ficam à margem das principais políticas de desenvolvimento rural. Assim, embora o MPA tenha a missão de fomentar a produção de alimentos saudáveis para os trabalhadores brasileiros, a bandeira da agroecologia não é a sua bandeira principal. O conceito de alimentos saudáveis, nesse sentido, é genérico e abrange um amplo leque de alternativas que, não necessariamente, precisam estar ligados à ideia da agroecologia. Aliás, o Movimento não possui uma bandeira que demarca um campo de disputa em específico, senão a luta pela permanência do camponês na terra. Assim, a agroecologia passa a desempenhar um papel transversal que permeia as diversas demandas do movimento:

Vamos dizer assim, dentre de tantas pautas que se tem, a pauta da agroecologia ela vai, mas ela vai junto com a pauta da reforma agrária, com a pauta da água, com a pauta da comercialização. Então aos poucos ela vai, naquele meio tempo ela vai se diluindo nessas outras pautas que são enormes, que

tomam conta do dia-a-dia e que abafam tudo né.
(Liderança MPA, setembro, 2016)

Todavia, a concepção de agroecologia que orienta as ações do Movimento está intimamente relacionada ao conceito de campesinato. Na ótica do movimento, para a sobrevivência do camponês no campo se faz necessária a adoção de práticas agroecológicas perante o modelo de desenvolvimento dominante. Em última instância, o MPA está preocupado com o conceito de autonomia camponesa, tal qual proposto por Ploeg (2008).

A agroecologia ela nunca morre. É igual ao campesinato, porém ela sempre sobreviveu nas brechas. Porque o próprio campesinato, seu próprio modo de vida ele se adapta melhor na agroecologia. Ele foi forçado a entrar na linha convencional da revolução verde, ele foi forçado!! Mas ele se adapta melhor na agroecologia (Liderança MPA setembro, 2016).

Dessa forma, a autonomia será alcançada pelos camponeses na medida em que houver a coevolução entre os sistemas sociais e ecológicos, ou, em outras palavras, no processo de co-produção entre homem e natureza viva. É a partir dessas reflexões que podemos assumir que, no âmbito do discurso, o modelo de agroecologia empregado pelo Movimento se aproxima do modelo teórico sugerido por Altieri (1989), integrado com o conceito de DTS (VIEIRA, 2006), pois dentre suas ações pontuais de agroecologia, privilegia-se assegurar as relações tecidas no âmbito do território. Nota-se no discurso do MPA a relação entre a agroecologia e as preocupações relacionadas à crise socioambiental:

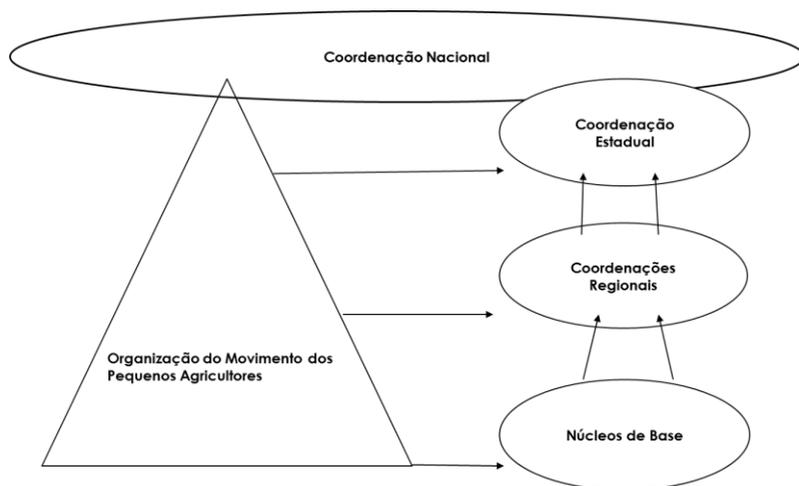
A agroecologia trabalha o aspecto da sustentabilidade ambiental, da necessidade da preservação da recuperação da natureza como um todo, de todas as formas de vidas que existe no planeta. A agroecologia ela trabalha o aspecto da relação social entre os camponeses e dos camponeses com outras categorias de trabalhadores. Então a questão social, sobretudo a não admissão, a não aceitação da exploração entre as pessoas que se relacionam. Também tem esse aspecto que é importante. Então a agroecologia ela

se preocupa com um todo. (Liderança MPA, setembro, 2016).

Contudo, no âmbito de suas ações o MPA é um movimento de massa e possui um público que se diferencia internamente, desde àqueles que estão inseridos completamente no pacote da Revolução Verde, não obstante os problemas relacionados a tal pacote, até os agricultores mais sensibilizados com a crise socioambiental e que estão em processo de transição rumo a um modelo menos dependente do sistema capitalista de produção.

No caso do Espírito Santo, por exemplo, o MPA atinge cerca de 30 mil famílias de pequenos agricultores. A maior parte destes agricultores está concentrada na região norte. A organização do Movimento ocorre através dos chamados Núcleos de Base, que consiste no agrupamento das famílias camponesas no âmbito local. Os coordenadores desses núcleos se relacionam com uma coordenação regional que, por sua vez, se articula com as lideranças do MPA no âmbito do Estado (**figura 17**).

Figura 17 - Esquema de Organização do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA



Fonte: Elaboração Própria

Dessa forma, suas ações relacionadas diretamente com a promoção da agroecologia são pontuais, promovidas por agricultores mais sensibilizados que integram os núcleos de base. Entretanto, as ações do MPA vão na direção de facilitar o processo de transição agroecológica a partir de um modelo fundado no cooperativismo. Portanto, suas ações mais diretas são desenvolvidas a partir de cooperativas de produção, modelo similar ao adotado pelo MST. Assim, o MPA fortalece os processos de transição agroecológica junto aos produtores a partir da facilitação da venda de insumos orgânicos, produzidos no âmbito do quadro de seus membros, no apoio ao processo de produção das sementes crioulas, na assessoria para a produção de sementes de leguminosas, etc.

Essas estratégias são apoiadas e fortalecidas nos momentos em que o MPA articula os espaços de troca de experiência entre quem já está produzindo no modelo agroecológico e aquele que se encontra em processo de transição. Ou seja, a assistência e a promoção da troca de experiências entre os agricultores são levadas adiante mediante a ideia de capacitação entre os camponeses. Estratégia essa denominada de “campones-a-campones”, tem sido um modelo bastante difundido no território norte capixaba e é inspirado nos movimentos agroecológicos de Cuba.

Ainda sobre o processo produtivo, o Movimento acredita bastante na dinamização econômica das famílias camponesas a partir do apoio na formação de agroindústrias familiares. Trata-se de espaços destinados ao beneficiamento dos produtos dos agricultores a fim de agregar maior valor no final do processo produtivo. Este apoio à agroindustrialização, também diz respeito à articulação do MPA junto ao Estado para a flexibilização e a adequação das normas sobre Inspeção Sanitária junto aos produtores familiares. É importante lembrar, que nem todas essas ações são destinadas especificamente para os produtores agroecológicos. No entanto, conforme a agroecologia permeia as ações do MPA, nas ocasiões em que promovem esses espaços, o tema da agroecologia é abordado junto aos agricultores. Sem contar o fato que os agricultores agroecológicos são beneficiados por estas articulações.

O trabalho que agente tem realizado, porque toda vez que agente senta com os camponeses pra discutir, então como você fala do modelo, você fala do veneno, você fala do patrão e no fundo você também tá falando de agroecologia, que esse modelo não serve, você tá falando de todas essas coisa (liderança MPA, setembro de 2016)

Na perspectiva econômica, o MPA vem trabalhando a construção de mercados alternativos, tais como as feiras-livres (na região da capital do Estado), as cestas de alimentos, na venda direta às instituições privadas (sindicatos), entre outras. Um canal forte de comercialização que o MPA fomenta junto aos produtores, são os mercados institucionais, na elaboração do PAA.

Então nós estamos em um processo agora de abertura de diversos pontos de feiras, na grande Vitória, nos diversos municípios que compõem a Grande Vitória, a nossa meta, até o final do ano é nós termos 9 pontos de feira na Grande Vitória, trabalhar 2 pontos de feiras em Linhares e massificar um trabalho de base pra nós ampliarmos o número de famílias que estarão recebendo as cestas de alimento. O Norte e o Noroeste tem maior concentração de famílias camponesas que participam do movimento, portanto, também o maior volume de produção (Liderança MPA, setembro, 2016)

Em relação ao Movimento de Agroecologia do Território Norte o MPA se articula junto aos demais movimentos sociais do campo, tais como o MST, a APTA, a RACEFFAES, movimentos que compõem a ACA e a Via Campesina nacional. Todavia, o MPA se articula com outras organizações, tanto da Sociedade Civil quanto do Estado, de maneira pontual, dependendo da demanda contingencial (ver figura 18, p. 225).

Porque no campo da parceria nós temos as parcerias de curto, médio e longo prazo. Então com os Movimentos da Via Campesina nós temos uma alinhaça mais estratégica, você discute agroecologia já nos conceitos da Classe. Agora vc pode fazer uma alinhaça do setor da academia, mais pontual. Não é com toda a Universidade, mas tem um professor lá que tem uma visão boa, mas ele tem os limites deles. Então você estabelece um projeto, uma meta e cria uma relação ali. Dá pra fazer isso com os parlamentares, por exemplo, o Padre Honório, o Padre Honório é uma outra história, complicadíssima, mas ele tem uma visão nesse campo da agroecologia que é interessante, então dá

pra estabelecer com ele algumas parcerias (Liderança MPA, setembro, 2016).

5.2.4. ASSOCIAÇÃO DE PROGRAMAS EM TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS – APTA-ES

Como vimos no capítulo anterior, a história da agroecologia no estado do Espírito Santo está intimamente vinculada às ações da APTA. Muito de sua história foi assinalada nos capítulos anteriores. Nesta sessão, serão retomados alguns momentos decisivos de sua história, os quais influenciaram a articulação entre diversas organizações e movimentos sociais ligados ao campo capixaba, no sentido a criação do Movimento Agroecologia no território.

A partir do ano de 2005 ocorrem diversas mudanças internas à APTA, entre elas a reestruturação do conselho diretor e a contratação de um profissional com a incumbência de promover o fortalecimento institucional da associação. Com reestruturação do conselho diretor da instituição, a coordenação executiva da organização deixa de ser colegiada, junto ao próprio Conselho Diretor. Dessa forma, foi criado um cargo de coordenação executiva, o qual tinha autonomia para tomar decisões, não tendo mais a obrigação de se reportar ao Conselho Diretor. Foi nesta mesma época que a configuração política do Conselho Diretor impulsionou uma maior aproximação e articulação junto aos Movimentos Sociais que atuavam no território norte capixaba. Portanto, foi nesta confluência entre a realinhamento político com os Movimentos Sociais e a reestruturação organizacional da APTA que uma forte liderança, considerada um empreendedor institucional (FLIGSTEIN, 2007), assume a coordenação executiva da APTA.

Com a admissão desta liderança, dá-se início a um processo de reorientação política da instituição, conforme entrevista com a própria liderança (setembro, 2016):

Eu assumo e faço um novo projeto para mais dois anos, então o primeiro ano do trienal é o fortalecimento e eu faço um Bienal já com uma redefinição da estratégia da entidade: **apoiar a luta quilombola, apoiar a luta indígena, apoiar os movimentos do campo** (..). E, aí, vamos rearticulando a rede alerta para o deserto verde, eu começo a fazer a representação política da entidade e de 2005 até 2008, agente teve muita

movimentação bacana aqui no Estado (Liderança APTA, setembro, 2016)⁶³.

É importante salientar que no ano de 2005, durante o I Encontro Estadual, organizado pela APTA, foi criada a Articulação Capixaba de Agroecologia – ACA, ligada à Articulação Nacional de Agroecologia – ANA. Conforme a rearticulação com os Movimentos Sociais do meio rural, a ACA foi composta, inicialmente pela APTA, MPA, MST, FASE, CPT, Articulação indígena, Articulação Quilombola, RACEFFAES, e o MST. De acordo com o relatório deste evento, a APTA foi apontada como a entidade de referência para a ACA, e a ACA, por sua vez, ficaria responsável pelo processo preparatório para o II Encontro Nacional de Agroecologia no Espírito Santo (ver figura 16, p. 215). Diante deste cenário, a APTA reorienta o seu projeto político apontando a similaridade entre a agenda da agroecologia, principal bandeira defendida pela APTA, e as agendas dos diversos Movimentos Sociais do meio rural no norte capixaba.

No final do II Encontro Estadual de Agroecologia, em São Mateus, foi elaborado o *Manifesto Agroecológico do Camponês Capixaba*. Este documento articula as ações do Movimento Agroecológico em torno do eixo principal “territorialidade”. Portanto, a APTA reorienta suas ações articulando sua principal bandeira de ação, a agroecologia, junto às bandeiras de reforma agrária, resistência étnica (indígena e quilombola), educação do campo. A amálgama que sustenta tal articulação está baseada na noção de territorialidade.

No ano de 2007, ocorrem novas mudanças político-organizacionais no interior da APTA, além da transferência do local da sede da APTA para São Mateus. Os debates internos da APTA giravam em torno de ações descontextualizadas com a realidade dos agricultores agroecológicos. Uma das críticas internas à atuação da APTA era que muitos técnicos da entidade falavam por si só quando representavam a entidade nos diferentes espaços decisórios. Portanto, embora a instituição viesse trabalhando com inúmeros agricultores em processo de transição agroecológica e, se articulava com os demais Movimentos Sociais do campo, o que parecia predominar nos espaços de negociação eram decisões técnicas, pouco alinhadas com os principais desafios dos agricultores no campo.

⁶³ Grifo meu.

A hegemonia, a supremacia era dos técnicos. Aí eu venho e encontro com ele [outro técnico da APTA] que já vinha realizando uma articulação política para retomar o poder nas mãos dos camponeses (Liderança APTA, setembro 2016).

Assim, por meio da habilidade social empreendida pelo coordenador executivo da entidade, foi negociado um processo de cooperação junto aos agricultores agroecológicos do Território Norte, impulsionando toda uma mudança estratégica no interior da instituição.

Aí, em 2007, na assembleia a equipe fala assim... Isso não está muito certo não!! Acho que agente está falando muito da cabeça nossa, nos lugares representado a APTA. Aí chegamos na assembleia, a equipe chegou e **eu Porta-Voz da equipe falou**: Olha Nós queremos saber o seguinte, O que é que vocês querem para o campo? Como vocês acham que tem que ser a atuação da APTA. Que a agricultura que queremos, beleza, é a agroecologia, mas e aí, como é que é? E aí vai para trabalho de Grupo, o pessoal apresenta... a síntese é essa: Educação do Campo, Reforma Agrária e direito aos territórios, contra o agronegócio, e sai então.... Então a equipe diz assim: agora não é mais a minha história de militância, do Demétrius, do Anderson e nem da Maíra que estará falando em nome da APTA nos espaços. Porque a Maíra representava a APTA em vários lugares, o Anderson em outros lugares eu em outros lugares e teve uma hora que agente achou que agente estava indo muito além de uma base política, a sustentação política (Liderança APTA, setembro, 2016).

Nesse sentido, essa liderança promove um processo a fim de proporcionar mais “voz” às lideranças de base: os camponeses em processo de transição agroecológica. Há toda uma reestruturação estatutária no interior da APTA. Fligstein (2007) nos alerta sobre a importância dos agentes considerados socialmente hábeis em promover processos de cooperação junto a uma diversidade de atores e grupos sociais no sentido de criar uma coalizão política e impulsionar processos de transformação de um dado campo em específico. Esta reorientação política foi decisiva para redefinir o campo do desenvolvimento rural

capixaba, sobretudo das ações inerentes à “coalizão camponesa”. Este processo promoveu um reposicionamento dos diversos atores sociais integrados à essa coalizão, induzindo a formação de um novo “subdomínio” perante àquele já mencionado anteriormente de Agricultura Orgânica. Essa transformação, pode ser observada, no caso empírico, com o processo que culminou na reelaboração das instituições que orientam a ação da APTA, o seu estatuto social. Segundo a liderança entrevistada, foi assim que *agente cria os núcleos de sócio, imitando o MPA que tem os núcleos de base, agente tem os núcleos de Sócio*. Com a criação dos Núcleos de Sócio há uma maior aproximação junto aos camponeses agroecológicos e suas lutas pela reforma agrária.

Ademais, é nessa ocasião que a sede da instituição é transferida novamente, desta vez do município de Colatina para São Mateus. As ações dos movimentos sociais do Território Norte, em sua maioria se concentram na região de São Mateus, Nova Venécia e Conceição da Barra. Portanto, a mudança para esta região foi estratégica para o fortalecimento dos laços junto aos demais Movimentos Sociais, além de produzir uma atmosfera política favorável para a consolidação do Movimento Agroecológico no Território Norte.

Aqui no Norte pega fogo, o pau quebrava aqui no Norte, o MST, o MPA, bombando, a RACEFFAES tinha acabado de ser criado. Enfim, aí, o pau quebrando a ACA bombando, muito bom... E aí, agente vem para cá. Eu consigo negociar tudo nas bases com o sindicato, em Colatina, eu falei: "Olha, agente vai manter um escritório aqui"

Percebe-se que a transferência da sede foi realizada de maneira lenta, pois a saída de Colatina significava uma ruptura com o quadro de técnicos da APTA, os quais trabalhavam de maneira distanciada das ações dos Movimentos Sociais. A APTA possuía fortes vínculos com as ações empreendidas via as agências de extensão rural do Estado, além de estarem amarrados com o sindicato rural, os quais representavam-se contrários à lógica dos movimentos sociais⁶⁴. Assim, gradativamente, esta

⁶⁴ Como mencionado em capítulo anterior, esta dependência junto ao Sindicato Rural de Colatina, deve-se ao fato de que nos anos 2000, quando a APTA decide fortalecer suas ações na região norte do Estado, ela se articula, primeiramente, junto aos Sindicatos Rurais daquela região para, então, possibilitar sua entrada junto aos agricultores da região.

liderança da APTA foi promovendo um processo de transformação estratégica da entidade a fim de promover uma mudança no campo do movimento agroecológico no Estado capixaba.

Atualmente as ações da APTA são desenvolvidas em dois eixos de ação. O primeiro eixo diz respeito às ações programáticas, ou seja, as ações de assistência à produção agroecológica junto aos agricultores, o apoio ao beneficiamento dos produtos agroecológicos, e a comercialização agroecológica solidária; além das ações produtivas têm-se as ações relacionadas a organização sociopolítica dos camponeses agroecológicos. Trata-se do apoio às associações, o estatuto, o regimento, às assembleias, a elaboração de pequenos projetos e a captação de recursos para as associações coligadas a entidade. O segundo eixo de ação é o plano de incidência política, ou seja, as lutas e denúncias do projeto ligado ao agronegócio; a promoção da perspectiva agroecológica e, o controle social de políticas públicas. É neste contexto que as ações da APTA se estruturam a fim de fortalecer o Movimento da Agroecologia no Território Norte capixaba. Além disso, a partir desse eixo de ação a entidade participa dos diferentes fóruns ligados ao desenvolvimento rural no Estado do Espírito Santo: CEPORG, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, além da ACA, da ANA e Via Campesina.

No âmbito da comercialização, é importante ressaltar que a APTA vem desempenhando um importante papel no apoio para a certificação dos agricultores por meio do sistema de controle social – OCS. Além disso, no âmbito do Movimento da Agroecologia no território, a APTA vem puxando o debate acerca do processo de certificação participativa. A entidade possui o planejamento estratégico de impulsionar, em médio prazo, a construção de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade – OPAC para o processo de certificação participativa dos produtos agroecológicos. A ideia deste planejamento consiste na criação de uma OPAC junto com as associações de produtores agroecológicos: APAC, AVA, APTA e núcleos quilombolas de produtores agroecológicos. Paralelamente, planeja-se criar uma cooperativa para o processo de comercialização dos produtos certificados a partir da ideia de uma “rede de comercialização” fechando um circuito entre os municípios de Boa Esperança, Nova Venécia, Conceição da Barra, desembocando no município de São Mateus. Este planejamento já vem sendo colocado em prática, a partir da articulação da APTA junto ao Plano Territorial para a Agroecologia, capitaneado pelo Banco do Nordeste. Portanto, vislumbra-se em médio prazo um maior aporte para o processo de construção e

consolidação da dinâmica de desenvolvimento agroecológico no território norte capixaba.

5.2.5. REGIONAL DOS CENTROS FAMILIARES DE FORMAÇÃO EM ALTERNÂNCIA DO ESPÍRITO SANTO - RACEFFAES

Para compreender a história da RACEFFAES, é interessante retomar, mesmo que brevemente, a história da pedagogia de alternância no Brasil. A pedagogia de alternância é iniciada no Brasil a partir das ações do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) no final da década de 1960, e logo se expandiu para o Brasil. Por muitos anos o MEPES foi mantenedor de diversas escolas filantrópicas que adotavam a pedagogia de alternância no estado capixaba. Nas últimas décadas, o poder público passou a adotar as experiências da pedagogia da alternância nas escolas rurais do Espírito Santo. Desse modo, houve a necessidade de formar novos professores e monitores sob a perspectiva da alternância, uma tarefa que cabia ao MEPES, pois era a única instituição do estado com a responsabilidade de coordenar e assessorar as experiências em pedagogia da alternância. Portanto, as demandas cresceram e o MEPES não acompanhou tal crescimento. Além disso, havia uma corrente dentro do Movimento que se posicionava de maneira contrária à ideia da pedagogia da alternância ser adotada nas escolas públicas. Diante disso, houve um debate para a criação de Regionais, as quais teriam o papel de apoiar o processo pedagógico junto aos monitores das Escolas Famílias Rurais capixabas, tanto nas escolas de caráter filantrópico quanto nas escolas públicas que adotam a pedagogia da alternância. Dessa forma, no ano de 2003, surge a RACEFFAES, com o objetivo de promover o planejamento pedagógico, baseado na alternância, junto aos Centros Familiares de Formação em Alternância – CEFAS. Na região Norte capixaba, todas as escolas de âmbito municipal e estadual se filiaram à RACEFFAES.

A pedagogia da alternância tem como um dos fundamentos promover um processo educativo a partir da realidade concreta vivida pelos alunos. A metodologia adotada se baseia em Planos de Estudos. Trata-se dos procedimentos que auxiliam o processo de diagnóstico desta realidade vivida pelos alunos. Assim, se estabelece um diálogo com o conteúdo teórico a ser dado, a partir da realidade vivida no cotidiano dos alunos.

Então por meio desse trabalho do método do Plano de Estudo agente consegue sempre contextualizar a formação, então agente sempre vai ter a leitura da realidade. E a realidade agente vai colocando... Os pontos de aprofundamento são aqueles pontos de maior interesse em relação àquele tema, então se ele está discutindo diversificação e quer entender melhor de como funciona o clima, qual o arranjo produtivo, como estabelece as relações entre as culturas, então eles no final é como se fosse os destaques (Integrante da RACEFFAES, setembro, 2016).

Os temas que compõem os Planos de Estudos são construídos de maneira coletiva junto com os monitores dos CEFFAs, estudantes e os agricultores, pais dos estudantes. Contudo sempre haverá um tema gerador que orientará este processo.

No ano de 2003-2005 foi construído e trabalhado o Plano de Estudo relacionado à questão das sementes, com o tema principal: *Sementes: patrimônio da natureza e dos camponeses*. A problematização do tema levou em conta os debates sobre os transgênicos que naquela época se encontrava bastante em voga nos movimentos sociais do campo. No ano de 2008, um novo Plano de Estudo foi construído, a partir do tema *Solo e Água: bem da natureza, fonte de vida*, pois à época já havia problemas relacionados com a questão hídrica devido à seca no território. No último encontro da Regional, ocorrido no mês de setembro de 2016, houve uma orientação política para a construção de um Plano de Estudo voltado para a agroecologia. Desse modo, o tema que orientou o último Encontro das Regionais, foi: *O método do Plano de Estudo para a Práxis Agroecológica*. Portanto o tema da agroecologia está sendo colocado pela RACEFFAES como eixo de orientação pedagógica para os próximos dois ou mais anos.

Então o tema que agora agente está discutindo é o Método de Estudo para a Práxis Agroecológica. Disto aqui, nós vamos fazer um movimento de todos os CEFFAs vão fazer esse mesmo questionário, diagnosticar essa realidade, como que está esta questão da agroecologia. E aí, em termos de método o Plano de Estudo é extremamente agroecológico, porque ele considera o agricultor, a família. (Integrante da RACEFFAES, setembro, 2016).

Este processo de discussão do Plano de Estudo voltado à agroecologia é um grande potencial para o fortalecimento da dinâmica de desenvolvimento agroecológico no território norte capixaba. Haverá um amplo processo de capacitação de monitores e professores das escolas, além da inclusão do tema da agroecologia nas práticas educativas junto aos estudantes, filhos de camponeses. Assim, o processo educativo também perpassa a vida dos monitores, que em muitos casos possuem propriedades agrícolas no território.

A noção de agroecologia que orienta os debates internos à RACEFFAES é compartilhada pelos demais integrantes do Movimento Agroecológico do território norte:

Mas enquanto projeto educativo agente pensa que a agroecologia ela contempla melhor o nosso interesse político, porque ela vai além só da técnica, além de você resolver só o problema financeiro, ali da família. Ela vai considerar o ambiente, as pessoas a produção. Então esse arranjo mais complexo da agroecologia, casa muito mais com o entendimento político, como os princípios da alternância, né. (Integrante da RACEFFAES, setembro, 2016).

Contudo, de acordo com o entrevistado, este debate sobre a agroecologia não ganha ressonância nas escolas localizadas nas regiões sul e centro-serrana do Estado. As iniciativas que ocorrem por lá são pontuais e não existe uma orientação política-ideológica como ocorre na região norte. A RACEFFAES integra a ACA e a Via Campesina do Brasil, levando nessas articulações a bandeira da Educação do Campo. É por meio desta bandeira principal que a agroecologia permeia suas ações.

5.2.6. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST)

O MST passa a incorporar a agroecologia enquanto uma pauta oficial do Movimento a partir de seu congresso interno, no ano de 2000. Apesar disso, já existiam algumas experiências isoladas conduzidas pelas ações dos seus agricultores assentados. A partir do momento em que o

Movimento incorpora a bandeira da agroecologia em seu discurso – e, de maneira mais tímida em suas ações – dá-se início a uma série de estratégias para que a agroecologia possa se consolidar enquanto mais uma pauta política dentro do Movimento. Atualmente, as ações voltadas à agroecologia no MST estão concentradas principalmente na área da educação formal e informal. No ano de 2005, no âmbito do Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre – RS, foi articulado junto aos Movimentos Sociais que compõem a Via Campesina, as Escolas de Agroecologia. No Brasil, o MST capitaneou o processo de implementação de uma dessas iniciativas em parceria com o Instituto Federal do Paraná. Para os coordenadores do MST, a agroecologia, enquanto um modelo alternativo ao modelo de desenvolvimento rural hegemônico a partir do desdobramento da questão agrária no Brasil, não poderia estar desvinculada de uma proposta pedagógica transformadora. Atualmente, segundo entrevista realizada com liderança do Movimento, existe uma iniciativa dessas em curso na região do extremo sul baiano, contíguo ao território norte do ES, local que outrora localizava fazendas de produção de eucalipto da Fibria.

Então nós temos várias habilitações de cursos técnicos, por exemplo, com ênfase na agroecologia. Nós temos curso de graduação de agronomia com ênfase em agroecologia. Pelo menos 2 escolas, IALAS que nós chamamos que são os Institutos de Agroecologia Latino Americano, no Brasil que são coordenados pelo Movimento, no Paraná, no Sul da Bahia e tem outras também que agente poderia estar levantando (Coordenador estadual MST, setembro, 2016).

É possível assinalar, dentro do âmbito da esfera produtiva propriamente dita, algumas ações isoladas dentro do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do Movimento, setor que integra a pauta da agroecologia em suas ações. Vale salientar que na região sul do país o MST possui uma forte presença junto aos camponeses assentados. Considerado um importante desafio a ser superado, a questão da quebra do monopólio das sementes patenteadas por grandes indústrias ligadas à cadeia de insumos para a agricultura sementes, o MST vem fomentando uma iniciativa de produção de sementes agroecológicas. Esse processo é capitaneado e difundido por meio de uma cooperativa sediada na região Sul do Brasil, denominada de “Bionatur”.

No Espírito Santo houve um projeto orientado pelo Movimento, no ano de 2002, a fim de construir um Centro Irradiador de Manejo Agroecológico – CIMA. O CIMA integrou um amplo Programa Ambiental para a Reforma Agrária do Movimento, o qual também propunha um segundo eixo, denominado de Planejamento e Organização Territorial do Assentamento. O CIMA tinha como objetivo a criação de polos de difusão de práticas ambientais sustentáveis além de promover um processo de integração entre os sistemas ecológicos locais e territoriais (TSUKAHARA, 2010). Contudo, não houve continuidade das ações do CIMA, após o término dos recursos do Projeto. Na perspectiva do coordenador do setor de produção do Movimento, o que ocorreu foi a falta de ações ligadas às questões de comercialização junto aos assentamentos em que o CIMA operava. Ou seja, não houve uma preocupação do Movimento com a condição econômica no processo de transição agroecológica. Este processo causou muitas frustrações nos camponeses assentados, ocasionando uma resistência muito forte desses camponeses perante novas ações do Movimento.

O fato de agente não ter se preocupado com o aspecto econômico do processo de transição agroecológica, nós criamos várias frustrações. Ao criar essas frustrações, politicamente retrocedeu muito no estado. Então, hoje teve uma resistência muito grande e só agora que vem se abrindo a perspectiva, até mesmo pela conjuntura (Coordenador estadual MST, setembro, 2016).

Uma das estratégias do Movimento é incorporar o conceito de agroecologia de maneira ampliada em suas lutas sociais agrárias. Assim, a noção de agroecologia para o Movimento passa a significar também, de maneira simbólica, uma bandeira de luta contrária ao Agronegócio. Na perspectiva de um dos coordenadores regionais do Movimento, fazer agroecologia é, além de desenvolver a agroecologia para os assentados e nos assentamentos, fazer também, o enfrentamento político perante o modelo de desenvolvimento do meio rural dominante.

Quando agente ocupa uma área do agronegócio, por exemplo a Produção de Eucalipto, isso para agente faz parte da nossa concepção de agroecologia, porque isso é enfrentamento, quer dizer agente tem que se constituir enquanto um modelo antagônico e nós vamos ter que

desconstruir ele [modelo dominante] para poder construir outro. Então é um pouco dessa concepção a nossa. A agroecologia como um processo, também, de resistência e de luta! (Coordenador estadual MST, setembro, 2016).

A bandeira histórica do Movimento está relacionada à reforma agrária. No entanto, conquistar a reforma agrária não significa somente conquistar a terra, mas, sobretudo, permanecer na terra sem sujeitar-se ao modelo hegemônico de desenvolvimento. Ou seja, ao incorporar a pauta da agroecologia, a noção de reforma agrária do Movimento se amplia, ganha novos significados:

É impossível fazer a luta pela terra se não for uma luta pela transformação do modelo de transição. Quer dizer, então, a agroecologia incorpora de maneira mais ampla. Hoje quando agente fala de reforma agrária, o que vem na cabeça é que a reforma agrária tá ligada a uma produção agroecológica, na teoria (Coordenador estadual MST, setembro, 2016).

Atualmente, o MST trabalha em quatro frentes de ação em relação à comercialização. A primeira delas são as feiras, tanto as feiras locais, como as feiras regionais e estaduais. As feiras locais têm o caráter de comercialização direta, com o objetivo de auferir renda. A segunda frente está relacionada ao mercado institucional, o PAA e o PNAE. Estes canais são importantes instrumentos econômicos que possibilitam o Movimento induzir um processo de diversificação produtiva, ao garantir a compra dos produtos. Outro mecanismo estimulado pelo MST são os tradicionais mercados convencionais, pois muitos de seus assentados se especializaram na produção do café e pimenta. Para estas culturas, uma vez que ainda não existe um processo de diferenciação de seus produtos, o papel do atravessador ainda é bastante relevante. Como salienta um dos coordenadores regionais do Movimento:

O café e a pimenta do reino entra nessa cadeia da comercialização e aí é convencional e aí é um desafio, porque independente de você produzir convencional ou orgânico, ou agroecológico, qualquer tipo de produção que você tiver, o atravessador vai pegar no menor preço possível, vai

misturar tudo e vai acabar com a identidade (Coordenador estadual MST, setembro, 2016).

O MST integra o Movimento da Agroecologia no Território Norte a partir da ACA e da sua participação na Via Campesina. Contudo, suas ações na ACA ainda estão bastante fragmentadas. Dentre as organizações que compõem o Movimento da Agroecologia no território, o MST é o movimento que atua de maneira mais isolada. Suas ações não estão integradas junto aos espaços de articulação do Movimento. Ademais, como mencionado anteriormente, percebe-se que suas ações em relação a agroecologia tramitam mais no universo semântico das lideranças diretivas do Movimento, do que de fato, nas ações concretas dos assentados, conforme a fala de um dos entrevistados:

Na direção do movimento há um entendimento muito bom sobre a agroecologia, uma intenção clara da importância da agroecologia politicamente, na prática.... Eu vejo isso na direção lá no debate da ACA. Mas eu acho que da direção para os assentados não vai para uma mesma... No passado já houve uma ação mais concreta de desenvolver a agroecologia nos assentamentos. Hoje eu acho que está mais limitado, na forma com que eles discutem a assistência técnica e extensão rural nos projetos, de modo geral assim, eu acho que não... tem desafios grandes para superar (Integrante da RACEFFAES, setembro, 2016).

5.3. ATORES EM MOVIMENTO: OS ESPAÇOS DE INTERAÇÃO DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO DO TERRITÓRIO NORTE CAPIXABA

O principal espaço de articulação do Movimento Agroecológico do Território Norte Capixaba é a ACA. Como mencionado anteriormente, a ACA foi criada a partir das deliberações realizadas no âmbito do Encontro Capixaba de Agroecologia, que ocorreu no final do ano de 2005. De acordo com o relatório deste Encontro, o objetivo principal foi a criação de um espaço de articulação entre as organizações que se reconheciam contrárias ao modelo de desenvolvimento rural capixaba impulsionado pela lógica do Agronegócio. Além disso, este espaço de

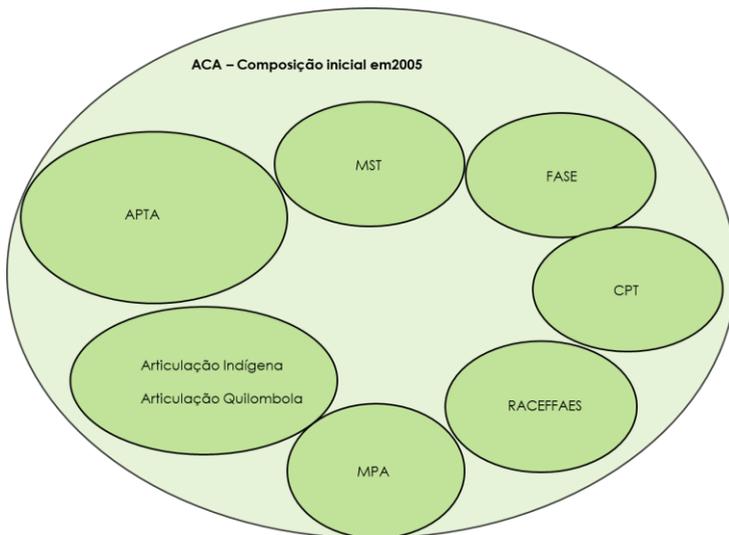
articulação deveria ser o *locus* simbólico para o fortalecimento das lutas empreendidas pelos atores sociais na direção de resgate à autonomia camponesa no Espírito Santo. Inicialmente, o espaço proporcionado com a criação da ACA tinha a missão de delimitar um campo político orientado pelo enfoque agroecológico, possibilitando ampliar a visibilidade da construção de um projeto político alternativo à lógica dominante guiada pelo agronegócio. Além disso, de acordo com o relatório de criação da ACA, é possível assinalar ainda o posicionamento das diferentes organizações que viriam a compor a ACA perante as ações do Estado, sobretudo àquelas ações que dizem respeito a apropriação do termo “agroecologia” em suas ações.

No contexto estadual, há uma disputa entre a agroecologia e o agronegócio, e internalizado, entre a agroecologia e a agricultura orgânica. Isso está sendo explicitado, por exemplo, entre o norte e o sul capixaba “um desafio é quebrar o paradigma da agroecologia como meramente um elemento técnico, não avançando para o horizonte político”. É papel da ACA externalizar à sociedade de qual agroecologia que une estas entidades e movimentos nesta articulação, **“nossa agroecologia, vai até onde a receita da agricultura orgânica não consegue chegar”**, uma unidade onde os agricultores/as, camponês/as, índios/as e quilombolas são protagonistas do processo. É nítido que esta disputa gera grande confusão na base, mas é com esse processo de protagonismo, de quebra de paradigma que construiremos e visualizaremos o diferencial da agroecologia. (...) mas, o momento é de intensa mobilização desencadeando um “processo de desconstruir para reconstruir a agroecologia”. (Relatório de Reunião da ACA, janeiro de 2006).

Portanto, desde a fundação da ACA, já havia uma forte crítica às ações empreendidas no âmbito do Estado capixaba, sobretudo àquelas na região centro-serrana mencionadas no capítulo anterior. É importante ressaltar o ano de 2005 foi ano em que a APTA rearticulou suas interações com os demais Movimentos Sociais rurais do território. Nessa rearticulação houve uma reorientação política de suas ações, tal qual comentado acima. Inicialmente, a principal articuladora da ACA foi a APTA, sendo colocada na condição de “antena” do Movimento. O papel

da APTA foi o de animar o processo e articular junto às coordenações dos grandes Movimentos do campo, como por exemplo, o MPA e MST, para que se consolidasse a ACA enquanto o principal espaço de articulação política na construção de uma dinâmica de desenvolvimento agroecológica (**figura 18**).

Figura 18 - Composição inicial da Articulação Capixaba de Agroecologia



Fonte: Elaboração própria

A partir da fala do técnico da APTA, esta dinâmica levava em conta a questão da luta de resistência camponesa pelo território:

Mas enfim, político e ideologicamente, o nascedouro da ACA, ele já nasce... Só acontece a ACA com aquelas organizações, porque naquele momento a luta no Espírito Santo era acirrada (Liderança APTA, entrevista realizada em setembro, 2016).

Portanto, a partir do ano de 2006 diversas ações foram empreendidas no território a fim de fortalecer a dinâmica de

desenvolvimento agroecológico, além de fortalecer as ações de cada organização que compunha a ACA. Assim, é por meio da ACA que ocorre um conjunto de Seminários (sobre legislação, recursos hídricos), campanhas estaduais sobre a agroecologia, sobre as sementes, capacitações de técnicos, além da promoção de um Encontro Estadual de Agroecologia, que ocorreu no ano de 2010.

É importante ressaltar que as ações levadas adiante pela ACA vão preparando o espaço sociopolítico em que se constituirá o que venho chamando de Movimento Agroecológico do Território Norte capixaba. A identidade político-ideológica deste Movimento está relacionada com o início da ACA, momento em que os principais Movimentos Sociais ligados à questão rural capixaba se fazem presente e se reconhecem enquanto uma articulação orientada pela noção de agroecologia. No entanto, diante esta articulação, a noção de agroecologia que orienta este movimento é ampliada com novos significados, diferenciando-se da noção de agroecologia compartilhada pelos atores sociais da região centro-serrana. A noção de agroecologia do território norte é incrementada com os significados da luta pela terra, pela resistência camponesa no território norte capixaba. Essa diferença fica bastante evidente, conforme a fala do técnico da APTA:

Mas os movimentos da ACA que desde o seu nascedouro tem a mesma matriz política e ideológica, a identidade política e ideológica, ela é ligada na realidade daqui. Ela acontece aqui porque aqui está a disputa por terra e território!! O avanço do agronegócio, a expansão... A luta intra-burguesa, entre madeira, boi e fruticultura. Está tudo acontecendo aqui no Norte do Estado. O território Quilombola! Então... que "fixa o olho mais não vê", na região serrana, tudo é muito pacato, tá todo mundo nas suas "propriedadezinhas", um clima ameno, muita água, muita serra (Técnico da APTA, setembro de 2016).

Contudo, o Movimento da Agroecologia neste território não se constitui enquanto um ator homogêneo. Como vimos acima, a ACA é composta por diversos atores sociais, de grande repercussão nacional, e cada qual se orienta por uma bandeira de luta. Embora a ACA unifique as diferentes bandeiras de luta a partir de uma concepção complexa e ampliada de agroecologia, as interações entre esses atores não ocorrem de maneira homogênea e harmônica, abrindo arestas para tensões internas ao

Movimento. Um exemplo disso, são as questões referentes ao contexto nacional. A ACA se articula tanto com a Via Campesina, quanto com a Articulação Nacional de Agroecologia – ANA. Esta última é uma espécie de “rede das redes” dos Movimentos Sociais ligados à agroecologia, na direção do que Sherer-Warren (2007) nos coloca. Nestas redes nacionais são debatidos temas de grande relevância à agroecologia, sobretudo àqueles voltados para a autonomia camponesa. Um tema de destaque empreendido por estas redes foi a campanha contrária aos Transgênicos, no momento em que este tema estava na agenda de diferentes movimentos sociais do Brasil. A ACA tentou levar essa campanha a nível territorial, porém não teve repercussão:

O ponto de vista dos temas mais nacionais a ACA tem muita dificuldade em assimilar essas coisas. Por exemplo, a campanha dos transgênicos, a ACA não trouxe para si, não assumiu a bandeira dos transgênicos, que agente insistiu muito, que era uma bandeira importante. Agente fazia este debate aqui. Quando agente chegou a propor e as pessoas disseram que não, que era mais uma campanha que era mais uma tarefa, que agente já tinha a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos... Então a campanha dos transgênicos era um, foi criado o comitê da Campanha Contra os Agrotóxicos (Técnico da APTA, setembro de 2016).

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos é uma campanha de âmbito nacional, coordenada pelo MPA. A Campanha contra os transgênicos é proposta à ACA pela APTA. Contudo, os relatos acima indicam que, mesmo diante a relevância desse tema em âmbito nacional, esta campanha não teve ressonância entre os demais integrantes da ACA, que priorizaram a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos.

Percebe-se que, atualmente, um dos grandes desafios para a Articulação é a integração das ações dos Movimentos que compõem a ACA, as quais são realizadas ainda de maneira isolada. No caso do MST, embora seja a organização de maior envergadura, estruturada com o seu Setor de Produção e Meio Ambiente, este tem sido o Movimento que menos aparece nas ações da ACA. De acordo com os dados do campo, podemos assinalar que o MST tem muita dificuldade de levar a proposta da agroecologia para os assentamentos. Além disso, a participação do MST no Movimento da Agroecologia é realizada de maneira pontual.

No caso do MPA, é um Movimento que possui várias ações direcionadas à agroecologia. Além disso, sempre houve sua participação na ACA, embora sua principal bandeira de luta não seja relacionada à agroecologia. Porém, a partir dos dados de campo, é possível afirmar que as ações do MPA são ações empreendidas para dentro do Movimento. Ou seja, um dos grandes desafios do MPA é integrar suas ações junto às atuações das demais organizações que compõem o Movimento Agroecológico do Território Norte capixaba. Dada a amplitude de suas lutas, com a identificação de uma pluralidade de pautas políticas, suas ações direcionadas à agroecologia acabam por ser diluída junto a estas pautas. Estas constatações são corroboradas pela visão de alguns integrantes da ACA:

O MPA tem uma política de auto sustentação. Ele está criando as instâncias, a cooperativa, isso gera recurso. Mas assim, tem uma dificuldade de trabalhar em rede. É mais assim, estava na pauta, está, está na minha bandeira está, mas eu priorizo esta bandeira? Olha quantas bandeiras o MPA tem: Moradia, Comercialização, Agroindustrialização, Agroecologia, Formação, frente de Massa (Liderança APTA, setembro de 2016).

Assim, um dos principais desafios relativos ao Movimento da Agroecologia no Território Norte é a rearticulação entre os principais Movimentos Sociais rurais presentes neste território. Este quadro pode ser compreendido, em parte, pela conjuntura política em que os Movimentos Sociais estão passando. Diante o cenário político nacional, os Movimentos Sociais estão se reestruturando internamente. Esse movimento interno aos Movimentos Sociais não tão recente, reflete em suas ações locais.

Minha percepção que é uma dificuldade de trabalho em rede que ela é contraditória às nossas leituras de conjuntura. Primeiro, do ponto de vista da conjuntura, está cada vez pior e vai piorar cada vez mais; essa mesma conjuntura traz uma falta de recursos tremendo para os Movimentos. A realidade nossa é tão complicada, é tão complexa, é tão difícil!! Do ponto de vista do financeiro, de gente, a quantidade de tarefas que tem para fazer

com pouca gente, a vastidão de atuação de tantos espaços. Os Movimentos estão sem dinheiro para fazer uma ocupação. E aí? Você não tem tempo e para você não morrer você vai salvar o coletivo ou vai salvar a sua organização. Você vai procurar o meio de sobreviver, de nadar contra a corrente.... Você vai salvar a sua organização, você vai cuidar da sua casa, senão sua casa vai para o bebeléu (Técnico da APTA, setembro de 2016).

Hoje prá nós a integração está sendo um desafio. Porque, em virtude dessa conjuntura de crise, de golpe... Isso de fato tá dificultando, porque as atenções tá voltada pra combater o golpe, as ações estão voltadas pra combater a estiagem prolongada, então isso é colocado mais como ações prioritárias, como linhas prioritárias e a questão da agroecologia, a massificação da agroecologia tem ficado um pouco esquecida (Coordenador Estadual do MPA, setembro, 2016).

Agente vê a ACA com mais dificuldade de se articular internamente pra poder desenvolver processos. Porque cada instituição tem vivido momento de crise interna. Então isso fez com que as representações fossem voltando muito internamente para poder manter as organizações ativas ali, resolver os problemas, então a APTA com suas dificuldades, agente com nossas dificuldades, o MPA, o MST, a PJR e a Associação dos Orgânicos, enfim cada movimento com essas particularidades tendo que se voltar para dentro para garantir a existência mesmo em certos aspectos (Integrante da RACEFFAES, setembro de 2016).

Contudo, como todo cenário de crise pode ser compreendido enquanto um cenário para se criar oportunidades, tanto a crise política associada à conjuntura política nacional, a falta de recursos financeiros, quanto a forte crise hídrica acometida no território norte, são fortes elementos para a reconexão dos Movimentos Sociais. Motivado com a atmosfera de criar novas oportunidades em meio a este cenário de crise, o MPA, recentemente, vem se articulando a fim de retomar os debates junto à ACA. De acordo com as lideranças do Movimento, uma das

estratégias do MPA é tomar a dianteira no processo de animação da ACA e, conseqüentemente fortalecer o Movimento da Agroecologia do Território Norte capixaba:

Então nesse momento agora a Articulação ela tá assim numa situação de bastante dificuldade. Inclusive nós do MPA estamos tentando fazer várias provocações pros companheiros da necessidade de agente fazer com que a ACA possa de fato retomar suas ações. Então nós do MPA... semana passada mesmo, nós tomamos a iniciativa de fazer as provocações.

(...) Nós acreditamos que é um dos movimentos dentro da ACA, dentro da Via Campesina, tem que tomar essa postura de arrancar, de puxar, com que essa Articulação, nós não denominados o caráter de rede, mas tem esse papel, nós do Movimento vamos ter que fazer isso, de cumprir esse papel de animador. Tarefa que a APTA vinha fazendo, vamos dizer assim, com mais dedicação. E que hoje, nós estamos entendendo que cabe ao MPA fazer isso. E nós estamos tomando algumas iniciativas prá isso acontecer. (...) Mas assim, nós do MPA estamos fazendo essas provocações. Nós estamos se sentido no direito de puxar, de reanimar essa Articulação, essa Rede, para que esse movimento agroecológico possa se reerguer e se fortalecer e fazer as ações que precisam ser feitas inclusive em caráter emergencial (Coordenador Estadual MPA. Setembro de 2016).

Apesar dessa sinalização proativa do MPA no sentido de fortalecer as ações da ACA, existe o entendimento de alguns membros do Movimento que o papel de animação da ACA e, conseqüentemente do Movimento Agroecológico, deveria ser da APTA, uma vez que a principal bandeira de ação da entidade é a agroecologia. Ademais, como mencionado anteriormente, a liderança da APTA é o principal protagonista no sentido de promover a coalizão política orientada pela concepção da agroecologia. Algumas de suas estratégias de ação, já elencadas, são reconhecidas pelos membros da ACA e podem ser compreendidas a partir das contribuições de Flignstein (2007) sobre o papel dos empreendedores institucionais. Assim, a liderança da

RACEFFAES traz contribuições relevantes para se compreender o papel decisivo desta liderança no processo de articulação da ACA:

A APTA hoje, e aí é a APTA mais Demétrius, é que tem na agroecologia, quando a pauta é mais no campo da agroecologia mesmo, é a instituição, é a pessoa que tem mais esse entendimento coletivo da agroecologia. Então o MPA está discutindo a agroecologia, está, é significativo sua participação, mas tem outras dimensões políticas do movimento que não é prioridade. Talvez poderia ser colocado assim, não prioridade do Movimento [MPA] de desenvolver a agroecologia. Quando ele desenvolve o plano camponês, ele está desenvolvendo a agroecologia, mas a bandeira primeira lá não é a agroecologia, são aqueles itens lá que está no Plano Camponês (Integrante da RACEFFAES, setembro de 2016).

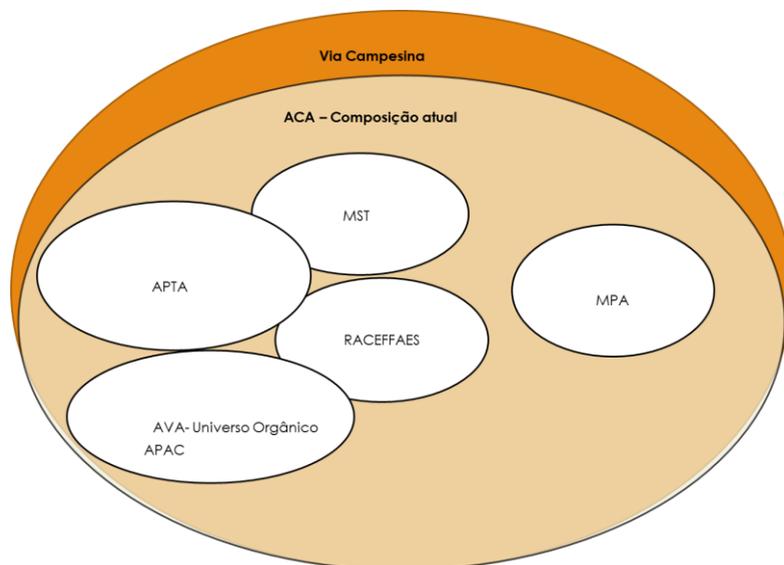
Não obstante a relevância destas discussões, que demonstram tensões internas ao Movimento, vale pontuar que recentemente houve a incorporação da Associação Veneciana junto à ACA, redefinindo sua composição em comparação ao momento de sua fundação (**figura 17**). Este processo fortaleceu o Movimento da Agroecologia no Território, uma vez que a principal bandeira da Associação está intimamente ligada à concepção da agroecologia, em toda a sua complexidade. Portanto, embora haja pequenas tensões políticas dentro do Movimento Agroecológico, os principais atores sociais continuam a empreender suas ações no sentido de fortalecimento do Movimento.

A ACA ainda é o espaço de articulação dos Movimentos Sociais Rurais do Território Norte do Espírito Santo e constitui a unidade sociopolítica das ações empreendidas pelos diferentes atores sociais na direção de construção da dinâmica de desenvolvimento agroecológico do Território.

Então em termos de Articulação, nós demos uma esfriada, mas o trabalho da agroecologia, o movimento vai sendo garantido. Então o nosso papel, nosso engajamento político maior, é sem dúvida, mesmo com esses desafios né, é a ACA que agente entende que é o ponto de unidade, para que agente também não fique assim igual a uma ilha de discutir agroecologia e o nosso entendimento de

agroecologia. Lá também é onde ajuda nesse espaço de formação e entendimento da agroecologia, para agente definir um pouco o nosso conceito de agroecologia. Então a ACA, politicamente, é o nosso principal ponto de articulação com os movimentos na Via Campesina. (Integrante da RACEFFAES, setembro de 2016).

Figura 19 - Composição atual da ACA



Fonte: Elaboração Própria

Com o reconhecimento e incorporação formal da Associação Veneciana no Movimento, novas estratégias de ação estão sendo delineadas. Neste contexto de desafios políticos e socioambientais, o Movimento Agroecológico vem tecendo novas relações com importantes atores sociais. No momento do trabalho de campo, tive oportunidade de vivenciar o processo de discussão do Plano de Ação Territorial junto aos movimentos sociais, coordenado pelo Banco do Nordeste. Além do processo de rearticulação da ACA, o Plano Territorial está sendo

desenhado para fortalecer os processos de comercialização junto aos agricultores a partir da implementação de ações voltadas à criação do Sistema Participativo de Garantia- SPG. Este processo se configura uma potencialidade nas ações em direção do fortalecimento e consolidação da dinâmica de desenvolvimento agroecológica no Território Norte capixaba.

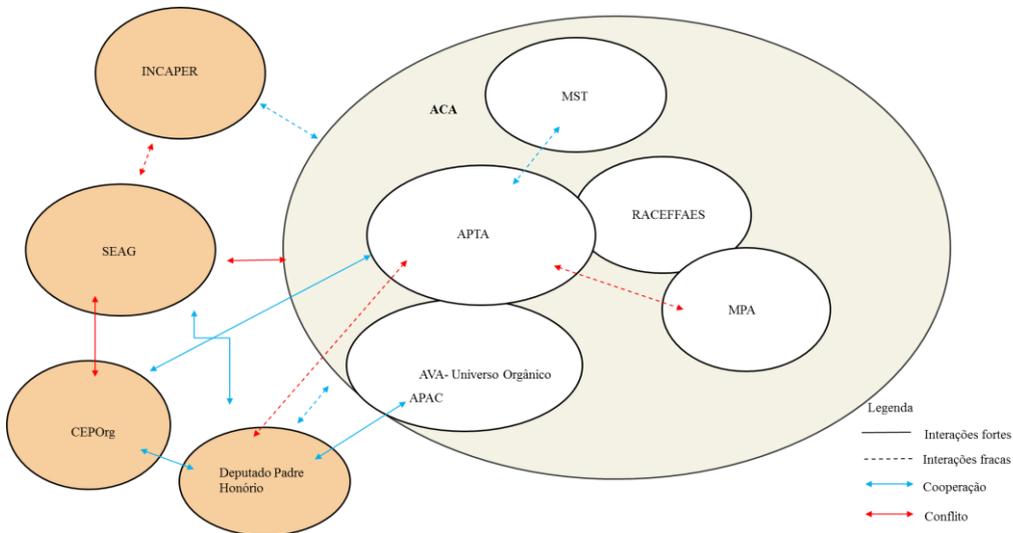
Mesmo diante essas tensões inerentes ao próprio Movimento de Agroecologia, este movimento tem sido o principal contraponto ao modelo de desenvolvimento rural levado adiante pelo Estado capixaba. Como mencionado anteriormente, as estratégias do Estado vão na direção de fortalecer o campo do desenvolvimento rural a partir da perspectiva do Agronegócio. As políticas do Estado destinadas à agricultura familiar dizem respeito ao fortalecimento da perspectiva do agronegócio direcionado às pequenas propriedades. Portanto, é nitidamente perceptível o papel que o Estado vem desempenhando na construção da agricultura empresarial, tanto para os produtores convencionais, quanto para aqueles que tem a produção orgânica como o seu “carro chefe”. As principais ações da atual Gerência de Agroecologia e Produção Vegetal estão voltadas para o fortalecimento da produção orgânica, sobretudo na região centro-serrana do Estado. Esta configuração aponta no sentido de fortalecer a produção orgânica no Estado enquanto mais um “segmento” produtivo no leque dos seus sistemas de produção. Na visão deste Estado, as ações empreendidas pelas organizações que compõem o Movimento da Agroecologia do Território Norte capixaba, são ações dotadas de caráter “político-ideológico”, sem ações diretas junto aos agricultores. O fato é que o Território Norte Capixaba não representa o *locus* de ação das políticas públicas no âmbito do Estado, voltadas a produção agroecológica, pois este território tem sido o principal eixo de ação dos grandes empreendimentos do agronegócio.

Deu para pegar um pouco da situação e vi que ali existem poucas, ou quase nenhuma experiência de agroecologia na prática, mas tem muito debate ideológico e tal... E um detalhe interessante. Aqui tem uma entidade chamada APTA, no Rio se chama AS-PTA, ela defende justamente o lado legalista da situação, e não o lado das múltiplas faces dos sistemas orgânicos de produção. Então é um debate ideológico sim! Cada um expõe uma ideia e vai defendendo ela até o final e não aceita o do outro (entrevista coletiva MDA e ex-gerente da Agroecologia e Produção Vegetal da SEAG, setembro, 2016)

Estes conflitos ficam mais evidentes no espaço da Comissão Estadual de Produção Orgânica do Espírito Santo- CEPORG-ES. É nesse espaço em que são colocados face-a-face os agentes sociais que defendem modelos distintos de desenvolvimento. De um lado, os representantes do Movimento Agroecológico do Território Norte capixaba e de outro os atores intérpretes da produção orgânica. A questão dos diferentes modelos de certificação tem sido um dos principais embates dentro desta Comissão, elucidando posicionamentos antagônicos entre as duas perspectivas. Inicialmente, somente a certificação por auditoria era reconhecida, transparecendo o forte poder do grupo em torno da produção orgânica. Posteriormente, no ano de 2007, há uma conquista do grupo do Movimento da Agroecologia no sentido da legitimação e reconhecimento dos modelos de certificação participativos. Como avaliado anteriormente, é importante assinalar que este reconhecimento foi capitaneado pelo novo coordenador da CEPOrg. Este empreendedor institucional proporcionou uma rearticulação desta arena junto aos atores sociais, e um espaço democrático de modo a balancear os jogos de poder entre àqueles que defendem um mecanismo centrado no mercado – auditoria, e àqueles que defendem o modelo alternativo ao modelo hegemônico – SPG e OCSs.

A Figura 18, abaixo, sintetiza as relações entre os diferentes atores sociais no território norte, enfatizando as interações cooperativas e conflituosas entre esses atores. As setas pontilhadas e contíguas, identificam interações fracas e fortes respectivamente.

Figura 20 - Interações entre os atores sociais no território norte capixaba



Fonte: Elaboração própria

5.4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS EMPREENDEDORES INSTITUCIONAIS

Diante do cenário exposto acima, podemos perceber que o processo de construção da dinâmica de desenvolvimento agroecológico está sob a influência das interações de diferentes atores sociais. Entretanto, as movimentações dos atores sociais em um determinado campo específico - a construção da dinâmica de desenvolvimento agroecológica - estão intrinsecamente relacionadas com a ação empreendida por alguns atores específicos. A capacidade que estes atores possuem em produzir novos campos, estabilizá-los periodicamente, ou produzir a sua transformação dependerá da combinação entre as seguintes características: da maneira em que são mobilizadas as regras preexistentes e, sobretudo da habilidade social (FLINGSTEIN, 2007). Portanto, estamos diante daquilo que Flingstein (2007) nos coloca sobre o papel de agência empreendido por alguns atores a fim de impulsionar o processo de criação de um campo específico e/ou induzir um processo de reprodução deste mesmo campo. Nesse sentido, essas lideranças lançam mão de diferentes estratégias socioculturais a fim de induzir a cooperação junto aos atores sociais no processo de construção de “novas ordens locais”, ou, por outro lado, para manter estável as relações internas aos campos específicos. No

primeiro caso, podemos denominá-lo de “empreendedor institucional”, pois as táticas e a habilidade dessas lideranças específicas possuem o intuito de criar “novas ordens locais”, enquanto que no segundo caso, podemos definir o ator estratégico como um ator socialmente hábil. Ou seja, a habilidade social de determinados atores no processo de indução da cooperação entre os atores sociais para promover a estabilização de campos específicos (FLINGSTEIN, 2007, pp. 67-69).

Inicialmente, o campo do movimento agroecológico no Estado capixaba era composto basicamente pelos intérpretes da agroecologia e agricultura orgânica sem, no entanto, levar em consideração os desdobramentos sociopolíticos da diferenciação conceitual e empírica entre essas duas modalidades produtivas. Além disso, os “atores desafiados” no interior do campo do desenvolvimento rural capixaba se encontravam subsumidos pelos “atores desafiantes”, os quais lideravam o processo de reprodução das regras e instituições locais (FLINGSTEIN, 2007, pp. 67-69). Assim, as lutas no interior do campo do desenvolvimento rural capixaba gravitavam em torno de outras bandeiras específicas, tais como a reforma agrária, as lutas de resistência de territórios étnicos. Lutas essas, que por serem específicas, acabavam sendo pulverizadas, mobilizando uma diversidade de atores sociais que, contudo, atuavam de maneira isolada.

No entanto, com a chegada desses empreendedores institucionais, novas coalizões políticas foram delineadas, incrementando o campo de disputas com novos ingredientes. Tanto a chegada da nova liderança da APTA no ano de 2005, quanto as ações do Padre Honório junto aos camponeses do município de Nova Venécia, relatadas acima, marcaram um processo que possibilitou a criação de uma nova ordem local, e posteriormente, a manutenção desta ordem por meio de processos que facilitaram a cooperação entre os diversos atores sociais. A ação da liderança da APTA enquanto “empreendedor institucional” propiciou um ambiente favorável à criação do Movimento da Agroecologia do Território Norte, sobretudo na incorporação de novas bandeiras de lutas à concepção ampliada da agroecologia. Além disso, internamente à APTA, a sua atuação orientou um processo de reestruturação institucional, conforme podemos constatar na fala desta liderança:

Porque tem outra coisa também, neste campo da agroecologia, desde quando eu estou aqui existiam dois campos, um campo que era puxado pelo INCAPER [Estado], e outro campo puxado pela ACA. Sempre teve esses dois campos de

agroecologia no estado. Nós preferimos ficar... A APTA acendia uma vela para Deus e outra para o Diabo. E o diabo não era assim tão feio como se pintava... E quando eu chego eu digo é a ACA e pronto! É quem política e ideologicamente parte do pressuposto que a agroecologia é terra e território e o resto é o jeito de fazer... E aí a APTA rompe com esse outro lado. Só que, primeiro Seminário Estadual promovido pelo INCAPER em Santa Maria de Jetibá, onde foi criado a CEPOrg. A APTA estava. **Deram para mim o documento para eu poder terminar de elaborar o documento, da carta de lá.** Olha só os caras (Liderança APTA, setembro, 2016)⁶⁵.

Portanto a bandeira da agroecologia passou a ser dotada de maior significação junto a essas novas coalizões, passando a desempenhar o papel de eixo central articulador das outras bandeiras. A agroecologia no território norte passou a significar a luta pela terra e pelo território, sobretudo ao apoiar as lutas de resistência quilombola, indígena e camponesa. De acordo com Flingstein (2007), os empreendedores institucionais ajudam a construir quadros culturais completamente novos para os campos. Isto decorre do processo de construção de identidades de comprometimento que unem a pluralidade de grupos e atores sociais. De acordo com Flingstein (2007, p. 70)

O truque é obter coalizões políticas sob uma nova bandeira que una grupos muito diferentes. As novas concepções culturais são desenvolvidas com base no material disponível aos atores estratégicos para propiciar, aos atores coletivos, identidades que repercutem em suas concepções coletivas de ser. Esses novos conceitos culturais podem reorganizar as identidades e os interesses dos atores.

Outra ação desta liderança, que pode ser analisada sob a ótica do conceito da habilidade social de Flingstein (2007), está relacionada com a ideia de promover processos de cooperação. Para o autor uma das táticas

⁶⁵ Grifos meu.

dessas lideranças é a definição das pautas de reuniões, ou de agendas de trabalho.

A definição da agenda é a habilidade de definir para os outros os parâmetros da discussão (Kingdon, 1984; Lukes, 1974). Se um ator hábil puder fazer com que os outros aceitem os termos da discussão, metade da negociação já estará ganha (FLINGSTEIN, 2007, p. 68).

No trabalho de campo, durante a realização da entrevista junto a esta liderança, ele menciona: *Estou fazendo a pauta para a ACA enquanto eu estou conversando com você aqui.* Além desta tática empreendida pela liderança, é possível identificar que as ações dessa liderança são motivadas por interesses coletivos. Flingstein (2007) nos coloca que os atores socialmente hábeis possuem a faculdade de induzir a cooperação de maneira a promover o bem comum, o interesse do coletivo. A fala de um dos entrevistados nos aponta para esta direção:

O Demétrius muitas vezes deixa de fazer os trabalhos da APTA para poder cuidar dos processos que deveriam ser cuidados pelo coletivo. Então tudo que ouvi falar de agroecologia, das ações que eu participei ele tem sido a referência

Então, hoje assim, o MDA faz falta, faz! O deputado faz falta, faz! Mas se um dia, hoje ou depois amanhã, se Demétrius que as vezes fala, “Ah estou pensando em outras coisas...” Aí eu acho que seria um impacto, pensando em ACA eu acho que seria um impacto maior. Muito grande mesmo assim, mais do que essas outras grandes organizações, com todo o dinheiro que esses caras tem, para poder disponibilizar, com toda a estrutura. Mas hoje o ES perder o Demétrius é uma perda grande, porque ele é o grande articulador dos processos, ele que é o animador, ele que liga (...)
(Integrante RACEFFAES, setembro, 2016)

As ações empreendidas pelo padre Honório também podem ser analisadas sob a luz das concepções de Flingstein (2007). Enquanto pároco do município de Nova Venécia, o Frei Honório foi o principal

articulador para a criação de diversas associações, as quais atualmente estão integradas na Rede Agrovida e no Fórum de Economia Solidária.

Participo do território do norte. Nós participamos no Norte, nós criamos uma escola de agroecologia em Nova Venécia. Nós ajudamos a criar uma escola de agroecologia e participamos mais esporadicamente e com o assessor lá em Colatina; Nós criamos um projeto de formação e gestão política, que o IFES certificou, e dentro desse projeto de formação e gestão política tem a disciplina de agroecologia, que foi trabalhada em 22 escolas, 22 municípios; nós elaboramos reuniões mensais com a equipe de agroecologia aqui na casa e que agente participa (Deputado Padre Honório, setembro, 2016)

Atualmente o padre Honório desempenha um relevante papel para a consolidação do Movimento da Agroecologia diante a Casa Legislativa do Estado do Espírito Santo. Recentemente ele criou a Frente Parlamentar de Incentivo e Defesa da Agroecologia e Agricultura Orgânica do Espírito Santo. Seu papel é promover o debate na casa legislativa sobre as ações relativas à agroecologia. Além de promover seminários, o papel do atual deputado é a interlocução com outros deputados no sentido de “convencê-los” sobre a importância da inserção da agroecologia e da produção orgânica na agenda legislativa. Em entrevista com o deputado, ele nos fala sobre algumas de suas táticas:

Então, eu prefiro o seguinte, ir mostrando aquilo que está dando certo, e trazendo, convidando esse povo para participar, está convidando, tá... Porque? Porque na medida em que eles vão participando de alguns eventos, ouvindo algumas falas eles podem tomar consciência dos danos que eles estão provocando ao planeta (Deputado Estadual Padre Honório, setembro de 2016)

Portanto de acordo com as considerações acima, as ações dessas lideranças possibilitam promover a coesão social e induzir um processo de construção ou transformação de novos campos específicos. Neste caso, tais ações foram fundamentais para delinear a configuração do campo da agroecologia, promovendo a constituição do Movimento da Agroecologia

do Território Norte capixaba orientado sob uma concepção ampliada de agroecologia, tal qual expresso nas falas dessas lideranças: A agroecologia como sinônimo de resistência camponesa e luta pela terra e território. Nesse sentido, a atuação desses empreendedores mostra-se de grande relevância para o processo de fortalecimento e consolidação da dinâmica de desenvolvimento agroecológico no Território Norte capixaba.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compartilhando o pressuposto de que a emergência e a evolução de dinâmicas de desenvolvimento enraizadas em um dado território é produto de um longo e complexo processo de interações (conflitos e alianças) tecidas entre diferentes grupos, atores e agentes sociais (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p.60), esta pesquisa buscou compreender a emergência e evolução da dinâmica de desenvolvimento agroecológico no território norte do Espírito Santo, a partir da análise das interações e estratégias de ação do Movimento Social Agroecológico. Os resultados dessas interações repercutem em expressões econômicas, sociais, ecológicas e culturais enraizadas neste território, concebidos sob à luz do enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Entretanto, as novas dinâmicas de desenvolvimento emergem em meio a um complexo contexto. Nesse sentido, a compreensão deste contexto por meio da abordagem socio-histórica (SABOURIN, 2015; GRISA, 2012), demonstrou que a emergência de uma dinâmica de desenvolvimento alternativa ao modelo dominante de desenvolvimento rural desdobra-se, sobretudo, em meio aos conflitos agrários por reforma agrária, somados às preocupações geradas pela tomada de consciência do agravamento da crise socioambiental planetária. No âmbito nacional, a dinâmica de desenvolvimento agroecológico, portanto, é levada adiante a partir das ações de um conjunto de atores e grupos sociais os quais conformam uma coalizão sociopolítica específica, denominada de **coalizão camponesa agroecológica** inseridas no interior do campo de desenvolvimento rural.

Do ponto de vista teórico, a coalizão camponesa agroecológica, inscreve-se no cenário de debates sociológicos que orientaram as diferentes correntes interpretativas sobre os principais sujeitos do meio rural brasileiro, no caso os agricultores camponeses. De um lado, uma abordagem que defende a transformação do campesinato, quando não o seu desaparecimento, frente à lógica de globalização econômica, dando lugar a um novo ator nas dinâmicas de desenvolvimento rural: a “Agricultura Familiar”. De outro lado, abordagens teóricas que fortalecem a “resiliência” de um campesinato e seus fortes traços idiossincráticos que o delimita, perante a configuração contemporânea do meio rural no Brasil. O estudo realizado demonstrou que o Movimento Agroecológico comparece neste controvertido espaço de debates fortalecendo a ideia de “campesinização” e privilegiando as relações de co-produção entre os camponeses e a natureza viva, a partir do manejo ecologicamente prudente e socialmente incluyente dos agroecossistemas

(PLOEG, 2008). A campesinização materializa-se, no meio rural, a partir de relações sociais tecidas no nível territorial, colocando em primeiro plano as diferentes relações nutridas pela valorização dos laços de reciprocidade (SABOURIN, 2015; VIEIRA, 2006).

No entanto, a agroecologia emerge em um campo marcado por disputas teórica e político-ideológica que, na prática, traduzem-se em diferentes concepções de como produzir e consumir alimentos. De um lado a agricultura orgânica, associada ao forte processo de “convencionalização” da produção e, de outro lado, a agroecologia orientada pela noção chave de “gestão de agroecossistemas” (ALTIERI, 1989). No Espírito Santo, estes debates acompanham toda a trajetória do Movimento Agroecológico, desde a sua emergência até os dias atuais.

O estudo tentou demonstrar que a emergência da agroecologia neste estado acompanhou esses debates e os desdobramentos ocorridos em âmbito nacional. Inicialmente, o movimento para uma agricultura alternativa no Espírito Santo estava alicerçado na ideia de manejo dos solos por meio da implantação de tecnologias alternativas ao uso dos agrotóxicos. Assim, num estado considerado de vanguarda no processo de transição para a produção orgânica, o PTA foi assumido como uma instituição parceira. Contudo, na medida em que as formas de cooperação entre os principais atores sociais ligados ao Movimento da Agroecologia e os demais Movimentos Sociais Rurais evoluem, a noção de agroecologia acaba sendo dotada de novos significados. A questão da reforma agrária associada à luta pela resistência e permanência de territórios étnicos tradicionais são incorporados à noção de agroecologia.

O Movimento Agroecológico do território norte passa a lutar pela bandeira da agroecologia enquanto um modelo de desenvolvimento alternativo ao modelo vigente no Estado. Dessa maneira, o Movimento Agroecológico configura-se como um sub-campo de promoção de estratégias alternativas de desenvolvimento integrado ao campo no nível estadual. Portanto, a partir da incorporação da noção de “territorialidade”, inerente à reforma agrária e resistência étnica, o Movimento Agroecológico diferencia-se do movimento pela agroecologia e produção orgânica promovido pelos atores sociais da região centro-serrana e sul do estado. O momento desta inflexão ocorre quando os principais atores sociais do Movimento Agroecológico direcionam suas estratégias e atenções para o Território Norte. Na medida em que este passa a orientar suas ações na direção da implementação de uma dinâmica territorializada de desenvolvimento, estas, por sua vez, passam a ser contraditórias às ações compreendidas no âmbito do Estado.

Todavia, o Movimento Agroecológico não se constitui enquanto um ator homogêneo. O estudo assinalou as diferentes bandeiras de lutas empreendidas pelos seus principais atores. Essas bandeiras de luta materializam-se em diferentes ações empreendidas pelos mesmos e, por sua vez, respondem pela geração de algumas dissensões internas. Dessa forma, o estudo debruçou-se no papel exercido por alguns atores específicos, a fim de induzir processos cooperativos entre essa diversidade de atores, para fortalecer o processo de coalizão política e, conseqüentemente, a continuidade de implementação da dinâmica de desenvolvimento agroecológica no território norte. Nesse sentido, o trabalho corrobora a hipótese levantada no capítulo introdutório, segunda a qual as interações sociais desses atores específicos, sobretudo as estratégias de cooperação dos “empreendedores institucionais”, induzem a coalizão política na construção do Movimento de Agroecologia do Território Norte do ES e fortalecem a dinâmica de desenvolvimento agroecológico no território em questão.

A partir dos resultados do estudo, podemos apontar algumas potencialidades para o fortalecimento da dinâmica de desenvolvimento agroecológica no território. As práticas agroecológicas dos camponeses e a valorização das estruturas de reciprocidade descortinam um leque de oportunidades inscritas no território em questão que poderiam contribuir para fortalecer as dinâmicas em curso. Ademais, as inovações sociotécnicas produzidas a partir do entrelaçamento entre os diferentes saberes (tradicional e científico), e as trocas de saberes intragrupais, enraizadas no território, nos possibilitam afirmar que a dinâmica de desenvolvimento agroecológico no norte do Espírito Santo possui elementos significativos que a caracterizam enquanto uma dinâmica em potencial apontada pelo enfoque do *Desenvolvimento Territorial Sustentável*. Portanto, mesmo diante do caráter emergente dessa dinâmica e da incerteza sobre os seus desdobramentos futuros, o território norte se destaca no sentido de abrigar práticas inovadoras associadas a um expressivo Movimento Camponês Agroecológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Edusp, 3ª edição, 1ª reimp., 2012.

ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED/Secco, 2010, pp. 27-48.

ABRAMOVAY, Ricardo e FAVARETO, Arilson. Pode a teoria dos campos de Pierre Bourdieu ser aplicada em estudos de desenvolvimento territorial? **Seminário do Projeto de Pesquisa** “Territoriosruralesenmovimiento”, Salvador, Bahia, 2008.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ANDION, Carolina. Atuação das Organizações Não-Governamentais (Ongs) nas dinâmicas de desenvolvimento no meio rural de Santa Catarina. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED/Secco, 2010, pp. 329-374

_____. **Atuação das Ongs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina**: Os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/SC, 2007, 427 fls.

ANDION, Carolina; SERVA, Maurício; LÉVESQUE, Benoît. O Debate sobre a Economia Plural e sua Contribuição para o Estudo das Dinâmicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável In: **Revista Eisforia**. Florianópolis, v.4, número especial, 2006. p. 199 -223.

ARANTES, Poliana Beatriz; MENEZES, Luis Fernando; PEIXOTO, Ariane Luana. Novas tendências do desenvolvimento rural: agricultura

ecológica no Espírito Santo. In: **Natureza online**, v. 12, nº 3, pp. 137-152, 2014.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Editora UFPR, v.6, jul/dez 2002. p. 67-80.

AZEVEDO, Elaine de. **As Relações entre Qualidade de Vida e Agricultura Familiar Orgânica**: da articulação de conceitos a um estudo exploratório. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2004.

BUAINAIN, Antônio Márcio et. al. **A economia agropecuária brasileira – o que fazer?** Vitória – ES, Maio, 2016, no prelo.
BEIRAL, Paula Rúbia Simões. Boletim Técnico Agricultura Capixaba – 2014. In: **Instituto Jones dos Santos Neves**, Vitória-ES, 2014. pp. 1-18.

BERGAMIM, Márcia Cristina. **Agricultura Familiar no Espírito Santo**: constituição, modernização e reprodução socioeconômica. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

BERKES, Fikret. Sistemas Sociais Ecológicos e Direitos de Apropriação de Recursos Naturais. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais**: conceitos métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 47-72.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria Geral dos Sistemas**: fundamentos, desenvolvimento e aplicações. Petrópolis – RJ: Vozes, 2013. Capítulos 1 e 2.

BORSATTO, Ricardo Serra e CARMO, Maristela Simões do. A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). In: Revista de Economia e Sociologia Rural – RESR. Piracicaba – SP, vol. 51, Nº 4, Out/Dez 2013, p. 645-660.

BOSETTI, Cléber José. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e campos. In: **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 16ª Ed. 2012. Capítulo III.

_____. **Os Usos Sociais das Ciências**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus editora, 1996.

_____. **Esboço de uma teoria prática**. Traduzido por Paula Monteiro. Tradução das partes: "Lestroismodes de connaissance" e "Structures, habitus et pratiques". In: -. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Geneve, Lib. Droz, 1972. p. 162-89.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Editora UFPR, n. 6, jul/dez 2002. p. 11-28.

BRASIL. Agrotóxicos na ótica do Sistema Único de Saúde. In: **Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador/Ministério da Saúde**, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

CAÇADOR, Sálvio Bertoche e GRASSI, Robson Antônio. Olhar Crítico Sobre o Desempenho Recente da Economia Capixaba: Uma Análise a Partir da Literatura de Desenvolvimento Regional e de Indicadores de Inovação. In: **Revista Econômica do Nordeste – REN**, v.40, n. 3. Julho-setembro. 2009. p. 453-480.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 11ª edição, 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: CAPORAL, F.

R.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: 2009.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O Trabalho do Antropólogo**. 3 Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CARNEIRO, Maria José; ROCHA, Betty Nogueira. Limites e possibilidades da construção de territórios de desenvolvimento na região serrana do Rio de Janeiro. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.;

CERDAN, C.; CARRIÈRE, J. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED/Secco, 2010, pp. 203-224.

CARRIÈRE, Jean-Paul; CAZELLA, Ademir Antonio. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. In: **Revista Eisforia**, Florianópolis; v.4, número especial, 2006. pp. 23-48.

CAZELLA Ademir A.; BONNAL Philippe; MALUF, Renato, F.. Multifuncionalidade da Agricultura Familiar no Brasil e o Enfoque da Pesquisa. In: **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2009.

CERDAN, Claire. et. al. **Desenvolvimento Territorial Sustentável na Zona Costeira do Estado de Santa Catarina Brasil**. Documento de Trabalho nº 87. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Rimisp. Santiago, Chile, 2011.

CERDAN, Claire. & VIEIRA, Paulo Freire. **Valorização dos ativos culturais e naturais das comunidades rurais e desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do estado de Santa Catarina, Brasil**. Rimisp. Santiago, Chile, 2011.

CÔGO, Anna Lúcia. **História Agrária do Espírito Santo no Século XIX**: a região de São Mateus. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo, 2007.

COLISTETE, Renato Perim. O Desenvolvimentismo Cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo; v.15; n. 41; p. 21-34. 2001.

CORDEIRO, Eduardo Firak. **Sistemas alimentares alternativos**: o papel dos circuitos curtos de comercialização de produtos agroecológicos em Florianópolis, SC. Dissertação (mestrado em agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 2014, 212 fls.

COURLET, Claude. Os sistemas produtivos localizados: da definição ao modelo. In: **Revista Eisforia**. Florianópolis, v.4, número especial, 2006. pp. 49-80.

DUPUY, Jean-Pierre. Os arautos da complexidade. In: PESSIS-PASTERNAK, Guitta. **Do Caos a inteligência artificial**: entrevistas de GuittaPessis-Pasternak. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 1993.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os Usos da Terra no Brasil**: debates sobre políticas fundiárias. São Paulo: Cultura Acadêmica:Unesco, 2014.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. “Donos do Lugar”: a geo-grafia negra e camponesa do sapê do Norte – ES. In: **Revista Geografares**, nº 8, 2010, pp.1-23.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. In: **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 47, Nº2, abr-jun, 2007.

FORMENTINI, Edegar Antônio; SOUZA, Jacimar Luiz de. A agricultura agroecológica no Espírito Santo. In: DADALTO, Gilmar Gusmão *et. al.* (Orgs.). **Transformações da agricultura capixaba: 50 anos Vitória**, ES : Cedagro; Incaper; Seag, 2016, pp. 95-98.

FRISCHTAK Cláudio, BELUZZO, Luiz Gonzaga. Produção de Commodities e Desenvolvimento Econômico: uma introdução. In: BELUZZO, L.G.; FRISCHTAK C.; LAPLANE, M. **Produção de Commodity e Desenvolvimento Econômico**. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia. 2014. p. 9-20.

GODARD, Olivier. A Gestão Integrada dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: Vieira, Paulo Freire; Weber Jacques (Orgs.). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental, 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000. p. 201-266.

GONZÁLES DE MOLINA, Manuel. Algumas notas sobre Agroecología Política. In: **Agroecología**. v. 6, 2012. p. 9-21.

GRISA, Catia. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. Tese (Doutorado em Ciências), Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2012.

GUIVANT, Júlia. O Controle de Mercado Através da Eco-Eficiência e do Eco-Consumo: uma análise a partir dos supermercados. In: **Política & Sociedade**. V. 8, nº 15, outubro de 2009, p. 173-198.

GUIVANT, Júlia . Os Supermercados na Oferta de Alimentos Orgânicos: Apelando ao estilo de vida ego-trip. In: **Ambiente & Sociedade**, Vol VI, nº 2, Jul/Dez 2003, p. 63-81.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, p. 6774-6792, 2005.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Dados estatísticos da produção vegetal e área colhida dos estabelecimentos agropecuários por tipo de produção vegetal - série histórica (1920/2006). 2006.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Dados estatísticos da produção, Venda e Valor da produção na horticultura por produtos da horticultura, condição do produtor em relação às terras, grupos de atividade econômica e grupos de área total. 2006.

JACOBSON, Ludmila da Silva, *et. al.* Comunidade Pomerana e Uso de Agrotóxico: uma realidade pouco conhecida. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n. 6, 2009, p. 2239-2249.

JULIÃO, Francisco. O que são as Ligas Camponesas? In: WELCH, Clifford A. *et. al.*(Orgs) **Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: editor da UNESP; Brasília-DF Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2009. LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, Riode Janeiro, 2007.

MANCIO, Daniel. **Dinâmica da Paisagem e da Matéria Orgânica do Solo de Assentamentos Rurais no Norte e Sul do Espírito Santo**. Tese (Doutorado em Produção vegetal), Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal, Centro de Ciências Agrárias, UFES, Alegre, 2015.

MEDAETS, Jean Pierre; FONSECA, Maria Fernanda de A. C. **Produção Orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Sem Terra, 'Assentados', 'Agricultores familiares': considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001, pp.103-128.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas-SP, 1995.

MENDONÇA, Maria Luiza Rocha Ferreira de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura: a construção do conceito de *agregócio***. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2013.

MOACIR, Palmeira. Modernização, Estado e Questão Agrária. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, 1987, pp. 87-108.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2002
NIEDERLE, Paulo André. Política local e a trama das relações de poder no desenvolvimento territorial. In: CAVALCANTO, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (Orgs.). **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2014, pp. 103-134.

NIEDERLE, Paulo, André; *et. al.*. Dinâmicas sociais no Território Paraná Centro – PR. In: CAVALCANTO, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (Orgs.). **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2014, pp. 237- 324.

NIEDERLE, Paulo André e ALMEIDA, Luciano. A Nova Arquitetura dos Mercados para Produtos Orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 23-68.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; BRANDENBURG, Alfio. Uma Grande Oportunidade: o sindicalismo e seus projetos de ecologização da agricultura familiar. In: **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVIII, n. 3, jul.-set. 2015, pp. 1-18.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural – RESR**. Piracicaba – SP, vol. 52, Supl. 1, 2014 pp. S063-S084.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado em Ciências). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2011.

PÁDUA, José Antônio. **Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002.

PECQUEUR, Bernard. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. In: **Revista Eisforia**, Florianópolis; v.4, número especial, 2006. pp. 135-154.

_____. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. In: **Raízes**, Campina Grande; v, 24, nº 01 e 02, 2005, pp. 10-22.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia e a Superação do Paradigma da Modernização. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 69-104.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2ª ed., 2012.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. In: **Revista Nera**. Presidente Prudente, SP, ano 8, n. 7, julho/dezembro de 2005, pp. 35-47.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

REQUIER-DESJARDINS, Denis; BOUCHER, François; CERDAN, Claire. Globalização, vantagens competitivas e sistemas agroindustriais localizados em zonas rurais de países latino-americanos. In: **Revista Eisforia**. Florianópolis, v.4, número especial, 2006. pp. 107-134.

SABOURIN, Eric et.al. Inovação social na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar no Distrito Federal. In: **Sustentabilidade em Debate**. Brasília, v. 5, n. 3, set/dez 201, p. 98-119.

SABOURIN, Eric. Evolução da política federal de desenvolvimento territorial no Brasil. In: **Novos Cadernos NAEA**. v. 18, n. 1, jan-jun. 2015a, p. 123-143.

SABOURIN, Eric. Gestão territorial e economia social e solidária: uma análise pela reciprocidade. In: **Guaju**. Matinhos, v. 1, n. 1, jan./jun. 2015b p. 3-26.

SABOURIN, Eric. Comercialização dos produtos agrícolas e reciprocidade no Brasil. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, V. 21, nº 01, 2013. pp. 5-33.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, Eric. A reciprocidade e os valores éticos da solidariedade econômica. Comunicação apresentada na Mesa Redonda “ A questão da solidariedade e da reciprocidade na economia solidária” In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife, UFPE, 2007.

SACHS, Ignacy. Ambiente e Estilos de Desenvolvimento. In: VIEIRA, Paulo Freire (Org.) **Rumo à Ecosocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007. P. 57-76.

SALDANHA, João Carlos; ANTONGIOVANNI, Lúcia; SCARIN, Paulo César. Diálogos entre a multifuncionalidade da agricultura familiar e os projetos coletivos de educação do campo e da agroecologia no Norte do Espírito Santo. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura Familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 137-166.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **Luta e Perspectivas da Teologia da Libertação**: O caso da comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo: 1980-2000. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2006.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, A.. Diversidade e Heterogeneidade da Agricultura Familiar no Brasil e Algumas Implicações para Políticas Públicas. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, V. 31, nº 2, Brasília – DF, maio a agosto, 2014, pp. 227 – 263.

SCHERER-WARREN, Ilse. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. In: **Estudos de Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol. 15, no. 1, 2007: 5-22.

SILVA, Antonio Elias Souza da *et. al.* Síntese da Evolução da Agricultura Capixaba 50 anos. In: DADALTO, Gilmar Gusmão *et. al.* (Orgs.). **Transformações da agricultura capixaba: 50 anos** Vitória, ES : Cedagro; Incaper; Seag, 2016. pp. 21-32.

SILVA, Antônio Elias Souza da; SECUNDINO, Wellington. A pimenta-do-reino em terras capixabas. In: DADALTO, Gilmar Gusmão *et. al.* (Orgs.). **Transformações da agricultura capixaba: 50 anos** Vitória, ES : Cedagro; Incaper; Seag, 2016. pp. 21-32.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. **Teologia da Libertação: Revolução e reação interiorizadas na igreja.** Dissertação (Mestrado em História Contemporânea), Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói – RJ, 2006.

SILVEIRA E SILVA, Lyncoln Wchoa da. **A agroecologia no Contexto dos Assentamentos de Reforma Agrária do Espírito Santo: projetos e mediações subjacentes.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, UFES, Espírito Santo, 2013.

SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer da. **Redes de agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável.** estudo de caso de dois grupos do núcleo litoral catarinense da rede ecovida de agroecologia no período de 2002 a 2012. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2013, 482 fls.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. **A Modernização Violenta: principais transformações na agropecuária capixaba.** 1990. 202 fls. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1990.

TSUKAHARA, Roberto Toshio. **A Construção de Sistemas Agroecológicos no Estado do Espírito Santo e no Assentamento Octaviano de Carvalho: a perspectiva de camponeses e dirigentes do MST.** Dissertação (Mestrado profissionalizante em Agroecossistemas). Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2010.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica**. São Paulo: Edusp: Hucitec, 1991.

VIEIRA, Paulo Freire. **Ecodesenvolvimento: reflexões sobre novas formas de resistência no Antropoceno**. Florianópolis. 2015, no prelo.

_____. Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial. **Revista Interdisciplinar INTERthesis**, vol 10, nr.2, PP. 119-141 (disponível em [HTTP://dx.doi.org/10.5007/1807_v10](http://dx.doi.org/10.5007/1807_v10), n2, 2013, p.119.

_____. Pesquisa-ação-formação em regiões-laboratório de desenvolvimento territorial sustentável. In: TREMBLAY, G; VIEIRA, P.F. (Orgs.). **O Papel da Universidade no Desenvolvimento Local: experiências brasileiras e canadenses**. Florianópolis: APED/Secco, 2011, pp. 185-206.

_____. Rumo ao Desenvolvimento Territorial Sustentável: Esboço de Roteiro Metodológico Participativo. In: **Revista Eisforia**, Florianópolis; v.4, número especial, 2006. p.249-309.

_____. Gestão dos Recursos Comuns para o Ecodesenvolvimento. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: conceitos métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 333-378.

VIVACQUA, Melissa. **Dilemas da conservação e desenvolvimento na gestão compartilhada da pesca artesanal: conflitos e sinergias nos processos de criação de Reservas Extrativistas marinho-costeiras em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2012, 365 fls.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Gênese da abordagem territorial no Brasil. In: CAVALCANTO, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (Orgs.). **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2014a, pp. 79-102.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. In: [Revista de Economia e Sociologia Rural - RESR](#). Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, 2014b, p. S025-S044

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: **XX Encontro Anual da ANPOCS**, GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

WOORTMANN, Klaas. “Com Parente Não se Neguceia”: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Editora Universidade de Brasília – UNB/Tempo Brasileiro, 1990.

ANEXOS

Roteiro de questões para gerentes e integrantes da Sociedade Civil Organizada (ONGs e outras entidades privadas)

Nome:

Papel que desempenha na Instituição:

Atuação profissional:

Papel da Instituição:

Conte um pouco sobre sua história de vida relacionada a atividade na instituição. O que te levou a trabalhar nesta área?

Na sua percepção, quais são os principais problemas e conflitos na questão agrária no território norte? Houve respostas das diferentes organizações a respeito desses problemas? Quais foram essas respostas?

Existe alguma diferença entre a agroecologia e a agricultura orgânica? Quais? Para você o que é agroecologia?

Como iniciou a agroecologia no território? Por qual razão a proposta da agroecologia foi sendo trabalhada no território? Houve problemas e embates para aqueles que iniciaram na agroecologia? Quais foram esses problemas?

Como a sua instituição iniciou o trabalho com agroecologia e por que? De que maneira a instituição atua em relação ao fortalecimento da agroecologia e na implementação de ações aos produtores agroecológicos?

Como você avalia o processo de transição para a agroecologia no território como um todo?

Quais são as principais organizações (agentes, atores e grupos sociais) tanto da parte do Governo, quanto da parte da sociedade, que atuam na área do meio rural no norte do ES? O que estas organizações fazem (quais são os seus papéis)? (APLICAR O MÉTODO DO DIAGRAMA DE VENN)

Existem organizações que atuam de maneira conjunta com outras organizações (coalização política)? Quais são? (APLICAR O MÉTODO DO DIAGRAMA DE VENN)

Existem conflitos entre algumas dessas organizações que você apontou? Quais são esses conflitos? Por que dos conflitos?

Quais organizações/instituições são parceiras de você? (APLICAR O MÉTODO DO DIAGRAMA DE VENN)

Dentre todas as organizações listadas acima quais são as mais preparadas para lidar com o meio rural da região? Qual delas detêm maior poder? Quais recursos (financeiro, sociais, políticos e culturais) que as organizações/instituições mais preparadas e com maior poder tem que outras não possuem?

Das organizações listadas acima, quais delas trabalham na perspectiva da agroecologia? Existem organizações que trabalham de maneira conjunta para lidar com a agroecologia? Quais são?

Desse grupo que trabalha com agroecologia, existem conflitos ou diferentes visões entre as organizações no interior deste grupo? Quais são esses conflitos? Quem assume o papel de negociar o caminho do meio nestes conflitos? Geralmente como é realizada a negociação?

Sobre a Governança do Território

Quais são as diferentes instâncias de governança presentes no sub-território em estudo, no norte do ES? Entre elas, quais são de âmbito federal, estadual e municipal?

Qual a natureza destas instâncias- consultiva ou deliberativa?

Quais os principais representantes que integram tais instâncias?

Qual a participação de sua instituição nestes espaços?

Qual o papel que estas instâncias desempenham para a implementação de políticas agrárias no norte do ES?

Existem ações sobre o tema da agroecologia sendo deliberadas nestes espaços? As questões relativas a agroecologia é bastante deliberada entre os temas discutidos nestes espaços (ideia de frequência)?

Quais são as implicações das atuais mudanças políticas e estruturais do país (por exemplo a extinção do MDA...) para o desenvolvimento e fortalecimento da agroecologia e da política territorial?

Qual o papel que a agroecologia tem para o desenvolvimento do território norte do ES?

Como você vê a questão da agroecologia e agricultura orgânica frente a uma dinâmica de desenvolvimento ligada a agricultura convencional e ao agronegócio?

As propostas relacionadas a agroecologia (sobretudo as ações desenvolvidas pela Rede) no território norte estão transformando o modelo de desenvolvimento do meio rural para o território? De que maneira?

Qual os desafios ou o que falta para que a proposta de agroecologia ganhe força e se consolide enquanto uma proposta de desenvolvimento do território?

Por outro lado, quais são as oportunidades e potencialidades para fortalecer a agroecologia e a agricultura orgânica?

Como você vê o futuro da agroecologia no território?

Roteiro para Produtores/Agricultores

Nome:

Atividades que desempenha:

Quantidade de pessoas da família:

Mora no sítio ou na cidade?

Quem trabalha na roça, nas diferentes etapas produtivas (roçar, plantar, colheita, etc..)?

Contrata serviços temporários?

Existem relações de ajuda para alguma etapa do trabalho de campo (reciprocidade, mutirão, etc..)? Quem ajuda (vizinho, compadre, pessoas ligadas há algum grupo específico, etc...)?

Participa de alguma associação, grupo específico, ou movimento social? Qual?

Na sua percepção, quais são os principais problemas e conflitos na questão agrária no território norte?

Existe alguma diferença entre a agroecologia e a agricultura orgânica? Quais? Para você o que é agroecologia?

Você poderia contar um pouco de sua história (nascido no local; veio de outro local em busca de melhores oportunidades; veio junto com a ação de movimentos sociais etc..)...

De que maneira você se iniciou na agroecologia? Está em processo de transição ou; como foi o processo de transição?

Quando iniciou a ideia de agroecologia no território norte do ES? Por qual razão a proposta da agroecologia foi sendo trabalhada no território? Houve problemas e embates para aqueles que iniciaram na agroecologia? Quais foram esses problemas?

Como você avalia o processo de transição para a agroecologia no território como um todo?

Quais são as principais organizações (agentes, atores e grupos sociais) tanto da parte do Governo, quanto da parte da sociedade, que atuam na área do meio rural no norte do ES? O que estas organizações fazem (quais são os seus papéis)? (APLICAR O MÉTODO DO DIAGRAMA DE VENN)

Existem organizações que atuam de maneira conjunta com outras organizações (coalização política)? Quais são? (APLICAR O MÉTODO DO DIAGRAMA DE VENN)

Existem conflitos entre algumas dessas organizações que você apontou? Quais são esses conflitos? Por que dos conflitos?

Quais organizações/instituições são parceiras de você? (APLICAR O MÉTODO DO DIAGRAMA DE VENN)

Dentre todas as organizações listadas acima quais são as mais preparadas para lidar com o meio rural da região? Qual delas detêm maior poder? Quais recursos (financeiro, sociais, políticos e culturais) que as organizações/instituições mais preparadas e com maior poder tem que outras não possuem?

Das organizações listadas acima, quais delas trabalham na perspectiva da agroecologia? Existem organizações que trabalham de maneira conjunta para lidar com a agroecologia? Quais são?

Desse grupo que trabalha com agroecologia, existem conflitos ou diferentes visões entre as organizações no interior deste grupo? Quais são esses conflitos? Quem assume o papel de negociar o caminho do meio nestes conflitos? Geralmente como é realizada a negociação?

Quais os locais onde vocês se reúnem para discutirem os problemas para pensar soluções e fortalecimento da agroecologia? Quem vocês chamam? Fazem reuniões?

De que maneira as reuniões são planejadas? Vocês participam do planejamento das reuniões? E das ações a serem desenvolvidas? Exemplifique?

Quando surge alguma questão mais emergencial para ser resolvida, normalmente de quem é a iniciativa de chamar as reuniões? Quem traz o tema a ser discutido? Quem traz as informações?

A decisão final é uma decisão compartilhada pelo grupo inteiro, ou existe algum grupo, pessoa ou instituição que costuma puxar a decisão para o seu interesse? Como é realizado, você pode exemplificar?

Como você fica sabendo das notícias? Quem traz as informações?

Sobre a Governança do Território

Quais são as diferentes instâncias de governança presentes no sub-território em estudo, no norte do ES? Entre elas, quais são de âmbito federal, estadual e municipal?

Qual a natureza destas instâncias- consultiva ou deliberativa?

Quais os principais representantes que integram tais instâncias?

Qual o papel que estas instâncias desempenham para a implementação de políticas agrárias no norte do ES?

Existem ações sobre o tema da agroecologia sendo deliberadas nestes espaços? As questões relativas a agroecologia é bastante deliberada entre os temas discutidos nestes espaços (ideia da frequência)?

Quais são as implicações das atuais mudanças políticas e estruturais do país (por exemplo a extinção do MDA) para o desenvolvimento e fortalecimento da agroecologia e da política territorial?

Qual o papel que a agroecologia tem para o desenvolvimento do território norte do ES?

As propostas relacionadas a agroecologia (sobretudo as ações desenvolvidas pela Rede) no território norte estão transformando o modelo de desenvolvimento do meio rural para o território? De que maneira?

Quais os desafios ou o que falta para que a proposta de agroecologia ganhe força e se consolide enquanto uma proposta de desenvolvimento do território?

Por outro lado, quais são as oportunidades e as potencialidades para fortalecer a agroecologia e a agricultura orgânica?

Questões prospectivas relativas ao Ecodesenvolvimento

Como você vê o futuro da agroecologia no território?

Quais os diferentes mecanismos de mercado que a perspectiva agroecológica do território deve priorizar? Por que?

Quais as políticas necessárias para potencializar a proposta de desenvolvimento agroecológico?

De que maneira a proposta da agroecologia fortalece a cultura e o saber local? De que maneira a cultura dos povos locais (agricultores, quilombolas, indígenas, etc) pode contribuir com a dinâmica de desenvolvimento agroecológico?

De que maneira que a proposta da agroecologia pode reduzir os problemas e conflitos relacionados à área ambiental?

De que maneira que o desenvolvimento agroecológico pode fortalecer outros setores, como por exemplo o setores do turismo e do artesanato?

De que maneira que a proposta de desenvolvimento agroecológico fortalece o processo de participação em instâncias de tomada de decisão?

Só por meio da agroecologia é possível promover a sustentabilidade econômica de sua família?

Com a produção baseada na agroecologia é possível promover a conservação ambiental do território?

Questões orientadoras para os empreendedores institucionais (socialmente hábeis)

Qual a relação entre sua trajetória de vida (experiências profissionais, participação de movimentos sociais, movimentos contra-culturais ou questões espirituais) e a questão da agroecologia enquanto proposta de desenvolvimento? Por que você se engajou no processo, o que te motivou?

Pode se falar que existe uma rede de agroecologia que atua no território? Você acredita que existe um compartilhamento de interesses/visões entre as instituições que fazem parte da rede de agroecologia no território?

Com quais entidades (organizações/instituições) e/ou pessoas-chave que você se articula para impulsionar a agroecologia enquanto proposta de desenvolvimento do território?

Quais são os atores e agentes-chave no território em questão que impulsionam a proposta da agroecologia enquanto processo de desenvolvimento?

Quais são os agentes-chave no território em questão que impulsionam a proposta orientada pela perspectiva da “modernização agrária” (agronegócio) enquanto processo de desenvolvimento? E de que maneira eles atuam?

Qual o seu papel para fortalecer o processo de articulação sociopolítica (coalização política) em torno do projeto da agroecologia para o território? Que diferença você faz em relação a isso?

Quais são as estratégias que você mobiliza para propiciar a cooperação e fortalecer a coalização política do grupo? Exemplifique.

Qual o seu papel no diálogo com os outros grupos que não compartilham a perspectiva agroecológica? Instituições que fomentam o agronegócio, governo, etc..

Questões para legisladores e gestores federais, estaduais e municipais

Nome:

Trabalha a quanto tempo na instituição:

Papel que desempenha na instituição:

Na sua percepção, quais são os principais problemas e conflitos na questão agrária no território norte do ES?

Houve respostas das diferentes organizações a respeito desses problemas? Quais foram essas respostas?

Quais são as propostas e os projetos coordenados por sua instituição para o processo de desenvolvimento agrário do território norte do ES? Fale um pouco sobre os projetos...

O órgão em que você trabalha vê diferenças entre agroecologia e agricultura orgânica? Se sim, quais? Sua instituição tem ações específicas para qual abordagem (se, para o entrevistado, existe diferenças)?

Qual os desafios ou o que falta para que a proposta de agroecologia ganhe força e se consolide enquanto uma proposta de desenvolvimento do território? Como você vê o futuro da agroecologia no território?

Quais são as oportunidades e potencialidades para fortalecer a agroecologia e a agricultura orgânica?

Quais são os atores locais que o órgão se articula (as parcerias) para implementar os programas e projetos?

Sua instituição participa de algumas instâncias colegiadas no campo do desenvolvimento territorial no norte do ES? Quais são essas instâncias? Qual é o papel de sua instituição nestas instâncias?

Quais os principais encaminhamentos/decisões já tomadas nessas instancias no sentido de fortalecer a agroecologia?

Como você vê a questão da agroecologia e agricultura orgânica frente a uma dinâmica de desenvolvimento ligada a agricultura convencional e ao agronegócio no Estado e especificamente no território norte capixaba?

Quais são as implicações das atuais mudanças políticas e estruturais do país (por exemplo a extinção do MDA) para o desenvolvimento e fortalecimento da agroecologia e da política territorial?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de maneira voluntária de uma pesquisa sobre o tema do desenvolvimento rural no território norte do Espírito Santo, especialmente no que diz respeito às ações, projetos e atividades desenvolvidas por diferentes organizações, instituições, grupos e movimentos sociais relacionados à agroecologia. Dessa forma, gostaria de esclarece-lo(la) sobre a pesquisa e os procedimentos de coleta de dados. Caso o senhor(a) aceite fazer parte da pesquisa, peço a gentileza de assinar o devido Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, no fim do documento.

Justificativas e Objetivos:

As principais questões relativas à pesquisa foram formuladas devido a uma problemática maior a qual se refere aos debates sobre as diferentes visões e/ou modelos de desenvolvimento para o meio rural brasileiro. Sem perder de vista este amplo debate entre os diferentes atores e grupos sociais na sociedade brasileira, o estudo terá como foco as interações entre os atores e grupos sociais ligados as dinâmicas de desenvolvimento rural com abordagem territorial e ecológica as quais se desenrolam no território norte do estado do Espírito Santo, especificamente nos municípios de São Mateus, Nova Venécia, Boa Esperança e Conceição da Barra. A escolha desses municípios fundamenta-se, sobretudo: (i) por ser o locus de ações empreendidas pelas diferentes ONGs locais, integrantes do poder público municipal, estadual e federal junto aos camponeses e comunidades tradicionais agroecológicas; (ii) pela importância desses municípios na trajetória de desenvolvimento rural do norte do Estado; (iii) pela

efervescência dos diversos movimentos sociais ligados à questão agrária e defensores de um modelo alternativo para o desenvolvimento rural; (iv) pela centralidade que estes municípios ocupam no processo de implementação da política de desenvolvimento rural sob a abordagem territorial. O principal objetivo da pesquisa está centrado na Compreensão das potencialidades e os obstáculos à maturação de uma estratégia de desenvolvimento alternativa, ancorada pela abordagem de Ecodesenvolvimento Territorial, a partir das interações e das estratégias de ação dos diferentes atores/agentes e grupos sociais que conformam a Rede de Agroecologia em construção no território norte do Espírito Santo. Para tal empreitada, pretendo conhecer, de maneira mais aprofundada, (i) as diferentes políticas, projetos e ações de desenvolvimento rural do Estado capixaba e do território em tela; (ii) contextualizar a dinâmica de desenvolvimento agroecológico, sua gênese e evolução ao longo dos anos; (iii) conhecer os principais atores e grupos sociais que compõem uma rede para fomentar o desenvolvimento agroecológico; (iv) analisar a natureza das interações entre os atores e grupos sociais em prol do desenvolvimento agroecológico e; (v) compreender as ações empreendidas por diferentes atores estratégicos a fim de proporcionar uma coalizão política a favor de um modelo de desenvolvimento alternativo à lógica do desenvolvimento que privilegie somente a dimensão econômica, e sua evolução no tempo e espaço.

Método de coleta de dados:

Durante a pesquisa, o senhor(a) será entrevistado(a) a partir de um roteiro que elaborei previamente a fim de facilitar o processo da entrevista. Pretendo, de acordo com o consentimento do senhor(a), gravar a entrevista por meio de gravador de voz digital, a fim de facilitar a minha análise durante a composição final da pesquisa. As entrevistas serão realizadas na sede do Estado, no município de Vitória, com os representantes dos diferentes órgãos da sociedade civil e dos órgãos estaduais e federais responsáveis pela pasta do “desenvolvimento agrícola” no Estado. Além dessas entrevistas, pretende-se participar de algumas atividades de campo com estes grupos, nos moldes da observação participante, a fim de evidenciar suas atitudes e ações em relação à proposta da agroecologia e, por fim, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas específicas para estes grupos.

Termo de Consentimento e Declaração do entrevistado:

Sinta-se absolutamente à vontade em deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem ter que apresentar qualquer justificativa. Ao decidir deixar de participar da pesquisa você não terá qualquer prejuízo no restante das atividades. O pesquisador será o único a ter acesso aos dados. Tomarei todas as providências necessárias para manter o sigilo. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros, congressos ou revistas científicas e mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome ou qualquer informação relacionada à sua privacidade.

Caso tenha alguma dúvida sobre os procedimentos ou sobre o projeto você poderá entrar em contato com o pesquisador a qualquer momento pelo telefone nº (12) 98135-6644 ou e-mail hcastrolima@gmail.com.

Duas vias deste documento estão sendo rubricadas e assinadas por você e pelo pesquisador responsável, Helio de Castro Lima Rodrigues, RG 6455949. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa. Caso você tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente.

Dessa forma, pelo presente documento declaro que:

Eu,

_____ RG _____, li este documento (ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de confiança) e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa.

Data e Local